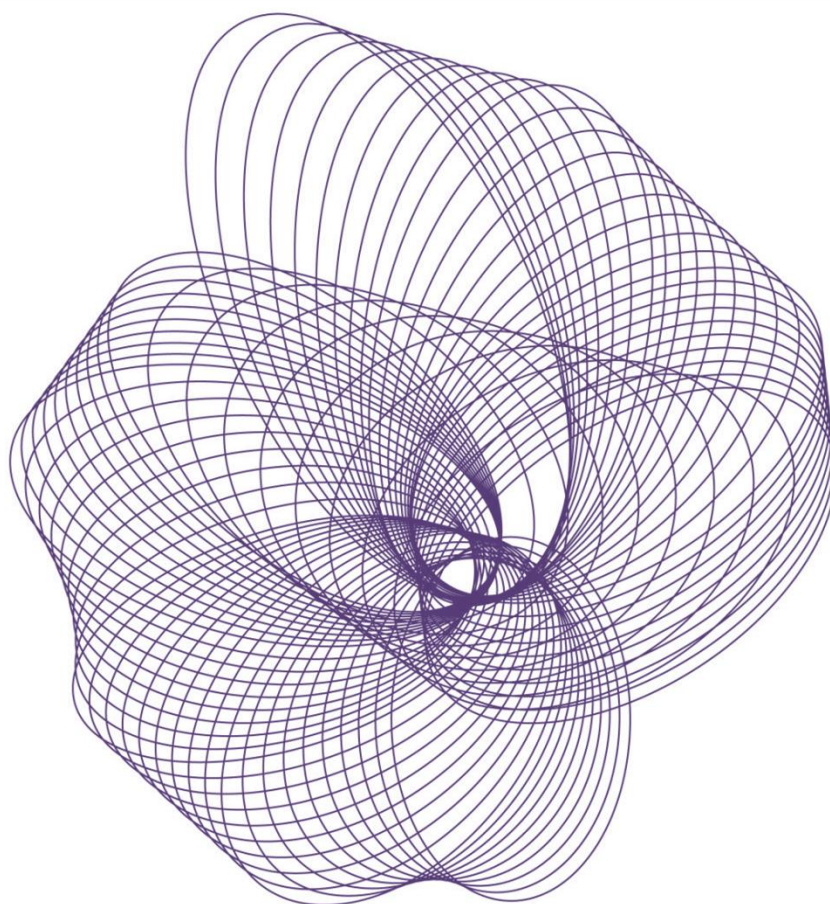


ISSN 2318-1729

história

histórias

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – UNB



DOSSIÊ

História, Gênero e Sexualidade: Abordagens Interdisciplinares



UnB

Volume 1, Número 5, 2015



ISSN 2318-1729

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Coordenador: Arthur Alfaix Assis
Coordenadores adjuntos: Anderson Ribeiro Oliva; Henrique Modanez de Sant'Anna

EXPEDIENTE (VOLUME 1, NÚMERO 5 DE 2015)

Editora

Susane Rodrigues de Oliveira (UnB)

Comitê Executivo

Anderson Oliva (UnB)
Neuma Brilhante (UnB)

Conselho Editorial

Aaron Aurelio Grageda (Universidad de Sonora)
Anderson Oliva (UnB)
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB)
Ernesto Cerveira de Sena (UFMT)
Jaime Almeida (UnB)
Lucília de Almeida Neves Delgado (UnB)
Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (UFU)
Maria Filomena Pinto Da Costa Coelho (UnB)
Neuma Brilhante (UnB)

Conselho Consultivo

Elizabeth Cancelli (USP)
Friedrich Jaeger (Universidade Witten/Herdecke)
Gerson Galo Meneses Ledezma (UNILA)
Henrique Espada Lima (UFSC)
Juçara Luzia Leite (UFES)
Marcelo Cândido da Silva (USP)
Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO)
Maria Lêda Oliveira (USP)
Matthias Haake (Universität Münster)
Mauro César Coelho (UFPA)
Nilton Pereira (UFRGS)
Patrícia Melo Sampaio (UFAM)
Sérgio da Mata (UFOP)

Editoração

Isabel Escobar Crescencio
Susane Rodrigues de Oliveira

Revisão

Membros do Conselho Editorial

A Revista *história, histórias* agradece aos membros do Conselho Consultivo e aos pareceristas *ad hoc* que colaboraram com o presente número.

Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos artigos e resenhas, assim como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

EDITORIAL

É com enorme satisfação que anunciamos o lançamento do quinto número da Revista *história, histórias*, com o dossiê temático "História, Gênero e Sexualidade: Abordagens Interdisciplinares", organizado pela professora doutora Ana Carolina Eiras Coelho Soares, da Universidade Federal Goiás (UFG). Composto por nove artigos, o dossiê apresenta um conjunto significativo de estudos e pesquisas interdisciplinares que tratam de aspectos ligados à história da sexualidade, das relações de gênero e da construção de masculinidades e feminilidades em diversos tempos e espaços. Trata-se de uma produção acadêmica que converge para o campo da história, no intuito de desvelar a historicidade de discursos, representações e práticas sociais que constituem matrizes e efeitos de concepções de gênero binárias e hierárquicas que, sob a égide de um patriarcado dominante, remodelam e reafirmam comportamentos, identidades, orientações sexuais, opressões, exclusões, silenciamentos, diferenças, desigualdades e violências de todo tipo que afligem mulheres e homossexuais.

Abrindo a seção de Artigos livres, o texto de Débora Meira (PUC – RIO) apresenta uma análise das reedições do *Diário de Hans Staden*, publicado pela primeira vez em 1557 e reeditado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1882 e 1900, e pelo literato Monteiro Lobato, em 1927. O segundo artigo, de autoria de Kassiana Braga (UNESP/Assis-SP), discute o memorialismo nas obras de Zélia Gattai, enfatizando a maneira como essa escritora teceu as suas narrativas e se apropriou do passado, construindo sua própria biografia e a de pessoas com quem conviveu. O terceiro e último artigo, de Rafael Leite Ferreira (UFPE), revela uma preocupação com a diminuição da produção acadêmica interessada na história econômica da Ditadura Militar no Brasil. Este número se encerra com as resenhas de André Gustavo de Melo Araújo (UnB) e Luis Cesar Castrillon Mendes (UFMT).

Aproveitamos para informar que a revista foi avaliada pela CAPES e obteve o Qualis B3, passando a integrar a Lista de Periódicos em sua primeira avaliação. Seguiremos, assim, mantendo os esforços para ampliar a qualidade, divulgação e a periodicidade de nossas edições. Agradecemos a colaboração de todos os autores, da organizadora do dossiê, dos pareceristas *ad hoc* e, especialmente, da mestrandia Isabel Escobar Crescencio (PPGHIS/UnB) pelos serviços de editoração. Desejo a todos uma boa leitura e discussão!

Brasília, novembro de 2015.

Profa. Dra. Susane Rodrigues de Oliveira
EDITORA CHEFE

SUMÁRIO

Dossiê

Apresentação do Dossiê "História, Gênero e Sexualidade: Abordagens Interdisciplinares"	
<i>Ana Carolina Eiras Coelho Soares</i>	3-5
Historicizando as masculinidades: considerações e apontamentos à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior	
<i>Natanael de Freitas Silva</i>	7-22
Representações femininas na minissérie "Amazônia: de Galvez a Chico Mendes": problematizações a partir de uma Epistemologia Feminista	
<i>Pollyana Dourado, Ana Carolina Eiras Soares</i>	23-38
A invenção do estigma do travesti no Brasil (1970-1980)	
<i>Elías Ferreira Veras, Oscar Guasch Andreu</i>	39-52
Águas Quentes da Laginha: contribuições de um antropólogo para uma história da homossexualidade masculina em Cabo Verde, África	
<i>Francisco Paolo Vieira Miguel</i>	53-78
A Maria Homem do Pantanal: histórias de um "sapato velho", mas não "furado"	
<i>Guilherme Rodrigues Passamani</i>	79-94
Definindo a ordem e a margem: ideal de feminilidade e de masculinidade na Polícia Militar em 1979	
<i>Andréa Mazurok Schactae</i>	95-110
"O Triste fim de Eugeninha no Asilo Bom Pastor": as representações de gênero nas narrativas sensacionais da imprensa carioca da Primeira República	PDF
<i>Marília Rodrigues de Oliveira</i>	111-130
"A Decoração não tem sexo, tem personalidade": uma discussão sobre representações de gênero no blog Homens da Casa	
<i>Lindsay Jemima Cresto, Marinês Ribeiro dos Santos</i>	131-150
Heterossexualidade compulsória: uma análise de modos de subalternização na revista Jornal das Moças	
<i>Caetana de Andrade Martins Pereira</i>	151-163

Artigos

Do IHGB a Monteiro Lobato, do científico ao literário: (re) significações do Diário de Hans Staden	
<i>Débora Meira dos Santos</i>	165-181
O Passado nas obras de Zélia Gattai a partir de sua escritura memorialista	
<i>Kassiana Braga</i>	183-199
Para onde foi a história econômica da Ditadura Militar? - Uma análise sobre a recente produção acadêmica brasileira	
<i>Rafael Leite Ferreira</i>	201-220

Resenhas

ARNKE, Volker; SCHEPERS, Heinrich (orgs.). "Zu wißen und kundt sey hiemit...". Neue Erkenntnisse zur Osnabrücker Landes- und Stadtgeschichte aus studentischen Forschungen. Osnabrück: Selbstverlag des Vereins, 2014. 328p.

André Gustavo de Melo Araújo

221-222

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 284 p.

Luís César Castrillon Mendes

223-224

APRESENTAÇÃO

“História, Gênero e Sexualidade: Abordagens Interdisciplinares” é o título deste dossiê. Nos tempos atuais, constitui-se em grande valentia publicar tal edição. Vivemos em tempos de retrocesso político e social em que falas e atos comprometem o estado democrático de direitos civis. O debate teórico proposto aqui visa reunir pesquisadoras e pesquisadores dos estudos de gênero que discutem questões que envolvem poderes sociais, políticos, econômicos e culturais, suas disputas e efeitos sobre os corpos, as subjetividades, os comportamentos sexuais e as relações de gênero. As diferenças e hierarquias entre o masculino e o feminino, produzidas historicamente através de jogos de significação e de relações de poder, marcam as desigualdades nas relações de gênero e as possibilidades de inserção e interdição dos indivíduos na vida social. Assim, este dossiê busca de maneira interdisciplinar articular pesquisas e reflexões preocupadas com as construções das sexualidades, das masculinidades e das feminilidades na história, a fim de desvelar os seus processos de difusão, construção e funcionamento, e os poderes que atravessam e mantêm essas construções.

O primeiro artigo desse dossiê, de autoria de Natanael de Freitas Silva (UFRRJ), apresenta reflexões sobre a necessidade de investigarmos, no campo da história, as experiências de masculinidades e suas implicações em uma política de gênero. Desse modo, à luz dos estudos de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior, o autor tece algumas considerações sobre o estudo das masculinidades e discute a articulação de uma histórica concepção de masculinidade na elaboração de projetos de poder engendrados em fins do século XIX e início do XX.

Já o segundo artigo, de Pollyana Dourado (UFG) e Ana Carolina Eiras Coelho Soares (UFG), apresenta uma análise das representações do feminino e dos mitos construídos sobre a Amazônia na minissérie “Amazônia – de Galvez a Chico Mendes”.

Ao abordar temas relativos à homossexualidade e à heterossexualidade compulsória, o terceiro artigo, de Elias Veras (UFSC) e Oscar Andreu (Universidad de Barcelona), analisa a invenção do estigma travesti no Brasil, destacando sua construção discursiva na mídia, especialmente em enunciados produzidos em Fortaleza (Ceará), nos anos de 1980. Seus olhares são precisos ao sugerir o quanto as representações dominantes constituídas pelos modelos de masculino e feminino encontram-se fragilizadas com a emergência de imagens e sentidos ancorados na experiência do travesti.

Francisco Paulo Vieira Miguel (UnB), no quarto artigo, apresenta uma história da homossexualidade masculina no arquipélago de Cabo Verde, na África, a partir de uma pesquisa em arquivos e de estudos etnográficos. Já Guilherme Rodrigues Passamani (UNICAMP), no quinto artigo, aborda a questão

do envelhecimento, da memória e das condutas homossexuais na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul, nas cidades de Corumbá e Ladário, nas cercanias da fronteira com a Bolívia.

Ao adentrar nos arquivos da Polícia Militar, Andrea Schactae (UEPG), no sexto artigo, propõe uma reflexão sobre as feminilidades e masculinidades na Polícia Militar do Paraná, através de um estudo de caso de transgressão disciplinar praticado por uma agente da Polícia Feminina e por um oficial da PMPR, em 1979.

No sétimo artigo, Marília Rodrigues de Oliveira (PUC-RIO) discute “narrativas de crimes” presentes na imprensa carioca da Primeira República, com o objetivo de mostrar como os jornalistas lançavam mão de uma gramática emocional e de uma estética melodramática para criarem diferentes representações de gênero que transgrediam e reiteravam padrões normativos de moralidade até então considerados bem definidos.

Lindsay Jemima Cresto (UTFPR) e Marinês Ribeiro Dos Santos (UTFPR), no oitavo artigo, discutem as representações de gênero na decoração de interiores domésticos. Analisando um blog de decoração (Homens da Casa) voltado para um público masculino, as autoras observam como os textos e imagens que circulam nesse blog estão carregados de representações de feminilidade e masculinidade que reforçam os estereótipos e desigualdades de gênero em nossa sociedade.

O nono e último artigo do dossiê, de Caetana de Andrade Martins Pereira (UnB), analisa o modo como a feminilidade é construída na revista *Jornal das Moças*, nos anos 1960, destacando o seu funcionamento como uma “tecnologia de gênero”, heteronormativa e racializada.

Os estudos de gênero adquirem novos contornos frente à insuficiência e às críticas em abordagens discursivas que não consideram as persistências das desigualdades entre mulheres e homens, e que tratam a heterossexualidade, assim como a feminilidade e a masculinidade como dados biológicos e naturais. Os estudos de gênero não podem ser vistos apenas como sinônimos de estudos sobre as mulheres. Em volta do termo há o reconhecimento do caráter relacional e de sua constituição histórica, social e cultural, além de instâncias de poder que atribuem valores e características às subjetividades e às relações entre os sexos. Nesse sentido, os estudos feministas trazem importantes contribuições ao abordar o gênero como uma categoria que se relaciona com outros marcadores de diferenças (classe, raça, etnia, religião, idade, nacionalidade, orientação sexual, etc.) na constituição das subjetividades e experiências e, desse modo, buscam problematizar e desnaturalizar as concepções de sexo/gênero fundadas em preceitos universais e essencialistas.

As diferenças são históricas e socialmente forjadas e construídas. Portanto, as sensibilidades, comportamentos, valores, organizações e posicionamentos sociais dos indivíduos são construções. Nesse sentido, gênero, como categoria de análise, pode também contribuir no enriquecimento da historiografia, colocando em debate as verdades, convicções e poderes em

torno de discursos e práticas baseados na existência de uma natureza humana imutável que rege as ações e pensamentos de homens e mulheres na história.

Não somos universais. Somos compostos da mesma matéria que as nuvens. Clivados, densos, leves e únicos: somos históricos. Esperamos que as leitoras e os leitores desfrutem e se inspirem com esse dossiê.

Goiânia, 06 de agosto de 2015.

Profa. Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares (UFG)
ORGANIZADORA

HISTORICIZANDO AS MASCULINIDADES: CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS À LUZ DE RICHARD MISKOLCI E ALBUQUERQUE JÚNIOR

Natanael de Freitas Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a necessidade de investigarmos as históricas experiências de masculinidades e de problematizá-las dentro de uma política de gênero. Argumenta-se que as experiências dos sujeitos de gênero não são anteriores ao acontecimento, pelo contrário, as mesmas são produzidas e constituídas na ação com o outro. Sendo assim, primeiramente, apresentam-se algumas considerações em torno do surgimento dos estudos sobre masculinidades; em seguida, expõem-se algumas análises, à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior, sobre a articulação de uma histórica concepção de masculinidade na elaboração de projetos de poder engendrados em fins do século XIX e início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades; Gênero; Experiências; Historiografia.

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect about the necessity to investigate the historical experiences of masculinities and the implications of such questioning within a gender policy. It is argued that the experiences of the subjects of gender are not prior to the events, on the contrary, they are produced and made into action with others. So, first of all, I present some considerations regarding the emergence of studies on masculinities, then I make some notes on the articulation of a historical conception of masculinity in the development of power projects engendered by the end of the XIXth and the early XXth centuries, based on Richard Miskolci and Albuquerque Junior's reflexions on the subject.

KEYWORDS: Masculinities; Gender; Experiences; Historiography.

Falar e pensar as experiências de masculinidades no campo historiográfico não é uma tarefa muito comum. Todavia, podemos identificar importantes obras¹ que elegem as experiências masculinas como objeto de análise em áreas como a Sociologia, a Antropologia e a História, por exemplo. Nesses trabalhos, é perceptível entre os/as autores/as um cuidado em apontar que existem várias experiências, modos/tipos de ser e viver a(s) masculinidade(s). Porém, são relativamente recentes os estudos que historicizam os homens, sobretudo aqueles que fogem do padrão dominante, constituinte do sujeito universal, evidenciando os processos, as condições de possibilidades no forjar do(s) e no(s) masculino(s). Um dos desafios nesse campo é abordar as masculinidades fora de paradigmas essencialistas, que acabam por repor a ideia de que determinadas práticas – como as noções de violência e virilidade – são expressões e signos ‘naturais’, e por isso, constitutivas do ‘homem de verdade’².

Sendo assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre a necessidade de investigarmos as históricas experiências de masculinidades e as implicações de tal problematização dentro de uma política de gênero. Primeiramente, apresento algumas considerações em relação ao surgimento dos estudos sobre masculinidades, em seguida, exponho alguns apontamentos sobre a articulação de uma histórica concepção de masculinidade na elaboração de projetos de poder³ engendrados em fins do século XIX e início do XX, à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior.

Os primeiros estudos sobre os homens ignoravam as relações de poder entre os sexos, logo, masculino e feminino eram compreendidos como sinônimos de diferenças inatas, essencializadas. Desta maneira, concepções forjadas em meados do século XIX associavam a mulher ao espaço doméstico/privado, mantenedora do lar, da educação dos filhos e submissa a à figura masculina (pai/marido). Ao mesmo tempo, ao homem historicamente

¹ MONTEIRO, Markos. *Tenham Piedade dos Homens! Masculinidades em mudança*. Juiz de Fora: FEME, 2000; MATOS, Maria Izilda S. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001; OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004; CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012; ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste-1920/1940)*. 2ª ed., São Paulo: Intermeios, 2013.

² NOVAES, Juliana de Vilhena. “Aqui tem homem de verdade”. Violência, força e virilidade nas arenas de MMA. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (Org.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2013.

³ Cabe esclarecer que a concepção de poder que embasa esse texto segue uma perspectiva foucaultiana. Em Foucault o poder é relacional, difuso, circular. É um conjunto de técnicas e estratégias exercidas em rede que perpassa de modo capilar todo o tecido social. Sendo assim, não existe, segundo o autor, um centro de poder ou alguém que o detenha, ele se dá nas relações sociais. Deste modo, entende-se que as relações entre os sexos produzem interações e dissociações específicas de poder numa dada sociedade. Ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 19ª ed., Edições Graal, 1979; GONDRA, José Gonçalves. Tomar distância do poder. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

considerado pragmático e racional era reservado o privilégio do domínio do espaço público. À vista disso, é através das relações sociais entre os sexos e por meio das instituições como a Família, a Igreja, o Quartel, a Escola, o Direito e a Medicina, por exemplo, que um regime de gênero heterossexista e misógino é reiterado, regulado e sedimentado como natural e a-histórico. Mas, quando nos referimos à categoria 'homem', que ideal de masculinidade é agenciado? Quais as implicações de tal problematização dentro de uma política de gênero?

Os estudos sobre masculinidade surgiram do impacto da segunda onda⁴ feminista, entre os anos de 1960 e 1980, nos Estados Unidos⁵. Feminismo este que reivindicava a autonomia das mulheres sobre seus corpos, inclusive em relação à reprodução, a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a desnaturalização do trabalho doméstico⁶, entendido como 'coisa de mulher'. Deste modo, evidenciavam-se os privilégios socioculturais da masculinidade. Cabe esclarecer que compreendo as masculinidades como um conjunto de experiências históricas que contribui e se constitui na formação dos sujeitos; estas experiências moldam, transformam e formam as percepções sobre a realidade e indicam como cada um se posiciona frente à vida. É nesse sentido que entendo e proponho uma reflexão que desloca o olhar das naturalizações e cristalizações que compreendem a masculinidade como sinônimo de violência, força, dominação, virilidade e potência sexual, por exemplo.

À vista disso, os estudos feministas forneceram as bases dos chamados estudos masculinos, *Men's Studies*, tendo como marco a perspectiva de poder nas relações de gênero, sobretudo aquela apresentada por Joan Scott, que define o gênero como "um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, [assim] o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder"⁷. É muito importante destacar que a *categoria* gênero, bem como os estudos por ela possibilitados, não é mais o que foi até os anos 1990, ou seja, sinônimo de mulher ou apenas de história das mulheres. "Falar de gênero [significa] deixar de focalizar a 'mulher' ou as 'mulheres'; [trata-se] de relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre homens"⁸.

⁴ Sobre as chamadas "ondas" do feminismo, ver: PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 77-98; PEDRO, Joana. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006, p. 249-272.

⁵ CORRÊA, Mariza; PISCITELLI, Adriana. "Flores do Colonialismo". Masculinidades numa perspectiva antropológica. Entrevista com Miguel Vale de Almeida. *Cadernos Pagu* (11), Campinas, 1998, p. 201-229; WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisa (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004; CECCHETTO, op. cit., 2004.

⁶ MELLO, Soraia Carolina de. *Trabalho doméstico: coisa de mulher? Debates feministas no Cone Sul (1970-1989)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2). jul/dez, p. 5-22, 1990, p. 14.

⁸ PEDRO, Joana. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, jan-jun, p. 270-283, 2011, p. 273.

Nessa perspectiva, masculinidade(s) e feminilidade(s) são constructos sociais e culturalmente forjados, rizomáticos, relacionais, interdependentes e de múltiplas definições. Por isso, o caráter histórico, datado e político do gênero. Nesse ínterim, as feministas “avançaram a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade”⁹. Deste modo, o feminismo desnaturalizou a categoria ‘homem’ como sujeito universal e evidenciou as relações de poder entre os gêneros alicerçados no dimorfismo sexual, percebendo “que as subjetividades são históricas e não naturais, que os sujeitos estão nos pontos de chegada e não de partida”¹⁰.

A partir das reflexões de autores¹¹ como Butler, Hall e Rago, entendo que as experiências dos sujeitos de gênero não são anteriores ao acontecimento, pelo contrário, as mesmas são produzidas e constituídas na ação com o outro, inseridas numa ampla e complexa rede de relações socioculturais que inscrevem nos corpos, através da repetição estilizada de atos, uma suposta coerência entre sexo e gênero, produzindo assim corpos-homens e corpos-mulheres, inserindo-os numa matriz de inteligibilidade. Estas experiências são definidas historicamente, e não biologicamente. Com isso, não se trata de negar a materialidade dos corpos, porém, como sublinha Louro, trata-se de enfatizar que “são os processos e as práticas discursivas que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores dos sujeitos”¹². E são essas práticas, no meu entender, que precisam ser observadas nos históricos processos de produção de masculinidades e feminilidades.

Para o antropólogo Miguel Almeida¹³, os *Men's Studies*, inicialmente, assumiram uma posição ‘revanchista’ em relação ao feminismo, e também de vitimização dos homens e invisibilidade dos homossexuais. Além de serem estudos produzidos por homens, sobre homens e para homens. Mas que ‘homem’ seria esse? O que estava em jogo? Para o antropólogo citado, o revanchismo pode ser caracterizado como o silenciamento das relações de poder entre homens e mulheres e a manutenção dos privilégios oriundos da masculinidade. Nas suas palavras, “não se pode vitimizar os homens, quando eles estão socialmente no poder”¹⁴. Nesse sentido, não pode existir um masculinismo simétrico ao feminismo. Por sua vez, o sociólogo Pedro Paulo de

⁹ RAGO, Luzia Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu* (11), Campinas, p. 89-98, 1998, p. 91.

¹⁰ Ibid.

¹¹ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 59; HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 13; RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenção da subjetividade*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013, p. 42.

¹² LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, 2008, p. 80.

¹³ CORRÊA; PISCITELLI, op. cit., 1998.

¹⁴ Ibid., p. 204.

Oliveira afirma que “antes de ser vítima, o homem é beneficiário do sistema de gênero vigente”¹⁵.

Assim, a hierarquização de uma performance e/ou estilo de masculinidade em relação ao feminino reitera um conjunto de práticas e atributos que forjam uma distinção entre os homens e mulheres, mas, também entre os próprios homens. Por isso, há uma rejeição sistemática aos indivíduos não-heterossexuais percebidos como uma ameaça ao estilo de masculinidade historicamente forjado. Tal rejeição, e até mesmo ódio, poderia ser explicado pelo fato desses outros homens se aproximarem do campo considerado feminino. Isso ficará mais evidente quando analisarmos os exemplos oferecidos por Richard Miskolci e Albuquerque Júnior, sobretudo quando esses estudiosos abordam a masculinidade articulada a projetos políticos de poder gestados por elites de homens brancos e heterossexuais na formação de uma identidade nacional e regional no Brasil, em fins do século XIX e início do XX. Desta maneira, “a ausência das relações de poder nessas análises acabou por legitimar discursos sobre a chamada crise da masculinidade”¹⁶.

Essa ‘crise da masculinidade’ se deu entre os homens brancos estadunidenses que tiveram as suas concepções de masculinidade desestabilizadas pelo avanço dos movimentos feministas e gays nos anos de 1960. Essa suposta crise “pode ser explicada pelo afastamento da maioria dos homens do padrão percebido e legitimado como socialmente hegemônico.”¹⁷ Por conseguinte, o modelo de masculinidade norte-americana neste caso era concebido pela aquisição de “poder, fama e ocultação das emoções”¹⁸. Ao admitir as relações de poder como um elemento constitutivo das relações entre os gêneros,

emerge no contexto dos *Men's studies* a noção de masculinidade hegemônica como alternativa para se examinarem as relações entre os sexos. A masculinidade hegemônica é definida como um modelo central, o que implica considerar outros estilos como inadequados ou inferiores¹⁹.

Nesse “ressurgir” dos estudos sobre os homens e o masculino uma polarização é ativada. De um lado, os que seriam ‘normais’/ heterossexuais; do outro, seu oposto, o ‘anormal’/ homossexual. Para Almeida, “basta a orientação sexual para inserir a diferença”²⁰. Cecchetto e Welzer-Lang destacam que foram os estudos sobre a homossexualidade²¹ masculina que possibilitaram uma maior

¹⁵ OLIVEIRA, op. cit., p. 190.

¹⁶ CECCHETTO, op. cit., p. 60.

¹⁷ Ibid., p. 61.

¹⁸ CECCHETTO, op. cit., 62.

¹⁹ Ibid., p. 63.

²⁰ CORRÊA; PISCITELLI, op. cit., p. 207.

²¹ Conferir: GREEN, James. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000; CARRARA, Sergio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira: *Cadernos Pagu* (28), Campinas, janeiro-junho de 2007, p. 65-99.

concentração dos estudos sobre os homens, denunciando as hierarquias de gênero e concepções sobre a sexualidade masculina. Porquanto, como sugere o antropólogo Júlio Simões, “a sexualidade, longe de ser matéria confinada à intimidade e à privacidade de cada qual, é um terreno político por excelência”²². Para o sociólogo Richard Miskolci,

a masculinidade, em uma perspectiva cultural, tem significados múltiplos, variáveis e até mesmo contraditórios. Como bem simbólico altamente valorizado, em fins do XIX, [por exemplo,] se associava à honra e à própria nacionalidade²³.

A historiadora Maria Izilda Matos sublinha “a necessidade de se historicizar os conceitos e categorias analíticas, aceitando a sua própria instabilidade como aliada na subjetividade crítica do historiador”²⁴, todavia, ela identifica que:

apesar da ampla produção na área de estudos de gênero e [de suas] instigantes contribuições, pouca atenção é dada à história dos movimentos feministas e ainda *são raros os estudos na produção historiográfica brasileira sobre as masculinidades*, deixando a impressão de que os homens existem em algum lugar além, constituindo-se num parâmetro extra-histórico e universalizante²⁵.

O historiador Albuquerque Júnior salienta a necessidade de superarmos a visão “diádica dos gêneros” na historiografia das mulheres, por exemplo, que “opôs a mulher ao ser homem como duas realidades distintas e homogêneas”²⁶. O autor ainda menciona a necessidade de ampliarmos e explorarmos o masculino e as experiências de ser homem. Dessarte, fazer a história dos homens, sugere o autor:

não mais como indivíduos ou partícipes de feitos coletivos, mas como gênero, não a história de homens como agentes do processo histórico, mas como produtos deste mesmo processo, a história de homens construindo-se como tal, a história da produção de subjetividades masculinas, em suas várias formas, a história da multiplicidade de ser homem²⁷.

No campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil os “homens passaram a ser incluídos como uma categoria empírica a ser investigada”²⁸. A principal motivação era desnaturalizar concepções essencialistas sobre o

²² SIMÕES, Júlio Assis. *Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 12.

²³ MISKOLCI, op. cit., p. 62.

²⁴ MATOS, Maria. Izilda. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001, p. 46.

²⁵ MATOS, op. cit., p.46, grifo meu.

²⁶ ALBUQUERQUE JR., op. cit., p. 29.

²⁷ Ibid, p. 23.

²⁸ CECCHETTO, op. cit., p. 53.

masculino, criticando a noção de masculinidade hegemônica como categoria universal e ahistórica. Com essa nova percepção e orientação, a categoria homem foi associada aos papéis sexuais, como 'ativo' ou 'passivo', por exemplo - forjando duas categorias sociais distintas: os 'homens' e as 'bichas'²⁹. Cecchetto sublinha que os homens são 'idealmente percebidos como 'ativos' e, portanto, não homossexuais. Bichas seriam tipificadas como 'passivos', tornando-se "alvo de perseguição e são representados através de modelos de submissão",³⁰ logo, aqueles classificados como 'homens' seriam os portadores e mantenedores do privilégio do *status* de macho.

O que estava em jogo era "a hegemonia de um certo modo de representação do masculino. [Que] tomam o homem branco heterossexual como modelo, sendo este considerado uma categoria não marcada por gênero e raça"³¹. Porém, a ideia de uma distinção entre uma masculinidade hegemônica³² e as subalternas é frágil, pois permite indagações do tipo: quais suas fronteiras e seus limites? Onde terminaria uma e onde começaria(m) a(s) outra(s)?

Em vista disso, entendo que estudar as masculinidades não é apenas focalizar a dimensão sexual, é, por exemplo, problematizar os sentidos que atribuímos às concepções de violência e paternidade, temas³³ estes que para Cecchetto ainda não foram efetivamente problematizados pelos estudos sobre o(s) masculino(s). Além disso, a dicotomia entre masculinidade hegemônica e subalterna produz hierarquias de gênero, porquanto:

é sobre a emasculação de outros que se constrói um tipo de masculinidade hegemônica. [...] A definição de masculinidade é um procedimento político: envolve a criação de outros, sem a definição das masculinidades subordinadas, a definição de masculinidade hegemônica permanece incompleta³⁴.

Diante disso, um dos desafios é deslocar o olhar das naturalizações e cristalizações que compreendem a masculinidade como sinônimo de violência, força, dominação, virilidade e potência sexual, construindo uma análise

²⁹ Sobre a dicotomia entre 'homens' e 'bichas' nos anos 1960-70, ver: GREEN, op. cit., p. 251-390; TREVISAN, João Silvério: *Devassos no paraíso – A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2011.

³⁰ CECCHETTO, op. cit., p. 54-55.

³¹ Ibid., p. 55.

³² Sobre o conceito de masculinidade hegemônica e suas instabilidades, ver: CONNELL, Robert. W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1), janeiro-abril, 2013, p. 241-282; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Masculinidades, diferenças, hegemonias. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013, p. 233-240.

³³ Conferir: COELHO, Sandra Maria de F.; CARLOTO, Cássia Maria. Violência doméstica, homens e masculinidades: *Revista textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6 nº 2, jul/dez, 2007, p. 395-409; Santos, Jorge Luiz O. *Menino que faz menino ainda é menino?* Homens jovens e pais construindo o seu protagonismo. Tese (Doutorado em Antropologia), UFPA, Belém, 2011.

³⁴ CECCHETTO, op. cit., p. 66-67.

histórica, visibilizando as experiências não hegemônicas que atuam, também, na construção das masculinidades.

Violência como signo de Masculinidade

A concepção de que ao nascer com um pênis o sujeito deve ser viril, forte e brigão é comum no senso comum e permeia o imaginário masculino desde a infância. Recorrentemente, a masculinidade é confundida e naturalizada com a expressão da violência. Por ser considerado um dos signos inerentes da condição masculina, a violência é naturalizada e estimulada como expressão de virilidade. “Guerras, esportes, extorsões, mortes, estupros, violências domésticas... a violência é onipresente nas nossas sociedades [...] é antes de mais nada, e principalmente, masculina.”³⁵ Homens e mulheres, jovens e idosos, pobres e ricos podem atribuir diferentes sentidos ao ato de violência, pois as “nossas categorias de definição da violência são também pré-noções que é preciso desconstruir”³⁶. Além do mais, complexificando o que fora naturalizado, ninguém é vítima ou algoz o tempo todo. A violência, seja a física ou a simbólica, é um exercício de poder, que expressa e institui hierarquias, dominação e opressão de gênero.

Sexual e socialmente, a condição de macho precisa o tempo todo ser provada, legitimada. Frequentemente, “cada homem, competindo um com o outro, deve mostrar durante o tempo todo, e mais que qualquer outra coisa, que ele é um homem de verdade”³⁷. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que a oposição entre heterossexual e homossexual é um operador hierárquico das relações entre os homens. Cecchetto identifica que o uso de termos como “atividade” e “passividade”³⁸ agencia signos, atributos de “dominação e submissão”, sedimentando uma relação hierárquica. Nas suas palavras, o poder “masculinizado é associado àqueles que controlam recurso e têm interesse em naturalizar e perpetuar esse controle, incluindo nesse poder a capacidade de feminilizar os subordinados”³⁹. Por conseguinte, os homens que apresentam sexualidades não heterossexuais são estigmatizados, identificados como “não sendo homens normais, suspeitos de ser ‘passivos’ e ameaçados de ser assimilados e tratados como mulheres”⁴⁰.

Assim, “entre os homens o feminino se torna o pólo antagônico central, o inimigo interior que deve ser combatido”⁴¹. Welzer-Lang⁴² identifica a homofobia, a transfobia e a misoginia como efeitos de uma sociedade

³⁵ WELZER-LANG, op. cit., p. 113.

³⁶ WELZER-LANG, op. cit., p. 114.

³⁷ Ibid., p. 117.

³⁸ MISSE, Michel. *O Estigma do Passivo Sexual*. Um símbolo de estigma no discurso cotidiano. 3ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2005.

³⁹ CECCHETTO, op. cit., p. 69.

⁴⁰ WELZER-LANG, op. cit., p. 120.

⁴¹ Ibid., p. 118.

⁴² WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001, p. 460-482.

androcêntrica que tende a excluir tudo que se refere às mulheres ou possa ser associado a elas. No mesmo sentido, Miskolci denomina essas e outras práticas como:

efeminofobia entre homens que se relacionam com outros homens, mas que cultuam como valor máximo a masculinidade e os privilégios históricos concedidos dela. No vasto espectro das homossexualidades brasileiras, hoje vige uma hegemonia interna masculinista, branca e de classe alta dos que se compreendem como 'discretos' e aspiram ser vistos com heterossexuais relegando para outros/as a linha da recusa social. É a este espaço da abjeção que são relegados os/as não-brancos, pobres, 'afeminados', 'masculinizadas', em suma, os/as *queer*⁴³.

Nessa perspectiva, Welzer-Lang lembra que "mesmo sendo um homem, um dominante, todo homem está submetido às hierarquias masculinas"⁴⁴. Nem todos os homens compartilham as mesmas experiências e vivências no espectro das masculinidades. Marcadores sociais como etnia, classe social, identidade nacional e/ou regional, orientação sexual, identidade de gênero, nível educacional e geracional, contribuem na sedimentação de um modelo de masculinidade branca e heterossexual em detrimento de outras, a masculinidade feminilizada, por exemplo, todas historicamente forjadas.

Por tudo isso, é preciso "desconstruir o masculino, revelando-o como gênero permeado também pelas relações sociais do sexo"⁴⁵. Nesse sentido, é necessário desmistificar, desnaturalizar e historicizar a masculinidade e suas investidas, desvelando os processos de naturalização e regulação de uma posição de gênero normativa que pressupõe uma heterossexualidade naturalizada que subalterniza todas as outras expressões, estilos/performances de masculinidades, as quais desestabilizam o modelo de masculinidade branca, heterossexual e viril. Em vista disso, desconstruir aqui é percebido como um modo de "admitir e analisar as operações de exclusão, de rasura, de violenta forclusão, de abjeção e seu inquietante retorno, presentes na construção discursiva do sujeito"⁴⁶. É evidenciar que a noção naturalizada que se tem do masculino é fruto de um processo histórico que faz parecer indissociável os elementos: homem, macho, pênis; além do mais, é constatar que tal associação atende à manutenção e perpetuação de um histórico processo de dominação que tem como base a noção do masculino como um paradigma.

É importante destacar que a masculinidade é histórica, não está dada, ela é um devir, 'um fazer', um não-lugar, um processo incompleto que se opera

⁴³ MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa, (Org.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 23.

⁴⁴ WELZER-LANG, op. cit., 2001, p. 466.

⁴⁵ Ibid., p. 117.

⁴⁶ SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 114-115.

na sua maioria de forma violenta, seja sobre si mesmo, seja sobre o *outro*. Deste modo, nota-se que “a aquisição da masculinidade [é] um processo violento em quase todas as sociedades humanas”⁴⁷. É um jogo de hierarquias nas relações entre os homens. Pois, conseqüentemente, “as relações homens/homens são estruturadas conforme a imagem hierarquizada das relações homens / mulheres”⁴⁸. Dado que, é através das relações sociais entre os sexos que um estilo/performance de masculinidade é historicamente valorizado enquanto outro é desqualificado. Para Oliveira, a hierarquia de gênero forja “um lugar de poder e primazia ao homem por meio de prerrogativas acessíveis àqueles que se aproximam dos traços masculinos tidos como legítimos e autênticos”⁴⁹. Neste caso, a disputa circunda a definição do que viria a ser considerado o ideal masculino legítimo para uma dada sociedade e em um dado recorte de tempo.

Por esses motivos, compreendo que estudar as masculinidades numa perspectiva histórica é examinar “as maneiras pelas quais os significados de gênero variam de cultura para cultura e como estes se modificam através do tempo”⁵⁰. É explicar e pormenorizar como as diferenças entre os sexos são forjadas social e culturalmente e por isso são passíveis e possíveis de serem historicizadas. É evidenciar que “há uma diversidade de estilos ou tipos de masculinidades, cada um deles correspondendo a diferentes inserções dos homens nas áreas da política, da economia e da cultura”⁵¹. Como afirma Louro, “as formas como nos apresentamos como sujeitos de gênero e de sexualidade são, sempre, formas inventadas pelas circunstâncias culturais em que vivemos”⁵². Além disso, cabe ressaltar que, se as relações de masculinidade(s) e feminilidade(s) são constructos forjados na interação entre os sexos, podemos “perceber que o masculino está no feminino e o feminino está no masculino”⁵³. Ou seja, um não exclui o outro, são campos interdependentes.

Deste modo, uma análise que queira compreender historicamente uma dada gramática de gênero precisa considerá-los sincrônica e diacronicamente, considerando suas rupturas e continuidades, para não incorrer numa simplificação investigativa. Tal assertiva vem ao encontro dos mais recentes debates no campo dos estudos de gênero, principalmente aqueles que tenham por objetivo investigar as chamadas experiências trans⁵⁴, que provocam um curto circuito na ordem corpo-sexo-gênero-sexualidade-desejo.

⁴⁷ CECCHETTO, op. cit., p. 77.

⁴⁸ WELZER-LANG, op. cit., 2001, p. 117.

⁴⁹ OLIVEIRA, op. cit., p. 235.

⁵⁰ CECCHETTO, op. cit., p. 56.

⁵¹ Ibid., p. 57.

⁵² LOURO, op. cit., p. 86-87.

⁵³ CORRÊA; PISCITELLI, op. cit., p. 210.

⁵⁴ BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília/UnB. 2003; AVILA, Simone. N; GROSSI, Miriam. P. O 'Y' em questão: As transmasculinidades brasileiras. In: *Fazendo Gênero 10* (anais eletrônicos). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 1, 2013, p. 1-12; AVILA, Simone N. *Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais*. RJ: Editora Multifoco, 2014; JESUS, Jaqueline G. (Org.). *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014.

Assim, homens e mulheres podem ter performance e/ou atributos que um dado regime de gênero pode qualificar como pertencentes ao campo do(s) masculino(s) ou feminino(s) independentemente do sexo biológico, expondo como o gênero é um constructo social, cultural e histórico e não um dado biológico. O que possibilita perceber que "homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino"⁵⁵, por exemplo. Estes são alguns dos desafios, a meu ver, para aqueles/aquelas que se aventuram por este percurso historiográfico.

Masculinidades e a construção da nação e da identidade nordestina

Para explorar a dimensão histórica das masculinidades apresento dois importantes trabalhos, os de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior, os quais se propõem a analisar como o agenciamento de um ideal de masculinidade foi articulado na elaboração de projetos de poder gestados por uma elite de homens brancos e heterossexuais.

Miskolci analisa como um ideal de masculinidade foi agenciado pelo projeto republicano de fins do século XIX, no Rio de Janeiro. Explica como um desejo de progresso se mesclava a temores com relação às mudanças nas hierarquias sociais. Em suas palavras, "o desejo da nação conduzia um projeto de hegemonia política que encarava a sociedade como uma realidade biológica"⁵⁶. Esse projeto político tinha como marca o controle das relações sexuais, ou do que o autor denomina de agenciamento do desejo. O ideal de civilização da Primeira República estava, pois, assentado em um Estado Biopolítico⁵⁷. A partir de condições estratégicas de poder, uma elite branca e heterossexual promoveu formas sutis de interferência e disciplinamento da vida individual e privada.

Nesse projeto político de poder "o sexo era visto como o meio crucial para a reprodução social e seu futuro"⁵⁸. Para o autor, o medo da degeneração provocado pela desestabilização das hierarquias sociais pós-Abolição e da miscigenação que poderia branquear ou 'escurecer' as pessoas, legitimava discursos familistas e intervencionistas, presentes em diversas propostas de controle da sexualidade, principalmente dos homens-filhos da elite. Para Miskolci, "o ideal nacional branqueador tinha como um de seus pilares a

⁵⁵ BUTLER, op. cit., p. 24-25.

⁵⁶ MISKOLCI, op. cit., p. 39.

⁵⁷ Richard Miskolci compreende o Estado como "um arranjo cultural e histórico, portanto baseado em uma confluência articulada entre interesses econômicos e políticos dentro de uma sociedade em uma determinada época. [Por sua vez], a biopolítica se associa e depende da atenção a fenômenos como nascimento, morte, doença e reprodução, com o objetivo de disciplinar – ou até mesmo eliminar – os degenerados e anormais, os inimigos da família e da nação". MISKOLCI, op. cit., p. 41-44.

⁵⁸ MISKOLCI, op. cit., p. 43.

reprodução sob controle masculino⁵⁹, logo, o futuro da nação dependia de casais reprodutivos constituídos a partir do homem branco. Desta forma, o autocontrole representava o acesso à vida pública, “o desejo, assim, não é um complemento ou acessório de uma questão política maior, mas antes seu fundamento e sustentação, o alicerce invisível sobre o qual se construíam as partes visíveis da nação⁶⁰”.

O sociólogo destaca as historicidades da(s) masculinidade(s) ao afirmar que em fins do século XIX ela exigia controle das paixões, autodisciplina em relação às pulsões sem regras e a educação do sentimento e do desejo. Em suas palavras, “a consolidação do regime republicano é marcada por uma associação entre Estado e masculinidade que colocava à prova a capacidade de autodomínio de nossos homens de elite⁶¹. Miskolci focaliza “a relação cultural e histórica entre a nacionalidade e o gênero masculino⁶². A masculinidade e a honra nessa conjuntura eram percebidas como sinônimos, mas também um privilégio almejavél e possível aos homens brancos de elite, pois eram estes que viviam em busca de adequação social e sofriam o temor do desvio, entenda-se da homossexualidade. Por fim, para o autor:

o desejo da nação se constituiu em uma educação do desejo, seu agenciamento, de forma que o projeto nacional de então se concretizou em um agenciamento psíquico, e, sobretudo, na criação de nossa cultura baseada em pressupostos masculinos, heterossexuais, racistas e elitistas sobre a nação⁶³.

O segundo estudo a receber destaque é desenvolvido pelo historiador Albuquerque Júnior ao focalizar o surgimento do nordestino como identidade política e cultural entre os anos de 1920 e 1940. Para ele, “o nordestino é constituído através do agenciamento de uma série de imagens e enunciados que constituíam tipos regionais anteriores⁶⁴, logo, este sujeito histórico será uma figura gestada nos discursos regionalista e tradicionalista como cordel, literatura e poetas populares. Ainda para o autor, o nordestino forjado e desejado nestes discursos representava a reserva de valores tradicionais como virilidade, força e bravura que estavam – na visão da época – sendo solapados pelo mundo urbano com a entrada das mulheres no espaço público, por exemplo, provocando fraturas na relação entre os sexos. Nessa conjuntura histórica, o tipo nordestino é uma amálgama de vários tipos desenhados com atributos masculinos, ou seja, o sertanejo, o brejeiro ou praieiro, o vaqueiro, o jagunço, o caboclo, o senhor de engenho. Todos esses tipos se relacionavam com os códigos sociais da época atribuídos aos homens. “Homens anônimos, sem rosto, nômades, desterritorializados, [...] homens sem identidade, mas tão fundamentais na criação de uma identidade para o nordestino⁶⁵”.

⁵⁹ Ibid., p. 54.

⁶⁰ Ibid., p. 47.

⁶¹ Ibid., p. 53.

⁶² Ibid., p. 60.

⁶³ Ibid., p. 68.

⁶⁴ ALBUQUERQUE JR., op. cit., p. 186.

⁶⁵ Ibid., p. 205.

Albuquerque Júnior e Miskolci concordam que a exclusão de sujeitos considerados inferiores, desviantes, anormais, é recorrente no projeto de poder gestado pelas elites, tanto do Rio de Janeiro quanto de Pernambuco. No caso da Primeira República, o medo era o da degenerescência social possibilitada pela interação sexual entre classes e/ou 'raças'. Para Miskolci, a Abolição não abalou as hierarquias sociais, pelo contrário, provocou uma mudança de estratégias com o intuito de mantê-las. No Nordeste, uma nova experiência de feminilidade foi engendrada, enquanto "o sertanejo seria o cerne da nossa nacionalidade, seria aquele elemento que não foi modificado pelas influências cosmopolitas, fora do contato com a civilização",⁶⁶ as mulheres, por sua vez, eram figuras ímpares, "pareciam ter que se masculinizar [...] não era apenas o mundo masculino que estava fechado [a elas], mas a própria região parecia excluir o feminino"⁶⁷.

Por sua vez, a masculinização da mulher do Nordeste explicar-se-ia pela seca e pela ausência dos maridos que migravam nessa ocasião, obrigando-as a assumirem suas tarefas e o seu lugar na família:

É na reação ao mundo moderno, que parecia querer embaralhar as fronteiras entre os gêneros, que vinha feminizando perigosamente a sociedade e a região, provocando desvirilização e a masculinização das mulheres, que o nordestino é inventado como um tipo regional destinado a resgatar padrões de masculinidade que estariam em perigo; um verdadeiro macho capaz de restaurar o lugar que seu espaço estava perdendo nas relações de poder em nível nacional⁶⁸.

O autor evidencia que a imagem do nordestino foi um histórico instrumento político agenciado pela elite pernambucana com o intuito de obter recursos financeiros da União para os cofres da região. As figuras de gênero foram agenciadas para falar e dar sentido à crise econômica, política e social vivida pelo Nordeste. A pedagogia de gênero presente nos discursos regionalistas daquela época concebiam as mudanças promovidas pelo mundo moderno – devido à influência de valores com "tendências niveladoras [e] democratizantes" entre homens e mulheres – como um fator de desestabilização dos papéis sociais do sexo. Neste caso, a inserção de novos agentes sociais e suas demandas por maior participação política, principalmente no lugar ocupado pelas mulheres - agora se avizinando aos homens no espaço urbano - pareciam ameaçar a manutenção das hierarquias de gênero.

O Nordeste era visto como se estivesse "se feminizando, tornando-se passivo" e, portanto, precisando de um "novo homem" capaz de responder de maneira viril, à fratura promovida pela Abolição e pelo advento da República nas hierarquias sociais e de gênero. Para Albuquerque Júnior: "neste início de século [XX], os códigos de gênero começam a se tornar assunto político, a lei

⁶⁶ Ibid., p. 189.

⁶⁷ Ibid., p. 224.

⁶⁸ ALBUQUERQUE JR., op. cit., p. 226.

cada vez mais vai invadir este espaço de intimidade, prescrevendo papéis e criminalizando práticas antes admitidas”⁶⁹.

Portanto, o nordestino é um efeito das relações de poder, um sujeito histórico relevante na compreensão dos conflitos regionais no Brasil do século XX. Penso que sua historicidade é um exemplo prático de como podemos desnaturalizar as figuras e os papéis/performances de gênero, permitindo pensar outras formas possíveis de ser homem e ser mulher no Nordeste, e em outras conjunturas históricas específicas, para além dos estereótipos do macho e sua companheira submissa.

A meu ver, esses trabalhos apontam a maneira como em períodos distintos da história, um padrão de masculinidade foi agenciado e evocado na formatação dos homens em uma dada sociedade. Por outro lado, evidenciam a historicidade e multiplicidade de sentidos atribuídos às experiências de masculinidade(s) e feminilidade(s), como apresentados anteriormente. Em ambos os casos, almejava-se um homem másculo, forte, viril, capaz de controlar suas paixões e assim manter a ordem social. Porém, ao aproximarmos as análises, podemos perceber que o grande temor era a degenerescência social, leia-se, a homossexualidade, concebida também como sinônimo de efeminamento, na virada do século XIX para o XX. Deste modo, é perceptível o quanto a masculinidade é um constructo frágil, volátil e passível de reinvenção. E por isso, possível de ser historicizada.

20

Considerações finais

Como sublinha Scott, em *A invisibilidade da experiência*, a experiência não deve servir como evidência para ilustrar a diferença (de sexo, gênero ou sexualidade), pois “não são indivíduos que têm experiências, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência”⁷⁰. O potencial produtivo e questionador da experiência encontra-se no momento em que ela é usada como possibilidade de exploração do processo de construção das próprias diferenças. Por isso, é possível pensar historicamente nas masculinidades, tomando como ponto de partida um conjunto plural de experiências sociais, culturais e históricas que delineiam e dão sentido às experiências de masculinidades.

Isto posto, podemos perceber que a(s) masculinidade(s) é formada a partir de um conjunto amplo de experiências históricas. Logo, é importante historicizar estas práticas e assim “tornar histórico o que fora escondido da história”⁷¹. Porquanto, investigar as masculinidades é evidenciar que “há uma diversidade de estilos ou tipos de masculinidades, cada um deles correspondendo a diferentes inserções dos homens nas áreas da política, da

⁶⁹ Ibid., p. 228.

⁷⁰ SCOTT, Joan. *A Invisibilidade da Experiência*. *Projeto História*, São Paulo, nº 16, 1998, p. 303-304.

⁷¹ Ibid., p. 297-299.

economia e da cultura⁷². Como desafio, Cecchetto sugere que produzamos uma “desconstrução crítica da homologia masculino/público/político, ou seja, de uma masculinidade hegemônica⁷³. Tal desconstrução, na minha percepção, contribui para apontar e desnaturalizar estereótipos que estigmatizam e reforçam práticas misóginas e homofóbicas, por exemplo. Denunciando, assim, que tal associação não é natural, mas, um constructo historicamente⁷⁴ forjado e sedimentado através da uma pedagogia de gênero heterossexista. Um exemplo dessa investida analítica é o artigo da antropóloga Adriana Piscitelli⁷⁵ que focaliza as concepções de gênero atribuídas aos homens e mulheres na narrativa biográfica de fundadores de grupos empresariais brasileiros, demonstrando como denominadores de feminilidade e masculinidade são articulados na ocupação de determinados cargos na hierarquia destas empresas.

Dessa maneira, não podemos incorrer no equívoco de analisar as relações de gênero sem considerar as relações de poder. Gênero como uma *categoria* de análise também é atravessado por outros marcadores sociais como classe, poder, raça, etnicidade, faixa etária e sexualidade. O gênero nos permite historicizar, politizar e explicar o processo de invenção e construção da diferença entre os sexos, desconfiando das identidades prontas, dos binarismos, dos interditos, dos silenciamentos, “das afirmações totalizantes da economia significativa masculinista⁷⁶, que alimentam a dominação e a assimetria nas relações inter-gêneros (homens e mulheres) e intra-gêneros (homens e homens/ mulheres e mulheres).

Ao falar de masculinidade não falamos apenas de personagens ou características individuais, mas de toda uma organização de práticas sociais e instituições formadoras que contribuem na construção e sedimentação de certos registros compartilhados sobre gêneros⁷⁷.

Reconhecer a multiplicidade de experiências do masculino provoca fraturas no modelo de masculinidade normativa branca, heterossexual e viril. É identificar que ‘ser homem’ é uma experiência da ordem do social, cultural, histórico e não do transcendente. Isto posto, falar de gênero é incluir

⁷² CECCHETTO, op. cit., p. 57.

⁷³ Ibid., p. 56.

⁷⁴ Sobre a historicidade e a multiplicidade das masculinidades, ver: BESSA, Karla Adriana M. (Org.). “Dossiê Masculinidades”. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, 1998, p. 157-343; PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (Orgs.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2013.

⁷⁵ PISCITELLI, Adriana G. Pioneiros: masculinidades em narrativas sobre fundadores de grupos empresariais brasileiros. In: SCHPUN, Mônica Raisal. (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 175-203.

⁷⁶ BUTLER, op. cit., p. 33.

⁷⁷ ARAGÃO, Rafael. O homem é desse mundo: para entender a masculinidade como um processo histórico. In: *Estudos e política do CUS - Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade*. COLLING, Leandro; THÜRLER, Djalma. (Orgs.). Salvador: Edufba, 2013, p. 344.

as categorias 'mulher', 'mulheres', 'feminismo', 'feminilidades', 'masculinidades' e 'relações de gênero' [...] no centro do debate historiográfico, tentando fazer com quem essas categorias se tornem cada vez mais comuns para quem pesquisa nesse campo⁷⁸.

Enfim, é fundamental "que os pesquisadores comecem a se interessar pelo seu gênero"⁷⁹. Inclusive, reconhecendo a "importância da sexualização do discurso historiográfico"⁸⁰, pois não estamos fora do rio da história. As normas de gênero nos atravessam, nos perpassam, pois não estamos desconectados do nosso tempo e espaço. Ao olharmos para um acontecimento, conscientes ou não, já atribuímos sentidos, valores, que nos são possíveis por e pela nossa experiência sexual de sujeito. É reconhecermos em nossas análises que o nosso olhar também é sexuado. Que pesquisador "pode pretender ter hoje um ponto de vista objetivo, não influenciado por seu sexo social ou sexualidade?"⁸¹ Outra possibilidade nesse campo é questionar, problematizar e confrontar os elementos que integram as experiências de masculinidades e feminilidades, mapeando-os, a fim de compreender como eles concorrem para a elaboração, manutenção ou subversão de uma histórica gramática de gênero numa dada sociedade.

Dessa maneira, os estudos sobre masculinidades precisam denunciar as históricas e datadas relações de poder, as hierarquias de gênero, a dominação masculina, evidenciar que a experiência forja o sujeito, e não as diferenças biológicas, e, portanto, é da ordem do social, do cultural, histórico e não da ordem do transcendente, desestabilizando assim o regime heterossexista. É preciso nomear, pois o silêncio alimenta a dominação e o *status quo*. É colocar em xeque a ordem de gênero, nomear as práticas de violência, provocar abalos, mudanças. Os estudos que não estejam atentos a essas questões se tornam inócuos, portanto são ignóbeis.

22

Sobre o autor

Natanael de Freitas Silva é professor, licenciado em História pela UFRRJ. Mestrando e bolsista da CAPES no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual. E-mail: natanaelfreitass@gmail.com.

Artigo recebido em 26 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 20 de julho de 2015.

⁷⁸ PEDRO, op. cit., p. 277.

⁷⁹ WELZER-LANG, op. cit., p. 112.

⁸⁰ RAGO, op. cit., p. 90.

⁸¹ WELZER-LANG, op. cit., p. 124.

REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA MINISSÉRIE "AMAZÔNIA: DE GALVEZ A CHICO MENDES": PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DE UMA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

POLLYANA DOURADO

Universidade Federal de Goiás (UFG)

ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES

Universidade Federal de Goiás (UFG)

RESUMO

Este artigo apresenta análises discursivas referentes às representações femininas veiculadas na minissérie de TV "Amazônia: de Galvez a Chico Mendes". A partir de uma epistemologia feminista, busca-se identificar e problematizar as relações de gênero e os papéis sociais atribuídos às mulheres nessa ficção e na história. Além disso, discute-se o uso do gênero como uma categoria analítica viável para os estudos históricos e da comunicação. O conceito de discurso como referência a enunciados que podem ser ditos ou não em determinadas condições históricas, ancora as reflexões acerca das representações femininas, dos mitos sobre a Amazônia e de como se dão as apropriações destas narrativas pelo discurso ficcional.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia feminista; Estudos Históricos; Representação feminina; Minissérie.

ABSTRACT

This article presents discourse analysis related to women's representations conveyed in the TV miniseries "Amazon of Galvez to Chico Mendes". From a feminist epistemology, we seek to identify and discuss gender relations and social roles assigned to women in this fiction and history. Further, it discusses the use of gender as a viable analytical category for historical studies and communication. The concept of discourse to refer to statements that can be said or not in certain historical conditions, anchors the reflections of women's representations of myths about the Amazon and how to give the appropriations of these narratives by fictional discourse.

KEYWORDS: Feminist Epistemology; Historical Studies; Female representation; Miniseries.

Gênero, história e representações

Este artigo¹ apresenta um diálogo entre o campo comunicacional e a historiografia, compreendendo que tal perspectiva metodológica proporciona não apenas uma pluralidade de saberes, como também abre um leque de possibilidades para se pensar os meios de comunicação como construtores sociais de sentidos. Para isso, apresentamos análises discursivas referentes às representações femininas veiculadas na minissérie "Amazônia: de Galvez a Chico Mendes", identificando e problematizando os papéis sociais atribuídos às mulheres nessa ficção.

Cabe ressaltar o impasse construído historicamente baseado no pressuposto de que a História trabalha com a verdade dos fatos e que as ficções não possuem comprometimento com a realidade. Impasse, esse, que Paul Veyne questiona, ao defender que

A história é narrativa de acontecimentos: tudo o resto daí decorre. Dado que ela é no conjunto uma narrativa, não faz reviver, tal como o romance; o vivido tal como sai das mãos do historiador não é o dos atores; é uma narração, o que permite eliminar alguns falsos problemas. Como o romance a história seleciona, simplifica, organiza, faz resumir um século numa página².

24

Para aquele historiador, como a escrita da história também pode ser pensada como um romance, a única condição para que se construa tal narrativa é que ela se baseie em um real vivido (algo que tenha de fato ocorrido). Como a literatura, o cinema e a teledramaturgia têm sido trabalhados pelos estudos históricos? A produção ficcional serve como fonte histórica? Questionamentos deste cunho proporcionaram à crítica ao conhecimento histórico, como discurso propagador de relatos factuais portadores de verdades sobre os mesmos, cada vez mais espaço no universo acadêmico. A ideia de a História representar a verdade e a Estória ser uma mera invenção vem sendo cada vez mais combatida. Um dos historiadores que produziu pertinentes críticas à homogeneização daquilo que era considerado fonte histórica foi Paul Veyne. Ele questionou não apenas o estatuto da verdade histórica, mas também das fontes, ampliando seu espectro.

Neste artigo propõe-se analisar uma minissérie da Rede Globo de TV intitulada "Amazônia: de Galvez a Chico Mendes", na tentativa de mostrar e discutir as representações e as relações de gênero que informam a trama da narrativa. A partir desta análise, discute-se também o uso do gênero como uma categoria analítica viável para os estudos históricos e da comunicação. Exibida

¹ O presente trabalho é um desdobramento da pesquisa desenvolvida e defendida no curso de Especialização em História Cultural da Universidade Federal de Goiás em 2013/2014.

² VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 3ª ed., Brasília: UnB, 1995, p. 14.

em 2007, a minissérie produziu um discurso imagético a partir da narrativa histórica sobre a trajetória do Acre desde o seu processo de anexação ao Brasil, em 1899, até meados da década de 1980, com a morte do líder sindical – Chico Mendes. Este ficou conhecido mundialmente por defender a bandeira da preservação ambiental e valorização de modos de vida na floresta. A produção da Globo contou com o suporte de obras literárias, como as de Márcio Souza e Craveiro Costa, na construção do roteiro da minissérie.

A minissérie analisada neste artigo atende a determinados interesses e expectativas, pois sua narrativa denota um viés moralizante e com apelo sentimental, que tem como eixo a vida difícil na Amazônia/Acre. Esta pode ser superada pela ação de homens de pulso firme, seringalistas e seringueiros que desbravam a selva em busca do enriquecimento rápido com a exploração do látex. Assim, a narrativa tem como objetivo mostrar que a partir do trabalho árduo é possível vencer as intempéries climáticas e toda a ordem de perigos representados pela presença de animais e insetos peçonhentos.

Na primeira fase da minissérie, há uma nítida divisão em dois núcleos de protagonistas: o núcleo do seringal Santa Rita e o da vida dos que lucram com a exploração do látex no Acre, os seringueiros. Nesses dois núcleos, as mulheres aparecem como pessoas que apoiam e acompanham seus companheiros, pais, irmãos, na saga em busca do enriquecimento rápido oriundo do primeiro surto da borracha.

Já no primeiro capítulo da telenovela é perceptível a presença de uma representação da “descoberta” de um mundo novo na selva. O rio caudaloso, de águas amareladas, cor de barro, uma imensa área verde, sem nenhum tipo de rastro de vida humana, associado a um fundo musical que dá a ideia do deslumbramento com o “exótico”. Neste cenário natural abriga dois tipos de personagens, reproduzindo a lógica binária de leitura do mundo: a *mulher da cidade* e a *mulher da selva*. Ilca (mulher da cidade, civilizada), jovem educada, gaúcha, surge no final da primeira temporada junto com o protagonista da “revolução acreana”³ (Plácido de Castro), ao representar a grande fonte inspiradora da busca das riquezas no “selvagem” *El Dorado*, em contrapartida, expõe também a saga da família de Delzuite (mulher bárbara), filha de um casal de nordestinos que chega ao seringal Santa Rita já com dívidas das

³ Autores que buscam desconstruir a ideia do herói criada pela narrativa cartesiana permitem problematizar a importação de conceitos europeus acerca dos “golpes” pelo poder em outras regiões. A lógica da revolução permite a construção de uma narrativa do “povo heroico” que lutou, arduamente, para tornar-se brasileiro. Cf. SOUZA, José Dourado de. *Entre lutas, porongas e letras: a escola vai ao seringal – (re) colocações do Projeto seringueiro (Xapuri/Acre – 1981/1990)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FAR, 2011. A perspectiva que José Dourado de Souza traz para os estudos históricos é a de um olhar que nega a lógica do progresso na narrativa historiográfica; tendo em vista que o autor não compreende o processo jurídico/político envolvendo a causa das disputas pelas terras bolivianas no início do século XX como um avanço para os povos que habitavam tal espaço e vivam da atividade extrativista. É preciso que narrativas factuais que imprimem um discurso linear à história passem a ser repensadas (WHELING, Arno. *Historiografia e epistemologia histórica*. Cf. MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009).

passagens e de todos os produtos de ordem básica. Essas duas personagens nos possibilitam compreender o discurso da minissérie da Globo e a narrativa histórica deste espaço, bem como o modo como estes discursos se coadunam, se contradizem, dialogam em alguns momentos e, principalmente, como eles passam a ser reafirmados pela narrativa novelesca que polariza o conflito entre a civilização e a barbárie e a posição da mulher nessa partilha: Delzuite (filha de pais seringueiros e noiva de filho também de pais seringueiros) e Ilca (filha de uma família tradicional da região sul e noiva de Plácido de Castro, aventureiro que se torna o "herói" da dita revolução acreana⁴) E seus respectivos "destinos". Essas duas personagens ilustram bem os discursos os discursos acerca de duas realidades da juventude feminina vivida em duas regiões bem diferentes no mesmo país: Ilca, a noiva que é pedida em casamento em uma festa luxuosa pelo douto agrimensor e militar; e Delzuite, a noiva de Viriato que a pede em casamento em uma tapera de madeira onde mora a família da noiva.

Os discursos acerca da "juventude feminina no seringal" e da "juventude feminina no sul do país" enfocam apenas a relação econômica e geográfica, uma vez que a cultura do "pedido de casamento" é prática comum, presente em ambos os casos. Contudo, há no desenrolar da trama, uma "traição" por parte da "noiva da selva": Delzuite, deslumbrada com as promessas⁵ do "príncipe civilizado", Tavinho (filho do seringalista Firmino), cai no "conto do boto" e tem sua primeira relação sexual antes de se casar com o "filho do patrão". Neste sentido, convém a seguinte reflexão:

[...] a experiência amorosa tende a tratar dos valores que deveriam nortear o casamento, a criação dos filhos, a sexualidade, de forma a imprimir os modelos mais modernos e valiosos da família brasileira, aqueles mais entrelaçados com o projeto de ascensão social⁶.

Maria Jacob Souza discutindo a representação do popular na telenovela brasileira, afirma que tais construtos buscam agregar identidades sociais diversas e distintas em busca de uma unificação do que se poderia chamar de "identidade brasileira". As trajetórias de Ilca e Delzuite apontam para dois

⁴ Na minissérie, esse é o fato histórico que contextualiza o enredo de Galvez e suas aventuras amorosas pelos rios caudalosos e inferno verde de Alberto Rangel. É neste cenário também que a diretora permite cenas em que Galvez protagoniza o "líder" da revolução: "Quatorze de setembro, dia da revolução francesa, esta é uma ótima data para tornarmos o Acre independente", dizia Galvez na cena em que elabora estratégias de ataque ao exército boliviano.

⁵ Tavinho com seu jeito galanteador enche a moça sonhadora com promessas de um "Novo Mundo" moderno, com praças, ruas asfaltadas, teatro, roupas luxuosas, população metropolitana, que Manaus já apresentava neste período. Defronte ao seu piano, o jovem Tavinho carrega as representações ocidentais do "bom partido" que todas as sogras idealizam para o esposo de suas filhas.

⁶ SOUZA, Maria Carmem Jacob de. *Telenovela e representação social*: Benedito Ruy Barbosa e a representação do popular na telenovela Renascer. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004, p. 37.

exemplos paradoxais, em que o ficcional promove junto à memória nacional os mitos que foram utilizados para justificar desvios no comportamento sexual feminino. Sem dúvida, esta representação se refere ao imaginário cultural não só amazônico, mas brasileiro, cristão e remete à ordem moral: há nesta narrativa a alusão à crença popular amazônica do boto que ataca e enfeitiça as moças virgens que passeiam em beiras de rios sozinhas. Esta foi justamente a justificativa utilizada por Delzuite quando descobriram que ela estava grávida antes de casar-se com Viriato.

A reflexão discursiva acerca da identidade feminina na Amazônia, autoriza-nos a pensar que gênero enquanto categoria analítica para as ciências sociais requer reconhecer o caráter posicionado da ciência, assumir, enfim, uma postura política com intencionalidade de empoderamento através de bandeiras de luta de um feminismo que existe em nome de um viver autônomo, de mulheres donas de si e de seus corpos. Assim como Paul Valéry⁷ afirma que não há como “separar o observador do objeto observado”, entende-se que todo esforço epistemológico perpassa por uma iniciativa político/ideológica de cada autor. A postura politizada do autor acaba por expor um dos aspectos polêmicos do universo científico: a busca pela “neutralidade” axiológica.

Discutir a raiz do conhecimento científico, seja ele das exatas ou humanas, não é tarefa simples, de problemas bem resolvidos e de consensos. A episteme ou epistemologia das ciências ganhou um novo tratamento, sem dúvida, a partir de Michel Foucault⁸, que como ele aponta, precisa ser pensada a partir das regras de enunciação, de sua ordem do discurso. Para o autor, há uma necessidade de começarmos a pensar o estudo das ciências, bem como sua história, a partir de sua arqueologia, de suas condições de existência e silenciamento. Afinal, segundo o filósofo, a

A normatividade e o funcionamento efetivo de uma ciência numa dada época se dão apenas segundo um certo número de esquemas, modelos, valorizações e códigos. Existe um código desses discursos, existem normas para essas práticas aos quais essas práticas e esses discursos devem obedecer⁹.

As regras de enunciação de saberes são construídas por códigos pertencentes aos universos específicos de cada saber, criados por seus “especialistas” que legitimam determinados discursos e outros não. Foucault esclarece que suas propostas “não são apontamentos teóricos e nem metodológicos, mas estratégias de montagem das arqueologias destes conhecimentos, ou seja, a ideia é pensar o discurso como uma operação de

⁷ VALÉRY, Paul. Quase Política. In: BARBOSA, João Alexandre. *Variedades*. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 120.

⁸ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

⁹ FOUCAULT, Michel. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Coleção Dito e Escrito), p. 204.

forças"¹⁰. Logo, é a partir destas reflexões que podemos pensar em como construir saberes feministas: conhecendo e desnaturalizando a arqueologia dos saberes até então legitimados no universo científico, uma ciência de homens feita para operacionalizar suas criações.

Sob tais pressupostos encontram-se abrigadas as reflexões acerca da constituição do conceito de gênero como categoria analítica, propostos por Joan Scott¹¹. A autora critica a postura de feministas que se contentam com a simples "adição" das mulheres na história, como uma espécie de adendo da história geral, pois esta lógica apenas legitimava o lugar subalterno das mulheres nos relatos históricos. Além de reproduzir ainda mais a lógica dicotômica de pensar o gênero sob a máxima de feminino *versus* masculino¹², excluindo outras possibilidades de localização no mundo:

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas¹³.

28

Segundo Scott, a mulher, como categoria de análise do campo dos estudos feministas, surge a partir da década de 1960, em um contexto de mudanças sociais, culturais e políticas e também dos quadros do pensamento,

ao lado da crítica à ciência moderna, ao empiricismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas não só começaram a encontrar uma via teórica própria, como elas também encontram aliados cientistas e políticos¹⁴.

Scott defende que enquanto os grupos de historiadoras que se propõem a produzir uma história das mulheres estiverem presos a uma perspectiva falocêntrica de leitura do mundo, cairão no mesmo "labirinto" que outros

¹⁰ FOUCAULT, 2011, p. 221.

¹¹ SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*. n. 16, São Paulo, 1998, p. 303-304.

¹² SCOTT, 1998.

¹³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995, p. 18-19.

¹⁴ SCOTT, 1995, p. 20.

movimentos caíram; vide o exemplo do materialismo histórico, que mesmo pensando em uma “história vista de baixo”, suas bases epistemológicas eram, em demasia, positivistas e cartesianas. Scott deixa bem claro qual seria a postura a ser tomada pelas historiadoras feministas quando diz que “precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais”¹⁵. Logo, o confronto fixo e permanente entre feminino e masculino pertence a uma construção histórica datada e localizada, produzida a partir de relações de poder bem claras para o nosso tempo. Pensando como Donna Haraway propõe, a ciência, bem como seus criadores, necessitam responsabilizar-se pelos saberes construídos: “Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro”¹⁶. Haraway promove um debate sobre os “rumos” da ciência no século XXI, bem como sobre este momento de “crise epistemológica”, para não chamar de “fracasso” do racionalismo iluminista/cartesiano. Partindo destas reflexões, percebe-se a necessidade de reflexões críticas que invistam na ruptura com as premissas da lógica racionalista, instrumental e totalizante de leituras do social. Tal mudança permitirá, sem dúvida, viabilizar o uso do gênero como categoria analítica para o estudo das representações femininas nos discursos midiáticos¹⁷. Sobre este desafio e esta possibilidade, a convocação de Tania Navarro-Swain é instigante:

29

Que corpo é este que me impõe uma identidade, um lugar no mundo, que me conduz no labirinto das normas e valores sociais/morais? Que corpo é este que eu habito, cuja imagem invertida reflete o olhar-espelho dos outros? Que corpo é este, afinal, que sendo apenas um, pode tornar-se dois, ocupando o mesmo lugar no espaço? Corpo, feminino, corpo reprodutor, a maternidade que me desdobra vem me integrar ao mundo do social, à representação da “verdadeira mulher”¹⁸.

Nem todas as feministas acreditam no processo de empoderamento existente na autonomia sexual feminina. Tania Navarro-Swain, inquieta, questiona exatamente qual é o corpo capaz de conduzir o sujeito feminino a tantos “quadrados” estáveis e socialmente úteis. A autora problematiza os usos e abusos referentes ao conceito de gênero na história, o que traz de volta à cena principal a definição do que pode ser considerado gênero?

¹⁵ Ibid, p. 20.

¹⁶ HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41, 1995, p. 16.

¹⁷ CHARADEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

¹⁸ NAVARRO-SWAIN, Tania. A invenção do corpo feminino ou “A hora e a vez do nomadismo identitário?”. *Textos de História*. v. 8, n. 1/2, 2000, p. 47.

Há inúmeras discussões acerca das epistemologias feministas que defendem as agendas de lutas do feminismo da desconstrução derridiana¹⁹. Tania Navarro-Swain discute a pertinência e potencial do gênero enquanto categoria analítica desestabilizadora do pensamento ocidental. Para ela, o gênero vem perdendo força uma vez que o uso deste conceito acabou sendo utilizado não para quebrar a lógica da partilha binária, mas para reafirmá-la. Entendemos que a proposta do gênero como possibilidade para a ruptura do binarismo, tem pautado as discussões sobre o tema, podendo contribuir de forma significativa para repensar os estudos históricos e da comunicação. Sobretudo, no que diz respeito à representação da mulher como um sujeito passivo consumidor de discursos e produtos midiáticos. Os feminismos têm um papel ímpar no reconhecimento de que as mulheres também fazem parte da história. Além disso, ao denunciar e expor como os sujeitos femininos foram historicamente silenciados pelo discurso historiográfico, eles exigiram uma nova concepção de história e de sua escrita. Sem dúvida, a condição de silêncio e omissão destes sujeitos no campo da historiografia pode ser explicada pela lógica falocêntrica de organização social e de leitura do mundo. Uma historiografia dos grandes heróis, dos estadistas, portadores de fala, e dos proletários revolucionários do século XIX, já foi produzida, cartesianamente, e tem seu lugar hegemônico no mercado editorial. As mulheres não podem mais ser ignoradas nas narrativas históricas, pois representam a outra metade da humanidade.

Ficção, discurso, memória e poder

A partir da análise das representações femininas na referida minissérie, percebe-se a necessidade de se pensar uma problematização histórica que exponha a arquitetura das relações de poder existentes na construção das representações femininas tanto pela história quanto pelos discursos ficcionais. A questão é compreender as relações de poder que informam as representações do feminino naqueles discursos midiáticos. Há, assim, a clara necessidade de problematização historicizante destas representações: não apenas do conjunto das narrativas mitológicas, mas acerca das narrativas científicas que, se não legitimam, dão pelo menos ancoragem a tais representações. A minissérie consegue reafirmar em cenário nacional as imagens que permeiam o imaginário coletivo acerca do comportamento feminino, produzindo Ilca como o exemplo

¹⁹ Desconstruir a filosofia seria, assim, pensar a genealogia estrutural de seus conceitos da maneira mais fiel, mais interior, mas, ao mesmo tempo, a partir de um certo exterior, por ela inqualificável, inominável, determinar aquilo que essa história foi capaz – ao se fazer história por meio dessa repressão, de algum modo, interessada – de dissimular ou interditar. Nesse momento, produz-se – por meio dessa circulação ao mesmo tempo fiel e violenta entre o dentro e o fora da filosofia (quer dizer, do Ocidente) – um certo trabalho textual que proporciona um grande prazer (DERRIDA, Jacques; FOUCAULT, Michel. *Há três tempos da história da loucura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 13).

que deve ser seguido pelas moças brasileiras, telespectadoras da Rede Globo, diante de seus relacionamentos amorosos. Em contrapartida, aponta Delzuite o exemplo negativo, como o triste caso da garota "sonhadora" que se deixa levar por rapazes de "promessas auríferas", com o casamento pautado na perspectiva da ascensão social. Esses discursos não são construídos aleatoriamente, há aqui a nítida imagem dos universos "sexuais e relações de gênero construída historicamente". Por isso, há que se problematizar a arquitetura destes cenários:

Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização. Elas não definem sua constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer²⁰.

O discurso torna-se a materialização linguística da articulação entre saber e poder. Para Foucault, as condições que possibilitam o aparecimento de um objeto do discurso, ou seja, as condições históricas para que se possa dizer qualquer coisa dele, são numerosas e pesadas. Elas são construídas a partir de uma série de relações de poder que fazem com que algo seja dito, pronunciado ou silenciado. Para Foucault, não interessa produzir um estudo que identifique a origem de tais discursos, mas sim, como se deram a constituição destes, o que lhes permitiram aparecer, justaporem-se a outros discursos e o que lhes fizeram constituir-se historicamente em uma "verdade" sobre determinado objeto. O que esta análise acabaria por promover seria o nexos das regularidades que orientam sua dispersão, ou seja, em quais condições sócio-históricas estes enunciados ganham corpo e se legitimam. Foucault compreende que o discurso é uma prática social centrada no seu contexto histórico. O autor propõe que a história seja compreendida a partir de sua construção discursiva, sem, contudo, enveredar pela busca "enigmática" de sua origem; mas, aponta a necessidade de se compreender em que contexto tais discursos podem ou não serem proferidos. Logo, tem-se a análise do discurso como estratégia, não no sentido interpretativo, hermenêutico de estudo da linguagem; mas uma análise que permita compreender as relações entre saber e poder, ou seja, em que condições históricas foram possíveis o surgimento destas representações midiáticas e não de outras.

As telenovelas acabam assim por participar da construção de um conjunto de características simbólicas que congregam as identidades nacionais. Nesta minissérie, temas como a sensualização da mulher brasileira/amazônica; as narrativas míticas dos heróis nacionais que lutam pelo coletivo e os modos de vida que concatenam o passado com o presente, fazem parte do discurso ficcional em questão. Segundo Lopes,

²⁰ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972, p. 59-60.

[...] a capacidade da televisão de conectar dimensões temporais de presente, passado e futuro por meio da comemoração e da construção de uma memória coletiva e através da antecipação e da construção de expectativas a eventos ou âmbitos específicos (a ciência, a técnica, a política). Este é o nível que provoca, mesmo que de forma elementar, um sentido de pertencimento²¹.

Na minissérie em questão, a saga da "revolução acreana" e a luta/morte de Chico Mendes, representam fatos fundantes de uma memória coletiva que remetem às narrativas da historiografia oficial: a televisão seleciona e define o que a população precisa lembrar do passado para compreender o seu presente. Para Lopes²², o Brasil tem sido referência em produções ficcionais televisivas, sobretudo, em telenovelas. Elas trouxeram para o universo televisivo ficcional algo que as telenovelas de outros países não conseguiram: elas não se limitaram a produzir narrativas ficcionais romantizadas, embelezadas, de um universo dissociado do real²³. Não há como negar o sucesso da telenovela brasileira, tendo em vista que este tem sido um dos produtos culturais mais vendidos fora do país.

Além disso, há que se levar em consideração que a importância da minissérie "Amazônia: de Galvez a Chico Mendes" evidencia-se também pelo seu caráter inovador em narrar a história de um local estigmatizado nacionalmente em vista de um suposto isolamento geográfico. Durante a exibição da mesma, houve mobilizações em redes sociais que denunciavam de forma pejorativa que o "Acre não existe" ou como ficou a comunidade mais conhecida: "*Acre is lie*" no Orkut. A minissérie analisada é bem típica da rede Globo de TV: foi produzida em 55 capítulos, divididos em três fases. Outro aspecto que também tem sido utilizado em minisséries brasileiras é o da mobilização de uma memória histórica referente a determinado tempo e espaço.

A minissérie "Amazônia: de Galvez a Chico Mendes" já se apresenta como uma narrativa referente a um espaço e a dois personagens heroicizados pela historiografia oficial. O roteiro da minissérie utiliza-se de recursos que tratam de romantizar tal momento histórico a partir das relações poligâmicas que o "Imperador" Galvez acabou construindo em Manaus e no Acre. A figura de Galvez como o grande herói da "revolução acreana" é também recheada de aventuras amorosas com as mulheres da Amazônia. Ele representa ainda o laço que a Amazônia criará com o discurso da modernidade, sobretudo pelo seu "faro jornalístico" em divulgar em Manaus os conflitos entre os grandes seringalistas instalados no Acre e o governo boliviano. Galvez, o galã, acaba por tornar suas mulheres sujeitos coadjuvantes.

²¹ LOPES, Maria Immacolata Vassalo. Para uma revisão das identidades coletivas em tempo de globalização. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo (org.). *Telenovela: internacionalização e interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 135.

²² LOPES, op. cit..

²³ LOPES, Maria Immacolata Vassalo. A telenovela como recurso comunicativo. *Revista Matrizes*. v. 1, n. 3, 2009, p. 25.

A minissérie foi produzida em torno destas duas figuras emblemáticas da historiografia oficial: Galvez e Chico Mendes. No produto midiático analisado, percebe-se uma centralidade nuclear na trajetória de vida dos dois heróis acrianos, em que a própria história acaba sendo um cenário para atuação política, social e amorosa desses. As minisséries brasileiras, sobretudo as produzidas pela rede Globo, têm contribuído para a construção e/ou reafirmação de uma determinada identidade nacional, ancorada em uma memória e uma história nacional. Os *Maias*, *Mad Maria*, *Amazônia: de Galvez a Chico Mendes*, são exemplos desta construção. É possível uma reflexão sobre a produção de determinada memória coletiva acerca deste espaço através destes territórios de ficcionalidade. "As minisséries surgiram em 1982 em substituição aos seriados produzidos e exibidos pela Rede Globo no horário das 22 horas, estes, por sua vez, haviam sido criados para substituir os 'enlatados' norte-americanos"²⁴

Uma das características das minisséries brasileiras que pode ser percebida de forma clara em *Amazônia* é justamente o apelo discursivo em nome da construção de uma identidade nacional através do resgate histórico: narrar a história da Amazônia e do Acre é, sem dúvida, uma tentativa de mostrar ao "Grande Brasil" o "Brasil Desconhecido". A exibição de um produto cultural com 55 capítulos em um horário destinado à um público seletivo, sem dúvida, representa a necessidade de problematizar temas caros ao Brasil, tais como: exploração do trabalho do seringueiro/ luta pela posse de terra; extinção de etnias indígenas na Amazônia; bem como exibir os modos de vida neste "pedaço esquecido" do país multicolor e multifacetado. De acordo com Mungióli²⁵, as minisséries brasileiras apresentam uma qualidade elevada em relação aos seus roteiros e produção, sobretudo, porque se destinam atender a esta investida educativa em relação à história nacional. Neste sentido, faz-se necessário algumas considerações acerca da construção de determinada memória coletiva:

[...] a memória imposta está armada por uma história ela mesma "autorizada", a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum²⁶.

²⁴ MUNGIOLI, Maria Cristina Palma. Minisséries brasileiras: um lugar de memória e de (re)escrita da nação. In: COLÓQUIO BINACIONAL BRASIL-MÉXICO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 02, 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ESPM, 2009, p. 10.

²⁵ MUNGIOLI, op. cit., p. 11.

²⁶ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007, p. 98.

Paul Ricoeur, em seus estudos sobre a memória, discute a importância da mesma para a construção da narrativa historiográfica. O autor enumera vários tipos de memória, entre elas encontra-se a memória exercitada, essa em que somos convidados a construir a partir das relações sociais com nosso tempo, espaço e, portanto, história. O autor discute os usos e abusos da memória: a memória, assim como a história, representa a seleção de fatos do passado eleitos como históricos (e por isso de interesse público) para servirem como lembranças e vestígios de uma memória coletiva.

Logo, memória e história formam o par que estabelece as relações de poder. Nesse sentido, podemos perceber que os recursos da linguagem ficcional utilizados na minissérie com a representação dos personagens que encenam fatos históricos cristalizados pela memória oficial: revolução acreana, correrias e empates. Para Ricoeur (2007), a narrativa imposta se torna o instrumento privilegiado da sedução e intimidação, o que pode-se perceber na construção do enredo historiográfico materializado na minissérie. "Um pacto temível se estabelece entre rememoração, memorização e comemoração"²⁷. Tal afirmação nos leva à construções de leituras críticas acerca da narrativa ficcional, na tentativa de compreender o contexto histórico de sua produção e veiculação.

Há na minissérie a representação da construção historiográfica a partir da trajetória e construção de heróis da seguinte característica: homens viris que guerreiam em nome da pátria, de causas coletivas e individuais. A minissérie que narra a história de um Estado isolado e desconhecido no cenário nacional, tornando-se assim a única narrativa ficcional acerca deste espaço e, portanto, legitimando-se como uma fonte histórica que agrega elementos do imaginário coletivo e da história da Amazônia e do Acre. Compreendendo a importância deste produto cultural, torna-se significativo problematizar o silenciamento da mulher amazônica na trama: assim como na história, na ficção ela também não tem vida, é representada em papéis coadjuvantes, sem voz e sem vez. Neste sentido, cabe a seguinte reflexão:

Um fato notório é que as mulheres indígenas são grandes desconhecidas, seja nas políticas públicas, na tradição etnológica. Este é um aspecto de rápida identificação pela grande lacuna de dados consolidados a respeito da mulher indígena. Isso se deve principalmente ao pouco destaque recebido pelas mulheres nos estudos antropológicos²⁸.

Santos discute a atuação das mulheres indígenas nos movimentos sociais, suas especificidades em relação ao feminismo convencional e aponta as causas do silenciamento das mulheres indígenas na referida minissérie.

²⁷ Ibid.

²⁸ SANTOS, Fabiane Vinente dos. Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. *Revista EDUCAMazônia* – Educação, Sociedade e Meio Ambiente. Humaitá, v. 8, n. 5, p. 94-104, jan./jun., 2012, 96.

Convém, no entanto, ressaltar que em vários capítulos da trama foi exposto a condição de “animal” com que o indígena foi tratado no processo de expansão da produção gumífera nesta região. Há uma cena em que o dono do seringal Santa Rita oferece dinheiro aos seringueiros para trazerem orelhas de indígenas. Mostra também o sistema de exploração da mão-de-obra do trabalhador nordestino. Contudo, o que torna mais preocupante é que a ênfase na inexistência de protagonismo das mulheres indígenas legitima o discurso modernizador e falocêntrico, excludente do ponto de vista étnico e também de gênero. Revela ainda o quão inexpressiva é esta identidade na cultura brasileira, uma vez que as poucas cenas em que aparece a atuação da mulher indígena é justamente na cena em que ela é capturada por um seringueiro que não tinha dinheiro para comprar e nem sustentar as mulheres vindas de Manaus.

Pensar em epistemologias feministas requer nos direcionarmos a práticas seculares de silenciamentos, de violência simbólica e física; logo, trata-se de perceber que o embate teórico representa uma luta política dentro dos espaços de legitimação científica. Isto nos permite expor as relações de saber e poder presentes nos discursos, mostrar como as condições de existência destes se dão não apenas em jogos de linguagem, eles se materializam também nas relações sociais: trabalho, família, sexualidade, amizade, entre outras. Contudo, apenas a inclusão de uma perspectiva feminista na escrita da história não promove uma ruptura epistemológica, não rompe com os saberes hegemônicos²⁹, mas promove desestabilizações. Os feminismos têm uma função singular nesse processo que aliado à discussão de outros marcadores, acabam produzindo mudanças na matriz do conhecimento científico, promovendo um saber de cunho mais democrático, no sentido de atento às diferenças.

Partindo destas reflexões, torna-se salutar registrar a seguinte inquietação: “[...] existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina?”³⁰. A autora traz este questionamento, ao dialogar com Michelle Perrot que defende que o fato de termos uma história das mulheres não garante a existência de ruptura com os quadros dominantes do modo de se escrever história, baseados em metodologias legitimadas e compartilhadas entre e pelos pares. Ora, é preciso então atentar, como defende Rago, para a necessidade não apenas de “empurrar” a feminista intelectual para o cenário da corrida editorial, mas pensar, sobretudo, a partir de um modo

²⁹ Margareth Rago afirma que seria até “ingênuo” achar que uma epistemologia feminista desconstrua toda uma estrutura cartesiana de se fazer ciência. A autora aposta em uma iniciativa mais modesta, lembrando da contribuição do feminismo para a construção de novos saberes, mas sem deixar de refletir acerca das limitações que este campo apresenta. Cf. RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

³⁰ RAGO, 1998, p. 1.

feminista de ver o mundo, atento ao respeito entre gêneros, classes, etnias, sexualidades, credos e saberes.

Neste sentido, entende-se que pensar em representações femininas na mídia requer as seguintes indagações: Mas, afinal, o que é ser mulher? Como é ser mulher? O que define um sujeito do sexo feminino como mulher? O meu sexo define quem eu sou? Como são construídos os padrões e referenciais do que é ser mulher?³¹

Percebe-se que é incontornável compreendermos como estes discursos foram construídos. Faz-se necessário, ainda, uma pergunta semelhante à das historiadoras das mulheres: até quando condicionaremos um olhar de sujeito subalternizado sobre nós? A quem tem servido o conceito, amplamente propagado, de gênero enquanto sinônimo de mulheres? Pensamos que o "dar voz" a sujeitos silenciados pela historiografia perpassa ainda pelo processo de negação do caráter neutro de ciência, da ideia de progresso contínuo, de tempo histórico linear e, sobretudo, de um esforço de releitura, de ressignificação destas vozes, sobretudo no campo historiográfico. Logo, pensamos que problematizar o conceito de gênero representa uma proposta de, pelo menos, assinalar que o problema ainda não foi resolvido e que perpassa não só as relações sexuais e nem a orientação sexual. Sobre este aspecto, Scott sustenta que "[...] gênero nos lembra que não há representação inequívoca das mulheres, que isto sempre é uma questão de poder"³².

Logo, pensamos que compreender as narrativas imagéticas da minissérie Amazônia requer compreender as relações de poder operadas nas diferentes dimensões do tempo, espaço, produção e veiculação deste produto midiático. Assim, será possível produzir análises que não se limitem à mera narrativa da natureza do meio, e, tão pouco, que se encontrem voltadas exclusivamente para o teor da trama encenada:

[...] el relato telenovelesco remite también a la larga experiencia del mercado para captar, en la estructura repetitiva de la serie, las dimensiones ritualizadas de la vida cotidiana, y juntando el saber hacer cuentas el arte de contar historias, conectar con las nuevas sensibilidades populares para revitalizar gastadas narrativas mediáticas³³.

A partir da reflexão de Barbero, podemos perceber que os recursos da linguagem ficcional foram utilizadas para narrar os modos de vida na floresta amazônica através de personagens e suas representações imaginárias: a moça que "engravidada do boto"; a curandeira que reza nos ferimentos dos seringueiros, são exemplos de vivências a partir do imaginário amazônico. A

³¹ O objetivo destas indagações é problematizar tais temáticas, não se pretende apontar respostas milimetricamente racionais que apontem solução para tais questionamentos.

³² SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. Tradução Ana Carolina E. C. Soares. In: *Projeto História*. n. 45, São Paulo, 2012, p. 337.

³³ BARBERO, Jesus Martin. *Los ejercicios del ver: hegemonía audiovisual e ficción televisiva*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999, p. 94.

minissérie juntou as representações do imaginário com os episódios considerados históricos e fez o que a ficção televisiva faz de melhor: traduziu narrativas do real a partir do melodrama.

Percebe-se nesta minissérie que a ideia de revolução e a construção de seus heróis são tentativas de construir uma narrativa que coloque o Acre em cenário nacional a partir da atitude “revolucionária” e histórica de seus personagens: Galvez, o viajante que explora a selva; Plácido de Castro, o gaúcho de espírito expansionista que consegue, com suor e trabalho, tomar o Acre da Bolívia; e Chico Mendes, o seringueiro pobre que morre em favor da proteção ambiental.

Há que se levar em consideração ainda que uma das características das produções televisivas da autora Glória Perez é justamente a problematização de questões sociais³⁴: a questão da matança dos indígenas e da exploração do trabalho seringueiro foram questões exploradas em demasia pela minissérie. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de problematizar as representações da historiografia midiaticizada, como iniciativa de uma leitura crítica sobre ficções baseadas em “fatos reais”. Compreendemos a importância da análise discursiva deste gênero televisivo a partir do momento em que analisamos o impacto que sua transmissão causa. Sobre este aspecto, convém ressaltar a seguinte análise:

37

Enormes audiencias transclasis y transculturales se sientan a diario frente a la pantalla para disfrutar, aburrirse, comentar o conmovirse con estas historias, establecen una relación estrecha con los actores y actrices, y a veces hasta con los autores que las hacen. Sin duda la telenovela es uno de los fenómenos comunicacionales y culturales más importantes de esta etapa³⁵.

Mazziotti organiza uma coletânea de artigos sobre as telenovelas latino-americanas em que discute com vários autores, entre eles Eliseo Verón, sobre as características, impacto e peculiaridades deste gênero televisivo. A autora aponta a telenovela como um dos melodramas que mais trabalham a diversidade cultural: relações amorosas, conflitos socioeconômicos e em especial, no caso brasileiro, há um forte realismo.

Uma das peculiaridades da telenovela brasileira é a de romper com o caráter clássico do melodrama e apostar na trama de problemas sociais: esta é uma marca presente na produção de Glória Perez que trouxe para as casas brasileiras a discussão da história da execução indígena na Amazônia, a luta

³⁴ TUFTE, Thomas. Telenovelas, cultura e mudanças sociais: da polissemia, prazer e resistência à comunicação estratégica e ao desenvolvimento social. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo (Org.). *Telenovela: internacionalização e interculturalidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

³⁵ MAZZIOTTI, Nora. Acercamientos a las telenovelas latinoamericanas. In: MAZZIOTTI, Nora (comp.). *El espectáculo de la pasión: las telenovelas latinoamericanas*. Argentina: Ediciones Colihue, 1995, p. 13.

pela posse da terra, os mitos amazônicos e suas implicações sociais. É justamente neste sentido que esta produção televisiva ganha seu lugar: é o único material ficcional televisivo acerca do Estado do Acre, logo, torna-se uma fonte de investigação e resgate histórico até então exclusivo para a pesquisa histórica. Sua abrangência nos leva a justamente problematizar as representações de gênero da narrativa, dentre elas a da mulher amazônica a partir de aportes teóricos que contemplem os locais de fala destes sujeitos que são, historicamente, excluídos. Exclusão, essa, que a mídia televisiva reforça e reafirma.

Sobre as autoras

Pollyana Dourado é mestre em Comunicação Social e Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás (UFG), graduada em Comunicação Social/Jornalismo e licenciada em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: pollyanadourado@hotmail.com.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares é bolsista pós-doc do PPGAS/UnB pela FAPEG/CAPES, professora do Programa de Pós-Graduação em História e da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do GT Regional de Gênero (Seção Goiás) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero/FH-UFG/CNPq. E-mail: anacarolinaufg@gmail.com.

*Artigo recebido em 16 de abril de 2015.
Aprovado em 10 de junho de 2015.*

A INVENÇÃO DO ESTIGMA TRAVESTI NO BRASIL (1970-1980)

ELIAS FERREIRA VERAS
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

OSCAR GUASCH
Universidad de Barcelona (UB)

RESUMO

No presente artigo analisamos como o estigma se transformou em elemento constituidor da representação público-midiática no processo histórico de construção do sujeito travesti no Brasil. Para realizar a arqueologia dessa invenção histórica, escavamos os discursos da imprensa, entendendo esta como dispositivo de produção de subjetividades que constitui parte da matriz heteronormativa. Relacionamos as peculiaridades dos enunciados produzidos em Fortaleza (CE), na década de 1980, com a produção discursiva sobre o universo *trans* que circulava nacionalmente no mesmo período. Tal gesto teórico-metodológico nos aproxima do olhar genealógico foucaultiano que persegue as normas discursivas escondidas sob a poeira do tempo-templo que sustentam as invenções históricas.

PALAVRAS-CHAVE: Travestis; Estigma; Contra-discursos.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze how, through a historical process, the 'stigma' became the central point of public representation in the construction of the subject transvestite in Brazil. In order to get through the archeology of this historical invention it is important to dig the press speeches, understanding the media as a tool for the creation of subjectivities, constituting the hetero-normative matrix. We analyzed the relation of the peculiar statements made in Fortaleza (CE) during the 1980s with the discursive production of the transsexual universe during the same period. It is a theoretical-methodological gesture drawing us to a genealogical glimpse looking at the discursive norms behind the dust of the temple-time that sustains the historical creations.

KEYWORDS: Transvestites; Stigma; Counter-discourse.

Introdução

Propus-me a analisar um grupo de jovens e seus parceiros homossexuais adultos. A interação desse grupo de menores com determinada categoria de homossexuais masculinos é analisada, procurando detectar o significado da mesma. Verifico também a natureza dessa relação e como os dois grupos a interpretam, como se apresentam e vêem a situação. Especialmente em relação às categorias de homossexuais, procuro detectar como convivem com seu estigma e se vêem a si mesmos¹.

O trecho anterior encontra-se nas primeiras páginas da dissertação *Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso*, da pesquisadora Regina Maria Erdmann, produzida na década de 1980, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nessa etnografia pioneira sobre o sujeito travesti, a autora estudou a interação entre um grupo de jovens e seus “parceiros homossexuais adultos”. Entre estes últimos estavam aqueles que se definiam como travestis. Etnografia que se converteu em História².

O trabalho de Erdmann é um registro histórico da representação hegemônica acerca do sujeito travesti no início dos anos de 1980 no Brasil: “o” travesti, tratado à época no masculino³, pertencia a uma determinada categoria de homossexuais que conviviam com um estigma⁴. Contudo, ainda que a pesquisa da referida autora continue considerando as experiências homossexuais (e travestis) como estigmatizadas, é inegável que os enunciados produzidos pelo seu trabalho inauguraram novos lugares de enunciação e de denúncia, ao possibilitar, por exemplo, que seus/as interlocutores/as protagonizassem o verbo, elaborando discursos sobre si, marcados pela pluralidade dos modos de experimentar a travestilidade⁵.

40

¹ ERDMAN, Regina Maria. *Reis e rainhas do desterro: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1981, p. 01.

² Essa ideia está presente no Prefácio da primeira edição do livro *A Construção da Igualdade*, elaborado por Peter Fry, no qual se lê: “(...) as etnografias, tantas vezes escritas ‘no presente etnográfico’, serão sempre textos históricos, cujo significado será dado pela perspectiva social, cultural e historicamente distante dos seus leitores”. MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 11.

³ No trabalho de Erdmann, assim como na maioria das fontes da década de 1980 consultadas, o termo travesti aparece associado ao gênero gramatical masculino. Contudo, observa-se, nos últimos anos, a utilização do termo na flexão feminina, especialmente entre as travestis que militam no movimento *trans* (travestis e transexuais) e nos recentes estudos acadêmicos sobre esses sujeitos. No primeiro caso, a utilização da flexão feminina acena para o processo de construção do gênero feminino no processo de subjetivação *trans*, enquanto, no segundo, para o reconhecimento entre os/as pesquisadores/as, da afirmação do gênero feminino como uma das principais reivindicações do movimento *trans*. Ao empregar o termo no feminino, exceto na transcrição das fontes históricas, buscamos valorizar o processo de construção das subjetividades *trans*, reconhecendo como uma das principais reivindicações discursivas *trans*.

⁴ GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

⁵ A utilização da palavra travestilidade sugere que as subjetividades *trans* estão atravessadas por multiplicidades, que o termo travestismo, dado seu caráter patologizante, não contempla.

Esse protagonismo do verbo tornou mais difusas as tentativas de homogeneização da imagem travesti produzida pelo pensamento heterossexual⁶. Contra-discursos que se constituem de ditos e de não-ditos dispersos nos fragmentos de “vidas infames” que, ao se encontrarem com o poder⁷, ou melhor, com os múltiplos poderes que constituem os dispositivos da heteronormatividade, assumiram visibilidade na História.

Enquanto Erdmann empregou a categoria sociológica estigma para explicar interações entre jovens e homossexuais, inserindo seu estudo na área do “comportamento desviante”, o que revela os ecos do pensamento de E. Goffman e Howard S. Becker nas ciências sociais brasileiras, também nos apropriaremos deste conceito. Todavia, se para a autora parecia não restar dúvidas de que travesti integrava uma categoria de homossexuais estigmatizados, neste artigo, estamos interessados em analisar como o estigma se transformou em elemento constituidor da representação público-midiática no processo histórico de construção do sujeito travesti no Brasil, e ainda, que contra-discursos foram elaborados na denúncia desse estigma. Tal gesto teórico-metodológico nos aproxima do olhar genealógico, conforme pensando por Michel Foucault⁸, que persegue as normas discursivas escondidas sob a poeira do tempo-templo que sustentam as invenções históricas.

Para realizar a arqueologia dessa invenção histórica, ou seja, da emergência do sujeito travesti público-midiático como sujeito estigmatizado, escavamos os discursos da imprensa como parte constituinte do dispositivo heteronormativo. Relacionamos as peculiaridades dos enunciados produzidos em Fortaleza (CE), na década de 1980, nos dois maiores jornais em formato impresso da cidade – *O Povo* (OP) e *Diário do Nordeste* (DN) –, com a produção discursiva sobre o universo *trans*⁹, que circulava nacionalmente.

Quais representações sobre o universo *trans* foram produzidas por esses discursos? Como os sujeitos que reivindicavam uma identidade travesti se apropriaram dessas representações? À primeira questão, respondemos que a grande imprensa de Fortaleza, mas também de outras cidades do Brasil, lançaram seu olhar, sobretudo, para a prática da prostituição travesti, produzindo um sujeito *travesti marginal* que assume visibilidade através de

⁶ No começo dos anos de 1980, a filósofa, poeta e ativista lésbica Monique Wittig revolucionou o campo dos estudos feministas com a publicação do texto *O pensamento heterossexual* (1978), no qual analisava a heterossexualidade, não como prática sexual, mas, sobretudo, como regime político. Wittig definia o pensamento heterossexual como dispositivo político que se constitui por meio de discursos que produzem e instauram heteronormas em matéria de sexo e de gênero. WITTIG, Monique. *El pensamiento heterossexual y otros ensayos*. Madrid: Egales, 2006.

⁷ A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

⁸ O genealogista sabe que “atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005, pp. 15-37.

⁹ BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

notícias relacionadas à “desordem” da cidade: brigas, assassinatos, roubos, etc. À segunda, contestamos que as roupas do estigma não foram vestidas de modo passivo pelos sujeitos.

As travestis costuraram e bordaram com novas linhas de fuga, antigos modelos de masculinidade e de feminilidade, ofuscando as verdades estabelecidas do sistema sexo/gênero¹⁰, moldado pela ideia de que existe um homem e uma mulher de “verdade”. Elas também redesenharam os espaços da cidade através de outras ocupações dos lugares públicos, reorganizando antigas noções do público e do privado. Nesse sentido, a produção da travesti como sujeito estigmatizado, buscou ocultar o caráter de resistência das experiências *trans* aos processos normatizadores do gênero e da cidade.

Travesti: estigma e abjeção

De acordo com o sociólogo Goffman, os sujeitos estigmatizados são aqueles/as inabilitados/as a uma plena aceitação social. Para ele, os estigmatizados não são completamente humanos, por isso “construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando, algumas vezes, uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social”¹¹.

As travestilidades têm sido interpretadas pelo dispositivo heteronormativo como experiências desprovidas de humanidade. Porém, ao serem representadas através da marca do não humano, tais experiências revelam um paradoxo: a constituição de um sujeito que, todavia, não está constituído de humanidade, mas que forma o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito.

Assim, aproximamos a categoria estigma da noção de abjeção,¹² não apenas porque ambas, em diferentes momentos das ciências sociais, foram utilizadas para analisar as travestilidades, mas por serem palavras-ações que constituem os discursos instauradores de sentidos produzidos pela matriz heterossexual acerca das experiências dos sujeitos travestis. Como esclarece a filósofa contemporânea Judith Butler, o abjeto designa aquelas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do inabitável é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito.

¹⁰ Para o entendimento do conceito de sistema sexo/gênero, ver: RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: *SOS Corpo*, 1993.

¹¹ GOFFMAN, 2012, p. 08.

¹² Conforme proposta por Judith Butler em: BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan*: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2002. *Problemas de Gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

A *episteme* histórica,¹³ que conforma os discursos de emergência acerca do sujeito travesti, foi marcada pela produção discursiva heteronormativa de um sujeito *travesti marginal*. As marcas do estigma serão localizadas no corpo ambíguo e indeterminado – nas entrelinhas desses enunciados esconde-se a ideia de que as travestis apresentam um excesso do gênero; e na prática social que assumirá maior visibilidade na sociedade, ou seja, a prostituição – no não-revelado dessa visibilidade, vê-se a ideia de que os corpos das travestis são lugares de excessos de vícios.

Esses enunciados (re)atualizaram velhas associações, como aquela entre homossexualidade, patologia e criminalidade, que encontraram novas formas de divulgação e de repercussão nos meios de comunicação. Se a ambiguidade oferece riscos à pureza da ordem sexo/gênero, uma vez que ameaça poluí-la, a prostituição representa perigo ao ordenamento da cidade, que aparece nos discursos da grande imprensa como lugar que necessita de policiamento e de limpeza.

Marcas do estigma I: ambiguidade e indeterminação

O aparecimento de Roberta Close na revista *Playboy*, em 1984, e a sua repercussão nos meios de comunicação, nos ajudam a pensar como a ambiguidade e a indeterminação foram produzidas pelo discurso midiático como marcas constitutivas do estigma e da abjeção travesti, ao mesmo tempo em que foram tomadas como elementos de fascínio.

Estigma e abjeção travesti encarnam-se no corpo, tal como os hormônios e a prótese de silicone. São, portanto, marcas corporais que se mostram e se escondem através da ambiguidade e da indeterminação. Homem? Mulher? Homossexual? Transexual? Travesti? Surgem como ameaça à pretensa coerência do sistema sexo/gênero, à suposta inteligibilidade dos gêneros e à fictícia verdade das categorias homem/mulher.

O texto que acompanhava o ensaio sensual de Roberta Close na *Playboy* reservava à modelo um discurso elogioso em que revela o quanto a ideia de fascínio estava atrelada e atravessada pelo discurso estigmatizante, presente, por exemplo, na acusação de que a modelo teria “roubado” o lugar das mulheres mais bonitas:

Raras pessoas provocam curiosidade tão intensa como Roberta Close, que, sendo como é, roubou o lugar das mulheres mais bonitas no último carnaval e anda atrapalhando completamente a cabeça de muitos homens deste país. Como é ela – que se define como uma pessoa transexual? “Uma moça fina e bem educada, que eu teria o maior prazer em convidar para casa,

¹³ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

certa de que encantaria todos os meus amigos”, é a opinião do colunável carioca Noelza Guimarães. “Roberta é uma pessoa extremamente gentil e uma profissional de rara competência”, acrescenta o produtor Guilherme Araújo. E Suzana de Moraes, filha do poeta e diplomata Vinicius de Moraes, (...) não deixa por menos: “Roberta é delicada e doce, uma grande artista, uma gracinha”. O mais entusiasmado, no entanto, parece ser o analista Eduardo Mascarenhas, embora só a tenha encontrado uma vez, rapidamente, numa festa. Ele é definitivo: “Roberta é simplesmente um marco na história social do país. É a primeira pessoa assim que transmite um sentimento de sensualidade e ternura e não o clima habitual de agressividade e ódio pelo que é diferente”¹⁴.

Um “pequeno detalhe” era lembrado pela publicação como explicação para que *La Close* tivesse chegado ao “ponto aonde chegou”: na sua carteira de identidade, seu nome masculino. O nome masculino da modelo, não foi esquecido pela revista *Playboy*, mesmo diante dos elogios à sua feminilidade.

A lembrança da ambiguidade de Roberta estava presente em praticamente todas as reportagens dos jornais OP e DN sobre o “fenômeno” Roberta Close, como ficou conhecida a repercussão em torno da modelo. Essa produção discursiva acompanhou o desnudamento do seu corpo e as tentativas de desnudamento de sua “alma” na mídia.

“Pequeno detalhe” que lembrava que o discurso de fascínio alicerçado sobre determinado ideal de beleza feminina e construído em oposição ao estereótipo da *travesti marginal* estava acompanhado por discursos estigmatizantes. Nesse sentido, seria um engano acreditar que as travestis e transexuais que se aproximavam de uma representação da “mulher de verdade” estivessem plenamente aceitas pela heteronormatividade.

Em 1985, a jornalista Regina Marshall, do jornal OP, recorria a *La Close* para escrever mais uma de suas colunas, hoje facilmente considerada transfóbica:

A voz do trovão

Faz muito bem o Sindicato dos Jornalistas do Rio, reclamar uma providência enérgica quanto à presença de Roberta Close no “Jornal de Domingo”, da TV Manchete, dando uma de entrevistadora. Que me desculpem a expressão, mas diante da contratação ridícula de tal figura que, além de se passar por mulher, ainda quer dar uma de jornalista, a “press” verde-amarela está descambando para a avacalhada total. De algum tempo para cá, esse pessoal (Roberta Close, Clodovil e similares), antes confinado a salões de cabeleiros, bailes “gays”, ou costurando para fora, deu para dar uma de “estrela”, transformando-se em cartazes, com espaço livre para deitar e rolar, promovendo e exteriorizando seus problemas¹⁵.

¹⁴ *Playboy*, 1984, p. 88.

¹⁵ *O Povo*, fevereiro de 1985, p. 8.

Regina Marshall acionava a representação da travesti como sujeito que roubava da “mulher de verdade” a feminilidade. Essa mesma ideia de usurpação está presente no elogio dos jornalistas da *Playboy* à Roberta Close, o que demonstra que fascínio e abjeção constituem a mesma matriz de produção de sentidos acerca das travestilidades. No texto da jornalista, aparece também a ideia do disfarce atrelada às experiências *trans* que ameaçariam não apenas a “press” verde-amarela, ou seja, a imprensa, mas de modo geral a sociedade.

Interpretadas pelo discurso heteronormativo como experiências que extrapolam o binarismo masculino/feminino, levando alguns/as a falarem em “terceiro sexo”, as travestilidades transbordaram ainda o modelo “bicha/bofe”, que definiam as relações homoeróticas no Brasil até a década de 1970. As experiências dos sujeitos travestis foram consideradas “excessivas”, inclusive, pelo discurso de construção da igualdade levado a cabo pelo nascente movimento homossexual brasileiro, tão próximo do modelo de *homossexual assumido* norte-americano, tão distante da *bicha*, do *afeminado*, da *travesti extravagante* brasileira.

Os enunciados em torno do “fenômeno” Roberta Close ensinam que quando não há “excesso”, parece não existir sujeito travesti. Assim, a ideia de “excesso” de gênero associada à ambiguidade e à indeterminação revelam que os discursos estigmatizantes são constituídos pela matriz heterossexual que produz um domínio de seres abjetos. Esses discursos também interpretaram o corpo e a vivência dos sujeitos travestis no universo da prostituição como lugar do estigma e da abjeção. Esse excesso de gênero parece ter sido atrelado à ideia de um “excesso” de sexualidade.

Marcas do estigma II – Prostituição e criminalidade

James Green¹⁶ lembra que, no Brasil, até a década de 1960, a palavra travesti significava um homem “vestido com roupa de mulher”, sem a conotação de uma pessoa que trabalhava como profissional do sexo. A partir do final dos anos de 1970, o termo se transformou em sinônimo de homossexual que se prostitui.

De acordo com o historiador, a visibilidade crescente de travestis e de *michês* pelas calçadas das grandes cidades acarretou uma mudança significativa na paisagem urbana do país, estando relacionada à flexibilidade dos códigos de vestuários, ao crescente número de *shows* de travestis nos clubes e à democratização do fenômeno do estrelato, que possibilitou que algumas travestis obtivessem retorno financeiro.

Já em Fortaleza, a associação entre travesti e prostituição se tornou mais evidente a partir da década de 1980. Nesse período, a cartografia erótico-

¹⁶ GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000, p. 404.

sexual da cidade assume novos contornos com a proliferação de motéis, com o aumento das publicações pornográficas, com a exibição de filmes pornográficos e com o surgimento dos primeiros anúncios sexuais disfarçados de “massagistas” ou “acompanhantes” nos classificados dos jornais.

Essa associação está relacionada à formação de um comércio do sexo que se intensifica com o turismo, mas, sobretudo, com a emergência de um discurso disciplinador que defendia a necessidade de policiamento e de limpeza, especialmente das praças localizadas no centro da cidade.

A carta de um leitor enviada à seção de Opinião do jornal OP, publicada em 16 de janeiro de 1990, oferece indícios da trama jornalística que produz um sujeito travesti marginal e perigoso que ameaça o ordenamento da cidade:

Sr. Editor: Depois que a Polícia Militar do Ceará colocou nas ruas centrais de Fortaleza, no horário noturno, a partir das 22 horas, a cavalaria e os cães amestrados, diminuiu bastante o número de roubos, assaltos à mão armada, saques e incêndios nas lojas, praticados pelos mirins e travestis, não somente portadores do defeito moral da pederastia, mas finíssimos ladrões. E a prova de que os travestis são perigosos à sociedade é que os mesmos ficam diariamente na rua Duque de Caxias com Senador Pompeu e também na Praça do Ferreira, em grande grupo, assaltando pessoas indefesas. A PMC deve fazer busca de arma nos travestis que andam armados com giletes, navalhas etc. e são um perigo, sobretudo para os turistas desprevenidos¹⁷.

Não sabemos se Eduardo Carlos, que teve sua carta publicada na mesma página das “opiniões especializadas”, era um leitor “real” ou “ficcional”. O fato é que seu discurso parecia não deixar dúvidas: “Os” travestis eram “perigosos à sociedade”. Quantos/as leitores/as devem ter compartilhado da mesma sensação pela “proteção” policial contra aqueles sujeitos “portadores do defeito moral da pederastia” e “finíssimos ladrões”?

Dois dias antes de publicar a carta de Eduardo Carlos, o mesmo jornal trazia a reportagem “Travestis: nem AIDS preocupa os que fazem ponto em Fortaleza”, na qual ficava explícita a associação entre travestis, prostituição e AIDS:

O centro de Fortaleza é palco de inúmeras transas no período da noite. [...] Em busca de clientes, mulheres e travestis lutam pela madrugada na tentativa de adquirir o pão de cada dia em troca de prazer. [...] Cruzamentos de ruas, como a São Paulo com Floriano Peixoto, transformam-se em verdadeiras passarelas. Após as 21 horas, começa o jogo da sedução. [...] O difícil é distinguir quem realmente é homem ou mulher¹⁸.

¹⁷ *O Povo*, Travestis, 16 de janeiro de 1990.

¹⁸ *O Povo*, 14 de janeiro de 1990.

A reportagem trazia o depoimento de Alcione, de 26 anos, que dizia estar “bom” o mercado para travestis em Fortaleza, embora “ainda fosse fraco”, se comparado com o do Sul e Sudeste. O termo garota, assim como o pronome ela, foi empregado no texto jornalístico entre aspas. Afinal, para o discurso jornalístico, pessoas como Alcione não passavam de homens “vestidos de mulher” que integravam uma “legião de travestis”. Alcione era representada como uma falsa-mulher. Seu nome feminino, que para ela constituía parte do seu processo de travestilidade e de autoafirmação, aparecia na matéria como prova de seu embuste e disfarce.

O discurso da imprensa associou as experiências dos sujeitos travestis à prática da prostituição, relacionando-as a toda sorte de perigos: assassinatos, roubos e Aids. Nessa trama jornalística se entrelaçam ambiguidade/indeterminação, prática da prostituição, denúncia de ocupação dos espaços públicos e demandas por policiamento e por limpeza. A cidade aparecia como lugar de pureza e de perigo, enquanto isso, as travestis surgiam como sinônimo de perigo e de castigo.

Apesar da repercussão do “fenômeno” *La Close* na imprensa, que em Fortaleza coincide com a expansão de uma cartografia *transhomoerótica* – como o tradicional Baile de Carnaval do Ginásio Paulo Sarasate, os concursos *Miss Gay* e os espetáculos protagonizados por travestis e transformistas em boates e teatros –, a visibilidade pública mais frequente acerca desses sujeitos era aquela que os associava à prostituição e crimes.

Assim, ao compararmos o lugar reservado à Roberta Close na imprensa com aquele reservado às travestis, percebemos que a maioria delas tem sua história resumida à prática do crime ao qual aparecem associadas. As travestis são inscritas através de breves linhas, quase sempre acompanhadas por uma fotografia em preto e branco, tão contrastante com as coloridas imagens da revista *Playboy*.

A ausência de biografia no discurso da grande imprensa é um dos elementos que constitui o dispositivo heteronormativo que produz o sujeito travesti como estigmatizado. Nessa invisibilidade esconde-se a ideia de que, ao não serem reconhecidas como humanas, as travestis, principalmente aquelas pertencentes às camadas populares, não teriam direito a uma biografia, ao final, a uma vida. Somente as que possuíam uma ambiguidade perfeita ou que buscavam se afastar do universo da prostituição, como fez *La Close*, tinham direito a uma história de vida. Contudo, os sujeitos não reduziram sua dizibilidade à visibilidade/invisibilidade produzida pelos meios de comunicação. A produção discursiva jornalística está atravessada por contra-discursos, nos quais se lê a denúncia do estigma por parte das travestis.

Contra-discursos: a denúncia do estigma

Durante a saída do baile para a rua, ou seja, do espaço privado para o espaço público, apenas as travestis que protagonizavam os espetáculos teatrais/bailes de carnaval tinham direito ao protagonismo do verbo. A partir da intensificação da associação entre travesti e prostituição, algumas delas se apropriaram e produziram contra-discursos.

Travestis como Tina Rodrigues, ativista de Fortaleza, assumiam não apenas uma nova identidade sexual, mas, também, vida através do protagonismo do verbo. Esse protagonismo discursivo transformou a mídia em arena de disputa, de denúncia da sociedade heteronormativa e da violência policial. Se, através desses novos discursos as travestis ainda não faziam o "luto do estigma", estratégia político-discursiva surgida nos anos de 1990, a partir da organização da "militância de grupo", elas iniciavam o processo de luta que tornavam visíveis os preconceitos e as violências sofridas cotidianamente.

Em 23 de setembro de 1988, o jornal DN publicou uma reportagem denunciando a repressão policial às travestis nas boates localizadas na "Passarela", na Avenida Duque de Caxias, importante espaço ocupado pelas travestis em Fortaleza. Segundo a matéria, com chamada de capa:

Gays denunciam perseguição da PM no Centro

Os gays e travestis denunciam que estão sofrendo cerrada perseguição da Polícia Militar, numa briga onde vale tudo, desde as humilhações às agressões físicas, passando naturalmente pela extorsão. No maior reduto homossexual da cidade, trecho da Avenida Duque de Caxias, compreendido entre as ruas General Sampaio e Barão de Aratanha, o temor é generalizado. Ali a polícia está recolhendo, de forma indiscriminada, todos os travestis que são encontrados. Eles dizem que não se trata apenas de preconceito, mas de uma atitude policial exacerbadada, com o cerceamento do direito que tem o cidadão de fazer a sua opção sexual¹⁹.

48

A reportagem foi ilustrada por uma fotografia na qual aparecem duas travestis, tendo ao fundo um *outdoor* com a imagem de um policial e a seguinte frase: "Para você este é um rosto amigo. Para os marginais é a face da lei". O *outdoor* fazia parte de uma campanha do Governo do Estado do Ceará para melhorar a imagem da polícia perante a opinião pública. Tina foi uma das travestis entrevistadas e fotografadas.

Enquanto na reportagem a maioria dos gays, travestis e transformistas, generalizados sob o termo homossexual, preferia manter o anonimato, Tina falou:

Durante o episódio do último dia 11, a "Miss Simpatia 88", Tina Tunner, 25 anos, comerciante, nunca passou por uma situação tão vexatória – Ficamos expostos ao público como se fôssemos prisioneiros de guerra. Percorremos as ruas da cidade, até a

¹⁹ *Diário do Nordeste*, 23 de setembro de 1988, p. 17.

Central de Polícia, e lá dentro eles (os policiais) nos obrigaram a desfilar debaixo de porrada.

A denúncia do estigma aparece de modo explícito na fala de Tina, provando que o discurso da grande imprensa sobre o sujeito travesti não era monotemático. Contudo, na maioria das vezes, esses contra-discursos só podem ser percebidos através de uma análise a contrapelo. Eles estão presentes nas entrelinhas, quase como um sussurro inaudível. Diante do exposto, ou seja, entre o dito e o inter-dito, surge o não-dito que se manifestava através do escândalo como tática de denúncia.

Em 1985, o DN trazia a seguinte matéria:

Travestis quebram a delegacia

Os travestis "Jane" e "Fafá", respectivamente, Antônio Silva Bezerra e Aldenor Lúcio da Rocha, na madrugada de ontem foram presos no Centro de Fortaleza por estarem praticando desordens, enquanto "faziam ponto". O Comando de Operações Militares (Copom) recebeu denúncia por parte de populares que ambos estavam fazendo "strip tease" na via pública. Na prisão um dos policiais empurrou um dos homossexuais, o que foi suficiente para criar uma imensa confusão na hora de eles entrarem no "camburão". (...) Ao chegarem à Secretaria de Segurança Pública, onde funciona a delegacia de plantão permanente, o "espetáculo" voltou a se repetir. Os travestis quebraram os telefones, vidraças das janelas, cadeiras, além de aplicar violentos tapas, arranhões e mordidas em vários policiais que se esforçavam para aplacá-los (...). Após quebrar o vidro da janela do cartório, "Fafá" ainda cortou os dois braços, tendo que receber atendimento médico²⁰.

49

Percebe-se no trecho anterior que o *script* da imprensa sobre as travestis acusadas de "desordem" em via pública, se repetia: título sensacionalista; foto das travestis presas; nome feminino entre aspas, seguido do nome masculino; associação com a prostituição; violência policial que culminava com as travestis no "camburão" e na prisão; a tática de cortar-se, como estratégia de sobrevivência à violência da prisão; ausência de falas das próprias travestis.

"Jane" e "Fafá" deram um "espetáculo" na delegacia. Fizeram um escândalo, algumas diriam. Ora, o escândalo travesti talvez seja a metáfora mais explícita de sua transgressão às marcas do estigma e da abjeção, pois ao mesmo tempo em que pode ser interpretado pelo dispositivo da imprensa como ato irracional – na fotografia que acompanha a reportagem, as travestis aparecem enjauladas como animais –, ele é, sobretudo, ato político de denúncia.

²⁰ *Diário do Nordeste*, 14 de março de 1985, p. 10.

Considerações finais

O sujeito travesti que emerge de modo colorido dos bailes de carnaval, dos palcos das boates e teatros, tomado como sinônimo de fascínio e de curiosidade, na medida em que vai deixando de ser personagem e vai assumindo uma identidade aparentemente fixada nas transformações corporais, passa a ser considerado transgressor ao ordenamento do sistema sexo/gênero.

Ao risco de ordenamento dos gêneros, soma-se a ameaça de ordenamento da cidade. Ao “excesso” de gênero, mistura-se o “excesso” de sexualidade. À abjeção por não habitar a inteligibilidade dos gêneros, acrescenta-se a abjeção por habitar e partilhar com outros não-sujeitos as “zonas inóspitas” da cidade, cuja metáfora da noite, como lugar de vivência travesti, mas também do desconhecido e do perigo, parece revelar.

O “fenômeno” Roberta Close aparece como ponto de inflexão nessa representação publico-midiática hegemônica, que produziu um sujeito *travesti marginal* estigmatizado e abjeto. Mesmo que *La Close* tenha buscado se afastar do termo travesti, é inegável que a repercussão da sua história contribuiu para que o universo *trans* e as discussões em torno da sexualidade/homossexualidade assumissem um debate mais amplo e diversificado no Brasil.

Essas disputas marcam a história recente das travestilidades no contexto nacional, seu capítulo sobre a emergência do movimento político e, sobretudo, a trajetória dos sujeitos. Ainda hoje, apesar de toda a luta e resistência *trans*, a multiplicidade das experiências dos sujeitos travestis e transexuais continua sendo interpretada – pelos dispositivos que constituem a matriz heterossexual, – como lugar de estigma e de abjeção.

Certamente, caberiam aqui algumas reflexões sobre como as experiências travestis, no momento mesmo que emergem como novo sujeito público-midiatizado, elaboraram não somente resistências, mas novas subjetividades. De como esses sujeitos considerados estigmatizados elaboraram estéticas da existência, trabalho de si sobre si, cuja transformação corporal, a reinvenção dos gêneros, a reocupação dos espaços públicos e a construção de novas formas de família e amizade são exemplos.

Sobre os autores

Elias Ferreira Veras é historiador, doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde desenvolve a tese “Além do paetê: produção discursiva e subjetividades travestis em Fortaleza (1970-2000)”. Pesquisador do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH-UFSC), do Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GPEHG-UFC) e do Grupo de Estudos Foucaultianos (GEF-UECE). E-mail: eliashistoria@yahoo.com.br

Oscar Guasch é historiador e sociólogo espanhol, professor titular da Universidade de Barcelona. Escreveu, entre outros livros, a trilogia da sexualidade composta por *La Sociedad Rosa* (1996), *Héroes, científicos, heterossexuales y gays: Los varones en*

perspectiva de género (2006) e *La crisis de la heterosexualidad* (2007). Suas pesquisas contribuem de modo significativo para a configuração da sociologia da sexualidade e do campo da história das homossexualidades e das masculinidades na Espanha. E-mail: oscarquasch@ub.edu

*Artigo recebido em 25 de janeiro de 2015.
Aprovado em 09 de setembro de 2015.*

ÁGUAS QUENTES DA LAGINHA: CONTRIBUIÇÕES DE UM ANTROPÓLOGO PARA UMA HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA EM CABO VERDE, ÁFRICA

FRANCISCO PAOLO VIEIRA MIGUEL
Universidade de Brasília (CDS/UnB)

RESUMO

A partir de pesquisa arquivística e etnográfica, o presente artigo tem por objetivo contar uma história da homossexualidade masculina no arquipélago de Cabo Verde, África. Neste intento, analiso os registros etnográficos sobre homossexualidade no continente africano, a documentação produzida pela Santa Inquisição sobre o arquipélago e, por fim, a memória oral dos homossexuais cabo-verdianos registrada nas últimas quatro décadas. Defendo que os dados aqui trazidos corroboram com a tese de que o homoerotismo não é novo e nem exógeno no continente africano.

PALAVRAS-CHAVE: história;
homossexualidade; Cabo Verde; África.

ABSTRACT

Based on archival and ethnographic research, this article aims to tell a story of male homosexuality in the archipelago of Cape Verde, Africa. In this attempt, I analyze the ethnographic records of homosexuality in Africa, the documentation produced by the Inquisition over the archipelago and, finally, the oral memory of Cape Verdean homosexuals in the last four decades. I argue that the data corroborates the thesis that homoeroticism is neither new nor exogenous to Africa.

KEYWORDS: history; homosexuality; Cabo Verde; Africa.

Introdução¹

Se, nos últimos dois anos, a mídia brasileira – seguindo as pautas das agências de notícias internacionais – deu um destaque alardeado às recentes legislações anti-homossexualidade em Nigéria, Uganda e em outros países africanos, deparei-me, desde o início de minha pesquisa em 2013, com um profundo silêncio da historiografia e da antropologia brasileiras em relação ao tema. Com algumas exceções, como Luiz Mott – antropólogo baiano que, desde a década de 1970, faz pesquisa documental sobre este tema no mundo colonial lusófono – é possível afirmar que ainda hoje existe uma lacuna em nossa academia em relação aos estudos sobre homossexualidade na África. Eu diria mais. Não apenas é tímido o cenário de estudos historiográficos e etnográficos brasileiros sobre este tema no continente africano, quando se pesquisa a literatura recente em língua portuguesa, o problema é ainda maior². É verdade que os estudos brasileiros em África vêm se ampliando³, mas o vácuo persistente dos nossos campos disciplinares em tratar deste tema, que já está nas pautas cotidianas, é tão significativo que não impressiona um episódio que vivi recentemente, quando fui imprimir as cópias de minha dissertação de mestrado.

No balcão da papelaria, o funcionário ao encadernar meu trabalho e, inevitavelmente, observar o título e as fotos da dissertação, perguntou-me inesperadamente se em Cabo Verde também estavam “matando os gays”. Para mim, isto demonstra que o público brasileiro não especializado já parece ter alguma noção sobre a atual situação das pessoas LGBT em África⁴, mas a

¹ Este artigo é um produto direto da minha dissertação de mestrado, defendida em 2014, e, apesar de algumas revisões e atualizações, reproduz trechos significativos da mesma. MIGUEL, Francisco. *“Levam má bô”: (homo)sexualidades entre os sampadjudus da Ilha de São Vicente de Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

² Importante destacar, porém, que o pioneirismo da navegação dos portugueses em África e o futuro processo de colonização fariam de Portugal, hoje, um dos maiores detentores de registros históricos sobre o assunto.

³ TRAJANO FILHO, Wilson. “Introdução: perspectivas comparativas nos estudos africanos”. In: *Travessias Antropológicas*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

⁴ De acordo com relatório recente da Anistia Internacional (2013), pelo menos 38 países criminalizam a homossexualidade e 4 deles aplicam penas de morte. Após a publicação do relatório, o presidente nigeriano Goodluck Jonathan assinara no dia 14/01/2013 uma lei que criminalizara a homossexualidade, com penas de até 14 anos de prisão para quem viver uniões de fato com pessoas do mesmo sexo e para quem participe de organizações em defesa dos direitos homossexuais no país (Publico. pt, 2014). No dia 24 do mês seguinte, seria a vez do presidente de Uganda, Yoweri Museveni assinar lei que condena os homossexuais à prisão perpétua (Globo.com, 2014). Contudo, em 2014, a suprema corte de Uganda considerou tal lei inconstitucional, anulando-a (O Globo, 2014). GLOBO.COM. Uganda aprova lei que pode condenar homossexuais à prisão perpétua. 24 de Fevereiro de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/uganda-aprova-lei-que-pode-condenar-homossexuais-prisao-perpetua.html>. GLOBO.COM. Corte em Uganda anula legislação recente que punia gays com prisão perpétua. 1º de Agosto de 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/corte-em-uganda-anula-legislacao-recente-que-punia-gays-com-prisao-perpetua-13457268>. PÚBLICO.PT. Dezenas de pessoas presas na Nigéria com entrada em vigor de lei que proíbe homossexualidade. 14 de Janeiro de 2014. Disponível em:

academia brasileira pouco tem dito a esse respeito⁵. Se por um lado isso dificultou minha inserção no tema, quando decidi por etnografar o recente movimento LGBT em Cabo Verde, por outro, lançou-me um desafio instigante: colaborar na construção de uma nova agenda de pesquisa no Brasil.

Assim, ao pesquisar sobre o tema, encontrei uma vasta bibliografia do campo das ciências sociais que aponta para uma insistente narrativa que advoga a tese de que a "homossexualidade" é uma prática exógena à tradição africana, desconsiderando as supostas evidências do contrário⁶. Nesse sentido, percebo que a negação da "homossexualidade" vem sendo explicada nas ciências sociais, por um lado, pela recente e forte influência que os ortodoxos cristãos norte-americanos têm exercido em África; e, por outro lado, a ressonância desse discurso no continente se faria não por uma "homofobia inata" do africano, mas pela associação simbólica entre "homossexualidade" e uma crítica latente ao ocidente⁷.

Seguindo esta elaboração mais sofisticada da exogenia da identidade homossexual em África (e não do homoerotismo em si, entendendo este como um conjunto de práticas eróticas entre indivíduos do mesmo sexo), algumas pesquisadoras, que eu poderia chamar de "construtivistas sociais" têm proposto um debate promissor, que desestabiliza o arcabouço conceitual do Ocidente para lidar com a questão. Segundo elas, há a evidência de existir em África diversas formas indígenas de significar práticas, que chamaríamos no Ocidente de "homossexuais"⁸.

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/ja-esta-em-vigor-a-lei-que-condena-a-homossexualidade-na-nigeria-1619606>.

⁵ Para homossexualidade no mundo lusófono, incluindo as colônias africanas, ver MOTT, 1989, 2005. Sobre homossexualidade na África do Sul, ver MOUTINHO, Laura et al. *Retóricas ambivalentes: ressentimentos e negociações em contextos de sociabilidade juvenil na Cidade do Cabo (África do Sul)*. Cad. Pagu [online], n. 35, 2010, p. 139-176; e para este tema no arquipélago de Cabo Verde, ver RODRIGUES, C. *A Homoafectividade e as relações de gênero na Cidade da Praia*. Dissertação de Mestrado. Praia, Cabo Verde: UniCV, 2010 e MIGUEL, 2014. 200p. Há ainda o trabalho da antropóloga Fabiana Mendes de Souza, doutoranda na Universidade de Campinas, que está atualmente escrevendo sua tese sobre homossexualidade em Maputo, Moçambique.

⁶ MOTT, L. Raízes Históricas da Homossexualidade no Atlântico Lusófono Negro. *Conferência The Lusophone Black Atlantic in a Comparative Perspective*, Centre for the Study of Brazilian Culture and Society, King's College, Londres, 2005, p. 10-11. KAOMA, K. *Globalizing the Culture Wars: U.S. Conservatives, African churches, & homophobia*. Somerville: Political Research Associates, 2009. MURRAY, Stephen; ROSCOE, Will. *Boy-Wives and Female Husbands: Studies of African Homosexualities*. Palgrave Macmillan, 1990.

⁷ KAOMA, 2009. Há, porém, quem sugira que em algumas culturas africanas o forte apelo à descendência inviabiliza as ideias de homossexualidade e homoparentalidade. Para o caso Yorubá, ver ODUWOLE, E. O. "The Reality of Homosexuality in Africa: The Yoruba Example. In: FALOLA, T.; AKUA, N. *Women, Gender, and Sexualities in Africa*. Durham: Carolina Academic Press, 2013.

⁸ O'MARA, K. "Kodjo Besia, Supi, Yags and Eagles: being tacit subjects and non-normatives citizens in contemporary Ghana". In: FALOLA; AKUA, 2013. TUSHABE, C. "Decolonizing Homosexuality in Uganda as a Human Rights Process". In: FALOLA; AKUA, op. cit..

Uma dessas pesquisadoras é a ugandense Caroline Tushabe, que faz duras críticas aos movimentos LGBTs em África⁹. Segundo a autora, a militância LGBT em vários países do continente segue erroneamente a estratégia de apostar nas identidades de seu acrônimo, a partir do que seria o “paradigma do armário”¹⁰. A autora defende que este paradigma importado do ocidente, ao ser usado para lidar com o que chama de *non sex-crossing sexualities* (ou sexualidades não heterossexuais) em África, corrobora com a atitude colonial, ao pressupor uma identidade sexual civilizada – a homossexual – que é assumida em determinado momento da vida (na saída do armário), como em um processo auto-civilizatório¹¹. De acordo ainda com esta autora, a identidade homossexual, contraposta à heterossexual, fora imposta pelos impérios coloniais de forma já criminalizável e que não corresponderia às experiências indígenas nativas. Como demonstração de seu argumento, a autora revela o mito ugandense do *ebihindi*, contado na própria infância por sua avó, e que parece ter inscrito sua subjetividade dentro de outras premissas:

Eu gostaria de proceder aqui com o mito de *ebihindi* que minha avó me contou quando eu estava crescendo, como forma de explorar o sentido de contestação e de relação com as identidades sexuais globais. *Ebihindi* são pessoas que transitam de uma forma de ser em outra. Na aldeia em que fui criada existia uma árvore perto do pântano chamada *omusisa*. O mito explica que à noite *ebihindi* se reúnem sob a *omusisa* e fazem fogo, dançam e mudam de macho para fêmea, para meio-fêmea e meio-macho, e no conjunto de quatro partes constituídas por um quarto de cada. No amanhecer, *ebihindi* revertem seu ser e se reintegram na comunidade. A ética do mito é que existem possibilidades de ser e que nós devemos respeitar a existência dessa diferença. Também há a noção de que as pessoas sabem e que saber não requer acusação ou discussão pública. [...] Ao ouvir este mito, eu encontrei um lar ‘sólido’ dentro da comunidade. O mito proporcionou para mim um lugar de pertencimento, um espaço de autoconhecimento e sentido para a minha existência na comunidade, porque meus desejos e diferenças eram articulados na cosmologia de minha cultura¹².

Se a ética relativista do mito pode ser contestada, não parece restar dúvidas que uma identidade propriamente “homossexual” não é de fácil tradução neste contexto. O mesmo cuidado analítico parece seguir a pesquisadora Kathleen O’Mara para tratar do caso de Gana¹³. Segundo esta outra pesquisadora, se o silêncio pressuposto no paradigma do armário age

⁹ TUSHABE, C. “Decolonizing Homosexuality in Uganda as a Human Rights Process”. In.: FALOLA; AKUA, 2013.

¹⁰ SEDGWICK apud TUSHABE, 2013.

¹¹ TUSHABE, op. cit., p. 149.

¹² Ibid, p. 152.

¹³ O’MARA, K. “Kodjo Besia, Supi, Yags and Eagles: being tacit subjects and non-normatives citizens in contemporary Ghana”. In: FALOLA; AKUA, 2013.

como uma estratégia de supressão da opressão no ocidente, entre os indígenas africanos o silêncio pode ser a norma e não é necessariamente opressivo¹⁴. Além disso, em Gana, o que chamaríamos de "homossexualidade" teria mais a ver com um parceiro ou com uma experiência específica e não propriamente como identidade¹⁵.

Neste complexo conjunto africano, o fato é que o discurso anti-homossexualidade – o que quer que esta categoria signifique em cada local – baseado na tese exogênica, está produzindo um quadro de recrudescimento das leis anti-homossexualidade em diversos Estados.

Em resposta às recorrentes afirmações sobre a homossexualidade se configurar como prática exógena ao continente, alguns antropólogos, historiadores e militantes, mais "essencialistas", porém, vêm tentando demonstrar como, longe de ser uma prática e uma identidade estranha introduzida pelos agentes do empreendimento colonial, as "práticas homoeróticas" já se encontravam em várias tradições culturais deste continente¹⁶.

Para o antropólogo Luis Mott, que advoga pela comprovação da existência do homoerotismo através de registros históricos, a "homossexualidade nativa" africana teria sofrido um incremento e "diversificação/mestiçagem cultural" com a chegada do europeu. Este, munido da moralidade judaico-cristã tentou impor a penalização (frequentemente, o exílio) e o fim das práticas de travestismo e de relação sexual entre indivíduos do mesmo sexo, através de uma série de processos jurídico-religiosos da Santa Inquisição¹⁷. Tal fato corroboraria com a tese de Marc Epprecht, de Murray e tantos outros pesquisadores contemporâneos de que a "homofobia" – e não a "homossexualidade" ou "homoerotismo" – que seria exógena à tradição africana, uma vez que a partir da colonização, negar a "homossexualidade" foi associado à civilização e ao progresso¹⁸.

Homossexualidade em África: recorte teórico-metodológico

A escolha por uma unidade de análise tão extensa quanto um continente pode ser arriscada. Como alertam Murray & Roscoe¹⁹, é preciso estar atento para não criar o mito de uma unidade africana no que diz respeito à homossexualidade. Os contextos socioculturais no continente são diversos, desde realidades rurais e urbanas, passando pelas diferentes experiências de colonização, até as centenas de etnias autóctones que conviveram e ainda

¹⁴ O'MARA, K. "Kodjo Besia, Supi, Yags and Eagles: being tacit subjects and non-normatives citizens in contemporary Ghana". In: FALOLA; AKUA, 2013, p. 165-166.

¹⁵ O'MARA, 2013, op. cit., p. 172.

¹⁶ MOTT, 2005, p. 10-11. KAOMA, 2009. MURRAY; ROSCOE, 1990.

¹⁷ MOTT, op. cit., 2005, p. 10-11.

¹⁸ KAOMA, op. cit., p. 14.

¹⁹ MURRAY; ROSCOE, op. cit., p. XVIII.

convivem neste espaço forjado chamado “África”. Contudo, penso que os antropólogos, no seu apreço pelos particularismos e autorrigor metodológico, não devem se furtar de falar em “África”, principalmente quando esta é uma categoria com a qual operam (para o bem ou para o mal) os organismos internacionais, os movimentos sociais, a mídia e o senso comum. Uma vez que reconhecamos a genealogia política e histórica de “África”, enquanto categoria construída no encontro colonial²⁰, operar com ela não é um exercício ingênuo e pode render política e epistemologicamente. Compreendido isto, o segundo passo é delinear o conceito de “homossexualidade”, já que não podemos tomá-lo inadvertidamente como um conceito atemporal e transcultural.

Assim, para escapar do aprisionamento epistemológico que a categoria “homossexual” engendra, alguns autores como Kirkpatrick preferem, ao tratar amplamente da espécie humana, falar em “comportamentos homossexuais”²¹. Tal expressão incluiria uma série de práticas sexuais entre indivíduos do mesmo sexo biológico tais como a masturbação, o sexo anal, oral etc. verificadas em diferentes sociedades humanas, e virtualmente em todas²². Esta perspectiva supostamente deslocaria o conceito do eixo da identidade, muito relativo entre as culturas humanas, para o eixo das práticas corporais empiricamente observáveis, acreditando assim ser esse um critério objetivo que permitiria uma análise comparativa global.

No entanto, sabemos que as práticas corporais não carregam em si mesmas seus significados e estes podem variar culturalmente. Nesse sentido, coloco em cheque até que ponto ritos de iniciação como dos Baruya da Nova Guiné, onde os meninos e jovens, em busca da construção de suas masculinidades, se nutrem do sêmen através do contato oral com o pênis dos seus iniciadores, podem ser tidos como práticas propriamente “homossexuais”, tal como defende Godelier²³, ainda que estes não pratiquem a “sodomia”²⁴. Ou, para usarmos um exemplo do próprio continente africano, questiono-me se a percepção do intercurso anal entre homens Fang como fármaco para o bem-estar pode ser enquadrada como “homossexualidade”²⁵. Em outras palavras, é-se possível classificar o ritual de iniciação dos Baruya ou a medicação Fang dentro do marco tão ocidentalmente compartimentado da sexualidade? Apenas o trabalho de campo seria capaz de responder.

²⁰ MUDIMBE, V. Y. *A Invenção de África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Luanda: Edições Pedago, 2013.

²¹ KIRKPATRICK, R. C.. The evolution of human homosexual behavior. *Current Anthropology*, 1, Junho, 2000, p. 200, 385-7.

²² NEILL, J. *The Origins and Role of Same-Sex Relations in Human Societies*. Jefferson: McFarland & Company, 2009, p. 11.

²³ GODELIER, M. *The Making of Great Men: Domination and Power among the New Guinea Baruya*. Cambridge University Press, 1998, p. 53-54.

²⁴ “Sodomia” era, no período inquisitório, o termo jurídico usado para a cópula anal seja hétero ou homossexual. O antropólogo Luiz Mott nos explica que tal termo desmembrava-se em “sodomia foeminarium” para as relações lésbicas, “sodomia imperfeita” para a penetração anal heterossexual e, simplesmente “sodomia” para as relações homoeróticas, abrangendo as várias práticas sexuais entre homens (MOTT, 1989). Apesar de antigo, o terminou perdurou em algumas abordagens até recentemente.

²⁵ MURRAY, S. O. “Africa, Sub-Saharan”. In: DYNES, W. R. *Encyclopedia of Homosexuality*. Garland, 1990, p. 24.

Esta é a razão pela qual a proposta metodológica de Kirkpatrick ainda não é suficiente para a perspectiva propriamente antropológica, interessada fundamentalmente na visão de mundo do Outro. Aqui dramatiza-se um dilema central para a proposta do método comparativo do que já chamei de uma “antropologia da (homo)sexualidade”²⁶, pois uma análise comparativa global só poderá ser bem sucedida se levar em consideração que as percepções e os comportamentos corporais são relativos e podem variar de sociedade para sociedade. Nesse sentido, é preciso estar atento aos acervos etnográfico e histórico que supõem tratar do domínio da (homo)sexualidade, sem, contudo, descartá-los *a priori*.

Conhecimento enciclopédico é uma pista, mas não basta

Se, na literatura recente em língua portuguesa, os dados em relação às (homo)sexualidades africanas são absolutamente escassos, quando pesquisamos referências na literatura acadêmica anglo-saxã e francesa o cenário muda consideravelmente. Sobre o tema, o texto mais clássico talvez seja o do antropólogo inglês Evans-Pritchard²⁷ sobre a “inversão sexual” entre os Azande, pesquisados na década de 1920. Mas este não é o único. Se aprofundarmos a busca, descobrimos que, a princípio, haveria diversos relatos de “práticas homossexuais” vindos de todo o continente.

Em “Enciclopédia da Homossexualidade”, organizada pelo historiador Wayne R. Dynes e publicada no início da década de 1990, há, em certo momento, a afirmação do viajante Geoff Puterbaugh de que “a pederastia foi virtualmente pandêmica no Norte da África durante os períodos de dominação árabe e turca.”^{28,29}. E o mesmo autor prossegue: “[O] Islam como um todo era tolerante com a pederastia, particularmente no Norte da África”. Sem explicitar o que entende exatamente por “pederastia”, mas, no sentido de fornecer um exemplo, Puterbaugh tratará do *bacha bazi*, um ritual de dança da cultura islâmica, em que um menino canta e dança para homens mais velhos, além de lhes prestar serviços sexuais:

²⁶ Coloco a palavra “homo” entre parênteses para sugerir que a categoria homossexualidade é uma categoria ocidental que deve ser sempre colocada em suspensão quando se trata das sexualidades e dos afetos de outros povos. A existência dela entre aspas permite relativizá-la, apenas fazendo uso dela quando os contextos etnográficos específicos de alguma forma sustentem essa tradução. De qualquer forma, as categorias analíticas antropológicas que pretendem cobrir a diversidade sexual humana ainda são frágeis, principalmente quando expostas às análises comparativas transculturais. MIGUEL, Francisco. “*Levam má bô*”: (homo)sexualidades entre os sampadjudus da Ilha de São Vicente de Cabo Verde. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2014. 200p.

²⁷ EVANS-PRITCHARD, E. E. Sexual Inversion among the Azande. *American Anthropologist*, 2, 1970, p. 1428-1434.

²⁸ DYNES, 1990.

²⁹ Como um dos intuitos deste artigo é trazer os debates para a comunidade lusófona, traduzi todas as citações deste artigo para a língua portuguesa.

Algo universal no norte da África, durante o período pré-colonial, foi o menino dançarino/cantor, amplamente preterido às mulheres em bares e haréns suburbanos. A lógica cultural era proteger a castidade das mulheres, que assumiriam o status de prostitutas, caso se apresentassem desta forma. O resultado foi vários séculos de performances eróticas desses rapazes, que eram os artistas preferidos mesmo quando havia mulheres prostitutas disponíveis. E eles não se continham em despertar a cobiça dos seus patrões. Um comerciante norte africano poderia parar em um bar para uma xícara de chá e um *hookah*, fornecido por um jovem rapaz, ouvir o canto, e depois prosseguir para ter relações sexuais com o menino no local, antes de retornar para sua loja³⁰.

O *globe-trotter*³¹, como Puterbaugh mesmo se intitula, traz ainda outros relatos de campo – inegavelmente impressionistas – de como a homossexualidade seria encarada em países como Egito, Tunísia, Algeria e Marrocos. Mas para além desta África islâmica do norte, Wayne Dynes compilou e publicou uma lista de artigos e monografias sobre “homossexualidade” entre povos africanos subsaarianos, supostamente alcançando mais de 500 citações³².

Outro pesquisador que se dedicou a compilar referências acerca do homoerotismo em África foi James Neil, autor do livro “The Origins and Role of Same-Sex Relations in Human Societies” (2009). Nesta obra, o autor dedica algumas páginas para tratar dos “difusos costumes homossexuais entre os povos nativos africanos”³³. Entre as referências expostas, algumas nos reconduzem à obra de Dynes, anteriormente citada. Reproduzirei nas páginas que seguem as referências sobre “homossexualidade”, “sodomia” e “pederastia”³⁴ encontradas nestas e em outras obras que tratam de povos do continente africano, independente das datações, para somente depois tecer algumas conclusões críticas a respeito delas.

A partir da leitura de “The Construction of Homosexuality” (1988) de Greenberg, Neil³⁵ sugere, exageradamente, que a “homossexualidade” entre adolescentes parece ser uma prática universal entre os povos africanos. Na Tanzânia, diz o autor, teria sido relatado que

³⁰ PUTERBAUGH, G. “Africa, North”. In: DYNES, op. cit., p. 19.

³¹ A expressão significa “andarilho”, “pessoa que corre o mundo”, “viajante”, “aventureiro”, “explorador de lugares”.

³² NEILL, J. *The Origins and Role of Same-Sex Relations in Human Societies*. Jefferson: McFarland & Company, 2009, p. 32.

³³ NEILL, 2009, p. 53.

³⁴ No mundo greco-romano, “o termo ‘pederastia’ – do grego paîs, paidós (menino) e éros, érotos (amor, paixão, desejo ardente) – implicava a afeição espiritual e sensual de um homem adulto por um menino.” BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 45.

³⁵ NEILL, op. cit..

os meninos da tribo Nayakyusa deixavam a casa dos pais por volta dos dez anos e iam viver com outros rapazes em um acampamento nos arredores da vila principal, onde teriam relações sexuais com jovens da mesma idade até que se casassem. Meninos pastores de Qemant e Amhara, na Etiópia, desenvolveriam relações homossexuais com os outros, o que inclui o sexo anal, até o momento em que se casam³⁶.

Ainda de acordo com Neil³⁷, antropólogos como De Becker³⁸ relataram que entre as tribos ubangi do Congo, "os homens consideravam as mulheres como existindo essencialmente para a procriação e os adolescentes do sexo masculino propriamente para o prazer"³⁹. Por sua vez, sobre as tribos de língua berbere da área do Oasis Siwan, no deserto da Líbia, citadas por Ford & Beach (1951)⁴⁰, destaca Neil: "todos os homens buscam relações sexuais com os rapazes, com os quais eles se envolvem em relações sexuais anais". Esta atividade seria tão comum que os homens que não praticam essas relações, segundo Neil, seriam considerados como desviantes. Homens Siwan emprestariam seus filhos para os outros homens e eles falariam sobre seus "casos amorosos" masculinos de forma tão aberta quanto eles discutem o amor das mulheres⁴¹.

Além da tradição Azande, que possuiria o costume de "práticas homossexuais" na formação de jovens guerreiros⁴², Neil cita "relacionamentos homossexuais" hierárquicos entre homens adultos e jovens, em numerosos povos tribais. Um exemplo viria dos Fang, um grande grupo tribal de língua Bantu vivendo onde hoje se localiza Camarões, Guiné Equatorial e Gabão. A partir do relato de Günter Tessmann, registrado em 1913, o antropólogo Stephen Murray⁴³ acrescenta que a homossexualidade era encarada como "remédio para o bem-estar, que seria transmitido do passivo para o ativo no intercuro sexual anal"⁴⁴.

Ao contrário das relações tipicamente patronais ou "pederásticas", em que homens mais velhos penetram os mais jovens, Murray recupera o relato de um sujeito chamado Gustave Hultsaert sobre os Nkundo do Congo e conclui que neste contexto: "o parceiro mais jovem penetra o mais velho, [o que seria] um padrão oposto ao da hierarquia geracional nas relações homossexuais" tradicionais⁴⁵.

Contudo, em algumas culturas africanas, a "homossexualidade" também parece ter sido alocada cognitiva e ritualmente enquanto uma fase da vida,

³⁶ Ibid.

³⁷ Ibid.

³⁸ DE BECKER, R. *The Other Face of Love*. New York: Grove Press, 1969.

³⁹ NEILL, op. cit., p. 54.

⁴⁰ FORD & BEACH. *Patterns of Sexual Behavior*. New York: Harper, 1951.

⁴¹ NEILL, op. cit., p. 54.

⁴² EVANS-PRITCHARD, 1970.

⁴³ MURRAY, 1990.

⁴⁴ MURRAY, op. cit., p. 23.

⁴⁵ Ibid, p. 23.

ainda que relações sexuais entre algumas pessoas do mesmo sexo pudessem perdurar para todo sempre. Este seria o caso dos Dahomey, relatado por Melville Herkovits em 1937⁴⁶ e recuperado por Murray:

[quando] os jogos entre meninos e meninas são interrompidos, os meninos não podem mais ter a companhia das meninas e o direcionamento sexual encontra satisfação na amizade entre os meninos do mesmo grupo. Um menino pode pegar o outro como se este fora uma “mulher”, sendo chamada de *galgló*⁴⁷.

Agora, sem deixar claras as fontes, Murray (1990)⁴⁸ afirma que entre os Fanti do Gana e os Wolof do Senegal também há papéis de gênero invertidos entre homens e mulheres. Novamente sem explicitar as fontes, Murray afirma apenas que em “relatórios recentes”, na tribo Bangala do Congo, “a masturbação mútua e a sodomia eram muito comuns e consideradas pelos nativos como práticas de pouca ou nenhuma vergonha”. Murray complementa ainda que tais práticas se dariam quando pela visita de estranhos em outras vilas ou durante o período de pescaria de campo, longe das mulheres⁴⁹. De acordo com Neil, tal constatação já teria sido feita em 1909, por um sujeito chamado John Weeks, sem, contudo, dar maiores detalhes⁵⁰.

De acordo com Murray (1990)⁵¹, a “homossexualidade” ainda seria comum entre os jovens Hutu e Tutsi no antigo reino de Ruanda, especialmente entre os últimos, quando treinados na corte. Neil acrescenta ainda que ela se daria entre os rapazes solteiros⁵². No reino próximo de Uganda, a perseguição do Rei Mwanga em 1886 ao cristianismo é justificada por Murray⁵³ pela rejeição cristã das investidas sexuais deste rei, sem explicitar, contudo, quais seriam tais investidas⁵⁴.

⁴⁶ HERSKOVITS, M. *Dahomey*. New York: Augustine, 1937.

⁴⁷ MURRAY, op. cit., p. 23-24.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Ibid, p. 23.

⁵⁰ NEILL, op. cit., p. 53.

⁵¹ MURRAY, op. cit..

⁵² NEILL, op. cit., p.53.

⁵³ MURRAY, op. cit., p. 23.

⁵⁴ A autora ugandense Caroline Tushabe (2013, p. 150), todavia, discorda fortemente desta interpretação: “Mwanga – o epítome da homossexualidade colonial – não é o Mwanga que desejava os homens de sua corte. Pelo contrário, é o Mwanga resistente ao cristianismo, a quem, por lei, uma nova identidade (a partir de um entendimento eurocêntrico das sexualidades) é imposta. Ao resistir ao cristianismo, Mwanga resistiu simultaneamente à identidade homossexual e à relação entre homossexualidade e aberração. O gesto de Mwanga aqui é importante, não porque ele resistiu ao cristianismo, mas porque ele se recusou abrir mão da sua identidade – o Mwanga que desejava e compartilhava energia erótica com outros homens. [...] A narrativa de Mwanga reitera a construção de Uganda como uma identidade colonial nacionalista, que é forçada a privilegiar a heterossexualidade masculinista e reprimir os desejos não heterossexuais. Em análises acadêmicas, o desejo de Mwanga como um local de resistência contra o colonialismo é pouco explorado, mas usado para marcar e mapear a homossexualidade e identidade homossexual em Uganda”. TUSHABE, 2013.

Citando Greenberg⁵⁵, Neil afirma que durante os períodos em que a religião proíbe a “relação sexual heterossexual”, chefes Mossi, em Burkina Faso, teriam relações “sexuais” com rapazes adolescentes. Murray também citará os Mossi, afirmando que entre eles, “pajens eram escolhidos entre os meninos mais bonitos de sete a quinze anos, que se vestiriam de mulher e teriam outros atributos femininos em relação aos chefes”⁵⁶.

De acordo com pesquisadores não identificados por Neil, seria “comum aos homens Hottentot [da África do Sul] entrarem em pactos de assistência mútua, que frequentemente acabariam por evoluir para relações sexuais”⁵⁷. Sobre os Thonga, também da África do Sul, Murray cita o missionário e antropólogo suíço Henry Junod⁵⁸, para criticar a oscilação do argumento deste autor em atribuir razões à “homossexualidade” nativa ora pela falta de mulheres ora pelas preferências sexuais dos indivíduos⁵⁹. Em trabalho mais recente sobre grupos correlatos, Marc Epprecht trata dos *ngotshana* nas populações indígenas do Zimbábue. Tratar-se-iam de “casamentos pederásticos” datados do início do século XX⁶⁰.

Neil⁶¹ também tratará da “transgeneridade” em África, apesar de novamente não trazer as fontes de suas informações. Segundo o autor, contudo, indivíduos “transgêneros” também seriam comuns entre os vários povos tribais africanos, onde muitas vezes desempenham papel de xamãs ou curandeiros. Entre os Kwayama de Angola, os homens “transgêneros” serviriam como adivinhos e curandeiros, se vestiriam de maneira feminina, fariam o trabalho das mulheres e tornar-se-iam esposas auxiliares aos homens, que poderiam ter outras esposas do sexo feminino. O *mugaw*, um poderoso líder religioso de Meru do Quênia, de acordo ainda com Neil, travestir-se-ia, sendo geralmente “passivo sexual”. Por vezes, ele se casaria com um homem. Neil afirmará que os adivinhos Zulu da África do Sul são geralmente mulheres, mas dez por cento seriam homens travestidos, e que os membros de um culto de possessão espiritual entre os Hausa no norte da Nigéria também se travestem e assumem o papel passivo na relação “homossexual”. Além destes, o autor faz uma nota de rodapé, acrescentando:

Entre as várias tribos em que papeis homossexuais ou transgêneros foram relatados estão os Nandi do Quênia, os Dinka e Nuer do Sudão, os Konso and Amhara da Etiópia, os Otoro da Nubia, os Fanti de Gana, os Ovimbundu de Angola,

⁵⁵ GREENBERG, D. E. *The Construction of Homosexuality*. University of Chicago Press, 1988.

⁵⁶ MURRAY, op. cit., p. 22.

⁵⁷ NEILL, op. cit., p. 53.

⁵⁸ JUNOD, H.. *Life of a South African Tribe*. London: Macmillan, 1927.

⁵⁹ Trata-se de um debate mais amplo e um tanto *démodé* dentro do campo dos estudos de sexualidade, entre encarar a homossexualidade masculina como uma alternativa à falta de mulheres e como preferência primordial e/ou exclusiva.

⁶⁰ EPPRECHT, M. The ‘unsaying’ of indigenous homosexualities in Zimbabwe: mapping a blindspot in African masculinity”. *Journal of Southern African Studies*, 24, dec, 1998, p. 631-651.

⁶¹ NEILL, op. cit..

os Thonga do Zimbabwe, os Tanala e Bara de Madagascar, os Wolof do Senegal e os Lango, Iteso, Gisu e Sebei de Uganda, entre outros⁶².

Sobre as “práticas homossexuais” entre mulheres, as informações são ainda mais escassas e inseguras. Mas, de acordo com Neil⁶³, relações “lésbicas” também seriam comuns entre as Nandi do Quênia, e praticamente universal entre as mulheres solteiras Akan de Gana, por vezes, continuando depois do casamento. Também seria uma prática comum entre as Nkundo do Congo e as adolescentes Dahomey⁶⁴.

Deste conjunto de relatos, extraio algumas conclusões. A primeira delas é a de que se tratam de relatos, em sua maioria, dos fins do século XIX e primeira metade do século XX e a respeito de povos indígenas do continente. Além disso, muitos dos relatos são apócrifos. Quando não, tratam-se de registros, muitas das vezes, de viajantes e cronistas não treinados na historiografia ou na ciência antropológica moderna e muitas das vezes nos informam percepções bem impressionistas, pouco científicas⁶⁵.

A segunda observação é que, para além da dificuldade encontrada pela falta de escrita entre os povos da África pré-colonial, uma vez que eram povos de tradição oral⁶⁶, o que dificulta a reconstrução histórica dos mesmos, dado o período histórico dos registros coloniais e os interesses antropológicos à época, as relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo era um assunto muitas vezes relegado a notas de rodapé, não sendo tratado como foco de suas pesquisas ou ao menos com maior profundidade. Isso para nem dizer a provável subnotificação da “homossexualidade feminina”, haja vista o fato dos autores serem todos homens e disso decorrer a eventual dificuldade (ou desinteresse) de acesso ao universo das mulheres.

Por último, ainda resta a persistente dúvida epistemológica: Afinal de contas, tratar-se-iam (mesmo) nestes casos propriamente de “homossexualidade”? O leitor atento percebeu meu recorrente uso das aspas para me referir aos casos relatados. Desconfiar deste acervo histórico é condição *sine qua non* para começar este novo empreendimento antropológico no continente. Todavia, ele carrega um registro potencialmente relevante, uma pista para entendermos melhor a sexualidade e os afetos entre alguns dos povos autóctones de África.

Por exemplo, pesquisando na história colonial portuguesa, Mott⁶⁷ demonstra alguns exemplos de indivíduos da África ocidental, como o do escravo Antonio, natural do Reino do Benin, que tinha “preferências homoeróticas” e se reconhecia enquanto “Vitória” já em 1556 e o escravo quibanda Francisco Manigongo preso na Bahia, Brasil, por “relações

⁶² Ibid, p. 54.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ibid, p. 53.

⁶⁵ Como a de Puterbaugh, que em dado momento chama a Algeria de um “strange country” (país estranho) ao notar a contradição entre o orgulho e a rejeição deste país ao colonizador francês.

⁶⁶ MURRAY; ROSCOE, 2001, p. 1-18.

⁶⁷ MOTT, 2005, p. 10-11.

sodomíticas” em 1591⁶⁸. Se tais levantamentos historiográficos foram gerados por questões como: “Existiram sujeitos homossexuais no passado?”, hoje as perguntas parecem apontar para outro sentido: “Por que nos importamos tanto se existiram gays no passado?” ou “Que tipo de relação com essas figuras, nós pretendemos cultivar?”. Em outras palavras, é preciso ser crítico com *as demandas por uma história queer*⁶⁹.

Se devemos ser cautelosos em aceitar as teses essencialistas de que tratar-se-iam em outros tempos e lugares de práticas propriamente “homoeróticas” ou “homossexuais”, penso que estes vários registros históricos, aos quais poderíamos acrescentar outros de diferentes épocas e regiões etnográficas, nos deixa igualmente alertas para o risco da atual crítica que vincula a identidade “homossexual” em África como única e exclusivamente decorrente de um processo recente de globalização das identidades sexuais. Não quero negar a existência de recentes fluxos globais de valores e ideias, principalmente no que diz respeito à emergência de movimentos LGBT no continente, mas os registros coloniais não devem ser descartados imediatamente, pois eles podem ser um poderoso argumento de desnaturalização de discursos que ontologizam a não-existência das práticas sexuais entre indivíduos do mesmo sexo em áreas etnográficas como África.

Penso que uma abordagem antropológica e etnográfica não deve abandonar os registros históricos e arqueológicos⁷⁰, mas deve estar hoje absolutamente atenta para a aplicabilidade das categorias do pesquisador como “sexualidade”, “homossexualidade”, “homoerotismo” etc nas práticas nativas⁷¹. Afinal, certas práticas tidas por nós como inscritas no domínio da sexualidade, podem ser eventualmente entendidas por outros campos semânticos entre nossos interlocutores⁷². Uma vez percebendo que certas práticas se encontram de fato no campo do desejo, do prazer, da afetividade e das relações diádicas, os empreendimentos da antropologia e da história da (homo)sexualidade são possíveis e desejáveis.

Minha maneira de escapar do etnocentrismo que correlaciona um conjunto de determinadas práticas corporais a um conceito muito comprometido com a história ocidental (tal qual “homossexualidade” ou suas

⁶⁸ MOTT, 2005, p. 12-13.

⁶⁹ LOVE, H. *Feeling Backward: Loss and The Politics of Queer History*. London: Harvard University Press, 2007, p. 31.

⁷⁰ “[...]as pinturas rupestres das cavernas de San, atribuídas aos bosquímanos da África Austral, datadas de 15 mil anos, onde são evidentes ‘egregias práticas sexuais tais como sexo anal ou intracrural em grupo’” (MOTT, 2005, p. 12).

⁷¹ Murray aponta criticamente para a preocupação de vários autores construtivistas sociais que argumentam pela contingência história da “homossexualidade”, mas que neste exercício acabam por essencializar outras categorias como “heterossexualidade”, “sexualidade”, “raça”, “classe” etc. (MURRAY apud ROSCOE, 1996, p. 209). ROSCOE, W. *Writing Queer Cultures: An Impossible Possibility?* In: E. LEWIN; W. L. LEAP. *Out in the Field*. Chicago: University of Illinois Press, 1996, p. 200-211.

⁷² HOAD, N. *African Intimacies: Race, Homosexuality, and Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007. MACHARIA, K. *Queering African Studies*. *Criticism*, 51, 2009, p. 157-164.

correlatas) e, ao mesmo tempo, escapar do relativismo estéril e da impossibilidade de uma análise comparativa, é tomá-la como categoria nativa (como o é em muitos países africanos, entre eles Cabo Verde), investigando suas significações êmicas e estabelecendo traduções possíveis. Por outro lado, deve-se aferir também novas categorias nativas que sejam passíveis de tradução para o nosso campo semântico sexual, tendo em vista sempre a precariedade de toda e qualquer tradução transcultural e transtemporal. Essas estratégias, assim, permitem evitar equívoco parecido apontado por Kaoma, por exemplo, a respeito do ruído gerado pela categoria “família”, que propagada pelos conservadores cristãos norte-americanos em “África”, possuiria lá significação distinta, “*ubuntu*”⁷³.

A bibliografia que expus nesta seção é, em grande parte, originária de enciclopédias em língua inglesa, muito impressionistas e pouco confiáveis. Recentemente, surgiram novas compilações mais seguras sobre o tema⁷⁴; todavia, resgato-as aqui com a esperança de instaurar o *thauma*⁷⁵ que possibilitará dar fôlego a uma agenda de pesquisa no Brasil e nos demais países de língua portuguesa. Neste sentido, busco demonstrar a fragilidade de nosso conhecimento a respeito do tema e instigar novas pesquisas historiográficas e etnográficas que nos informarão sobre a diversidade de identidades, afetos, desejos, comportamentos e práticas (homo)sexuais que por ventura existiram e ainda existam no continente africano.

Em Cabo Verde: A Santa Inquisição, a lei e o silêncio arquipelágico

Como contribuição de estudo de caso e aplicação das perspectivas teóricas anteriormente defendidas, proponho analisar os registros históricos acerca do homoerotismo no arquipélago africano de Cabo Verde, assim como uma história oral mais recente. Interessantes e detalhados relatos datados do século XVII sobre “sodomia” são fornecidos pelos registros do Tribunal da Santa Inquisição de Lisboa, localizado na Torre do Tombo⁷⁶. O primeiro investigador a se dedicar ao tema a partir destes arquivos foi o antropólogo brasileiro Luiz Mott, que justifica:

Nenhuma instituição na história da humanidade produziu tantos documentos sobre a homossexualidade quanto a Inquisição. Embora a sodomia fosse apenas um dos “crimes” perseguidos

⁷³ KAOMA, 2009, p. 8.

⁷⁴ NYECK, S. N.; EPPRECHT, M. *Sexual Diversity in Africa: Politics, Theory, Citizenship*. Québec: McGill-Queen’s University Press, 2013. MURRAY; ROSCOE, 1990. EKINE, S.; ABBAS, H. (EDS.). *Queer African Reader*. Dakar: Pambazuka Press, 2013. TAMALE, S. (ED.). *African Sexualities: A Reader*. Cape Town: Pambazuka Press, 2011.

⁷⁵ O termo grego “*thauma*” é cunhado na filosofia de Platão para indicar a experiência que origina o pensamento filosófico. Significa o espanto, a admiração ou a perplexidade primordiais que conduzirão ao ato reflexivo.

⁷⁶ Os registros são disponibilizados gratuitamente na internet, através do site: <http://antt.dglab.gov.pt/>

pelo Santo Ofício, o volume documental e a riqueza dessas fontes só tem equiparação ao que se produziu contemporaneamente nos institutos de sexologia⁷⁷.

Para além das críticas relevantes ao etnocentrismo e à anacronia, tratados na seção anterior, considero a documentação encontrada na Torre do Tombo um importante acervo histórico para a compreensão do homoerotismo de outrora. Neste sentido, acerca especificamente de Cabo Verde, seleciono dois dos casos apresentados pelo autor. Deixo-o, ele mesmo, narrar esses interessantes processos inquisitórios:

Em 1633, o bispo de Cabo Verde envia representação ao Santo Ofício de Lisboa denunciando torpíssimos atos sodomíticos praticados pelo governador de Cabo Verde, Dom Cristóvão Cabral, 33 anos, cavaleiro da Ordem de São João da Malta. Seu rol de luxúrias incluía muita cópula anal, manustrupação (masturbação recíproca, referida pela Teologia Moral genericamente como "molice"), além da raríssima anilíngua. Alguns destes abomináveis atos lúbricos foram praticados pelo governador mediante violência física, não só com homens, mas também com mulheres públicas. Um dos inquisidores, Dom Diogo Osório de Castro, em seu parecer, sugeria "que se buscasse algum remédio [...] pela presunção que pode haver, dele, com seus maus costumes, infeccionar a gente daquela terra". De fato, o mau pecado se alastrou célere na pequenina Ilha do Cabo Verde, tanto que, duas décadas depois, em 1654, é preso o padre Gabriel Dias Ferreira, 28 anos, cônego da Sé da Ribeira Grande, acusado de ter mantido diferentes modalidades de atos homoeróticos com 82 cúmplices, em sua maioria rapazes negros de 10 a 20 anos, muitos deles escravos. Tal fato comprova que, mesmo em áreas com diversa cultura sexual, como certamente devia ser Cabo Verde no século XVII, havia espaço para práticas sodomíticas à moda "grega", isto é, cópula anal de adulto com adolescentes. Em sua sentença, Dom Pedro de Castilho, inquisidor-geral e vice-rei dos Reinos de Portugal, assim avaliou a péssima influência deste clérigo na novel colônia: "o dito devasso é prejudicial pelo cometer o crime de sodomia com muitos rapazes negros e boçais e ser dos primeiros denunciados daquela parte donde parece não havia notícia do dito crime antes dele". Entre os seus jovens prosélitos, constavam Antônio e Vicente, ambos da Guiné, os escravos João, Martinho, Domingos, Silvestre, Bento de 14 anos, Adão de 20 anos, Chichi escravo cacheu; "com todos costumava familiarizar-se pegando-se muito no membro viril [...] e sempre lhes dava alguma cousa, inda que de pouca consideração, alguns vinténs, papel e ataca". Com Garcia, 13

⁷⁷ MOTT, L. Inquisição e Homossexualidade. In: *Inquisição: Comunicações Apresentadas ao 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre inquisição*. Vol. 2, Lisboa, 1989, p. 478.

anos, “assentado em uma área, se deitou ele confitante no regaço do menino para catar [piolho] e ali lhe meteu a mão na braguilha e lhe pegou no membro viril e o mesmo fez o dito menino”. Certa vez, “passando pela sua porta um negro de 16 anos, que não conhecia, e por lhe parecer bem, o chamou e persuadiu que cometessem o pecado de sodomia e penetrou-lhe o vaso traseiro, dando-lhe dois vinténs”. Com Duarte, escravo de seu pai, praticou por um ano muitas sodomias... Lembrou-se de 82 cúmplices, predominando negros e mulatos, forros e escravos, muitos cantores e músicos da Sé de Cabo Verde⁷⁸.

Para além destes dois casos, Mott contabiliza a existência, “entre 1547 e 1739, de 72 sodomitas notórios degredados para diferentes terras africanas — Angola, Príncipe, São Tomé, Cabo Verde e Guiné”⁷⁹. Portanto, além dos sodomitas “da terra”, digamos assim, chegaram outros degredados a Cabo Verde, seja da metrópole seja de outras colônias do império português. Baseado neste e em outros dados fornecidos pelo autor, aproveito para concordar com sua tese sobre a existência de lampejos de uma identidade “homossexual” não só muito antes da medicalização da homossexualidade no século XIX como também fora do mundo europeu:

Embora a Inquisição ameaçasse os sodomitas sentenciados com duras penas no caso de reincidência no que se cognominava de “mau pecado”, há notícia de muitos amantes do mesmo sexo que não abandonaram a prática do homoerotismo. A estes os inquisidores chamavam de “incorrigíveis” — avaliação que descarta a infundada hipótese de Michel Foucault de que os sodomitas, antes da medicalização da homossexualidade no século XIX, eram tão somente praticantes ocasionais da cópula anal: a documentação inquisitorial comprova cabalmente, quando menos a partir do século XVI, também em Portugal e suas colônias, e não apenas na Inglaterra, França, Espanha e Holanda, a existência de uma estruturada subcultura sodomítica, inclusive com lampejos de afirmação identitária por parte dos sodomitas mais incorrigíveis⁸⁰.

Se for correta a crítica da *hipótese repressiva*, tal como formulada por Foucault, que refuta o pressuposto generalizado de que a sexualidade no século XIX era algo apenas do campo da repressão pela lei, a sua datação parece incorreta. Foucault argumenta que a sexualidade, em vez de reprimida pela lei, era por ela produzida e que, longe de um silêncio em torno do sexo, o que havia no século XIX, era a “multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio

⁷⁸ MOTT, 1989, p. 21-22.

⁷⁹ MOTT, 1989, op. cit., p. 20. Parece, contudo, que Angola era, por excelência, o destino de degredo de sodomitas. MARCOCCI, Giuseppe. PAIVA, José Pedro. História da Inquisição Portuguesa (1536-1821) Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

⁸⁰ MOTT, 1989, op. cit., p. 20.

campo do exercício de poder: incitação institucional a falar de sexo e a falar cada vez mais”⁸¹. Sem discordar da crítica à hipótese repressiva, ainda que as funções de repressão e produção não sejam autoexcludentes⁸², o que autores como Mott e o historiador Dabhoiwala vêm mostrando é que a origem da sexualidade moderna antecede – e muito – o século XIX.

Assim, ao mostrar em outro artigo a vida de “fanchonos” e “sodomitas” na Portugal dos quinhentos e seiscentos, Mott prova a existência de “uma estruturada subcultura sodomítica”, no nível lexical:

Como já dissemos, termo mais corrente para designar os homossexuais de antanho era “sodomita”, popularmente conhecido como “somítico”. Como apenas a cópula anal constituía crime de sodomia, distinguia-se o “sodomita” do “fanchono”, reservando-se o segundo termo para os praticantes de molices, isto é, todos os demais atos homoeróticos com exclusão da “penetratio cum effusionis in vaso preposterum”. “Fanchocine” é usado também, a partir do século XVI, com sinônimo de efeminação, chamando-se de maricas, mulherengo ou mulherigo ao homem pouco viril, suspeito de ser fanchão. [...] Apesar da legislação punir fanchonice com o degredo e a sodomia com a fogueira, encontramos nos documentos inquisitoriais dezenas de portugueses que eram publicamente infamados de serem fanchonos ou somíticos⁸³.

69

Não só lexicalmente, como também nas práticas, observa-se que por volta de 1620, “Lisboa abrigou seu primeiro espaço de diversão notoriamente gay: a “Dança dos Fanchonos”⁸⁴. O historiador inglês Faramerz Dabhoiwala, em seu recente trabalho sobre a história da primeira revolução sexual ocorrida na Inglaterra a partir do fim do século XVII parece concordar com a tese de Mott acerca da antecedência do marco de origem das nossas modernas concepções de sexualidade e identidade sexual⁸⁵.

Todavia pulemos para alguns séculos depois e chegamos em Portugal dos anos de 1960, em pleno período de repressão do Estado Novo, quando Júlio Fogaça, à época dirigente do Partido Comunista Português, é sentenciado à prisão em Cabo Verde por se relacionar amorosamente com outro homem.

⁸¹ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade. v1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 22.

⁸² BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1999.

⁸³ MOTT, 1989, op. cit., p. 488.

⁸⁴ Curiosamente, o depoente Rafael Fanchono, preso pela Santa Inquisição de Lisboa, no século XVI, revela algo sobre os *fanchonos*, que séculos depois seria revivido, como veremos, pelos sujeitos gays *sampadjudas*: “Os fanchonos são os pacientes e nunca fanchono com fanchono peção neste peccado” (Lisboa, A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, Processo n.º 1982, Rafael fanchono (António da Costa) fols, s/nº [32 w 33], p. 496.

⁸⁵ DABHOIWALA, F. *As origens do sexo: uma história da primeira revolução sexual*. São Paulo: Globo, 2013, p. 17.

Quem remonta essa história é o ativista português Sérgio Vitorino, em artigo independente:

Tendo sido "classificado de "pederasta passivo e habitual" na prática de vícios contra a natureza", Fogaça é sujeito a um período de detenção seguido de uma "liberdade vigiada" por cinco anos, sob obrigação de fixar residência em Lisboa, dando conhecimento da morada à Polícia Judiciária, mas não podendo ausentar-se sem prévia autorização do Tribunal. É-lhe ainda imposto "dedicar-se ao trabalho honesto com permanência, mas não à prática de quaisquer vícios contra a natureza", bem como "não acompanhar cadastrados, antigos companheiros de prisão, pederastas ou quaisquer pessoas de conduta duvidosa (...)"⁸⁶.

Não seria a primeira prisão de Fogaça, que já teria sido deportado duas vezes para o arquipélago de Cabo Verde em décadas anteriores, revivendo práticas punitivas remanescentes de outros séculos:

Não se trata da primeira prisão desde dirigente do PCP. Em 1935 foi preso e deportado para a prisão do Tarrafal (Cabo Verde). Amnistiado, regressa a Portugal em 1940 e participa na reorganização do PCP. É de novo detido em 1942, sendo de novo amnistiado em 45, após nova passagem pelo Tarrafal⁸⁷.

70

Apesar de não constar referências diretas à homossexualidade, o Código Penal do Estado Novo português costumava enquadrá-la como crime:

No artigo 71º do Código Penal do Estado Novo, os indivíduos que se entregassem "habitualmente à prática de vícios contra a natureza" são equiparados a tipos sociais como os "vadios", os "mendigos", os "rufiões que vivam a expensas de mulheres prostituídas", bem como às "prostitutas que sejam causa de escândalo público", sendo-lhes atribuídas no artigo anterior as mesmas penalizações. Entre estas, encontramos "medidas de segurança" como o "internamento em manicómio criminal", "o internamento em casa de trabalho ou colónia agrícola", a "liberdade vigiada"; a "caução de boa conduta" ou a "interdição do exercício de profissão"⁸⁸.

Mas por que a história de Fogaça e a repressão à homossexualidade em Portugal no século XX interessa a Cabo Verde? Pois, colónia de Portugal até 1975, Cabo Verde mantém aplicando o Código Penal da metrópole, de 1886, até depois de sua independência. É somente em 2004 que um novo código

⁸⁶ VITORINO, S. *A repressão da homossexualidade no Estado Novo*. 2007. Acesso em 12 de Fevereiro de 2014, disponível em Panteras Rosa: <http://panterasrosa.blogspot.com.br/2008/04/represso-da-homossexualidade-no-estado.html>.

⁸⁷ VITORINO, op. cit..

⁸⁸ Ibid.

penal soberano é sancionado no arquipélago. O código penal do Estado Novo em Portugal tem como fonte o mesmo código aplicado nas colônias africanas:

Assim, o Código Penal (CP) do Estado Novo baseia-se no de 1886 (por sua vez, resultante da revisão do primeiro CP, de 1855), e nenhuma das reformas a que o submete - 1954, 1972, 1975 e 1977 - altera o princípio de criminalização da homossexualidade, que em Portugal só seria abolido com a revisão de 1982⁸⁹.

Razão pela qual, tanto em Portugal como nas colônias africanas, os "vícios contra a natureza", constantes no artigo 71^o, permanecem criminalizados. Sem nunca parecer ter sido usado para levar qualquer pessoa a julgamento por tal crime, o Código Penal Cabo-verdiano de 2004, contudo, retira o artigo com a seguinte justificativa:

Foram eliminados tipos penais onde não existe bem jurídico merecedor de tutela penal ou, existindo bem jurídico se não mostre necessária a intervenção do direito penal. Deste ponto de vista, tipos como o duelo, greve lock-out, adultério, *homossexualidade*, vadiagem, mendicidade, e os que consubstancia meros crimes contra a religião, ou os bons costumes não surgiram naturalmente no Código Penal, e, pelas mesmas ordens de razões, foi significativamente reduzido o número de crimes contra o Estado[...]⁹⁰
O Código Penal afasta-se, assim, do preceituado no artigo 71.^o do Código anterior, o qual previa a aplicação de medidas de segurança pré-delituais nomeadamente a vadios, rufiões, prostitutas, "os que se entregam habitualmente à prática de vícios contra a natureza" etc⁹¹.

Reforço que, mesmo antes da descriminalização, não encontrei em meu trabalho de campo nenhum processo criminal relativo à "sodomia" ou qualquer outra referência correlata no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, tampouco meus interlocutores souberam relatar qualquer caso de processo, condenação ou prisão por tal crime nas últimas décadas.

Como vimos, mesmo no período pré-independência de Cabo Verde, em plena ditadura salazarista, conhecida pela perseguição contra homossexuais em Portugal, não parece haver registros da mesma perseguição na colônia africana. Se na letra fria da lei, a criminalização da "sodomia" perdura até 2004 em Cabo Verde, como aliás em diversas ex-colônias africanas têm perdurado⁹², esta

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ CÓDIGO PENAL DE CABO VERDE. *Código Penal de Cabo Verde*. Cabo Verde, 2004, p. 31. Grifo meu.

⁹¹ CÓDIGO PENAL DE CABO VERDE. 2004, p. 27-28.

⁹² A homossexualidade permanece ilegal em alguns países da África Lusófona como Angola e Guiné-Bissau, enquanto que São Tomé e Príncipe a descriminalizou em 2011. Moçambique

parece não ter sido de interesse penal pelo sistema judiciário em Cabo Verde desde, pelo menos, o fim da Santa Inquisição.

É verdade também que desde o século XVI é sabido haver uma maior liberalidade dos costumes nas colônias do que no reino, como nos mostra Paulo Drummond Braga, em seu estudo sobre a criminalidade feminina no arquipélago dos seiscentos:

Se a maior parte dos crimes se parecem muito com os de outros espaços geográficos, quiçá mesmo com os do próprio reino de Portugal, o mesmo não se pode dizer do caso particular da mancebia. As 12 cartas perdoadas tal delito mostram o arquipélago de Cabo Verde e a ilha de São Tomé como sociedades de costumes mais permissivos do que no Reino⁹³.

Mas hoje, em se tratando do continente africano, onde, de acordo com relatório recente da Anistia Internacional, pelo menos 38 países criminalizam a homossexualidade e 4 deles aplicam penas de morte⁹⁴, é interessante notar a manutenção desse lugar de certa exceção de Cabo Verde neste cenário panafricano. Não somente não há relatos de prisões ou julgamentos, como Cabo Verde destaca-se como o segundo país do continente a realizar uma Parada do Orgulho Gay, com a anuência das autoridades locais⁹⁵.

Ao conversar com Claudia Rodrigues, ex-deputada e socióloga cabo-verdiana que pesquisou em sua dissertação de mestrado as relações homoafetivas na Praia, capital do país, descobri que ela, em sua pesquisa, também não encontrou nenhum caso registrado de enquadramento por esse crime na história do país. Garantiu-me que nem mesmo seu pai, juiz local, soube informar que algum cidadão cabo-verdiano já tivesse sido enquadrado por esse crime em território nacional.

Quando questionei a funcionária do Arquivo Histórico Nacional em Praia sobre a inexistência de registros de processos criminais sobre o tema, ela respondeu-me, curiosamente, que a homossexualidade era "muito recente em Cabo Verde", tendo aparecido, segundo ela, "apenas de uns anos para cá". Se os dados levantados pelo antropólogo Luiz Mott nos mostram que o homoerotismo é tema público muito mais antigo em Cabo Verde do que supõe a simpática funcionária, esta me forneceu instigantes hipóteses com sua resposta. Entre estas hipóteses, a do silenciamento crioulo diante da evidência empírica da homossexualidade⁹⁶, algo que, aliás, tem sido registrado em quase todo o continente⁹⁷. Por ora é interessante informar que o marco da gênese

sancionou lei que considera ilegal a discriminação por orientação sexual em 2007. Um ano depois, Cabo Verde sancionou lei parecida.

⁹³ BRAGA, P. D. Mulheres criminosas, Mulheres perdoadas (Cabo Verde e São Tomé. Século XVI). *Islenha*, 38, 2006, p. 102.

⁹⁴ AMNESTY INTERNATIONAL. *Making Love a Crime: Criminalization of Same-sex Conduct in Sub-Saharan Africa*. Londres: Amnesty International Publications, 2013.

⁹⁵ O primeiro teria sido a África do Sul.

⁹⁶ MIGUEL, 2014.

⁹⁷ AJEN, N.. West African Homoeroticism: West African Men Who Have Sex With Man. In: *Boy-wives and female husbands: studies of African homosexualities*. New York: Palgrave, 2001, p.

apontado pela funcionária do Arquivo para o recente conhecimento público do tema da homossexualidade no arquipélago coincide com o evento que denomino “Revolta das Tchindas”, quando, em meados da década de 1990, um grupo de *travestis* resolveu sair vestido de *drag queen* nas ruas do Mindelo, na Ilha de São Vicente.

“Águas Quentes” da Laginha e a história recente da velha guarda gay⁹⁸ cabo-verdiana

Um problema desde sempre na Ilha de São Vicente e em diversas outras de Cabo Verde foi e ainda é o abastecimento de água potável⁹⁹. Por se tratar de ilhas vulcânicas, portanto com poucos ou nenhum rio ou lençol freático, e de clima árido, típico do sahel africano, a oferta natural de água potável é escassa. Desde o início da colonização,

[...] uma das principais dificuldades sentidas era a falta de água; “os homens começaram a abrir poços (fontes, na linguagem da terra) os quais garantiam-lhes água para a sua alimentação, para as suas hortas e para as suas cabras e burros. À volta desses poços nasceram casebres que proliferaram dentro de pouco tempo... A toponímia dos bairros de S. Vicente tem na sua componente *fonte*”¹⁰⁰.

É por isso que é comum a existência de “zonas” ou “bairros” na periferia da cidade, chamados hoje de Fonte Filipe (pronuncia-se no crioulo de Mindelo, “*fondfilipe*”), Fonte Francês (“*fondfrancês*”) etc. Curiosamente, Fonte Filipe, que é uma zona pobre e de índice mais acentuado de violência urbana, apesar de estar situada ao lado da área nobre da *morada*, na parte mais montanhosa da cidade, tem se destacado nos círculos gays jovens do Mindelo como o local onde se percebe atualmente um crescimento extraordinário do número de “gays”.

Principalmente de “novos gays”, ou seja, crianças e adolescentes que desde cedo e cada vez mais cedo despontam como tais nas concepções nativas. Basicamente, atribui-se aos meninos tais alcunhas por performarem

129-138. KENDALL. “When a woman loves a woman” in Lesotho: Love, Sex, and the (Western) construction of homophobia. In: *Boy-wives and female husbands: studies of African homosexualities*. New York: Palgrave, 2001, p. 223–241. MURRAY, 2001, p. 41-62.

⁹⁸ Utilizo de forma lúdica o termo “velha guarda”, extraído do carnaval brasileiro que é reapropriado pelo carnaval mindelense, para tratar dos homossexuais veteranos do Mindelo. Sobre o carnaval mindelense, ver RODRIGUES, 2011.

⁹⁹ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL. Fonte: Cabo Verde cria Fundo de Água e Saneamento e PM pede poupança no consumo: <http://noticias.sapo.cv/lusa/artigo/16772790.html>. 10 de Novembro de 2013.

¹⁰⁰ RODRIGUES, M. O Carnaval do Mindelo. Formas de Reinvenção da Festa e da Sociedade. Representações mentais e materiais da cultura mindelense. 2011, p. 38. Grifo meu.

feminilidades cada vez mais cedo. A anedota contada pelos homossexuais moradores e não-moradores da zona é que “lá é um lugar onde bate um vento que faz nascer gays”. Um vento específico, talvez, porque Mindelo é, no geral, uma cidade onde há muito vento e este é bem forte durante todo o dia. Outra versão da piada é de que lá existiria uma pedra quente onde os meninos, ao se sentarem, tornar-se-iam gays. Ambas as explicações são dadas às gargalhadas.

Mas contada as anedotas que circulam entre os gays do Mindelo, importa que uma moderna solução para o abastecimento de água na cidade iria se tornar um “paraíso” para os gays a partir da década de 1970. Trata-se das “Águas Quentes” da Laginha. Acionarei aqui trechos de meu diário de campo em que registrei narrativas de memória oral a respeito deste lugar, além de uma entrevista com um famoso gay do Mindelo, antigo frequentador do local.

O primeiro a me apresentar às Águas Quentes foi Nonô, um senhor com seus 63 anos de idade, negro, careca, extremamente engraçado e simpático. Anoto o seguinte sobre ele:

A forma como ele falava e contava suas histórias tinha uma leveza, uma dignidade que me arrepiaram. Ele contava sobre os rapazes, sobre suas transas de uma maneira tão digna, tão saudável, tão saudosa, tão lúdica, tão vovô, que eu fiquei encantado com aquele senhor. Ele se diz homossexual e é um dos mais velhos homossexuais cabo-verdianos que tenho notícias até agora¹⁰¹.

74

Nunca tinha visto Nonô antes, mas naquela noite, ele juntou-se a nós na praça Dr. Regala e resolveu dividir generosamente seu divertido passado conosco:

Nonô também contou de sua época na Laginha, que trabalhava na companhia elétrica, onde havia um túnel por onde passava uma água quente, que não entendi bem o porquê. (Didi prometeu me levar lá um dia). Nesse túnel escuro e livre, agora fechado, como me contaram, muitos gays se reuniam nas décadas de 80 e 90 para ter relações. Nonô conta com uma saudade imensa dessa época, uma época “boa”, “maravilhosa”, “sem maldade” [...] Nonô tem muitíssimas histórias sobre como nessa época, pré-epidemia de HIV, a vida era boa para ele¹⁰².

Meu registro ainda era incerto, eu não havia entendido plenamente do que se tratava a estrutura na qual aquele senhor contava ter ocorrido verdadeiras orgias nas décadas anteriores. Tampouco precisei bem o tempo em que transcorreram as aventuras. Contudo, ao longo do trabalho de campo e das conversas com Nonô, Carlos e outros interlocutores mais velhos, que classifiquei como a “velha guarda” dos gays do Mindelo, fui entendendo aos poucos do que se tratava.

¹⁰¹ Diário de campo, p. 105.

¹⁰² Ibid, p. 106.

Basicamente, trata-se de uma estação de energia e de dessalinização da água do mar para abastecimento da cidade, operada atualmente pela ELECTRA¹⁰³. A estação existe ainda hoje, mas possuía, à época, em sua estrutura física, uma tubulação aberta de diâmetro razoável, que cortava as ruas do bairro da Laginha, chegando ao mar. Essa tubulação servia para devolver ao mar, parte da água usada no processo de dessalinização. Esse processo consiste em nada mais do que o aquecimento da água para sua evaporação, com o intuito de separá-la do sal.

Eliminada, parte de uma água quente, portanto, saía dos aquecedores da usina e corria em direção de volta ao mar. Era nessa tubulação que principalmente os gays, mas também casais heterossexuais, adentravam nas noites secretas da cidade do Mindelo, através de um buraco, para a realização de diversos encontros sexuais. Um segundo relato extraído na capital Praia com uma famosa *traveste* de São Vicente ajuda a compreender melhor:

Perguntei sobre as “águas quentes” da Laginha. E ela repetiu umas 2 ou 3 vezes que “aquele lugar tem muita história”. Sua descrição bate com todas as outras que eu ouvi sobre este lugar. Sendo ela uma das pioneiras em abrir sua homossexualidade em Cabo Verde, ela pegou a fase das “águas quentes” em São Vicente. Contava a mim, que era um buraco escuro e que quanto mais se ia em direção à usina de dessalinização, mas quente e abafado ficava. Segundo ela, muita gente desmaiava lá, por falta de ar. Mas ela contava que era uma “loucura”. Era escuro e as pessoas iam passando e pegando, tocando e, às vezes, consumavam o ato, penetrando. Disse-me ainda que muita gente que nem se imaginava foi “descoberta” lá por elas. Disse-me que agora está fechado, mas que parece que havia ainda um buraco pequeno. Disse-me também, que não ousou mais entrar, pois o buraco que deixaram era muito estreito.

Por último, para um melhor entendimento das dinâmicas deste local, reproduzo parte da entrevista com um dos mais famosos gays/*travestes*¹⁰⁴ do Mindelo, que também frequentou, na altura, as “Águas Quentes”:

Mas já me contaram que desde a década de 70, existia um lugar na Laginha que eram as águas quentes...

¹⁰³ A ELECTRA, Empresa Pública de Electricidade e Água, foi criada a 17 de Abril de 1982 [...]. Foram três os organismos que estiveram na origem e integraram a ELECTRA E.P., na altura da sua fundação: a Electricidade e Água do Mindelo (EAM), que por sua vez havia sido constituída pela fusão da Junta Autónoma das Instalações de Dessalinização de Água (JAIDA) com a Central Eléctrica do Mindelo (CEM). Esta fusão teve lugar em Agosto de 1978, juntando os organismos que na ilha de S. Vicente eram responsáveis pela produção e distribuição de água dessalinizada e de energia eléctrica (<http://www.electra.cv/index.php/Breve-Historial.html>)

¹⁰⁴ A auto-identificação desta figura e de outras como “gay” ou “*traveste*” é cambiante e depende sempre do contexto em que a identidade precisa ser acionada. Razão pela qual não me sinto à vontade de designar aqui uma identidade única para descrevê-la.

Justo. As águas quentes!

Você pode me falar um pouco desse lugar?

Ah, sim. Eu vou te contar: As águas quentes eram como a segunda mãe dos gays. Eram... Sabe? Não tendo dinheiro pra pagar sauna, não tendo dinheiro para hidromassagem, tens uma água... Como pode se dizer? Uma dádiva da vida [...] muito grossa e bem quente. Então tinha esse buraco negro. Com fios também, tinha eletricidade, aí era muito perigoso. Até numa parte fizeram bem a tapar aquele lugar, porque... Pois às vezes tinha óleo [...] Que tinham muita gente, muito fulgor, homem, mulher... Chegava um casal, homem e mulher, passaram no meio de toda gente. Zum, zum. Depois um bocadinho... Sentia a mulher: "Ahn, ahn, ahn". Depois o homem : "hã, hã, hã". Às vezes, os homens gays gostam, nós ficávamos até altas horas, com os bofes aí. [...] Ta aí, no meio da água quentinha, com a onda, com as ondas, que quebravam dentro da água também, perto da porta. Porque era água quente [...] Então as ondas, pã... O homem acariciando, daí todo relaxado.

E muitos gays iam nesse lugar pra..

Ah, sim, muitos gays iam porque já sabiam. Não só gays [mas também] não-gays. Gays e os próprios homens... Humm... Os homens... Os próprios outros gays não-assumidos iam pra fazer a sua orgia, porque era uma orgia. Porque já aconteceu com seis, sete, aí gays. E os homens lá no meio, tocar a tocar. Uma pega-pega. Isso aí era um bem.

[...]

Era sab?

Era SAB, era um bom, era bom. E saía altas hora da madrugada. Saía 3, 4 horas da madrugada. Escondido tudo. [...] Quente, com frio da madrugada. Bruu. Muitos, muitos pegaram pneumonia naquele lugar porque saí daí, com água do mar bem frio [...] e ficava atééé tarde. Dormia às vezes num... na cochinha, deitada com homem. [...] "É de manhã... O que eu faço? Minha mãe... Ó Deus!" Ficava até... Mas era bom viver.

Isso era quando? Você ia assim quando? Quando é que as pessoas começaram a ir pra lá? Você lembra?

Lá, da... Tempo da minha mãe, tempo dos antepassados. Porque aquele é de ex Matiota. Aquele lugar... Aquele lugar tem história! Eu posso contar a minha parte. Mas aí os gays que vieram primeiro nós. Primeiro do que eu, primeiro que a Lady. Os que não assumiram, lá estavam, com os homens às escondidas.

Isso era um cano que fazia a dessalinização da água, né? Que vinha da...

Justo. Da jarda lá pro mar.

Entendi.

Então, sabe? Não é... Já imagina a cena. (risos) Gay aqui, gay aqui...

[...]

Não era meio escuro, perigoso...?

Na noite, fazia escuro. Então na noite era, era, era... perigoso. Lógico não vai estar lá sozinho. Então era sempre um grupinho: três, quatro gay e tal. Cinco gay. Sozinho? Hum... Lá vou eu ficar sozinho... Pode entrar dois, três homens querendo te hum, hum... [...] Era sempre melhor evitar, né? Mas nunca...

Entendi.

Nunca foi tarde pra pegar dois homens. Ou três.¹⁰⁵

Nunca tendo existido mercado voltado direta ou exclusivamente para o lazer e entretenimento do público gay no Mindelo, as "Águas Quentes", como diz Suzete, parecia uma boa alternativa às saunas, que nem sequer existiam, no sentido de possibilitar encontros sexuais com algum grau de anonimato e rapidez. Se por um lado não havia muita segurança, por outro, configurava-se como uma alternativa sem custos.

A não existência ainda da epidemia de HIV/Sida no mundo das décadas de 1970 e início da década de 1980, tornava estes tipos de práticas sexuais menos temerárias. Uma das razões pelas quais, inclusive, Carlos lamenta, como vimos, o fim desse passado "sem maldades". Mas este passado também incluía suas histórias de noites amorosas com colegas soldados nos quartéis. Disse-nos Carlos que somente ele, em sua tropa, "fazia aquilo", ou seja, se dispunha a ser passivo no ato sexual, a ser penetrado, e isso o fazia atrativo para os colegas de farda. O saudosismo e a dignidade com que este senhor conta essas histórias de décadas atrás são realmente incríveis e chamaram-me muito a atenção.

Assim, conversei com alguns gays mais velhos do Mindelo. A maioria deles havia morado muito tempo fora do país, mas contavam experiências homoeróticas de sua juventude em terras cabo-verdianas. O que me deu uma impressão geral de que a homossexualidade, tanto no sentido de identidade, quanto no sentido de prática sexual, existe há pelo menos quatro décadas na Ilha de São Vicente, sem graves perturbações institucionais ou opressões que paralisassem a vida (homo)sexual desses sujeitos.

Considerações finais

Neste artigo, pretendi demonstrar que o homoerotismo em Cabo Verde parece existir há muito mais tempo do que dizem muitas das atuais vozes do país. Neste sentido, busquei não somente dados historiográficos que demonstrassem que, no período da Santa Inquisição, registraram-se alguns relatos de experiências homoeróticas no arquipélago, mas também busquei construir uma memória oral dos meus interlocutores gays a respeito de suas sexualidades nas últimas quatro décadas. Tais dados, aliados a uma compilação

¹⁰⁵ Entrevista Suzete, Mindelo, 29/10/2013.

de registros de “homossexualidade” no continente africano, corroborariam com a tese de que a homossexualidade não é nem nova nem exógena ao mesmo. Além disso, busquei demonstrar que apesar da perseguição nos séculos XVI/XVII aos sujeitos homossexuais no império português, desde então não parece mais haver registros da manutenção dessa perseguição jurídica em Cabo Verde. Assim, sugeri que após a Santa Inquisição, há uma atitude histórica de desprezo do sistema penal de Cabo Verde em relação às práticas (homo)sexuais. Atitude estatal esta que está estreitamente relacionada à atitude mais ampla e típica dos cabo-verdianos em se silenciar quanto à evidência empírica da (homo)sexualidade, algo que se repete com frequência em outros lugares do continente africano.

Assim, mesmo que a perseguição estatal não pareça há muito tempo se efetivar e que tenha existido uma vida sexual ativa dos homens homossexuais no Mindelo desde pelo menos a década de 1970, estas experiências sempre tiveram de ser escondidas, como nas tubulações das usinas de dessalinização, saudosamente chamadas pelos homossexuais cabo-verdianos de as “Águas Quentes” da Laginha.

Sobre o autor

Francisco Paolo Vieira Miguel possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2014). Atualmente é Pesquisador Colaborador Junior no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Além disso, integra o Grupo de Etnologia em Contextos Africanos da mesma universidade (ECO/UnB). Neste momento, está interessado nos temas: sexualidade, movimento LGBT e contextos africanos. E-mail: fpvmiguel@gmail.com.

78

Artigo recebido em 09 de janeiro de 2015.

Aprovado em 26 de fevereiro de 2015.

A MARIA-HOMEM DO PANTANAL: HISTÓRIAS DE UM "SAPATO VELHO", MAS NÃO "FURADO"

GUILHERME RODRIGUES PASSAMANI
Universidade Federal do Mato-Grosso (UFMS)

RESUMO

Este artigo é parte das reflexões de minha pesquisa de doutorado sobre a intersecção entre envelhecimento, memória e condutas homossexuais de pessoas com mais de 50 anos de idade que vivem na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul. A partir da trajetória de uma interlocutora, analiso a experiência de sujeitos em regiões que não são caracterizadas como grandes centros urbanos, atentando para os diferentes regimes de visibilidade a que estão submetidos, bem como às mudanças que envolvem o lugar social da homossexualidade. Estas análises destacam as performances de gênero da interlocutora, bem como um diálogo com a noção de "masculinidade entre mulheres", no sentido de problematizar os conceitos de *closet* e *wardrobe*.

PALAVRAS-CHAVE: Visibilidade;
Masculinidade entre Mulheres; Lésbica;
Homossexualidade.

ABSTRACT

The present paper is part of reflections from my doctoral research about the intersection between aging, memory and sexual behavior, in the Pantanal region, in Mato Grosso do Sul, Brazil, with people with sexual behavior, over 50 years old. From the trajectory of an interlocutor, I analyze the experience of subjects in regions that are not characterized as major urban centers, pointing to the different visibility policies to which they are subjected, as well as changes that involve the social place of homosexuality. Such analysis will highlight the gender performances of the interlocutor, as well as a dialogue with the notion of "masculinity between women", in the sense of problematizing the concepts of *closet* and *wardrobe*.

KEYWORDS: Visibility; Masculinity
Between Women; Lesbian;
Homosexuality.

Introdução

Este artigo é parte das reflexões de minha pesquisa de doutorado em Ciências Sociais, ainda em curso, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp na linha de Estudos de Gênero. A referida investigação problematiza a intersecção entre envelhecimento, memória e condutas homossexuais¹ na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul, nas cidades de Corumbá (108 mil habitantes) e Ladário (21 mil habitantes), nas cercanias da fronteira com a Bolívia. Durante o trabalho de campo, realizado entre julho de 2012 e fevereiro de 2014, buscou-se estabelecer contato com uma gama variada de pessoas com condutas homossexuais, maiores de 50 anos de idade, residentes nas duas cidades, para pensar trajetórias, cursos de vida e possíveis idiossincrasias que poderiam existir na experiência destes sujeitos em regiões que não são caracterizadas como grandes centros urbanos.

Para este artigo, destaco a trajetória e a experiência de uma interlocutora da pesquisa. A nomearei como Soninha (54 anos). Segundo alguns interlocutores do meu campo, ela é a *sapata mais famosa da cidade*². Soninha se nomeia como uma *lésbica autêntica*, pois *nunca transei com homem*, diz ela. E assim completa: *eu posso ser um sapato velho, mas eu não sou um sapato furado. Porque elas* [as outras mulheres com conduta homossexual da cidade] *transam com os rapazes e eu não*.

Soninha é uma mulher de estatura baixa, levemente acima do peso, com cabelos grisalhos, cortados "à moda sertaneja" de final dos anos de 1980 e pela branca, com mãos calejadas. Ela diz adotar uma indumentária *de homem*: de calça jeans, camisa de gola pólo, ou camisa xadrez, botinas e, sempre que possível, um cinto com fivela. Costuma estar com chapéu ou boné, uma de suas marcas. Sem esquecer a jaqueta de couro, nos dias de frio, em meados de julho.

80

¹ Utilizo a expressão "condutas homossexuais" para me referir aos sujeitos com os quais eu estou trabalhando. Este é apenas um recurso para tentar aproximar uma série de categorias muito dispersas entre si e tratá-las em seus próprios termos. Utilizo este recurso, pois estou lidando com informações acionadas por meio da memória e que falam, algumas vezes, de tempos que não são o presente e o que me é contado carrega uma fluidez grande entre o que atualmente compreendemos como orientação sexual e identidade de gênero. Ao falar em condutas homossexuais, estou fazendo uma referência às pesquisas de John Gagnon (2006). Para ele, as condutas sexuais seriam atos que exigiriam desenvolvimento da criatividade, amparadas por aspectos culturais mais amplos, fantasias individuais e códigos que permitiriam algum grau de interação social. Segundo Gagnon, a partir de sua crítica à "natureza" social dos comportamentos humanos, ele conseguiu explicar a importância e relevância da discussão sobre condutas sexuais. A explicação de Gagnon seguia o seguinte raciocínio: se todo o comportamento humano é social, não há possibilidade de existir um *comportamento sexual biologicamente nu*, mas sim uma *conduta sexual socialmente vestida*. GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo*. Ensaio sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

² Usarei itálico nas falas e expressões dos interlocutores, bem como para palavras estrangeiras. Usarei entre aspas para conceitos de autores ou expressões explicativas utilizadas por mim.

A expectativa que tenho, ao problematizar a trajetória de Soninha neste artigo, é pensar os diferentes regimes de visibilidade³ e as mudanças que ocorrem no “lugar social da homossexualidade”⁴, tendo o curso da vida⁵ da interlocutora como pano de fundo. Como cenário para tanto, tem-se uma cidade do interior do centro-oeste do Brasil, na região do Pantanal, em que não existe um “mercado GLS”⁶ e onde estes sujeitos, na contramão de uma literatura que apostava na migração aos grandes centros para a realização plena da sexualidade⁷, não migraram. Soninha ficou na cidade de origem e ali, nos interstícios das moralidades locais, construiu a sua vida como *sapatão*.

Performances de gênero e masculinidades entre mulheres

Conheci Soninha (54 anos)⁸ em 2012, durante as primeiras incursões ao campo. Fiz de seu bar, no Casario do Porto Geral de Corumbá-MS, um espaço familiar para mim naquela cidade de tão raras referências. Quando comecei o trabalho de campo mais efetivo, outra vez, fui à busca de Soninha, que já não estava mais com seu estabelecimento em funcionamento. Acionei contatos de minhas diferentes redes e a localizei na cidade boliviana de *Puerto Quijarro*, trabalhando como cozinheira em um restaurante árabe⁹.

Para tentar desvendar a complexidade da interlocutora, foi preciso conhecer um pouco sobre “homossexualidade feminina”, “homossexualidade

³ MECCIA, Ernesto. *Los últimos homosexuales*. Sociología de la homosexualidad y la gaycidad. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2011.

⁴ CARRARA, Sérgio. O Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o ‘Lugar’ da Homossexualidade. In: GROSSI, Miriam Pillar [et al.] (org.). *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

⁵ DEBERT, Guita. *A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de privatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

⁶ FRANÇA, I. L. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

⁷ GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

⁸ Soninha é o que se poderia chamar de uma mulher de *meia-idade*. No contexto dos Estados Unidos, segundo Judith Bradford e Caitlin Ryan (1991), esta categoria é aplicada para as mulheres que têm entre 40 e 60 anos. Ver: BRADFORD, Judith; RYAN, Caitlin. Who we are: health concerns of midlife-aged lesbians. In: SANG, Barbara; WARSHOW, Joyce; SMITH, Adrienne (orgs.). *Lesbians at midlife: the creative transition*. San Francisco, CA, Estados Unidos: Spinsters Book, 1991, p. 147-163.

⁹ Sobre relacionamentos entre mulheres mais velhas com condutas homossexuais no contexto dos Estados Unidos, ver: BARKER, Judith C. Lesbian aging: an agenda for social research. In: HERDT, Gilbert; VRIES, Brian de (orgs.). *Gay and lesbian aging: research and future directions*. New York: Springer Publishing Company, 2004, p. 29-72; WARSHOW, J. *How lesbian identity affects the mother/daughter relationship*. In: SANG, B.; WARSHOW, J.; SMITH, A.J. (orgs.). *Lesbians at midlife: the creative transition*. San Francisco: Spinsters, 1991, p. 80-83; FREDRIKSEN, K.I. Family caregiving responsibilities among lesbians and gay men. *Social Work*. 44(2), 1999, p. 142-155; SANG, Barbara; WARSHOW, Joyce; SMITH, Adrienne (orgs.). *Lesbians at midlife: the creative transition*. San Francisco: Spinsters Book, 1991.

entre mulheres", "lesbianidades". Ou o que fora conceituado como "masculinidades sem homens"¹⁰. Nesse sentido, as contribuições de Nádia Meinerz¹¹, Andrea Lacombe¹² e Regina Facchini¹³, do ponto de vista da produção nacional, e de Judith Halberstam¹⁴ na produção internacional¹⁵, serão muito importantes para compreender a trajetória de Soninha¹⁶.

¹⁰ HALBERSTAM, Judith. *Female masculinity*. London: Duke University Press, 1998.

¹¹ MEINERZ, Nádia. *Entre mulheres*. Etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011; MEINERZ, Nádia Eliza. *Mulheres e masculinidades*. Etnografia sobre afinidades de gênero no contexto de parcerias homoeróticas entre mulheres de grupos populares em Porto Alegre. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS, UFRGS. Porto Alegre, 2011.

¹² LACOMBE, Andrea. "Pra homem já tô eu". Masculinidades e socialização lésbica em um bar do centro do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). PPGAS, Museu Nacional UFRJ. Rio de Janeiro, 2005; LACOMBE, Andrea. *Ler(se) nas entrelinhas: sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS, Museu Nacional UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

¹³ FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homos)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2008.

¹⁴ HALBERSTAM, 1998.

¹⁵ No que diz respeito, especificamente, a trabalhos sobre mulheres mais velhas com condutas homossexuais, a produção estadunidense está em curso há mais ou menos 30 anos. Alguns referenciais para pensar esta questão são: KEHOE, Monika. Lesbians over 65: a triple invisible minority. *Journal of Homosexuality*. New York. (12), 1986, p. 139-152; KEHOE, Monika. *Lesbians over 60 speak for themselves*. New York: Harrington Park Press, 1988; ADELMAN, M. *Long time passing: lives of older lesbians*. Boston: Alyson, 1987; ADELMAN, M. Stigma, gay lifestyles and adjustment to aging: a study of later-life gay men and lesbians. *Journal of Homosexuality*. New York. (20), 1990, p. 7-32; ADELMAN, M. (org.). *Midlife lesbians relationships: friends, lovers, children and parents*. Binghamton-NY: Harrington Park Press, 2000; CRUIKSHANK, M. Lavender and Gray: a brief survey of lesbian and gay aging studies. LEE, J. A. (Ed.) *Gay Midlife and maturity*. Binghamton, NY: Haworth Press, 1990, p. 77-88; WARSHOW, J. *How lesbian identity affects the mother/daughter relationship*. In: SANG, B.; WARSHOW, J.; SMITH, A.J. (orgs.). *Lesbians at midlife: the creative transition*. San Francisco: Spinsters, 1991, p. 80-83; SANG, B.; WARSHOW, J.; SMITH, A.J. (orgs.). *Lesbians at midlife: the creative transition*. San Francisco: Spinsters, 1991; FREDRIKSEN, K.I. Family caregiving responsibilities among lesbians and gay men. *Social Work*. 44(2), 1999, p. 142-155; GROSSMAN, A; D'AUGELLI, A; O'CONNELL, T. 2002. Being lesbian, gay, bisexual, and 60 or older in North America. In: KIMMEL D; MARTIN D. (orgs.). *Midlife and aging in gay America*. Binghamton, NY: Harrington Park Press, 2001, p. 23-40; BARKER, Judith C. Lesbian aging: an agenda for social research. In: HERDT, Gilbert; VRIES, Brian de (orgs.). *Gay and lesbian aging: research and future directions*. New York: Springer Publishing Company, 2004, p. 29-72; PARKS, Cheryl A.; HUMPHREYS, Nancy. Lesbians relationships and families. In: MORROW, Deana F, MESSINGER, Lori (orgs.). *Sexual orientation and gender expression in social work practice: working with gay, lesbian, bisexual, and transgender people*. New York: Columbia University Press, 2006, p. 216-242; GARNETS, L; PEPLAU, L. Sexuality in the lives of aging lesbian and bisexual women. KIMMEL, D; ROSE, T; DAVID, S. *Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Aging: research and clinical perspectives*. New York: Columbia University Press, 2006, p. 70-90.

¹⁶ Estas pesquisas somam-se aos pioneiros e escassos trabalhos sobre a temática no país: MOTT, Luiz. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; BARBERO, Graciela Haydée. *Outras mulheres*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1997; HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004; MUNIZ, Jacqueline. *Mulher com mulher dá jacaré: uma abordagem antropológica da homossexualidade femenina*. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). PPGAS-MN-UFRJ: Rio de Janeiro, 1992.

A primeira questão que me despertou curiosidade foi o fato dela ser conhecida como *a sapata mais famosa da cidade*. Depois de um tempo do trabalho de campo em curso, pude entender que Soninha orgulhava-se deste “título” e valorizava sobremaneira a visibilidade que o fato de se assumir lésbica lhe trazia. Em outros contextos de pesquisa, como aqueles apresentados por Andrea Lacombe¹⁷, a partir de investigações no Rio de Janeiro, a visibilidade de mulheres com condutas homossexuais aparece um pouco mais centrada em espaços específicos de sociabilidade, como bares e bailes.

No entanto, no caso das “mais masculinas”, isso tem desdobramentos para outros âmbitos da vida. Situação semelhante é apontada por Nádia Meinerz¹⁸, em sua tese sobre masculinidades em corpos de mulheres com condutas homossexuais de grupos populares de Porto Alegre. Meinerz destaca a categoria “jeitão”, algo como a adoção de uma estética masculina sem, contudo, causar desconforto entre gênero e sexo. A vivência e o orgulho de Soninha parecem dialogar com as experiências das interlocutoras destas investigações.

Soninha positiva a confusão entre feminilidade e masculinidade personificada nela. Ser *a sapata mais famosa da cidade*, tem a ver com a sua visibilidade, muitas vezes, em razão de seu “jeitão”. Longe de ver isso como um problema, ela percebe que este é o seu *cartão de visitas* e que tal situação seria a responsável por lhe *abrir uma série de portas*. No contexto da cidade de São Paulo, por exemplo, tal movimento foi percebido por Regina Facchini¹⁹. Facchini mostra que, sob influência de debates feministas e formas específicas de recepção de alguns estilos musicais, edifica-se um olhar mais positivo sobre certas formas de “ser masculina”. A pesquisadora nos conta como há, de certa forma, uma releitura de termos como “sapatão” e outros por parte de suas interlocutoras. Portanto, especialmente, entre as “minas do rock” a positivação de algumas expressões, comumente depreciativas em outros contextos, serve de contraponto a uma compreensão naturalizada acerca das questões de gênero. Há um processo, portanto, de resignificação destas expressões.

Sobre as questões que envolvem visibilidade, nos Estados Unidos, por exemplo, a situação não parece completamente distinta. Em uma investigação com mulheres lésbicas de mais de 60 anos, na década de 1980, Monika Kehoe²⁰, mostra como a trajetória destas mulheres foi marcada por uma vivência, em grande medida, “no armário” e, em alguns casos, em casamentos heterossexuais, uma vez que havia, até a metade do século XX, certo silêncio em torno das sexualidades dissidentes, fundamentalmente, sobre questões que abarcassem as mulheres com conduta homossexual.

Para as interlocutoras de Kehoe – que é uma autora considerada pioneira

¹⁷ LACOMBE, 2005; LACOMBE, 2010.

¹⁸ MEINERZ, 2011.

¹⁹ FACCHINI, 2008.

²⁰ KEHOE, Monika. *Lesbians over 60 speak for themselves*. New York: Harrington Park Press, 1988.

nesta temática nos Estados Unidos²¹ –, mulheres que nasceram nas primeiras décadas do século XX, em sua grande maioria, no meio oeste estadunidense e migrantes para San Francisco e outras cidades da costa oeste, o caminho natural era o casamento heterossexual. Não havia uma referência para possibilidades que pudessem desviar deste caminho. Kehoe conta que as interlocutoras lembram que os primeiros bares para lésbicas começavam a surgir no final dos anos de 1940, mas apenas nas grandes metrópoles do país. Nas cidades onde estas mulheres viviam tal situação era impensada.

Soninha escolheu permanecer em Corumbá e tem uma trajetória um pouco distinta das interlocutoras de Kehoe²², pois afirma nunca ter *saiído do armário* e sempre ter se comportado da forma como se comporta até hoje. Segundo ela, *este sempre foi o meu natural*. A interlocutora se nomeia, em alguns momentos, como *hominho* (quem sabe, na pesquisa de Facchini²³, o equivalente a "bofinho"), em decorrência, possivelmente, do que Nádia Meinerz²⁴ apurou em campo como "jeitão de machorra".

Com um tempo maior de convivência, soube que a mãe de Soninha contara a ela que, quando ela tinha quatro anos, as vizinhas proibiam suas filhas de brincarem com ela, pois esta seria *Maria-homem*. O fato de ser vista pela vizinhança como *Maria-homem*, segundo Soninha, nunca foi um problema na sua família, pois ela não lembra de ter sido repreendida em algum momento, em vista de suas características, trejeitos ou futuros desejos. Em outras palavras: seu "jeitão" não os teria incomodado. Pelo contrário, diz ter recebido, especialmente do pai, muita liberdade. Hoje, conta a interlocutora, ela pensa que o pai a tratara como um filho homem, pois aos oito anos, teria ganho dele uma espingarda de ar comprimido, para que os dois fossem juntos caçar no Pantanal²⁵.

Judith Halberstam²⁶ é uma das principais referências para pensar as "masculinidades sem homens", que parece ser o caso de Soninha. O trabalho da autora persegue uma ideia de desconstruir a obrigatoriedade da relação da masculinidade com a anatomia e o corpo biológico dos homens. Segundo ela, esta concepção difundida de que a masculinidade é um imperativo dos homens constitui-se muito mais como uma teorização, amplamente legitimada, do que propriamente um dado da natureza. Para Halberstam – e este é o caso de

²¹ Outros trabalhos considerados pioneiros nos Estados Unidos, sobre esta temática são os de Marcy Adelman. ADELMAN, M. *Long time passing: lives of older lesbians*. Boston: Alyson, 1987; ADELMAN, M. *Stigma, gay lifestyles and adjustment to aging: a study of later-life gay men and lesbians*. *Journal of Homosexuality*. New York. (20), 1990, p. 7-32; ADELMAN, M. (org.). *Midlife lesbians relationships: friends, lovers, children and parents*. Brinhamton-NY: Harrington Park Press, 2000

²² KEHOE, 1988.

²³ FACCHINI, 2008.

²⁴ MEINERZ, 2011.

²⁵ Sobre diferentes trajetórias e performances de mulheres com conduta homossexual, ver LACOMBE, 2005; LACOMBE, 2010; MEINERZ, 2011; MEINERZ, 2011a; FACCHINI, 2008; ALVES, A. M. Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. In. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre. v. 16, p. 213/233, 2010; LIMA, Tânia Gonçalves. *Tornar-se Velho: O Olhar da Mulher Homossexual*. Dissertação. (Mestrado em Gerontologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006, entre outros, em nossa produção nacional sobre o tema.

²⁶ HALBERSTAM, op. cit..

Soninha – a “masculinidade sem homens”, não necessariamente, remete a uma questão de inversão de performances de gênero, isto é, não há uma correspondência direta entre usar roupas masculinas, por exemplo, e sentir-se um homem em corpo de mulher²⁷.

Para Andrea Lacombe²⁸, que trabalhou com “masculinidades de mulheres”²⁹ em um bar de “entendidas”³⁰ no Rio de Janeiro, o ponto nodal é o seguinte: sem deixar de ser mulheres, elas incorporam comportamentos tidos como exclusivos dos homens. O cenário é bastante complexo e a trajetória das interlocutoras muito variadas, portanto há diferentes graus de masculinidade, até grau nenhum, como a mesma autora aponta em pesquisa de doutorado:

A apresentação de gênero também contribui para a visibilidade ou invisibilidade das mulheres enquanto lésbicas, seja em relação a outras lésbicas, ou no que diz respeito ao grupo social. De todo modo, essa invisibilidade joga um duplo papel de estigma acusatório e orgulho, um jogo entre *ser enrustida* e *parecer nada a ver, mas ser* ou *não dar pinta* que marca modos particulares de vivenciar a orientação sexual³¹.

Há uma marcação de gênero forte na conduta de Soninha, que a faz borrar as fronteiras entre os legitimados lugares de homens e mulheres. E, a partir do que dissera Lacombe, o ser masculina, para Soninha, é razão de orgulho, mas, mais que isso, é a forma como ela consegue externalizar o seu *jeito de ser*. *Eu sou assim, meu preto. Não forço nada*. Algumas vezes, referindo-se a si mesma, ou a outras mulheres, se nomeia como *sapatão*, *sapatona*, entende, pois, que esta é uma alusão depreciativa, mas recorrente, para se referir àquelas mulheres “entendidas” que têm um “jeitão” de homem. Sobre a *sapatona*, Andrea Lacombe, assim refere:

A masculinidade da *sapatona* coloca a lésbica nas antípodas da heterossexualidade, o que pode gerar rejeição, mas por sua vez dá sentido ao binário, estabiliza a diferença e a alteridade: se afasta do tipo ideal de mulher e a tira da economia do desejo

²⁷ Na mesma linha de Halberstam, está o trabalho de Andrea Cornwall e Nancy Linsdisfarne (1994). Na coletânea *Dislocating Masculinity*, elas problematizam a masculinidade como algo dado pela natureza e invariável. Assim, ajudam a pensar sobre as variadas formas com que a masculinidade (em homens e em mulheres) pode ser aprendida e apreendida a partir dos mais diversos estímulos culturais. CORNWALL, A; LINDISFARNE, N (orgs.). *Dislocating masculinity: comparative ethnographies*. New York: Rotledge, 1996.

²⁸ LACOMBE, 2005, op. cit..

²⁹ Lacombe utiliza esta expressão uma vez que suas interlocutoras se identificam como “mulheres entendidas” e não como “lésbicas”.

³⁰ “Entendidas”, no contexto da pesquisa de Lacombe (2005), são aquelas pessoas que desenvolvem o “olhar entendido”, isto é, aquelas mulheres que conseguem reconhecer as suas iguais. Para os limites do trabalho de Lacombe, o termo teria um significado claro: lésbicas.

³¹ LACOMBE, 2010, op.cit., p. 105. Grifo original.

heterossexual. A *sapatona* é legível na representação social como lésbica a despeito da *mulherzinha* que ocupa um lugar ambíguo, de difícil definição o que, por sua vez, a silencia como lésbica³².

Definitivamente, Soninha não se enquadra na categoria *mulherzinha*, embora estas sejam as suas parceiras preferenciais. Seguindo a lógica de Lacombe, tal formulação estabilizaria a diferença e daria sentido ao binário. Aferir a Soninha o título de *a sapata mais famosa da cidade* é possível a partir da leitura estereotípica que se faz dela tomando como parâmetro, por exemplo, sua indumentária e seus códigos gestuais, marcados por uma masculinidade hegemônica³³. Segundo ela, o seu comportamento e a sua apresentação pública são a materialização do desejo de *sentir-se bem*. O *sentir-se bem* para a interlocutora, desde criança, foi vestir-se com "roupas de homens", ou brincar com brinquedos e outros entretenimentos "próprios de meninos".

Quando tinha nove anos, Soninha lembra que já pensava nas amigas e colegas de escola como potenciais namoradas e isso não lhe era estranho. Ela achava que podia sonhar em namorar com meninas e com meninos. Estava, pois, pensando em namorar as meninas. Além disso, resistia, como podia, à insistência de sua mãe em vesti-la com os vestidos de família.³⁴ Sua vontade era usar *macacão* e *calça Lee*.

Eu me sentia muito à vontade em roupas de meninos. Eu também gostava de chapéu e bota. Até hoje, você vê, eu uso muita botina. Cinto com fivela, chapéu. Era um machinho pantaneiro. Quem me olhava, em cima da caminhoneta, não acreditava que era uma menina. Achava que era um menino. O jeito, entendeu, que eu tinha. E eu brigava com os meninos, eu batia forte, eu era fortinha, eu era gordinha, fortinha. Eu defendia o meu irmão e meus primos (Soninha, 54 anos).

Um dos temas trazidos por Soninha nesta fala diz respeito às vestimentas, à indumentária. Ela, como algumas mulheres com conduta homossexual, em algum momento da vida, começam a fazer o uso de roupas comumente associadas ao universo dos homens. Esta seria, segundo Soninha, a forma de sentir-se a vontade consigo mesma. Algo como o resultado de um processo

³² LACOMBE, 2010, op. cit., p. 106.

³³ KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*. Ano 4. n. 9, 1998, p. 103-117.

³⁴ Sobre a relação de mães com filhas "lésbicas", ver Warshow (1991) em uma pesquisa realizada em Nova Iorque. WARSHOW, J. *How lesbian identity affects the mother/daughter relationship*. In. SANG, B.; WARSHOW, J.; SMITH, A.J. (orgs.). *Lesbians at midlife: the creative transition*. San Francisco: Spinsters, 1991, p. 80-83. Para diferentes "papéis" na família envolvendo a presença de "lésbicas", ver FREDRIKSEN, K.I. Family caregiving responsibilities among lesbians and gay men. *Social Work*. 44(2), 1999, p. 142-155. Sobre um olhar mais amplo acerca das relações desenvolvidas por pessoas com conduta homossexual (homens e mulheres) com suas famílias de origem, ver Nystrom N. M.; Jones T. C. Looking back ... looking forward: addressing in the lives of lesbians 55 and older. *Journal of Women & Aging*. New York. (14), 2002, p. 59-376.

natural de seu “estar no mundo”. Segundo Daniel Miller, “as roupas não são superficiais, elas são o que faz de nós o que pensamos ser”³⁵. Talvez a compreensão do autor nos ajude a entender um pouco do processo de Soninha e suas roupas mais masculinas.

Por outro lado, é interessante a abordagem de Tiago Duque, em sua pesquisa sobre o “passar por”, na medida em que compreende que “o corpo intencionalmente e ‘adequadamente’ revestido também pode indicar as expectativas sobre o que se espera que o outro veja”³⁶. Conforme Duque, isso é importante, pois resulta do manejo da vestimenta o fato de ser reconhecido de maneiras específicas e que, em vista disso, farão chamar mais ou menos a atenção.

A questão da indumentária é muito presente nas observações de Soninha, pois a vestimenta comporia uma parte importante do que a interlocutora chamava de *seu jeito de ser*. Esta é uma recorrência nos trabalhos que destacam “mulheres lésbicas”, “masculinidades lésbicas”, “masculinidades sem homens”, ou “masculinidade entre mulheres”. A roupa que estas mulheres farão o uso parece que externalizaria um componente importante: a roupa informaria uma série de elementos sobre aquela mulher, mesmo sem que aquela mulher falasse nada sobre ela. Em tempo, talvez isso ocorra com qualquer pessoa. No entanto, o destaque é dado aqui ao caso de Soninha e à aparição reiterada nos trabalhos que tematizam o assunto³⁷. Tais pesquisas podem estar de acordo com a de Daniela Calanca³⁸, para quem o ato de vestir-se modela o corpo a partir de diferentes referenciais e produz diferentes significados.

Closet ou wardrobe? Faces da visibilidade de um desejo

Já na adolescência, Soninha começou a trabalhar como *charreteira* junto com um tio que estava desempregado. As charretes eram os táxis da época em Corumbá. Elas ficavam na estação de trem, a espera da chegada do famoso *Trem do Pantanal*, que vinha da cidade de Bauru, no interior de São Paulo. Ela lembra com carinho da égua baia, apelidada de *Princesa*. Depois deste período, já com 15 anos, começou a trabalhar em um grupo de mineração e agropecuária da região, onde permaneceu por dezoito anos. Nesta empresa, na década de 1980, Soninha assumiu o cargo de encarregada das fazendas. Ela

³⁵ MILLER, Daniel. *Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 22-23.

³⁶ A pesquisa de Duque (2013) é sua tese de doutorado, cujo objetivo foi estudar o passar por homem e/ou passar por mulher, atentando para performances de masculinidade e feminilidade entre “lésbicas”, “gays”, “homens transexuais”, “andróginos”, “*drag kings*”, “*drag queens*” e “travestis” da cidade de Campinas-SP. DUQUE, Tiago. *Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por*. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH-PPGCS. Campinas-SP: Unicamp, 2013, p. 27.

³⁷ MEINERZ, 2011; MEINERZ, 2011a; LACOMBE, 2005; LACOMBE, 2010; FACCHINI, 2008.

³⁸ CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo: SENAC, 2008.

chefiava uma equipe de vários homens, *boiadeiros* do Pantanal. A interlocutora conta sobre o momento em que assumiu a gerência das fazendas:

Quando eu assumi a fazenda, eu tive uma represália, tanto que eu andava armada o tempo todo. Primeiro, porque eu tinha medo que os caras quisessem me comer. Porque eu não era feia. Eu não era uma mulher assim feia. Eu tinha um corpo muito bonito. Eu praticava esporte. Eu tinha umas pernas bonitas e na fazenda era 100% homem. E eu. Tinha na sede, a dona Maria, que era quem cozinhava, tinha a filha dela, tinha as mulheres dos peões. Morava todo mundo ali. Mas quem ia pro campo, com eles, quem ia pras invernadas, era eu (Soninha, 54 anos).

Ser a única mulher no meio dos peões foi uma etapa que Soninha precisou superar como um desafio. Mais que isso, ela exercia uma função de chefia em um posto, tradicionalmente na região, ocupado por homens. A lida com o gado, o trato com a rústica lida campeira, este lugar do vaqueiro, é um espaço que se fez muito próprio aos homens. No entanto, a interlocutora diz nunca ter sido afrontada diretamente. Ela justifica isso, em primeiro lugar, por andar sempre armada, conforme explicitou. Depois, porque ela se impunha como liderança diante dos demais, inclusive, demonstrando habilidade e força, características exigidas para aquele tipo de trabalho. Por último, Soninha entende que seus comandados a viam como mais um peão, como mais um homem e, até, quem sabe, a admiravam por isso, ou seja: uma mulher saindo de sua zona de conforto e "se superando" em contextos bastante adversos.

A masculinidade que sobressai na figura de Soninha não edifica uma variação de gênero. Ela mostra como há muitas possibilidades que levam uma *mulher lésbica*, como ela se nomeia, a desenvolver atributos masculinos. Semelhante observação foi feita por Meinerz³⁹ no contexto de sua pesquisa com mulheres de classes populares de Porto Alegre. A autora, a partir de seu campo, concluiu que a produção de uma "masculinidade entre as mulheres" pode se dar desde o uso de algumas roupas específicas e o desenvolvimento de posturas tidas como "de homem", até a complexidade de mudanças radicais no corpo⁴⁰.

O fato de ser mais masculina pode ter funcionado de maneira positiva a capacitá-la para o trabalho em uma função que não privilegiava as mulheres, isto é, chefiar fazendas e peões no Pantanal de Mato Grosso do Sul. Na

³⁹ MEINERZ, 2011a.

⁴⁰ Sobre a questão de, possivelmente, escolher ser mais masculina, é interessante o trabalho de Saskia Wieringa (1999) sobre *butches* (mulheres masculinas) e *femmes* (mulheres femininas) em Jacarta e Lima. A autora mostra que, nos contextos pesquisados, as *butches* assim se construíam como uma forma de reafirmar seus desejos diante de um contexto desfavorável. Esta visibilidade poderia acarretar uma série de complicações a suas vidas, bem como as tornavam "concorrentes" dos homens. WIERINGA, Saskia. *Desiring Bodies or Defiant Cultures: Butch-Femme Lesbian in Jakarta and Lima*. In: WIERINGA, Sakia; BLACKWOOD, Evelyn (orgs.). *Female Desires*. Transgender practices across cultures. New York: Columbia University Press, 1999.

pesquisa de Meinerz⁴¹, o “jeitão”, ou seja, o resultado do manejo de inúmeros recursos que torna a mulher mais masculina, especialmente, nos contextos do futebol, do “universo *motogirl*”, ou da política (alguns lugares de fala de determinadas interlocutoras de Nádia Meinerz), funcionara como uma credencial. Segundo a autora:

Determinados trabalhos possibilitam às mulheres um espaço de reconhecimento no qual os contornos, as atitudes e posturas corporais que caracterizam o *jeitão* são inscritos num registro valorativo que ultrapassa a sexualidade⁴².

Nem Sandrinha, nem as interlocutoras de Meinerz, teriam sido reconhecidas no mundo do trabalho como *lésbicas*, *sapatões*, ou mulheres como condutas homossexuais, senão pelas competências desenvolvidas para o desempenho de determinada função, quem sabe, em alguma medida, associada à postura mais masculina, mas não determinada pela sexualidade.

No caso de Soninha, no que diz respeito a sua orientação sexual, ela não recorda de ter tido algum desejo por homens. Para ela, na contramão de muitas interlocutoras de Kehoe⁴³, que tiveram longos relacionamentos com homens, o fato de *gostar de mulher* apresentou-se como algo *normal desde sempre*. Ela afirma que, justamente, por *sempre ter sido assim* é que nunca precisou *sair do armário*, pois *todo mundo* sempre soube que ela era *sapata*. O fato de sua orientação sexual ter sido visível, talvez em vista de seu comportamento, gestos, composição visual, ou falar abertamente de seu interesse pelas mulheres, fez com que as pessoas com quem conviveu e, a cidade em si, a respeitassem desta forma, sem maiores questões.

Nos termos de Ernesto Meccia⁴⁴, é como se Soninha sempre tivesse estado nos ditames da “gaycidade”, pois, segundo conta, não recorda de ter tido vergonha, ou passado por qualquer tipo de sofrimento – compartilhado ou isolado – pelo fato de ser uma mulher com conduta homossexual. Pelo contrário, ela conta, reiteradas vezes, do *orgulho* que sente em *ser como é*. Portanto, para minha interlocutora, o dispositivo do “armário” (*closet*), conforme apresenta Eve Sedgwick⁴⁵, faria menos sentido do que algo como o que Judith Halberstam chama de “guarda-roupas” (*wardrobe*).

Não me furto da percepção de que há uma regulação de gênero e de sexualidade⁴⁶ no contexto de Corumbá e Ladário e que Soninha está submetida a isso. No entanto, a forma como ela se submete, ao longo do curso da vida, é que me parece interessante de ser elencada. Quando digo que, no caso de

⁴¹ MEINERZ, 2011a.

⁴² MEINERZ, 2011a, op. cit., p. 200.

⁴³ KEHOE, op. cit..

⁴⁴ MECCIA, Ernesto. *Los últimos homosexuales*. Sociología de la homosexualidad y la gaycidad. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2011.

⁴⁵ SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemologia del armario*. Barcelona: Ediciones de La tempestad, 1998.

⁴⁶ BUTLER, op. cit..

Soninha, o *closet* de Sedgwick faz pouco sentido é porque não consigo observar a interlocutora submetida a um dispositivo, ou algo que o equivalia, no sentido de uma aguardada e necessária "saída do armário" que colocaria fim a uma possível desorganização no mundo dos desejos, justamente porque haveria um encobrimento intencional da sua orientação sexual. Ou seja, *grosso modo*, ela sentia-se atraída por mulheres, mas não contava a ninguém porque temia que isso lhe acarretasse algum tipo de sanção. Este tipo de cenário não é crível no caso de Soninha.

Inclino-me, então, a pensar as estratégias de Soninha de maneira mais próxima do formulado por Halberstam⁴⁷, isto é, o *wardrobe*. Entendo que a partir do *wardrobe*, em vista das eleições que podem ser feitas de maneira reiterada ao longo dos dias, há uma liberdade maior aos sujeitos e, mais que isso, no caso da interlocutora, não havia nada guardado no "armário", mas à mostra no "guarda-roupa", *desde sempre*. Quer dizer, não fora necessário fazer algum tipo de revelação fundadora de uma conduta homossexual, pois esta conduta já estava dada, ou quem sabe naturalizada, entre os seus convivas. A forma como isso era sabido pelos demais pode ser explicada por meio, talvez, do seu "jeitão".

É este complexo emaranhado de questões que faz com que Soninha não tenha precisado e não precise enunciar-se como *sapata*, pois a sua figura pressupõe, a partir de uma série de códigos, que se trata de uma mulher com conduta homossexual. Ela, tal como as personagens analisadas por Halberstam, escolhe no *wardrobe* os códigos que a associam ao masculino e tornariam sua conduta homossexual visível e veste-se deles.

Não há uma intenção de "passar por homem", como problematizara Duque⁴⁸, ou um desejo de "ser homem"; pelo contrário, há a certeza de "ser mulher", de "sentir-se mulher", de "desejar-se mulher", mas, ao mesmo tempo, uma mulher masculina. Além disso, esta masculinidade seria um atrativo a outras mulheres. Logo, é necessário vestir socialmente o corpo com códigos que produzam esta masculinidade, a fim de que este corpo masculinizado se encontre com sua conduta homossexual e torne-se inteligível⁴⁹ para ela e atrativo às potenciais parceiras.

Neste trânsito que borram as fronteiras entre os gêneros, Soninha constrói-se como o *machinho pantaneiro*. Investida desta persona, que seria a representação do seu "ser mulher", que a toma sem qualquer tipo de esforço, ela teria desempenhado o papel de uma mulher muito *namoradeira*. As namoradas, geralmente, eram mulheres que também tinham interesse afetivo, erótico e sexual por homens, com os quais, algumas delas, inclusive, se casaram. Tais mulheres, ficavam *curiosas* com a possibilidade de se envolver com uma outra mulher e, em nome desta *curiosidade*, acabavam *caindo nas graças* de Soninha. A interlocutora conta que a *curiosidade* era motivada pelo fato de que o *amor entre duas mulheres* era um *tabu* e era *proibido*. As mulheres com as quais se envolveu, além de serem em grande maioria casadas, eram mais jovens e mais femininas que ela. Sobre a formação de

⁴⁷ HALBERSTAM, op. cit..

⁴⁸ DUQUE, op. cit..

⁴⁹ BUTLER, op. cit..

pares entre mulheres mais masculinas e mulheres mais femininas, Gayle Rubin⁵⁰ assim explica:

Attempting to define terms such as *butch* as *femme* is one of the surest ways to incite volatile discussion among lesbians. *Butch* and *femme* are important categories within lesbian experience, and as such they have accumulated multiple layers of significance. [...] *Butch* and *femme* are ways of coding identities and behaviors that are both connected to and distinct from standard societal roles for men and women. [...] *Femmes* identify predominantly as feminine or prefer behaviors and signals defined as feminine within the larger culture; *butches* identify primarily as masculine or prefer masculine signals, personal appearance, and styles. [...] *Butch* is the lesbian vernacular term for women who are more comfortable with masculine gender codes, styles or identities than with feminine ones⁵¹.

Os termos em si, a partir de Rubin, são categorias classificatórias que podem sofrer variação tanto temporal, como contextual, portanto, passíveis de uma série de significados. No entanto, as definições esquemáticas propostas pela autora, ajudam a entender as estratégias e performances de gênero manejadas por Soninha para si, especialmente, no sentido de produzir-se como *sapata* – ou nos termos dos estudos estadunidenses, uma *butch* – e direcionar seu olhar e seu interesse para as *moças mais femininas* – as *femmes* dos estudos estadunidenses. *Butch* e *femme* são termos mais utilizados nos Estados Unidos, a partir dos *Estudos Queer*, para se referir aos arranjos afetivos, eróticos e sexuais entre mulheres, onde uma se caracteriza por performances de gênero mais masculinas e a sua parceira por performances mais femininas.

O envolvimento de uma mulher mais masculina com outra mais feminina não é uma regra, mas é uma recorrência. Os trabalhos com os quais eu tenho dialogado neste artigo mostram isso. Seja nas pesquisas no Rio de Janeiro, em São Paulo ou no Rio Grande do Sul. Esta é também uma questão que aparece nos trabalhos realizados nos Estados Unidos a que tivesse acesso, especialmente, aqueles que problematizam as regiões de Nova Iorque e San Francisco.

Contudo – seguindo Cornwall e Lindisfarne⁵² – é preciso entender que as mulheres com conduta homossexuais mais masculinas (*butch*) representam mais que uma identidade masculina que, supostamente, se sobrepõe a um corpo feminino. Soninha, por exemplo, mostra como este processo é

⁵⁰ RUBIN, G. *Deviations: A Gayle Rubin Reader*. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

⁵¹ RUBIN, 2011, p. 241-242.

⁵² CORNWALL, A; LINDISFARNE, N (orgs.). *Dislocating masculinity: comparative ethnographies*. New York: Routledge, 1996; BUTLER, Judith. Imitación e insubordinación de género. In: GIORDANO, Raúl (org.) *Grafiás de Eros*. Historia, género e identidades sexuales. Buenos Aires: Edelp, 2000, p. 87-113; RUBIN, G. *Deviations: A Gayle Rubin Reader*. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

desenvolvido a partir de uma série de arranjos e contextualizações, o que acaba borrando, confundindo e desestabilizando as fronteiras bem marcadas entre os universos masculinos e femininos, resultando em uma complexificação das tramas de aproximações eróticas.

Em vista disso, é que Butler⁵³ vê as relações entre mulheres com conduta homossexual masculinas e femininas como legítimas, inclusive, do ponto de vista político. Segundo ela, mais do que um arremedo dos arranjos entre pessoas com condutas heterossexuais, este tipo de parceria produziria uma *paródia de gênero*, isto é, mostraria como seria possível fabricar os sexos por meio da imitação. E, além disso, estas performances, que são públicas, não necessariamente têm uma relação com performances sexuais. Há um conjunto variado de possibilidades que, na percepção de Butler, operam desde diferentes cruzamentos:

Podría decirse que la sexualidad excede cualquier narrativa definitiva y que nunca es 'expresada' completamente en una actuación o en una práctica; habrá *femmes machonas* y passivas, *butches agresivas* y femeninas, y muchas más, que serán descritas como 'varones' y 'mujeres' com una autonomía más o menos estable. No hay líneas directas, expresivas o causales entre el sexo, el género, la presentación de género, la práctica sexual, la fantasía y la sexualidad. Ninguno de estos términos captura o determina al resto⁵⁴.

O fato de ser mais masculina e de gostar de envolver-se com mulheres mais femininas nunca teria criado uma vontade em Soninha de fazer qualquer tipo de alteração no corpo a fim de *tornar-se homem*, ou mesmo de *pensar-se* como tal:

Eu sempre fiz questão de mostrar pra elas que eu era mulher. Em nenhum momento eu quis outra coisa. Existe, aqui em Corumbá, homossexuais, como eu, que mudaram o nome. Elas amarram os seios com faixa. Eu não. Eu sou Soninha, e a mulher que se deita comigo sabe que tá se deitando com uma mulher. Com uma mulher. Eu não tenho tesão nestas coisas. Mas a mulher que se deita comigo sabe que tá se deitando com uma mulher. 'Como que é o nome da sua companheira? Soninha. Ela é minha companheira, ela é meu amor' (Sandrinha, 54 anos).

A contribuição de Soninha é sintomática para percebermos como a categoria gênero é produzida e não um dado da natureza, essencial e pré-discursivo. Suas performances nos mostram como é possível reinventar, ultrapassar e borrar os limites, tacitamente, ensinados e aprendidos como naturais e intransponíveis. Em Halberstam e Butler⁵⁵, estes apontamentos já estão dados. Com elas, vimos que a produção de verdade e naturalização das

⁵³ BUTLER, op. cit..

⁵⁴ BUTLER, 2000, op. cit..

⁵⁵ Ibid, p. 87-113.

noções de masculino e feminino são passíveis de desconstrução a partir, por exemplo, do trânsito de alguns sujeitos que elaboram outras vertentes para os relacionamentos entre homens, entre mulheres ou na possibilidade das relações entre pessoas transgênero.

Considerações Finais

A trajetória de Soninha enseja uma série de questões para pensar sociabilidade entre “mulheres que gostam de outras mulheres” ou mesmo “masculinidades sem homens”, haja vista a série de passagens que ela conta desde sua infância e as idas e vindas dos acontecimentos ao longo de sua vida. É interessante o fio condutor que Soninha traça, quem sabe, sem qualquer intencionalidade. No caso de sua trajetória esse fio condutor, me parece claro, é o da visibilidade de sua orientação sexual desde os momentos mais remotos de sua lembrança. Esta visibilidade fez com que ela naturalizasse o fato de *ser lésbica* e este se transformasse em mais um dos elementos que compõem sua *persona*. Algo, contado por ela, que ocorrera sem *traumas*, sem *saídas do armário*, sem reveses.

Soninha é uma personagem interessante por uma série de questões. Algumas delas foram expostas neste texto. Mas em que pese o interesse deste artigo, acredito que o fundamental é o fato dela ter vivido sempre “fora do armário”. Aliás, a noção de “armário”, como aparece na literatura específica, não faz qualquer sentido para o regime de visibilidade com o qual a vida da interlocutora parece ter dialogado. E isso até causa espécie, pois outros sujeitos, inclusive de seu círculo mais próximo de relação, desenvolveram estratégias de visibilidade bastante distintas da dela.

A própria interlocutora dá algumas pistas para compreender um pouco melhor a questão. Talvez as relações bastante livres com a família, sem uma ostensiva vigilância e regulação de gênero possam ter colaborado para a vivência de uma sexualidade sem medos e sem traumas, conforme parece ter sido a dela, o que se conclui desde seus relatos. Por outro lado, eu vejo que há uma marca de classe que não deve ser negligenciada.

Ela apresenta uma história muito costurada pelas experiências laborais. É enfática ao destacar uma infância pobre, com dificuldades, em que ainda muito jovem começou a ajudar em casa por conta do falecimento do pai. A impressão que dá é que ela, além de querer ser como o pai, incorporara de alguma forma aquela figura. A ostensiva presença do mundo do trabalho em “postos de homens” poderia ser um elemento a explicar esta questão, bem como o fato de *como era pobre mesmo* não tinha o que perder e nem porque se esconder ou se proteger.

Nesse sentido, vejo que classe pode ajudar a pensar um lugar de visibilidade, no caso dela, a lhe garantir maior liberdade, justamente, porque “não teria nada a perder”. Em outras palavras, a discriminação em vista de sua

sexualidade só seria mais uma a que ela estaria submetida em razão das suas origens sociais. Consciente ou não disso, ela enfrenta esta questão e, ao que tudo indica, consegue um desfecho positivo.

Por fim, a trajetória de Soninha nos ajuda a perceber a complexidade de cenários que, *a priori*, poderiam nos parecer simples, como uma cidade pequena, numa região do interior do país, em que não há um "mercado GLS" e as possibilidades de vivência da sexualidade de uma mulher com conduta homossexual poderiam ser limitadas. A experiência de Soninha, no entanto, mostra um cenário complexo, com uma gama de relações que se estabelecem na tensão com as moralidades hegemônicas no sentido de estabelecer lugares possíveis e legítimos de existência.

Sobre o autor

Guilherme Rodrigues Passamani possui graduação (bacharelado) em Ciências Sociais (UFSM). É Licenciado em Sociologia (UFSM). Bacharel e Licenciado em História (UFSM). É Mestre em História Latino-Americana (MILA-UFSM) e Doutor em Ciências Sociais (Unicamp). Atualmente é Professor Adjunto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem experiência nas áreas de Antropologia e História, com ênfase em Gênero, Sexualidade, Envelhecimento e Homossexualidade. E-mail: grp Passamani@gmail.com.

*Artigo recebido em 06 de fevereiro de 2015.
Aprovado em 17 de março de 2015.*

DEFININDO A ORDEM E A MARGEM: IDEAL DE FEMINILIDADE E DE MASCULINIDADE NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ EM 1979

ANDREA MAZUROK SCHACTAE

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão sobre a(s) feminilidade(s) e a(s) masculinidade(s) na Polícia Militar do Paraná, no ano de 1979, a partir de um estudo de caso. A análise de um processo de transgressão disciplinar, no qual figura como transgressores uma agente da Polícia Feminina e um Oficial da PMPR, é norteadada pela categoria gênero e pelo conceito de masculinidade hegemônica. A análise indica que a relação entre a punição e a vigilância constitui as fronteiras entre a ordem e a transgressão, na Polícia Militar do Paraná, as quais são orientadas pela legislação e pela subjetividade dos agentes.

PALAVRAS-CHAVE: Feminilidades; Masculinidades; Polícia Feminina; História; Polícia Militar.

ABSTRACT

This article presents a reflection on femaleness(es) and maleness(es) in the Military Police Force of the State of Paraná (PMPR), in the year of 1979, departing from a case study. The analysis of a disciplinary procedure for misconduct, which treats as transgressors an agent of the Female Police Force and a PMPR officer, is led by the category of gender and by the concept of hegemonic maleness. The analysis points out that the relation between punishment and watchfulness comprises the boundaries between order and transgression, according to the Military Police of the State of Paraná, which are guided both by the law and by the agents' subjectivity.

KEYWORDS: Femaleness; Maleness; Female Police Force; History; Military Police.

Introdução: definindo as fronteiras

Os estudos sobre a presença de mulheres nos espaços armados (polícias, exércitos, grupos guerrilheiros, etc.) passaram a fazer parte das reflexões no campo da História e em outros campos, nos últimos 20 anos¹. A emergência da história das mulheres é identificada pelo historiador francês Claude Quézel² como motivadora dos primeiros estudos sobre a presença de mulheres no espaço da guerra e sobre os vínculos entre o espaço militar e o feminino.

Vale acrescentar, que são raríssimas as pesquisas sobre História da Polícia que utilizam o gênero como categoria de análise³. As colocações da historiadora inglesa Louise Jackson,⁴ que, em seu estudo sobre as mulheres policiais no Reino Unido, afirmou que há poucas pesquisas sobre o tema naquele país, também valem para a produção historiográfica brasileira, pois, no Brasil, o assunto também é pouco estudado por historiadores. São raros, também, os estudos de História da Polícia que utilizam como marco temporal as últimas décadas do século XX⁵. Sendo assim, esse artigo contribui para os

¹ TAVERA, Susanna; NASH, Mary (Eds). *Las mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua e la Contemporánea*. Barcelona: Icaria Editorial, 2003. CARREIRAS, H. *Gender and the military: a comparative study of the participation of women in the Armed Forces of Western Democracies*. Thesis. Department of Political and Social Sciences. European University Institute, Florence, 2004. GARRÉ, Nilda. *Género y Fuerzas Armadas: algunos análisis teóricos y prácticas*. Buenos Aires, Argentina: Ministerio de Defensa, 2010. BROWN, J. Integrating women into policing: a comparative European perspective. In: PAGON, M. *Policing in Central and Eastern Europe: Comparing firsthand knowledge with experience from the West*. Ljubljana, Slovenia: 1996. Disponível em: <<http://www.ncjrs.gov/policing/contents.html>>. Acesso em: 10/08/2008. SASSON-LEVY, O. Feminism and military gender practices: Israeli women soldiers in "masculine" roles. *Sociological Inquiry*, v. 73, n. 3, August, 2003, p. 440-465. TRIANA, Ricardo E.; QUIÑONES, Dalia R. Nuevas tareas militares de la mujer em el mundo y em Colômbia. Documento de trabalho 01/2015. *Escuela Superior de Guerra*, mayo, 2015. Disponível em: <http://issuu.com/observatoriosd/docs/documento_de_trabajo_mayo_7_2015>.

² QUETEL, Claude. *As mulheres na guerra (1939-1945)*. São Paulo: Larousse, 2009, p. 5.

³ Entre os estudos de gênero na polícia militar, no campo da História, ver: MOREIRA, Rosemeri. *"Entre o escudo de minerva e o manto de Penélope": a inclusão de mulheres na Polícia militar do Estado do Paraná (1975-1981)*. Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007. MOREIRA, Rosemeri. *Sobre mulheres e polícias: a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964)*. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2011.

⁴ JACKSON, Louise A. *Women Police: gender, welfare and surveillance in the twentieth century*. USA: Manchester University Press, 2006.

⁵ No Brasil há alguns estudos que analisam o ingresso e a presença de mulheres em instituições policiais militares. Porém, estão vinculados a outros campos do conhecimento. Ver: SOARES, Barbara M; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. CAPPELLE, Mônica C. *O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais*. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. CALAZANS, Marcia E. de. *A constituição de mulheres em polícias: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

estudos no campo da História da Polícia, a partir da categoria gênero⁶, ao observar a Polícia Militar do Paraná como uma instituição que orienta a construção de subjetividades ao definir padrões de comportamento para os seus agentes.

As décadas de 1970 e 1980 são marcadas pelo debate sobre a sexualidade e a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Um conjunto de circunstâncias vinculadas às mudanças ocorridas no país e no âmbito internacional⁷ é indicativo de uma heterogeneidade de posicionamentos sobre os papéis femininos e a sexualidade feminina na sociedade brasileira. Uma heterogeneidade construtora de múltiplas identidades femininas.

Os posicionamentos do Estado e das instituições que o representam são marcados pela contradição nos seus discursos e ações, como se verifica na legislação disciplinar da Polícia Militar do Estado do Paraná. Em um contexto de debates sobre os direitos das mulheres e sobre a sexualidade feminina, a instituição militar reproduz uma visão conservadora do comportamento feminino que permite à instituição exercer um controle sobre a sexualidade das mulheres policiais.

No final da década de 1970, a Polícia Militar do Estado do Paraná iniciou um processo de redação do projeto de criação da Polícia Feminina. As leis e as normas que criaram a Polícia Feminina e instituíram a policial são textos redigidos por sujeitos que possuem o poder de escrever em nome do Estado e da Polícia Militar do Estado do Paraná. Esses textos construíram um significado para a presença de mulheres na instituição, um espaço para o feminino na ordem institucional. Ao longo do período marcado pela criação da Polícia Feminina no ano de 1977 e a sua extinção no ano de 2000, as mulheres foram incorporadas à instituição.

No período entre 1976 e 1984, foram redigidas as leis e normas que construíram um espaço para as mulheres e um ideal de feminino na ordem institucional. Esse processo inicial define o lugar das mulheres e o modelo de policial feminina que deveria ser incorporado pelas agentes. Entre 1984 e 1991 há uma aparente estabilidade no processo de incorporação das mulheres. No ano de 1991, iniciou-se o processo de desconstrução do espaço marginal da Polícia Feminina que culminou com a sua extinção no ano de 2000 e a inclusão das policiais nos quadros da PMPR, inclusive na qualificação de Combatente, até então pertencente aos homens. Esse processo de desconstrução do espaço da policial feminina na ordem institucional é marcado pela promoção de agentes ao posto de Capitão. Vale informar que, pela legislação construída na década de 1980, esse seria o mais elevando posto a ser alcançado por uma

⁶ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise história. *Educação e Realidade*, n. 20, vol. 2, 1995, p. 71-99.

⁷ Aos espaços ocupados pelas mulheres na sociedade brasileira – mercado de trabalho, família, educação, política –; ao processo de redemocratização do Brasil; aos valores, à moral e aos papéis femininos; aos direitos das mulheres – à Década Internacional da Mulher (1975-1985), à Lei do Divórcio do ano de 1977, à criação da Delegacia Especializada da Mulher no ano de 1985 e à Constituição de 1988 –; às organizações femininas conservadoras e organizações feministas; etc.

agente da Polícia Militar Feminina, enquanto os agentes homens poderiam ser promovidos a coronel.

A presença de mulheres em uma instituição cuja identidade institucional é marcada por um ideal de masculinidade é indicativa de uma ruptura, mas também de uma legitimação da ordem estabelecida. Ao analisar as permanências em seu estudo sobre a dominação masculina, Pierre Bourdieu concluiu que "a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças [...]"⁸ são naturalizadas por instituição do Estado e orientam a organização do privado. Uma ordem que para o autor é masculina e tende a se perpetuar.

Assim, a norma definidora do comportamento da Policial Feminina foi elaborada a partir de um ideal de feminilidade e da identidade institucional masculina, que tende a reproduzir uma ordem masculina vinculada a uma construção de masculinidade hegemônica⁹. A instituição masculina impõe os limites ao corpo feminino para defender a moral, os bons costumes e a família. O comportamento das mulheres Policiais é controlado pela instituição através dos múltiplos olhares dos seus agentes masculinos e femininos.

O objetivo desse artigo é analisar como o Estado do Paraná, representando pela instituição Polícia Militar, constrói um ideal de feminilidade e de masculinidade ao estabelecer as punições para os agentes masculinos e femininos, no final da década de 1970. Para essa análise foi selecionado um processo de transgressão disciplinar no qual figurou como transgressora uma agente da Polícia Feminina.

98

Olhando para as margens e (des)construindo a ordem: reflexões sobre um estudo de caso

Ao se considerar as respostas aos pedidos de cancelamento de punições solicitados por Policiais Femininas publicados nos boletins gerais nas décadas de 1980 e 1990, verifica-se um aumento de punições no período compreendido entre os anos de 1985 e 1991. Esse fato está vinculado à construção do comportamento ideal de Policial Feminina e à afirmação da ordem institucional.

Entre 1982 e 1989 foram formados pelotões da Polícia Militar Feminina em cidades do interior e da capital e as punições se constituem em uma ferramenta educativa no processo de formação do comportamento da Policial. Assim, para afirmar a norma, a instituição tornava visível o comportamento desviante e punia o transgressor.

Observa-se que a detenção¹⁰ é a punição mais recorrente, seguida da repreensão¹¹ e, por último, da prisão¹². Somente com a leitura da ficha

⁸ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 7.

⁹ CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *Gender & Society*. Vol.19, 2005, <<http://gas.sagepub.com>>, CAPES acesso 27 de maio de 2009.

¹⁰ Detenção: cerceamento da liberdade, sem encarceramento.

individual das Policiais e/ou a localização dos processos disciplinares é possível um aprofundamento na análise dos motivos das punições.¹³ O aumento de detenções no ano de 1988 pode ganhar outro significado se associado à Constituição Brasileira daquele ano, mas para essa análise é importante o conhecimento das condutas que foram julgadas como desviantes e o parecer que define a punição das transgressoras.

No recorte temporal entre 1977 e 2000, foram localizados três processos disciplinares¹⁴ no arquivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, que figuram como transgressores agentes da Polícia Feminina. O comportamento desviante das agentes foi considerado como ofensivo à honra feminina e da Polícia Militar. A conduta sexual das mulheres foi qualificada – pela instituição e por testemunhas ouvidas nos processos – como imprópria para uma Policial, pois afetava a moral e os bons costumes.

Os posicionamentos dos Oficiais encarregados de julgar as transgressões, legítimos representantes da instituição Policial Militar e do Estado do Paraná, e das testemunhas, emitem um discurso que qualifica as condutas das mulheres como inadequada e desonrosa. O julgamento é pautado por uma concepção de honra constituída pela ideia de que a conduta individual afeta a coletividade. Assim, a conduta desviante afeta a honra da instituição e de seus agentes, rompendo com o padrão estabelecido, pois a honra está vinculada à identidade institucional.

Os processos disciplinares, conforme afirma Michel Foucault, são uma forma de controle do corpo. Embora os processos disciplinares existissem antes dos séculos XVII e XVIII em instituições religiosas e militares, bem como nas oficinas, foi nesse período que a disciplina constituiu o que o autor identifica como “uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos”¹⁵. Sendo assim, afirma o autor, a disciplina “é um tipo de poder”¹⁶ e o processo disciplinar é um recurso construtor de normalidade.

A existência do processo disciplinar está vinculada a um conjunto de instrumentos disciplinadores – a vigilância, o exame e a punição. A vigilância é exercida por todos. Os olhares dos agentes institucionais compõem o olhar da instituição que controla a ordem e produz poder. Todos são responsáveis pelo controle do comportamento dos agentes, porém a aplicação das punições é um

¹¹ Repreensão: censura publicada em boletim.

¹² Prisão: cerceamento da liberdade, com encarceramento.

¹³ As fichas individuais não estão disponíveis para a consulta e os processos não foram localizados. Antes da década de 1990 muitas das punições eram aplicadas pelo Comandante da unidade policial, sem abertura de processo disciplinar. Um estudo sobre as punições disciplinares na Polícia Militar do Estado do Paraná ao longo do século XX ainda está por ser realizado.

¹⁴ No Arquivo Geral da Polícia Militar do Paraná não foram localizados outros processos. Provavelmente existam processos nos arquivos das unidades nas quais as Policiais trabalharam (na capital e no interior do Estado).

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989, p. 127.

¹⁶ FOUCAULT, 1989, p. 189.

poder que pertence aos agentes nomeados pela instituição para exercê-lo. O exame “é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”¹⁷. No exame, o poder da escrita descreve, qualifica, compara, julga e pune, afirmando a diferença e a norma.

A disciplinarização do comportamento da Policial, na Polícia Militar do Estado do Paraná é uma forma de poder construtor de identidades. Nos processos disciplinares são estabelecidas a diferença e a norma, pois neles são demarcados os limites para o comportamento feminino de uma mulher Policial e traçadas as fronteiras entre a conduta sexual de uma Policial Militar e das outras mulheres. Os processos disciplinares instaurados contra algumas Policiais são fontes importantes para análise da construção de um padrão de sexualidade para a Policial. Diferente do padrão masculino e de outras condutas sexuais femininas, o comportamento sexual da Policial é caracterizado por um discurso conservador sobre a sexualidade feminina. Com um discurso fundado na moral, nos bons costumes e na honra Policial Militar, a instituição puniu Policiais que apresentaram conduta sexual fora do padrão de feminilidade idealizado.

No ano de 1979, duas alunas Policiais Femininas foram processadas e punidas com a exclusão a bem da disciplina, para recorrermos aos termos contidos nos processos e na legislação. Os processos – institucionalmente identificados como sindicâncias – produzem e afirmam um saber sobre a atitude sexual ideal para uma Policial Feminina, constituído pela legislação e por aqueles que figuram no processo. A diferença entre o comportamento sexual feminino de uma Policial honrada e os comportamentos femininos inadequados é constituída pela fala daqueles que figuram na sindicância – testemunhas, sindicato, sindicante e comando. Assim, os posicionamentos dos Oficiais, das deladoras e das testemunhas ao se referirem ao comportamento das alunas, produzem um padrão de conduta sexual aceitável para uma Policial, que está vinculado à legislação, aos valores e à concepção de sexualidade feminina dos agentes e das testemunhas civis que ganham voz nos processos.

As mulheres que figuram como sindicadas – termo utilizado nos processos para identificar as agentes que foram acusadas de comportamento irregular – frequentavam o primeiro Curso de Formação de Soldado Feminino da Polícia Feminina – a primeira turma de Polícia Feminina do ano 1977 formou sargentos –, iniciado em janeiro do ano de 1979. Além delas, havia outras vinte e oito (28) alunas, entre as quais apenas oito (08) nascidas em Curitiba, enquanto as demais provinham de cidades do interior do Estado, bem como de outros Estados da Federação.

Para controlar o comportamento dessas mulheres, que estavam sendo constituídas em agentes da Polícia Feminina, a Polícia Militar punia as transgressões exemplarmente, conforme observa-se no processo que foi aberto no terceiro mês do Curso de Formação de Soldado Feminino da Polícia Feminina de 1979. Um documento produzido pelo Tenente Comandante do Pelotão de Polícia Feminina deu início ao processo.

¹⁷ FOUCAULT, op.cit., p. 164.

No texto o Tenente informou ao Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP) os fatos narrados por quatro (04) alunas Soldados. Segundo consta, elas o procuraram na data de 6 de abril de 1979 para revelar sobre um acontecimento ocorrido dias antes – as informações contidas no documento inicial não precisam a data do fato, porém no processo consta que o acontecimento ocorreu no mês de fevereiro – no Bairro Barigui. Conforme o documento, em uma noite, duas mulheres estiveram na casa onde viviam dez (10) alunas do curso de formação de Soldado, uma das quais se dizia esposa de um tenente da Polícia Militar e acusava uma das alunas de manter relacionamento amoroso com seu esposo. Entre outras informações, as alunas relataram que o tenente envolvido escreveu para a suposta amante marcando um encontro¹⁸. No documento elas afirmam que:

(...) em certa noite, ali chegou uma senhora dizendo-se esposa do 2º Tenente (...), atualmente servindo na APMG, à procura da Soldado PF (...). A ser atendida por [Soldado PF] aquela senhora começou a falar-lhe em voz alta e [disse-lhe] que ela era amante do seu esposo, que deveria deixar de procurá-lo ou que tomaria medidas drásticas contra ela. Convidada a entrar pelas demais Soldados Recrutadas aquela senhora mostrou os bilhetes amorosos da Soldado PF(...)¹⁹.

101

A denúncia indica tensões entre as Soldados da Polícia Feminina, que procuram o comandante do Pelotão de Polícia Feminina para denunciar o suposto relacionamento da colega, o qual as denunciante julgam inadequado. Um comportamento que foi percebido desonroso, por algumas mulheres que vivenciaram o fato, pois estiveram envolvidas no acontecimento descrito dez (10) mulheres, mas apenas quatro (04) efetuaram a denúncia.

No processo está oculto o que motivou as quatro (04) denunciante a procurarem o comandante da Polícia Feminina vários dias depois de ocorrido o fato – as testemunhas informaram que o fato ocorreu na Travessa Marumbi, Bairro Barigui, e no momento da denúncia elas residiam na sede do Pelotão de Polícia Feminina, localizado na Rua 24 de Maio, número 1434, no Bairro Rebouças, na cidade de Curitiba. A atitude delas ganha significado se articulada às seguintes hipóteses: a) a existência de conflitos entre as denunciante e a denunciada, resultantes da convivência na instituição e no espaço doméstico; b) as denunciante buscavam reconhecimento junto aos superiores e demonstram estar preocupadas com o comportamento transgressor da colega; c) as denunciante possuíam uma percepção do comportamento feminino que se assemelhava ao ideal buscado pela instituição e se sentiram afetadas pela conduta da denunciada; d) as denunciante foram convencidas por um superior hierárquico a formalizar a denúncia semanas depois do fato.

¹⁸ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. *Sindicância n. 061/79*. Academia Policial Militar do Guatupê. Arquivo da PMPR, fls 03.

¹⁹ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. *Ibid.*

O conjunto dessas hipóteses permite uma reflexão sobre a ação das denunciantes, pois Pierre Bourdieu, ao se referir ao Estado como construtor e reproduzidor de ordem social, afirma que “o mundo social está semeado de chamados à ordem, que só funcionam como tais para aqueles que estão predispostos a percebê-los, e que reanimam disposições corporais profundamente enraizadas, que não passam pela via da consciência e do cálculo [...]”²⁰. Assim, ao qualificarem a atitude da colega como desviante e a denunciarem à instituição, as deladoras exercem o poder de vigilância – tornam-se responsáveis pelo estabelecimento da fronteira entre a conduta sexual aceitável e a desviante –, aceitam ordem institucional estabelecida e buscam o reconhecimento institucional. Dessa forma, elas atuam como reproduzidoras e construtoras de um ideal de feminilidade e de sexualidade feminina, caracterizado por valores e atitudes conservadores, o qual norteia a legislação disciplinar da Polícia Feminina. Igualmente, o Estado se constitui em definidor e reproduzidor de um ideal de comportamento feminino, pois a legislação e o posicionamento dos julgadores legitimam uma ordem que diferencia e qualifica as condutas sexuais de mulheres e de homens.

No dia 17 de abril foi aberta a sindicância, na qual figuram como sindicados um “2.º Tenente”²¹ e uma “Aluna Recruta Policial Feminina”²². No mesmo dia foi inquirida, utilizando-nos do termo que consta no documento, a primeira testemunha, a qual foi identificada como solteira e nascida em Canoinhas, no Estado de Santa Catarina. Ela relatou os fatos que envolvem a presença da esposa do Tenente na casa em que viviam. A sua fala apresenta indícios de que já havia se passado vários dias do acontecimento e afirma que só informou o Comandante “para salvar o bom nome de sua classe”.²³ A testemunha também informa sobre o comportamento irregular de outras três (03) alunas, que residiram na casa da Travessa Marumbi, mas que no momento da denúncia residiam em uma casa nas proximidades do quartel da Polícia Feminina. Ela afirma que essas alunas Soldados recebiam “visitas masculinas à noite”²⁴ e faziam uso de bebida alcoólica, assim como relata que uma das moças recebia dinheiro do seu noivo. O fato de o noivo ajudar a noiva é explicado pela testemunha como indicativo de “haver entre ambos mais que um relacionamento normal entre noivos”²⁵.

A identificação de práticas comportamentais desviantes também está presente na fala da segunda testemunha que foi ouvida no mesmo dia. A Soldado Policial Feminina Recruta, conforme identificação que consta no documento, com 27 anos de idade, nascida em Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina, inquirida sobre o fato narrado no documento de abertura da investigação, informou ao Oficial responsável sobre fatos que antecederam o evento investigado. Primeiramente, explicou ao Oficial como todas foram viver

²⁰ BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 117.

²¹ POLÍCIA..., op cit., *Sindicância n. 061/79*. Academia Policial Militar do Guatupê. Arquivo da PMPR, 1979, fls. 01.

²² Ibid.

²³ Ibid, fls 05.

²⁴ Ibid.

²⁵ Ibid.

juntas na casa da Travessa Marumbi. Devido a problemas financeiros, deixaram a casa na Travessa Marumbi e foram residir no Pelotão da Polícia Feminina – as quatro (04) denunciante e a denunciada – e as demais jovens alugaram outra casa. Para a testemunha, a liberdade foi a justificativa para as jovens não residirem no quartel e alugarem uma casa. O comportamento das alunas que viviam nas proximidades do quartel foi qualificado como impróprio, pois elas recebiam visitas masculinas. Ao prosseguir informando sobre o comportamento das colegas com as quais convivera, afirmou que uma das alunas saiu da residência do Barigui para ir viver como o noivo, o qual era Soldado da Polícia Militar e que outra colega recebia ajuda financeira de seu noivo. Sobre o fato investigado, ela narra sobre a chegada da esposa do tenente na casa e diz que a aluna sindicada afirmou ser apenas amiga do Oficial envolvido.

Naquele mesmo dia foi ouvida a terceira testemunha, também solteira e nascida em União da Vitória, Estado do Paraná. Ela também residiu no Bairro Barigui e naquele momento morava com um casal de idosos no Bairro Bom Retiro. Ela narrou os fatos sobre a visita da esposa do Tenente e afirmou que a aluna acusada realmente tinha um relacionamento com o Oficial, pois viu os dois conversando nos corredores das salas de aulas na Academia Policial Militar do Guatupê.

A quarta testemunha foi ouvida no dia 18 de abril. Solteira, nascida em Uraí, Estado do Paraná e residente no quartel do Pelotão de Polícia Feminina, ela confirmou as narrativas anteriores, isto é, que a esposa do tenente esteve na Travessa Marumbi e acusou a sindicada de ser amante do seu esposo. Para confirmar tal suspeita, a esposa apresentou dois bilhetes datilografados encontrados no bolso da farda do esposo e afirmou que foram escritos pela sindicada.

Ao longo dos depoimentos, observa-se que a terceira e a quarta testemunhas comentaram apenas a questão do suposto adultério do tenente, enquanto as outras também estavam dispostas a informar sobre o comportamento de outras alunas Policiais Femininas. A vigilância sobre as atitudes das colegas é expressa nas falas das testemunhas. Diante do Oficial encarregado da sindicância elas exercem seu poder de qualificar as atitudes das colegas, afirmando um ideal de comportamento para a Policial. O fato de as colegas que viviam na Travessa Marumbi não aceitarem residir no quartel do Pelotão da Polícia Feminina é julgado como inadequado, pois elas buscavam fugir do controle do olhar institucional. A palavra liberdade é usada por três testemunhas para qualificar o fato de suas colegas optarem por viver em uma casa alugada, uma atitude qualificada como suspeita e inadequada para moças honradas.

Ao serem inquiridas sobre o comportamento desviante da aluna sindicada, as testemunhas informaram sobre outros comportamentos que elas julgaram desviantes para uma mulher honrada. As jovens identificadas por suas colegas como possuidoras de conduta imprópria romperam com o ideal de comportamento feminino aceito pela instituição e pelas deladoras, afetando a honra das Policiais Femininas. Como a honra pessoal só existe quando

reconhecida pelo grupo, a atitude de uma mulher Policial qualificada como desonrosa atingia todo o grupo, pois as concepções de família militar e de espírito de corpo presentes na legislação vinculavam a honra pessoal à honra institucional.

Em seus estudos sobre a honra, J. G. Peristiany²⁶ diz que a honra é coletiva e individual, portanto o comportamento que afeta a reputação pessoal, identificado como desonroso, atinge a honra pessoal e a honra coletiva. Conforme afirma Pierre Bourdieu, a honra necessita ser inscrita no corpo para orientar pensamentos e práticas, constituindo identidades sociais.²⁷ Assim, na Polícia Militar do Estado do Paraná as atitudes dos agentes tornam visível tanto a honra pessoal quanto a institucional. Uma atitude qualificada como irregular é ofensiva à honra do grupo, pois o agente é herdeiro do nome da instituição. Pela fala das testemunhas, percebe-se a vinculação entre o individual e o coletivo que norteia a construção de uma identidade para a Policial Feminina.

Depois de ouvidas as alunas do Curso de Formação de Soldados Femininas, o sindicante convocou o Tenente Comandante do Pelotão de Polícia Feminina. Era casado, nascido em Apiaí, no Estado de São Paulo, residente na Vila Hauer, na cidade de Curitiba, e compareceu diante do Oficial encarregado no dia 18 de abril do ano de 1979. Em sua declaração ele afirmou que durante o processo de seleção já havia sido apurado o suposto envolvimento entre a aluna acusada e o Oficial, todavia não existiam provas sobre o suposto relacionamento. Informou ainda que, após ter sido informado sobre o ocorrido no Bairro Barigui, providenciou junto ao Comando a transferência das Policiais para a sede da Polícia Feminina com a finalidade de "salvaguardar o nome da Polícia Feminina"²⁸. Também informou que algumas das alunas passaram a viver em uma casa nas proximidades do quartel e recebiam visitas de Policiais Militares masculinos. Para concluir, o Tenente Comandante afirmou que "além dos fatos comunicados, desconhece qualquer outro que comprometa o passado ou a conduta das [Soldados recrutas Policiais Femininas]"²⁹. Todas essas informações foram relatadas, segundo consta em sua declaração, por alunas recrutas que não queriam figurar como deladoras, porém ele

104

[...] procurou sensibilizá-las dizendo que de nada adiantaria elas darem informações sem querer se expor, e arriscar ter em suas companhias pessoas que por seus procedimentos comprometedores poderiam fazê-las envergonhar-se do uso do uniforme; e, ainda sondando-as para captar se não escondiam ressentimentos contra as pessoas apontadas ou envolvidas em comportamento irregular, pôde sentir que as informantes estariam dispostas a testemunhar por escrito aqueles fatos de

²⁶ PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 13- 59.

²⁷ BOURDIEU, op. cit., p. 63-64.

²⁸ POLÍCIA... op. cit., *Sindicância n. 061/79*. Academia Policial Militar do Guatupê. Arquivo da PMPR, fls. 19.

²⁹ Ibid, 1979.

que tinham conhecimento a fim de procurar responsabilizar quem merecer, para evitar um mal maior no futuro [...] ³⁰.

A declaração do Tenente Comandante do Pelotão de Polícia Feminina confirma que entre a data do fato ocorrido no Bairro Barigui (no mês de fevereiro) e a oficialização da denúncia (no dia 6 de abril) ocorreram conversações entre ele e as jovens que testemunharam no processo. No transcorrer das semanas ele convenceu as testemunhas a formalizarem a denúncia sobre o comportamento inadequado das colegas. A concepção de que o comportamento irregular (utilizando o termo que consta no processo) de uma das alunas envergonharia a Polícia Feminina, é central na construção do convencimento das informantes. A ordem institucional e os valores identificadores de uma Policial Feminina honrada são produzidos e reproduzidos pelas alunas do Curso de Formação de Soldados Femininos, ao reconhecerem como legítimo e normal o modelo de Policial Feminina construído pela instituição. Todavia, o poder hierárquico orienta e convence as testemunhas a se posicionarem de acordo com o comportamento feminino definido como norma. Ao aceitarem a norma, as agentes assumem a disciplina institucional e são reconhecidas por possuírem um comportamento disciplinado.

No dia 20 de abril prestou declaração a esposa do tenente sindicado. Ela é apresentada como do lar, nascida em Curitiba, no Estado do Paraná, e residente no Jardim Primavera, na cidade de Curitiba. Ela afirmou ter encontrado no bolso do uniforme do seu esposo dois bilhetes e um cartão datilografados com assinatura ilegível. Também declarou que foi informada que "seu marido estaria tendo um caso com a secretária do Comandante" ³¹ do 3.º Batalhão de Polícia Militar em Pato Branco, onde o esposo realizou um estágio. Com o fim do estágio, foi transferido para a Academia Policial Militar do Guatupê em São José dos Pinhais e em uma ocasião, ao passar a farda do esposo, localizou no bolso bilhetes destinados a ele. Ao longo da sua declaração a testemunha informou que o sindicado confirmou ter tido um relacionamento de amizade com a sindicada. Ao narrar a sua visita à casa da Travessa Marumbi, na companhia de sua irmã, a testemunha informou que agrediu verbalmente a sindicada e que ainda sua irmã a "advertiu [...] que não se queixasse [...] [ao tenente sindicado], pois se isso acontecesse [...] iria dar uma grande surra nela" ³². Para concluir, declarou ao sindicante que conversou com o esposo sobre os acontecimentos e resolveram "esquecer tudo e não voltar comentar o caso, permanecendo o ambiente familiar inalterado, com promessas de fidelidade conjugal" ³³.

No mesmo dia, prestou depoimento a aluna sindicada e o tenente sindicado. Ela, solteira, natural de Pato Branco, no Estado do Paraná, declarou que não escreveu os bilhetes e que era apenas amiga do Oficial envolvido.

³⁰ Ibid.

³¹ POLÍCIA..., *op cit*, *Sindicância n. 061/79*, 1979, fls. 21.

³² Ibid., fls. 24.

³³ Ibid.

Afirmou que dois dias após o fato corrido na república onde vivia, no bairro Barigui, ela conversou com a esposa do tenente tentando esclarecer que era apenas uma amiga e que “tudo o que dizia saber só poderia ser em razões de fofocas”³⁴. Todavia, segundo a sindicada, a esposa não acreditou na sua explicação.

No depoimento do tenente, ele afirma que conheceu a sindicada em Pato Branco, onde ela trabalhou como secretária no quartel da Polícia Militar. Ele confirmou que os bilhetes eram da aluna Soldado, mas declarou serem apenas amigos. Prossegue o sindicato declarando que a sindicada é uma “pessoa de boa conduta”³⁵, constatação que o moveu a incentivá-la a realizar o concurso para ingresso na Polícia Feminina. Sobre o desentendimento com a esposa, ele destacou que fora devido aos bilhetes, mas “que isso em nada veio modificar o ambiente familiar”, pois tais bilhetes “não continham nada que se possa dizer amoroso”³⁶. Ele negou qualquer envolvimento amoroso com a aluna, bem como a acusação de favorecer o ingresso da sindicada na Polícia Feminina.

Nos três depoimentos que encerram o processo – da esposa, da sindicada e do sindicato – os declarantes buscam esclarecer a verdade sobre os bilhetes. Na fala dos três há uma preocupação com quem escreveu os bilhetes, pois a verdade sobre as provas materiais revelaria o relacionamento dos sindicatos. Outra característica é a preocupação presente nas declarações com a preservação da família. A afirmação da família como uma instituição sólida está presente no depoimento do sindicato e da esposa. Eles afirmaram que o relacionamento do casal permaneceu inalterado diante dos fatos, pois os problemas foram superados. Assim, a verdade e a família são valores que norteiam a construção da honra dos agentes institucionais. Os olhares vigilantes sobre o comportamento de Policiais mulheres e Policiais homens revelam as atitudes dos agentes e permitem à instituição preservar e construir a ordem institucional – disciplina e hierarquia. O discurso sobre a honra, que se estabelece nos processos, está vinculado à disciplina e à hierarquia.

Durante o processo, foram ouvidas oito (08) pessoas: a aluna acusada; o tenente esposo; a esposa; o Tenente Comandante, e mais quatro (04) alunas que conviveram com a acusada e que procuraram o Comandante para narrar o fato ocorrido no bairro Barigui, no dia 12 de fevereiro de 1979, tendo sido o Comandante informado oficialmente do caso no início do mês de abril. Nos textos dos depoimentos estão ocultas as perguntas que o sindicante dirigiu às testemunhas, mas as informações presentes no processo revelam que a preocupação central foi examinar o comportamento da sindicada.

No dia 24 de abril o Capitão Sindicante assinou a conclusão do processo, na qual afirmou que o relacionamento amoroso entre os sindicatos existiu, mas antes da jovem ingressar na Polícia Feminina. Assim, ele julgou não haver ocorrido transgressão disciplinar, pois quando do envolvimento amoroso a jovem ainda não pertencia à Polícia Militar. O que indica que se

³⁴ Ibid., fls. 26.

³⁵ Ibid., fls. 28.

³⁶ Ibid.

alguém cometeu transgressão foi o Tenente e, ao julgar o seu comportamento, o Capitão afirmou que

[...] o Tenente [...] tem depondo a seu favor o fato de ter mantido uma conduta exemplar durante o tempo em que foi aluno da EsFO, ter um currículo escolar ótimo e haver recebido um dos melhores conceitos de aptidão profissional atribuídos aos colegas de turma. Sua falta, apesar de merecedora de censura é humanamente compreensível, e realmente não chegou a provocar a dissolução do próprio lar como afirma tanto o Sindicato quanto a sua esposa [...], de forma que não houve um real agravo da vida familiar que pudesse então ser considerado como incompatível com a honra pessoal e o pundonor militar³⁷.

A conduta do sindicato na Escola de Formação de Oficiais foi utilizada como atenuante da sua conduta indisciplinada, bem como a preservação do casamento e da família. Assim, aos olhos daqueles que falam em nome da instituição, o adultério masculino é qualificado como aceitável, desde que a família não seja desfeita.

Para concluir, o encarregado do processo afirmou que as provas não eram suficientes para confirmar o adultério e a transgressão disciplinar, tomando um posicionamento de proteção do Oficial envolvido, pois punir a Policial significaria uma confirmação da permanência do relacionamento entre o Oficial e a então aluna recruta da Polícia Feminina. Mesmo que historicamente a infidelidade masculina seja aceitável, pois é uma prática afirmadora de virilidade, o comportamento do Oficial afetava a moral e os bons costumes.

Após ler o parecer do encarregado do processo, o Major Comandante do Centro de Formações de Praças (CEFAP), não concordou com o julgamento. Nas suas conclusões ele solicitou o Licenciamento a Bem da Disciplina da aluna, justificando seu julgamento como

[...] medida de salvaguarda da moral, da honra pessoal e do pundonor militar, além do mais [ele afirmou que], os procedimentos evidenciados são contrários à instituição familiar e socialmente reprovados, colocando em situação embaraçosa e contestatória uma estrutura Policial Militar recém-criada e que necessita de condutas e projeções individuais e coletivas irrepreensíveis³⁸.

A punição recebida pelo Oficial foi uma advertência verbal junto aos seus pares, ficando estabelecido que tal punição não fosse anotada nos registros profissionais do Oficial punido.³⁹ Esta punição reforça o poder

³⁷ Ibid., fls. 34.

³⁸ POLÍCIA..., *op cit*, *Sindicância n. 061/79*. Academia Policial Militar do Guatupê. Solução de Sindicância. Comandante do CFAP. Arquivo da PMPR

³⁹ Ibid.

simbólico da masculinidade do Oficial junto aos seus pares, constituindo-se em uma afirmação da sua virilidade. Portanto, uma re-afirmação de um ideal de masculinidade hegemônica, que orienta o comportamento masculino no Ocidente, segundo R.W. Connel⁴⁰.

A aluna Soldado, mesmo sendo reconhecida pelo responsável pelo processo como não transgressora, foi punida pelo superior hierárquico encarregado de legitimar o julgamento do sindicante com a pena máxima dentro de uma instituição militar, a exclusão. Em 10 de maio de 1979 ela foi excluída, para preservar a moral, a honra e o pundonor militar, servindo de exemplo para as demais Policiais que deveriam vincular suas condutas na vida militar e na vida privada pelos padrões da moral e dos bons costumes, preservando a família e possuindo uma conduta sexual honrada.

O Comandante Geral, embora tenha tido conhecimento do parecer do capitão responsável pela sindicância, concordou com o posicionamento do major, superior hierárquico a quem o capitão estava diretamente subordinado e determinou o "licenciamento a bem da disciplina"⁴¹ da aluna da Polícia Feminina, no dia 11 de maio de 1979. O posicionamento dos Comandantes em punir somente a aluna indica uma afirmação das relações de poder e domínio do masculino sobre o feminino, bem como de uma construção histórica em que a mulher é a culpada, uma reprodução dos valores cristãos da culpa da mulher pelo pecado do homem.

Ao final, o Comandante determinou a investigação do comportamento irregular de outras três (03) alunas, que foram citadas pelas testemunhas por apresentarem atitude incompatível com uma jovem comportada. Os documentos com o resultado desta investigação não foram localizados.

A vigilância, o exame e a hierarquia fazem parte do aparato disciplinar. O olhar de todos os agentes; a qualificação e o relato dos comportamentos; a definição da punição pelo superior hierárquico, afirmam a ordem hierárquica estabelecida e o controle da instituição masculina sobre a sexualidade feminina. Um aparato aceito por agentes masculinos e femininos que se constituem em parte da ordem estabelecida. São os olhares vigilantes da instituição que qualificam e informam aos superiores o comportamento dos outros. Com essa atitude, protegem a si próprios do olhar da instituição.

O ideal de Policial Feminina e de mulher solteira, presente na legislação da Polícia Militar, na fala de algumas testemunhas e no julgamento da instituição, estabelece relações de poder. Uma mulher solteira e com vínculos amorosos com um homem casado é despossuída dos valores morais vinculados ao comportamento ideal de uma aluna Soldado. Também rompem com o ideal as mulheres frequentadoras de locais impróprios para a moral feminina de uma Policial e as que recebem visitas masculinas em sua casa à noite. Quanto ao homem casado, cabe a ele impedir que os envolvimentos amorosos desagreguem a família. À esposa cabe afastar a outra mulher do seu esposo para manter a família, pois a presença de mulheres solteiras, vindas do interior e vivendo longe da família, pode ter sido identificada como uma ameaça para a

⁴⁰ CONNELL; MESSERSCHMIDT, op. cit., 2009.

⁴¹ POLÍCIA..., op. cit., *Sindicância n. 061/79*. Academia Policial Militar do Guatupê. Solução de Sindicância. Comandante do CFAP. Arquivo da PMPR.

integridade das famílias dos militares, principalmente pelas esposas. Assim, constitui-se uma rede de vigilância sobre as atitudes das alunas e das Policiais, que envolve outros Policiais (homens e mulheres) e pessoas não pertencentes à instituição, mas que estão ligadas a eles.

O comportamento dessas mulheres que vivem na maioria das vezes em repúblicas – casas compartilhadas por várias moradoras –, pode apontar para uma ruptura com o padrão de comportamento tradicional de moça de família, reproduzido pela legislação da Polícia Militar. Elas circulam em espaços públicos e casas noturnas desacompanhadas, recebem homens na sua residência, gostam de bebidas alcoólicas e são julgadas por homens e mulheres como possuidoras de comportamento vergonhoso. Ao adotarem comportamentos tradicionalmente constituídos como pertencentes ao sexo masculino, elas afetam a honra feminina e institucional, pois rompem com uma construção recato e pureza femininos.

A construção de um saber sobre a sexualidade, que define identificações e espaços para as diferentes sexualidades, por diferentes instituições, constitui uma ordem e um discurso dominante que define a normalidade. Este é um processo que se constitui principalmente no século XIX, conforme Michel Foucault. Para o autor, “a explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX provocou duas modificações. Em primeiro lugar, um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual [...]”⁴². Em segundo lugar está o surgimento das sexualidades periféricas e os múltiplos prazeres que ganham reconhecimento. Assim, a partir da sexualidade periférica, a sexualidade regulada passou a ser qualificada, pensada e estabelecida.

Na Polícia Militar os comportamentos marginais também se constituem em uma necessidade para a afirmação da norma. A punição do agente transgressor da Polícia Feminina produz, afirma e legitima um padrão de comportamento para a Policial, mas também reproduz, afirma e legitima a hegemonia masculina institucional.

Analisando o processo administrativo instaurado pela Polícia Militar do Estado do Paraná, para julgar o comportamento da aluna do Curso de Formação de Soldados Feminino, do ano de 1979, observa-se que além do discurso disciplinarizador/normatizador da instituição, há a construção de um discurso sobre a diferença e a igualdade entre as mulheres. As vivências das mulheres alunas Soldados indicam diferentes identidades femininas, enquanto o ideal de comportamento feminino defendido pela instituição constrói uma identidade de Policial Feminina que objetiva padronizar o comportamento das mulheres Policiais.

Segundo Joan Scott, as identidades se constituem discursivamente, vinculadas ao contexto e a outras identidades, sendo a diferença e a igualdade

⁴² FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 39.

centrais para o estabelecimento de relações de poder⁴³. A partir das afirmações da autora, é possível analisar que a diferença e a igualdade são estabelecidas pela instituição para as mulheres, mas também entre elas. Nos dois processos vinculados às alunas da Polícia Feminina, foram as mulheres que qualificaram as atitudes das colegas como impróprio para uma mulher honrada. A diferença e a igualdade são utilizadas pelas alunas que denunciam o comportamento indisciplinado das colegas para legitimar e afirmar o comportamento da Policial. A diferença é imprópria (atitudes qualificadas como irregulares) e afeta uma construção de igualdade (atitudes qualificadas como regulares) que identifica a policial e a mulher honrada.

O posicionamento da instituição no que se refere à conduta das mulheres Policiais recria uma ordem tradicional que vincula a sexualidade feminina à honra masculina; no caso, a honra institucional. Enquanto a punição aplicada às transgressoras legitima o poder masculino e a submissão feminina, as críticas ao comportamento de algumas mulheres citadas pelas testemunhas revelam que elas constituem suas identidades e experiências femininas de forma diferente do padrão estabelecido pela instituição, e indicam que as mulheres que se identificam como possuidoras de um comportamento feminino adequado consideram-se possuidoras do direito de julgar e qualificar outras vivências da feminilidade. Assim, elas se julgam portadoras de uma superioridade que lhes permite denunciar e qualificar o diferente como inadequado, imoral, vergonhoso e desviante.

Sobre a autora

Andrea Mazurok Schactae possui graduação em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1999), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (2003) e doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2011). Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná e professora nas Faculdades Integradas de Itararé, no Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e no Programa de Pós-Graduação em História dessa mesma instituição. E-mail: aschactae@gmail.com.

*Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2015.
Aprovado em 10 de junho de 2015.*

⁴³ SCOTT, Joan. Feminismo e historia. In: *La Correa Feminista*, nº 15. México, verano/otoño 1996, p. 109-122. Disponível em: <hojasdewarmi8_547_021269_3328_pdf>. Acesso em: 19 de ago. de 2009.

"O TRISTE FIM DE EUGENINHA NO ASILO BOM PASTOR": AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NAS NARRATIVAS SENSACIONAIS DA IMPRENSA CARIOCA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

MARILIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

RESUMO

No final do século XIX, os crimes considerados como de "sensação" começavam a ocupar grande espaço nas páginas dos periódicos cariocas. Seria justamente neste espaço que as trajetórias femininas de Eugênia Brandão e Edina do Nascimento se cruzariam. Com a suspeita de que o marido de Edina a teria assassinado para casar-se com a irmã da vítima, a repórter Eugênia Brandão ingressou em sigilo no Asilo Bom Pastor com o intuito de entrevistar a amante que se encontrava ali internada. Através deste caso, este artigo tem como objetivo analisar como, ao construírem as narrativas de crime, os jornalistas lançavam mão de uma gramática emocional e de uma estética melodramática para criarem diferentes representações de gênero que transgrediam e reiteravam padrões normativos de moralidade até então considerados bem definidos.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa Criminal; Narrativas Sensacionais; Moral; Gênero; Emancipação Feminina.

ABSTRACT

À la fin du XIX^{ème} siècle, les crimes considérés comme « sensationnels » ont commencé à occuper espaces dans les pages des journaux *cariocas*. C'est justement dans cet espace que les trajectoires féminines de Eugênia Brandão et Edina do Nascimento se sont croisées. Avec le soupçon de que le mari d'Edina l'aurait tuée pour se marier avec la soeur de la victime, la journaliste Eugenia Brandao a essayé d'interviewer celle-ci en cachette dans l'Asylum Bom Pastor où elle s'était internée. Basé sur ce cas, cet article a le but d'analyser comment les journalistes construisaient les récits de crime en utilisant une grammaire émotionnelle et une esthétique mélodramatique pour créer différentes représentations de genre qui transgressaient et réaffirmaient les normes de moralités considérées jusqu'à ce moment comme bien délimitées.

KEYWORDS: Presse Criminelle, Récits Sensationnels, Morale, Genre; Féminine Émancipation.

O tema da moralidade e os debates sobre a sexualidade feminina permearam diferentes espaços jurídicos, médicos e religiosos na capital federal do início do século XX. A preservação da virgindade das jovens mulheres, as casas de prostituição e as formas de amor socialmente aceitáveis eram alvo de preocupação de juristas, psiquiatras e policiais que buscavam regular identidades e papéis sexuais¹. No entanto, em um espaço distinto – e em certo grau menos coercitivo – a temática do lugar social feminino atrelava-se a uma narrativa melodramática. As notícias dos crimes sensacionais traziam nas folhas dos periódicos diários debates sobre conflitos e dramas marcados por questões de gênero que perpassavam a sociedade carioca da Primeira República.

No final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro passava por grandes transformações sociais, que incluíam uma modificação da feição de seus jornais. Os periódicos habitualmente vendidos somente por assinatura, voltados, sobretudo, para propaganda política de grupos bem delimitados, cediam espaço para o nascimento de outras folhas ligadas a empresas comerciais, que passavam a depender muito mais de suas vendas para manter-se². Com a finalidade de atingir a maior quantidade de leitores possíveis, seus diretores patrocinavam uma sensível modificação na temática dos seus noticiários, que se voltavam com mais intensidade para assuntos que alcançassem o interesse de um maior número de compradores. Notícias sobre carnaval, futebol e crimes sangrentos passaram a dominar os impressos da capital federal da Primeira República, evidenciando a transformação por que passavam as gazetas jornalísticas³.

Vejamos o caso da história que envolvia Eugênia Brandão, repórter que ingressou no Asilo Bom Pastor, com o intuito de entrevistar a irmã de uma jovem senhora que recentemente protagonizava o noticiário criminal carioca, Dona Edina do Nascimento Silva. Hoje desconhecida, em 1914, a jovem Edina foi encontrada morta com um tiro na cabeça em sua casa pelo seu marido, o tenente Paulo do Nascimento. A morte, que a princípio foi explicada como um suicídio, aos poucos ganhava a suspeita de que teria sido forjada pelo próprio esposo da vítima que planejava secretamente se casar com a irmã da vítima, Dona Albertina do Nascimento. Com a extensa exploração do caso extraconjugal nas páginas dos jornais cariocas, a amante do oficial internou-se no asilo de mulheres com o fim de expiar seu ato. Seria neste local que

¹ Sem a ambição de esgotar as obras presentes nestes campos de pesquisa, algumas podem ser citadas enquanto fundamentais para construção deste trabalho. ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Braziliense, 1988. CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora Unicamp, 2000. ROHDEN, Fabiola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2003.

² SODRÉ, Nelson Werneck. *Historia da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. *Projeto História*. São Paulo: fevereiro de 1997, nº 14, p. 231-240.

diferentes trajetórias femininas se encontrariam resultando no episódio protagonizado por Eugênia Brandão. O crime que ficou conhecido como *A Tragédia da rua Januzzi* gerou um intenso debate sobre tipos ideais femininos, as formas de amor socialmente aceitáveis e o lugar social das mulheres no Rio de Janeiro da Primeira República. Este artigo tem como objetivo analisar, a partir do caso que envolveu Eugênia Brandão e Edina do Nascimento, como, nas narrativas dos crimes sensacionais, os jornalistas lançavam mão de uma gramática emocional e elementos melodramáticos para criarem diferentes representações⁴ de gênero que transgrediam e reiteravam padrões normativos de moralidade até então considerados bem definidos.

Para tal, analisarei as notícias sobre o caso publicadas nos jornais *Correio da Manhã*, *A Época*, *Jornal do Brasil*, *O Imparcial*, *A Noite* e *O Paiz*. A escolha por estes periódicos justifica pelo perfil dessas folhas. Enquanto *Correio da Manhã* e *O Jornal do Brasil* eram empresas de maior porte, cujo perfil editorial voltava-se a diferentes temas de grande amplitude social neste momento⁵; *A Noite*, *O Imparcial*, *A Época* eram folhas menores que se dedicavam a temáticas que perpassavam o cotidiano de seus possíveis leitores e que davam grande destaque ao noticiário criminal. Em contraposição, o jornal *O Paiz* configurava-se como uma empresa tradicional e de grande porte, que se voltava para discussões políticas e resistia às novas transformações pelas quais passavam o jornalismo brasileiro do início do século XX⁶. Junto a estas folhas, também foram incorporadas a revista *FonFon* e o periódico *Correio da Noite* pelo destaque dado por estas à empreitada de Eugênia Brandão no Asilo Bom Pastor.

⁴ A produção de representações de gêneros pelos impressos será aqui pensada de acordo com o estudo *Os Best Sellers proibidos na França revolucionária*, desenvolvido por Robert Darnton. Segundo o historiador, os impressos, enquanto veículos de comunicação, ao desejarem inferir significado e criarem representações sociais, dialogavam com os saberes e com uma ordem cognitiva herdada, construindo, mas também recriando representações continuamente como realidade. Desta forma, se o mundo seria uma construção social, organizado em categorias, moldado pelas convenções e colorido por emoções comuns, a construção de significados seria necessariamente uma ação da esfera social. No entanto, ao mesmo tempo em que a imprensa dialogava com determinados valores compartilhados, estruturando relações e identidades, as representações sociais não se caracterizariam de forma nenhuma como imutáveis, pelo contrário, estas possuiriam uma dimensão criativa, sendo compostas de significados constantemente atualizados. Ver: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁵ BARBOSA, Marinalva. *Historia Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-200*. Rio de Janeiro: MAUD, 2007, p. 20.

⁶ Em depoimento o jornalista Armando Peixoto afirmara: "A Noite devia ter uma tiragem maior ainda, por se tratar de um jornal popular, que explorava bastante essa coisa de reportagem policial" (Depoimento de Peixoto, Armando. In: Memória da ABI apud Barbosa, 2007, p. 60). Enquanto o jornal *O Imparcial* criado em 1912, caracterizava-se por ser um periódico que procurava conquistar um público mais amplo de leitores, custando 100 reis e que se colocava em oposição ao governo (SODRÉ, 1997, p. 418). Por sua vez, o jornal *Correio da Manhã* também privilegiava as "notícias policiais e o dia-a-dia dos grupos populares" (Barbosa, 2007, p. 42). Segundo Sodré (1966), em oposição, o jornal *O Paiz* destacava-se por ser um jornal de grande porte que recebia vultosas contribuições por ser aliado ao governo. O jornal resistia às inovações tecnológicas, «com poucos recursos gráficos, com poucas ilustrações, e também davam destaque à literatura» (Barbosa, 2007, p. 47).

Se os debates sobre as representações de gênero ganhavam contornos sensacionais e melodramáticos nos impressos cariocas, cabe-nos analisar, primeiramente, como se constituíam as narrativas jornalísticas destes "crimes de sensação" e sobre que lógicas se desenvolviam a inventividade dos jornalistas que produziram estas notícias na Primeira República carioca.

Os "crimes de sensação"

A morte de D. Edina foi considerada por alguns jornalistas como um crime que "causava sensação"⁷, constituindo-se como um exemplo das notícias que atraíam o público, "que sempre procurava nas crônicas de crime fortes emoções"⁸. No entanto, o termo "sensação" não era originário da imprensa criminal. Ele aparecia recorrentemente nas descrições dos chamados "romances de sensação"⁹ que gozavam de grande popularidade e que eram vendidos a preços módicos no Rio de Janeiro do final do século XIX. O uso da palavra "sensação" teve sua criação na França com os romances de aventura denominados "à sensation", que obtinham grande sucesso de vendas¹⁰. A adoção do termo no Brasil ocorrera através dos romances traduzidos e importados de Portugal, escritos por Dumas, Terrail e Zola, que também carregavam o adjetivo de sensação no resumo das suas obras¹¹.

O noticiário criminal carioca apropriava-se deste termo ao narrar assassinatos, o encontro de corpos desmembrados, mistérios e crimes sanguinolentos, produzindo uma multiplicidade de percepções e emoções que potencializavam as novas facetas da vida moderna. Nas inúmeras notícias de crime davam-se ares sensacionais a todo um complexo contexto urbano, no qual perpassavam elementos que até então eram ainda digeridos pela sociedade carioca do início do século XX. Os avanços científicos nas investigações policiais, os acidentes de trânsito e os grandes assaltos e assassinatos eram fenômenos que tanto se expandiam pela capital federal, como também protagonizavam as seções criminais dos diários cariocas.

O romance *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, de Lima Barreto – publicado em 1909 a partir de sua experiência como repórter no jornal *Correio da Manhã* – nos oferece algumas pistas acerca das hierarquias e dinâmicas sociais que mobilizavam diferentes profissionais e resultavam na confecção das narrativas sensacionais. O diretor do jornal seria a principal autoridade neste local, a quem os demais profissionais estariam submetidos: "É de santo o que

⁷ O DESFECHO de um drama íntimo: O dr. Aristides Caire fala ao 'Correio' e desmente o depoimento de D. Alcina Nabuco, que acusou sua irmã Albertina e o tenente Paulo. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1914, p. 3.

⁸ O DESFECHO de um drama íntimo: os médicos legistas que autopsiaram o cadáver de Edina do Nascimento admitem o suicídio. *Correio da Manhã*, 29 de janeiro de 1914, p. 3.

⁹ EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid.

ele faz, é de sábio o que ele diz”¹². Analisando as diferentes colunas presentes no jornal e a posição dos respectivos jornalistas responsáveis, o escritor identificava desde os charadistas, desprezados por repórteres e redatores¹³, considerados como “um amador, um ornamento inútil”¹⁴; até aqueles responsáveis pelas colunas literárias, “intelectuais, desinteressados que ficavam fora da ação ordinária daquele exército. Nunca se metiam nas polêmicas e não procuravam escândalos”. Atuando para agradar públicos distintos, estes muitos profissionais faziam do jornal um espaço de expressão de muitas vozes.

Dentro dessa diversidade de vozes que Lima Barreto localiza, nas redações, os “farejadores de escândalos”. Estes estariam representados, no romance, na figura de um redator que “tinha uma imaginação doentia, forjava coisa terríveis, inventava, criava crimes.” Era dentro destes grupos que poderíamos encontrar os repórteres de crime que, como Eugênia Brandão, saíam dos espaços das gazetas para investigar os dramas e crimes misteriosos. Inspirados pela leitura de “romances populares” e “folhetins policiais”, os crimes eram construídos ganhando “títulos rocambolcos”, como o “Descampado da morte”¹⁵. Era assim, com uma narrativa singular dentro das folhas, capaz de dialogar com as outras vozes e perspectivas nela presentes, que se apresentava a cobertura da imprensa a esses crimes de sensação.

O resultado de tal cuidado com os crimes seria, segundo o próprio Lima Barreto, um aumento considerável do interesse do público pelas folhas. Ao narrar no romance o episódio de um assassinato que ganhara considerável espaço no noticiário criminal, o escritor relata que junto à porta da redação aglomerou-se uma multidão ansiosa para saber mais notícias sobre o caso. “Havia gente de toda sorte: velhos, moços, burgueses, operários, senhoras – gente de todas as idades e condições”¹⁶. A atração que o público tinha por esse tipo de reportagem era explicada, pelo próprio literato, como fruto da simples manipulação da notícia pela imprensa, que desenvolveria uma escrita apelativa para chamar a atenção da opinião pública. Tal ideia não explica, no entanto, os motivos que levavam este público amplo a se interessar por aquele noticiário. Segundo Kalifa¹⁷, as histórias de crime, ao serem veiculadas por um dispositivo editorial maciço, entravam nas vidas das pessoas ordinárias suscitando tanto o extraordinário e o inesperado, como relatando um pouco das histórias e problemas vividos por estes próprios leitores. Neste sentido, a articulação entre as categorias de gênero e violência nestas narrativas explicita uma profunda conexão entre o sensacional e o cotidiano e entre as esferas públicas e

¹² BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Braziliense, 1971, p. 102.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid., p. 139.

¹⁶ BARRETO, Lima. op. cit., p. 141.

¹⁷ KALIFA, Dominique. História, crime e cultura de massa. [1 de agosto de 2009]. Rio de Janeiro: *Revista Topoi*. Entrevista concedida a Marcos Luiz Bretas e Diego Galeano.

domésticas¹⁸. Ao fornecerem ares sensacionais aos dramas e conflitos que marcavam os espaços de domesticidade, os jornalistas criavam "excepcionais banais" que evidenciavam questões de gênero que perpassavam o cotidiano da sociedade carioca da Primeira República. Seria justamente através desta lógica de produção e criação jornalística que os dramas conjugais e a morte de Edina do Nascimento viriam compor as narrativas de "A Tragédia da rua Januzzi".

De vítima à desprezada

Encontrada morta em casa com um tiro na cabeça, a morte de D. Edina criou um mistério que mobilizou a imprensa criminal carioca: teria a senhora tirado sua própria vida ou teria sido assassinada pelo marido, que para escapar ileso do crime representara toda uma farsa? Através dos depoimentos de familiares e vizinhos, os jornalistas construía um possível fio de Ariadne capaz de elucidar o enigma da *Tragédia da rua Januzzi*. Os testemunhos, cujo eixo de análise eram os conflitos da família Nascimento e Silva, atrelavam-se a elementos melodramáticos que resultavam na construção de dois arquétipos, em que D. Edina era ao mesmo tempo vítima e heroína, e Paulo do Nascimento, vilão e perpetrador. Mesmo no primeiro dia, quando se colocava ainda a possibilidade da ocorrência de um suicídio, o noticiário do jornal *A Época* traçava um perfil da personagem da esposa do tenente enquanto uma mulher bastante bondosa e sensível, que vivia numa situação conjugal atormentadora, incompatível com sua predisposição afetiva ao amor.

"Edina era bondosa, meiga com uma alma extremamente delicada e sensível para um amor forte, delicado e eterno. Repugnava-lhe a mentira e, a todo momento revelava seu receio por uma traição que porventura a pudesse ferir. O seu coração possuía todos os requintes de sensibilidade e de ternura para se entregar de todo uma vez, uma só vez na vida... E no seu olhar quente perpassava também como que a expressão do desejo inflexível de ser amada exclusivamente"¹⁹.

Em contraposição, o tenente Paulo era descrito como um homem de temperamento forte, sujeito a momentos de ataque de raiva e paixão, incapaz de fornecer a Edina uma relação conjugal marcada por carinho e respeito.

Que diferença também entre Edina e o marido! Paulo era estouvado, as suas inclinações desapareciam logo depois de saciado o desejo passional que as ditava. (...) Recriminava-lhe o procedimento arremessava-lhe à cara as suas mentiras

¹⁸ Das, Veena. Violence, Gender and Subjectivity. *The Annual Review of Anthropology*, nº 37, 2008, p. 283-299.

¹⁹ UMA TRAGEDIA de sangue na calada da noite: assassinio ou suicídio? *A Época*, 25 de janeiro de 1914, p. 5.

constantes e as suas traições e – isto dia a dia no meio de crises convulsivas de lágrimas²⁰.

A utilização de uma linguagem hiperbólica, que dava luz a cenas provavelmente imaginárias dos dramas vividos pelo casal, aproximava-se de um estilo de narrativa melodramático que optava por uma polarização dos personagens: sendo a vítima, sensível e meiga e o seu marido, um homem agressivo e insensível. A dicotomia entre vilania e virtude é uma característica principal de um sistema ficcional melodramático²¹. Nos melodramas clássicos, o vilão seria a negação da virtude, uma pessoa essencialmente má, por dissimular, trair e desfazer a ordem moral²². Esta personagem, enquanto uma personificação do mal, era desprovida de uma complexidade ou nuances psicológicas capazes de explicar seus atos.

O melodrama, enquanto um sistema ficcional capaz de converter experiências caóticas em dramas morais significantes²³, teve seu início localizado no início do século XIX, em pequenos teatros marginais frequentados pela classe trabalhadora nas cidades de Londres e Paris²⁴. Na primeira metade do século XX, o melodrama se expandiu rapidamente para além do teatro para compor também um estilo ficcional popular. Como um sistema narrativo capaz de fornecer significado a um determinado tipo de experiência, este se constituiu enquanto uma estrutura primária imaginativa capaz de atingir um amplo constituinte social²⁵. A transposição do melodrama nos romances detetivescos foi sinalizada por Kalifa, ao analisar *L’Affaire Lerouge*, escrito por Émile Gaboriau, e identificar que mesmo nestas narrativas detetivescas, marcadas por um “princípio dedutivo de intermináveis divagações e narrativas retrospectivas”, haveria uma influência do “melodrama tradicional”²⁶, devido ao desenvolvimento de uma “intriga sentimental em um dos capítulos”²⁷. Para o autor, esse tipo de narrativa híbrida demonstraria formas transitórias, nas quais o estilo literário policial apareceria progressivamente junto a clássicos dramas sentimentais, presente em narrativas populares melodramáticas. Tal estilo literário adquiria cada vez mais espaço no mercado editorial carioca no final do século XIX. Obras como *A Noiva do assassinado*, publicada em 1897, assinada por Maria das Dores, ganhavam destaque por justamente associar histórias de crimes misteriosos com uma narrativa típica do melodrama²⁸.

²⁰ Ibid.

²¹ BROOKS, Peter. *The melodramatic Imagination: Balzac, Henry James, Melodrama and the Mode of Excess*. Yale: Yale University Press, 1995, p. 33.

²² Ibid.

²³ WALDOWITZ, Judith R.. *City of Dreadful Delight: narratives of sexual danger in Late-victorian London*. Chicago: University of Chicago Press, 1992, p. 83.

²⁴ WALDOWITZ, 1992, p. 86.

²⁵ Ibid.

²⁶ KALIFA, Dominique. *L’encre et le sang: récits de crimes et société à la Belle Époque*. Fayard, 1995, p. 30

²⁷ Ibid., p. 31.

²⁸ A análise sobre a obra *A Noiva do assassinado* encontra-se na tese de doutorado de Ana Porto, *Novelas Sangrentas: Literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Nesta obra a autora

A escolha pela construção da história da *Tragédia da rua Januzzi* a partir de uma dramaturgia do excesso, sem meias articulações, encontra-se presente, principalmente, nos periódicos que buscavam atrair um público mais amplo de leitores – como *A Noite*, *A Época*, *O Imparcial*, *Correio da Manhã* – e que concediam grandes espaços de suas folhas às notícias de crime²⁹. Na medida em que os repórteres desenvolviam narrativas com tons melodramáticos com intuito de atrair um maior número de leitores, estes também construíam personagens cuja vilania e virtude dependiam de seus papéis desempenhados na instituição matrimonial.

Na virada do século XIX para o XX, juristas e médicos consagravam a instituição do casamento como um espaço legítimo das práticas amorosas e sexuais em detrimento das relações extraconjugais de amasiamento e dos amores que se estendiam às casas de prostituição. O casamento canalizaria as práticas sexuais para um terreno do sadio e estável, longe dos amores promíscuos e recorrentemente associados a doenças e desequilíbrios. Mesmo na nação brasileira republicana, na qual o Estado configurava-se como laico, a herança dos valores católicos perpetuava concepções de matrimônio como uma união sagrada e indissolúvel. Na medida em que as mentiras e agressões de Paulo do Nascimento contribuíam para instabilidade da instituição do matrimônio, o oficial ganhava contornos de vilania nas páginas dos periódicos por justamente renegar o amor de sua esposa e macular a instituição do casamento.

Com o passar dos dias, a caracterização da vilania do tenente Paulo cedia espaço a uma segunda versão da tumultuada vida do casal, demonstrando uma disputa simbólica acerca da figura dos protagonistas dentro das próprias narrativas dos "crimes de sensação". *O Jornal do Brasil* publicou na íntegra, em caráter exclusivo, o primeiro depoimento do tenente Paulo, no qual este afirmou que "sempre tiveram rixas constantes" e "nessas discussões sua mulher usava de frases pesadas", "ferindo seus brios de homem"³⁰. Dizia ainda que, em certa ocasião, "sua mulher passou das palavras à ação, agredindo-o com um vidro vazio, que lhe produziu uma ligeira escoriação na asa do nariz e por outra vez atirou-lhe uma escova de roupa que não alcançando o alvo foi cair na rua"³¹. Mesmo afirmando que "todos estavam propensos a acreditar que se tratava de um assassinato", o *Jornal do Brasil* caracterizava D. Edina como uma vítima que possuía um temperamento irascível, sendo capaz de agredir verbal e fisicamente seu marido. O gênio difícil de sua mulher causaria problemas até com seu irmão, Aristides do Nascimento, que segundo o tenente,

busca compreender a constituição de um gênero de literatura de crime nas capitais carioca e paulista, que possuía uma estreita relação com os folhetins e notícias de crimes publicados na imprensa e com a circulação de uma literatura internacional deste gênero.

²⁹ BARBOSA, Marialva. *Historia Cultural da Imprensa: 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

³⁰ TRAGEDIA CONJUGAL: as providências da polícia. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1914, p. 6.

³¹ Ibid.

neste mesmo dia “arremessou um prato em represália a uma ofensa grave que ela lhe dirigiu”³².

A imagem de uma mulher agressiva ganhava ressonância em outros jornais através da publicação de testemunhos de familiares do tenente Paulo. O temperamento irritadiço de Edina também foi retratado pela folha *A Noite* que publicou o testemunho de dona Amélia Lemos, falando sobre o gênio de sua nora. Edina muitas vezes “insultava-o [seu marido] e a ela informante, com palavras injuriosas e obscenas. (...)”³³. E, apesar de seu filho tentar lhe fazer ver o inconveniente do seu insulto, Edina lhe respondeu, que “a mãe dela era morta, ao passo que a dele era viva e que em desagravo, podia esbofeteá-la”³⁴.

Através da publicação dos depoimentos de Amélia Lemos e do tenente Paulo, os jornais *A Noite* e *o Jornal do Brasil* construíam uma representação de Edina a partir de um vocabulário de desprezo. A personagem da esposa de Paulo era marcada pela vulgaridade e pelos modos obscenos e agressivos, tornando-se desmerecedora de respeito por aqueles que a observavam. A tentativa de rebaixar a figura de Edina enquanto uma vítima ainda era tecida por “sua nora nas pequenas coisas procurar sempre contrariar seu filho, ora fazendo os alimentos contrários aos que ele pedia, ora substituindo esses por outros, de forma sempre a contrariá-lo”³⁵. Desta forma, além de uma mulher vulgar e agressiva, Edina não cumpria seu papel de esposa, utilizando-se até das tarefas domiciliares para desagradar seu marido.

Pensando uma interface entre a mobilização de uma gramática emocional e as ações sociais dos jornalistas, podemos perceber como a opção por um vocabulário de desprezo evidenciava um esforço das folhas em hierarquizar tipos femininos a partir de atribuições negativas que caracterizavam a personagem preterida³⁶. Ao colocarem o temperamento agressivo e o uso de um linguajar vulgar como centrais pelo mal estar do seu casamento, as folhas contrapunham Edina a um ideal de feminilidade formado pela docilidade e submissão, correspondente ao lugar social atribuído às mulheres no sistema social patriarcal. A seleção de vocábulos que pretendiam desmerecer e negligenciar Edina por suas posturas morais coincidia com uma tendência jurídica marginalizadora, recorrente na Primeira República, que exigia

³² Ibid.

³³ O CRIME da rua Januzzi: prosseguem as diligências. *A Noite*, 30 de janeiro de 1914, p. 3.

³⁴ Ibid., p. 3.

³⁵ Ibid., p.3.

³⁶ Pensando a interface entre o sentimento de desprezo e ações sociais, Ian Miller demonstra como a mobilização de vocábulos de desprezo estaria ligada à construção e reiteração de hierarquias sociais presentes numa sociedade. Segundo o autor, o sentimento de desprezo teria como dimensão social o desejo de rebaixar o seu objeto, seja por características físicas ou morais, construindo hierarquias sociais a partir da atribuição negativa e o rebaixamento daquele que seria preterido. Ver: MILLER, William Ian. *The anatomy of disgust*. Cambridge: Harvard University, 1997.

das ofendidas a comprovação de uma conduta honesta para que fossem merecedoras do apoio e proteção da Justiça³⁷.

Em contrapartida, através dos depoimentos de D. Albertina e D. Amélia Lemos, o tenente Paulo aparecia nestas folhas, como um homem com "um coração bondoso", "dócil e meigo", cuja "situação sua mulher o colocou; tornando-o irascível e arrebatado"³⁸. Ao aguentar os rompantes agressivos de sua esposa que o transtornava emocionalmente, Paulo era transformado de um suspeito de assassinato para um personagem digno de piedade, por se encontrar em um casamento infeliz e conturbado. A oposição de Edina enquanto uma mulher agressiva frente a um marido doce e bondoso demonstra como através dos testemunhos de parentes, as folhas jornalísticas teciam um jogo de compaixão e desprezo que isentava o oficial da responsabilidade da morte de Edina, transformando sua esposa enquanto artífice de seu próprio sofrimento.

Nos campos médico, jurídico e até mesmo da imprensa, o esforço de preservação dos valores do patriarcado percorria os debates sobre crimes sexuais e de paixão, no processo de determinação de culpa e inocência dos indivíduos envolvidos³⁹. A necessidade de que as mulheres envolvidas nos crimes comprovassem que se encaixavam num padrão de honestidade – passado e presente aos delitos – encontrava ressonância no sistema judiciário, sobretudo, nos casos de estupro, atentado ao pudor e nos crimes passionais. De forma que, em diálogo com as esferas jurídicas e médicas, as narrativas dos "crimes de sensação" discutiam valores morais mais amplos da sociedade que extrapolavam o julgamento do delito em si. De acordo com o jornal *O Paiz*, a morte de D. Edina representava "o desaparecimento da figura mais sagrada do lar: a mãe"⁴⁰. Através da narrativa da quebra de padrões normativos de moralidade que perpassavam as figuras e os conflitos entre o tenente Paulo e D. Edina, os jornais legitimavam um ideal de feminilidade, doce e passivo, considerado essencial para manutenção da instituição familiar.

120

"O triste fim de Eugeninha"

No entanto, se as representações da personagem de Edina vinham justamente reiterar valores sociais patriarcais, o caso da *Tragédia da rua Januzzi* abria espaço também para a atuação de uma outra figura feminina que já anunciava fraturas e questionamentos dos padrões normativos de gênero presentes na sociedade carioca da Primeira República. Com a descoberta do caso extraconjugal entre a irmã e o marido de Edina, os jornalistas não

³⁷ ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

³⁸ UMA TRAGÉDIA de sangue na calada da noite: trata-se de um assassinato monstruoso. *A Época*, 27 de janeiro de 1914, p. 3.

³⁹ ESTEVES, op. cit., p. 28.

⁴⁰ A DERRADEIRA contenda: o misterioso caso da rua Januzzi ainda não foi apurado. *O Paiz*, 25 de janeiro de 1914, p. 3.

poupavam matérias que relatavam detalhes da relação amorosa que ocorria na própria residência onde habitava a vítima. Devido à grande exposição, Albertina do Nascimento decidiu internar-se no Asilo Bom Pastor, suscitando diferentes estratégias dos jornalistas que desejavam entrevistar a amante do tenente Paulo. A correspondente do jornal *A Rua*, Eugênia Brandão, protagonizou um episódio singular neste momento. Declarando estar desgostosa com a vida após um romance malsucedido, a jornalista decidiu internar-se no Asilo Bom Pastor para dedicar-se à vida religiosa. O “triste fim de Eugênia” foi relatado por alguns periódicos, como o *Jornal do Brasil*⁴¹, que informaram com pesar a decisão da jovem repórter de abandonar sua carreira ascendente. No entanto, o ingresso no convento não passava de um ardil, criado pela própria jornalista para conseguir entrevistar a amante do tenente Paulo.

A arriscada tentativa quase se tornou um fracasso. Dias antes de sua entrada no asilo, Paulo havia retirado sua amante do internato, com o intuito de se casarem. Sem encontrar Albertina, Eugênia decidiu interpelar outras mulheres internadas, com o objetivo de publicar suas impressões sobre a vida no claustro religioso e os dramas que as teriam conduzindo ao Asilo Bom Pastor⁴². Porém, a repórter enfrentou uma segunda adversidade. Ao entrar no internato, teve que entregar todos seus objetos às freiras, inclusive sua máquina fotográfica e cadernos de anotações. A empreitada da jornalista foi interrompida pela denúncia do repórter do *Correio da Noite*⁴³, Emílio Alvim, que se dirigiu pessoalmente ao convento para desmascarar Eugênia⁴⁴. Com a denúncia, a jornalista questionada pelas madres superiores foi convidada a retirar-se do local⁴⁵.

A tentativa frustrada da repórter foi objeto de pilhéria no *Correio da Noite*. Através de uma matéria publicada na primeira página do jornal, Emílio Alvim desdenhava do esforço de Eugênia, qualificando a tentativa do “furo” jornalístico, como um “furo furado”⁴⁶. Enquanto todos ainda acreditavam que a repórter permanecia enclausurada no asilo por motivos pessoais, Alvim afirmou

⁴¹ UMA TRAGÉDIA de sangue pela calada da noite: uma série inaudita de crimes. *A Época*, 30 de janeiro de 1914, p. 2.

⁴² O jornal *O Imparcial* publicou uma matéria no dia 16 de maio de 1914, elogiando o feito da companheira de trabalho, Eugênia Brandão.

⁴³ De acordo com Magalhães Junior na obra *O fabuloso Patrocínio Filho, O Correio da Noite* era um jornal impopular, de propriedade de Victor da Silveira, deputado heremista e, portanto, defensor extremado do governo vigente.

⁴⁴ A VIDA dos conventos: Impressões e aventuras da Eugênia que preferiu o misticismo da cela à vida intensa da reportagem. *O Imparcial*, 16 de maio de 1914, p. 3.

⁴⁵ A coleção do jornal *A Rua* referente ao mês de abril e maio de 1914 encontra-se desaparecida no Acervo da Biblioteca Nacional. Após conversar durante meses com os bibliotecários da instituição – que se mostraram bastante solícitos – obtive como resposta que infelizmente os números relativos às reportagens de Eugênia estariam perdidos dentro da própria biblioteca. No entanto, se as matérias sobre o Asilo Bom Pastor se encontram perdidas, ainda é possível recuperar a repercussão do seu ato frente à comunidade jornalística.

⁴⁶ Eugênia foi para um convento! Mas, descoberta a sua vocação voltou para a rua. *Correio da Noite*, 14 de maio de 1914, p. 1.

que esta só conseguira se passar como asilada por 48 horas, sem máquina fotográfica e sem conseguir entrevistar D. Albertina.

Há pouco, surgiu uma outra "reportisa", na imprensa carioca: a Exma. Sra. D. Eugênia Brandão, brasileira. Hábil? Afirmam, os que lhe sabem o mérito que sim. Mas, hábil ou não, temos o desgosto profundo de ir hoje prejudicá-la em uma reportagem de sensação, que deve ter feito no Asilo do Bom Pastor. Perdoemos a prezada colega, mas antes que a qualquer motivo de cavalheirismo ou de ética jornalística precisamos atender à nossa boa figura de jornal moderno⁴⁷.

A ironia presente no texto não ocorria de forma aleatória. Ao contrário, colocar o acento cômico em uma situação revelava mais do que uma ação controversa do jornalista, mas uma temática social sensível que merecia uma abordagem mais leve para tornar-se passível de expressão⁴⁸. O deboche presente na matéria de Emílio Alvim vinha justamente tocar em um elemento chave da sociedade carioca do início do século XX: o avanço das mulheres no mercado de trabalho e as demandas de igualdade de gênero. Utilizando-se do recurso de linguagem da ironia, o repórter afirmava que o exemplo de Eugênia Brandão demonstrava como iniciativas femininas no universo da imprensa carioca podiam ser malsucedidas e constrangedoras. A pilhéria procurava justamente ridicularizar a ação de Eugênia, colocando em questão a capacidade de equidade das mulheres em meios profissionais até então dominados por profissionais homens.

A reportagem de Alvim teve como respostas entrevistas de Eugênia publicadas em outros jornais, como *A Época* e *O Imparcial*, criticando a falta de companheirismo dos colegas de imprensa que a teriam denunciado às freiras do Asilo⁴⁹. A folha *A Época* elogiava o risco corrido pela profissional, considerando-o "positivamente um gesto americano." A ideia da educação à americana para mulheres ganhava aos poucos espaço na sociedade carioca da Primeira República, causando polêmica pela entrada de moças em espaços até então ocupados por homens, sobretudo, no mercado de trabalho.

Era uma nota ousada, do nosso jornalismo, positivamente um gesto americano, afirmando ainda por cima uma tendência da nossa mulher para o feminismo, pois que a mulher brasileira aos poucos vai acentuando a sua energia e a sua coragem, tomando a vida de trabalho, ora como empregada pública, ora como agente de anúncios, ora como datilógrafa e agora como "repórter!"⁵⁰

⁴⁷ Eugênia foi para um convento! Mas, descoberta a sua vocação voltou para a rua. *Correio da Noite*, 14 de maio de 1914, p. 1.

⁴⁸ MINOIS, George. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 19.

⁴⁹ JUNIOR, Magalhães R. *O Fabuloso Patrocínio Filho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 104.

⁵⁰ O FEMINISMO triunfa entre nós. *A Época*, 16 de maio de 1914, p. 2.

A mulher educada “à moda americana” associava a ideia de progresso de uma nação civilizada à formação de uma mulher decidida e independente⁵¹. Segundo este trecho d’ *A Época*, os gestos americanos seriam uma tendência que se acentuava na mulher brasileira, um sintoma do ingresso da nação na era da civilização. Diferente da personagem de Edina do Nascimento, o episódio protagonizado por Eugênia Brandão dava espaço nos periódicos para construção de uma figura feminina que não seria baseada em seu papel social no matrimônio. A reportista com sua arriscada empreitada jornalística já vivenciava um novo *ethos* feminino que ecoava nas vozes de outras mulheres feministas. O andar só na rua, a liberdade sexual, o direito ao voto feminino, assim como o ingresso no mercado de trabalho, eram bandeiras, que se na década de 1920 ganhariam destaque através de personagens como Pagu e Tarsila do Amaral, neste momento já começavam a ser discutidas por mulheres da primeira década do século XX. Apesar da presença de outras cronistas na imprensa - como Carmem Dolores e Julia Lopes de Almeida⁵² - Eugênia era até então uma das primeiras repórteres mulher na sociedade carioca, merecendo a criação do neologismo de “reportista” para sua função⁵³.

A jornalista também foi objeto de crítica pela revista *Fon-fon*⁵⁴, semanário ilustrado que se considerava uma revista moderna e abria parte de seu editorial para assuntos voltados ao público feminino. Segundo a revista, a proeza de Eugênia que causara sensação no público leitor em nada teria de grandioso. Pelo contrário, seria mais uma entre as reportagens sensacionais que passariam e cairiam dias depois no esquecimento do público leitor⁵⁵. A revista publicou três fotografias da repórter: uma vestida como asilada, outra varrendo o chão do Asilo Bom Pastor e uma última, na redação da revista, portando seus trajes de repórter.

⁵¹ CAULFIELD, Sueann. op. cit., p. 141.

⁵² Carmen Dolores, pseudônimo de Emília Bandeira de Melo, foi uma escritora atuante entre o final do século XIX e início do XX que defendia em seus escritos tema como a emancipação feminina e a legalização do divórcio. Da mesma forma, Julia Lopes de Almeida, considerada a George Sand brasileira, dedicou parte de seus contos e livros à temática da condição feminina. Sobre Julia Lopes ver: LUCA, Leonora de. O “feminismo possível” de Julia Lopes de Almeida (1862 – 1934), *Cadernos de Pagu*, nº12, p. 275 -299, 1999.

⁵³ JUNIOR, Magalhães R. *Op. cit.*, p.102.

⁵⁴ Sobre a revista *Fon-fon* e a construção de representações da modernidade e do feminino em suas páginas, ver MACENA, Fabiana Francisca. *Madames, mademoiselle, melindrosas: "feminino" e modernidade na revista Fon-fon (1907-1914)*. Dissertação de Mestrado. UnB, 2010.

⁵⁵ UMA REPORTAGEM sensacional. *Fon-fon*, ano 8, n.21, 23 de maio de 1914, p.46.



Fotografias forjadas pela repórter Eugênia Brandão.
Revista Fon-fon. 23 de maio de 1914, p. 46.

As fotos publicadas pela revista *Fon-fon* sofreram duras críticas de partes de alguns jornais. A folha *O Paiz* que já elogiara Eugênia, afirmando que esta introduzia "uma colaboração deliciosa"⁵⁶ à imprensa, apresentou um julgamento um tanto duro à repórter. Em uma coluna assina por Myosotis, a ação da jornalista foi considerada "um delírio, menos de máscula reportagem, que de bisbilhotice bem feminina..." A crítica da folha residia, principalmente no uso de trajés masculinizados pela jornalista, compreendidos enquanto esforços de renúncia do lugar social "feminino" ao qual pertencia.

124

Repare junto comigo leitores e principalmente as leitoras e vejam se a graciosa "repórter" não parece um minhoto "mal amanhado", um rapaz deselegante e até, Deus me perdoe... um tipo vestido às pressas, um ator de terceira ordem em teatro por sessões!

Que me desculpe a novel repórter, mas o chapéu masculino não lhe assenta, assenta-lhe tão mal quanto mal lhe ficou a reportagem sensacional (?) que fez! (...)

Para que, pois essa inútil tarefa de entreter o público com narrações mais ou menos fiéis, mais ou menos verídicas, de um lugar de trabalho, dor e expiação?!

Em todo caso... filosofemos: eu prefiro a Eugênia Brandão de avental e vassoura, à mesma senhorita de chapéu de homem e usando com a maior "gaucherie" os trajés de repórter de saias⁵⁷.

⁵⁶ O PAIZ, 14 de fevereiro de 1914, p. 3.

⁵⁷ MYOSOTIS. Simples Reparos. *O Paiz*, 30 de maio de 1914, p. 2.

A crítica do colunista do jornal *O Paiz* demonstrava uma resistência à participação de mulheres no campo da imprensa. Ao se deixar fotografar, Eugênia causava controvérsia por simbolicamente mesclar sua identidade feminina com elementos masculinos: o chapéu e a gravata. A proposta da repórter pode ser lida como um esforço de demonstração simbólica do ingresso de mulheres em um campo profissional até então dominado por homens, além de transgredir um estereótipo feminino marcado pela fragilidade e docilidade, como vimos nas representações produzidas em torno da figura Edina do Nascimento. Ao afirmar sua preferência por Eugênia de avental e vassoura, o jornalista da folha *O Paiz* buscava reforçar padrões de comportamento que deveriam corresponder à identidade masculina e feminina no sistema patriarcal, atribuindo práticas domésticas a um domínio feminino e a esfera do trabalho a um domínio masculino. A roupa masculinizada de Eugênia era uma transgressão por justamente tornar difusas identidades sexuais e padrões comportamentais que até então se encontravam bem definidos.

De fato, a postura de Myosotis colocava em destaque uma contradição presente na nascente sociedade liberal brasileira do início do século XX. Mesmo frente aos postulados de igualdade social, a separação entre objetos e sujeitos que pertenceriam aos universos públicos e privados evidenciava uma questão conceitual que inferia nos moldes de consolidação de sua sociedade civil. Carol Pateman⁵⁸ localiza em textos fundadores do Estado nação, como nas raízes discursivas contratualistas do Estado liberal seria criada uma dicotomia entre um universo público – o espaço do debate político, da lei, da cidadania e da igualdade - em oposição ao mundo privado – da emoção, da sujeição natural e do amor. A própria constituição do Estado e a delimitação das ações e indivíduos que atuariam na esfera pública resultariam na criação de uma concepção de cidadania fragmentada. Devido à capacidade de procriação, mulheres e, conseqüentemente, a instituição familiar seriam consideradas como pertencentes a um estado natural, oposto ao modelo de sociedade civil contratual e racional. Desta forma, os próprios conceitos de indivíduo e cidadão seriam masculinizados, tornando o universo doméstico deslocado da ação estatal, assim como suas relações, conflitos e personalidades fundantes: as mulheres. Através dessa formulação teórica em muito já naturalizada, que figuras femininas destoantes deste modelo dicotômico – como a repórter Eugênia Brandão – se tornariam alvo de crítica ao ingressarem em universos sociais masculinos.

A aproximação entre a alegoria do contrato social e os debates de gênero mostra como os estudos femininos para além de avanços narrativos sobre personagens que se encontravam à sombra do campo historiográfico, situam-se em reflexões sobre a própria natureza política do estado e a emergências de forças que regulavam as relações entre homens e mulheres. Neste sentido, a historiada John Scott nos oferece uma chave interessante de leitura, ao contestar uma história das mulheres que partiria de "uma pertinência

⁵⁸ PATEMAN, Carole. *El contrato sexual*. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa, 1995.

das oposições binárias entre homens e mulheres⁵⁹ e resultaria em narrativas descritivas das proezas daquelas que até não se faziam presentes nos discursos historiográficos. Ao enfrentarmos a real natureza política de uma história escrita nesses termos, percebemos como a simples equiparação de feitos femininos a masculinos não somente reproduziriam binômios dicotômicos como público/privado, mas ignorariam as relações de gênero como um elemento constitutivo das relações sociais e de poder. Desta forma, as disputas de representação que giravam em torno da personagem de Eugênia Brandão evidenciam não somente uma excepcionalidade em um universo patriarcal, mas fraturas e questionamentos nas relações sócio-políticas e nas representações de poder enraizadas nos primados liberais e republicanos brasileiros.

No entanto, a maior polêmica sobre a reportagem de Eugênia seria ainda com o jornal *Correio da Noite*. Buscando aproveitar-se da polêmica que o "furo" de reportagem de Alvim gerara, o jornal lançou uma última, porém não menos hilariante e provocante matéria, sobre a empreitada de Eugênia Brandão no Asilo Bom Pastor. Sob a manchete "Era uma vez nosso companheiro. Emílio fez como Eugênia... mas ficou no convento"⁶⁰, o jornal anunciava o desaparecimento do repórter Alvim que não comparecera ao serviço naquela manhã, deixando companheiros e familiares em grande agonia. Segundo a folha, o repórter decidira abandonar a vida mundana e ingressar no Asilo Bom Pastor como noviça, gerando uma última reportagem em ataque à reportisa. Através de uma suposta carta de despedida de Emílio, a folha narrava a despedida do repórter do universo mundano.

126

Perdoem a minha fraqueza de espírito. Mas o mundo é mesmo um vale de lágrimas! É muito triste a vida ai fora. (...) Já não sou mais criança. A morte pode surpreender, de repente, e fazer baquearem no túmulo, as minhas energias físicas já bem gastas.

Estive metido em uma empreitada bem difícil. Provar que havia "reporters" no Rio que não pertenciam à classe dos evidentes, dos que concorrem com o incógnito dos agentes secreto de policia. Foi uma triste lição!⁶¹

Pedindo desculpa pela sua "fraqueza de espírito", após a polêmica na qual se envolvera para provar que uma repórter agia como uma agente secreta da polícia no convento, o jornalista descreveu o estado de alucinação em que ficara após as ameaças dos novos inimigos que criara. Via repórteres de lápis em punho recriminando-o pelo ato que cometera, objetivas fotográficas a todo instante se entreabriam criando um cenário de terror que o impedia de dormir.

⁵⁹ SCOTT, Joan W.. "Women's History". In: Past and Present, 101, p. 141-157. Republicado em Gender and the Politics of History. New York, Columbia University Press. 1988, p. 26-27.

⁶⁰ ERA UMA vez... Nosso companheiro... *Correio da Noite*, 18 de maio de 1914, p. 3.

⁶¹ Ibid.

A noite de sábado passei toda em claro. O sono, por mais forte terrorista me escaldava o cérebro. Eu via, em torno de mim, "repórteres" e "repórteres", de lápis em punho, arrancando-me satisfações do feio crime que cometera, anotando-me os erros de sintaxe, rindo sarcasticamente da minha situação de Judas arrependido. Objetivas fotográficas a todo instante se entreabriam e apanhavam a desolada carranca, para a exporem depois à execração universal. Era horrível!

Através desta reportagem, Emílio Alvim ridicularizava as declarações agressivas de Eugênia a outros diários cariocas. O "furo" conseguira trazer distinção ao jornalista, que se mostrava mais ágil e inteligente que a colega, por ser capaz de descobrir informações secretas e expô-las ao público leitor. Para além de divertida, a agressividade da contenda entre os jornalistas iria ainda um pouco mais além. Na reportagem, Emilio narrou como foi recebido como "primeiro ovelhinho", recebendo um uniforme de asilada que lhe causou tanta felicidade que o repórter se esqueceu de retirar a cartola. A folha publicou uma montagem de um desenho de um corpo de uma mulher vestida com um uniforme de asilada do convento do Bom Pastor, junto à cabeça de Emilio, portando uma cartola.

127



Paródia do jornal *Correio da Noite* com o feito de Eugênia Brandão. 18 de maio, p. 3.

As paródias das fotografias mencionadas referem-se às imagens de Eugênia Brandão publicadas pela revista *Fon-fon* – e provavelmente n' *A Rua* – nas quais a repórter posara com um uniforme de asilada e varrendo o chão do convento. Como a jornalista tivera sua máquina fotográfica confiscada ao entrar no asilo, esta tentara recompensar a ausência de retratos, publicando fotografias retiradas posteriormente. Desta forma, Emílio debochava da tentativa da colega de profissão de mascarar a ausência de imagens, forjando

grosseiros retratos. O repórter concluiu sua reportagem, contando que naquela mesma noite já tinha sido precocemente consagrado "irmão" e recebido o hábito de irmã do Bom Pastor. Apesar de não poder contar detalhes do seu dia, "pois sua carta estava sendo escrita sob a censura da irmã superiora", o repórter enviava uma segunda fotografia, vestido com o hábito religioso. A segunda montagem publicada pelo jornal era o rosto do repórter em um corpo de uma freira portando um hábito.



Paródia do jornal *Correio da Noite* com o feito de Eugênia Brandão (2).
18 de maio de 1914, p. 3.

128

A montagem feita pelo *Correio da Noite* demonstra como a disputa entre os jornalistas passava ainda pelo debate da moralidade. Uma vez que o asilo religioso foi o local onde se desenrolara a empreitada da jovem repórter, os jornalistas lançavam mão de uma linguagem humorística e socialmente aceitável para lidar com a temática sensível dos valores católicos na sociedade carioca da Primeira República. Sem nenhuma intenção blasfematória, o uso do humor na reportagem dessacralizava elementos tradicionais católicos para justamente ridicularizar a empreitada de Eugênia Brandão⁶². Neste sentido, percebemos como os debates que perpassariam questões de gênero não estariam isolados das amplas disputas políticas e de poder. Ao contrário, a categoria de gênero como "um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos"⁶³ põe em evidência como estas diferenças se fundavam em símbolos culturalmente disponíveis, expressos em doutrinas religiosas, educativas, políticas e jurídicas. Ao elaborarem uma montagem que mesclava a fotografia de Emílio Alvim com símbolos religiosos femininos – o hábito e o uniforme de asilada – a depreciação de Eugênia Brandão passava justamente pela mistura de elementos de identidades masculinas com femininas/religiosas. Considerando

⁶² Sobre o uso do humor em temáticas religiosas, ver: MINOIS, op. cit., p. 565.

⁶³ SCOTT, J.W.. Gênero como categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p. 14.

que a formação de identidades de gênero binárias identifica o masculino e o feminino como termos opostos, a concomitâncias destes símbolos em um mesmo indivíduo tornam-se objetos de escárnio, por “estes poderem conviver um com o outro, mas nunca um no outro”⁶⁴. Os atributos considerados femininos seriam positivos se presentes em mulheres, mas desqualificavam e tornavam em objeto de escárnio os homens que os apresentavam. Logo, ao criarem uma imagem cujo humor residia na ridicularização de um homem por este apresentar concomitantemente elementos identitários femininos e religiosos, a folha buscava igualmente ridicularizar tanto a atuação profissional de Eugênia Brandão, assim como, o avanço feminino nos espaços de trabalho tradicionalmente masculinos.

Conclusão

Os ataques à repórter nas páginas do *Correio da Noite*, por mais que sejam leituras divertidíssimas, nos demonstram como o terreno dos “crimes de sensação” não eram apenas espaços anedóticos e sangrentos da imprensa, mas campos férteis para as disputas e debates sobre temas que marcavam a modernidade. As notícias de crimes encerravam em si mistérios que eram confeccionadas por jornalistas com o intuito de atrair leitores através da revelação de informações secretas capazes de elucidar os crimes em questão. No entanto, a busca desenfreada por notícias, em última instância, deveriam atender as demandas do público leitor, trazendo temas que seriam sensíveis e de interesse dos seus consumidores. Se por um lado, a representações de vilania e virtude das personagens de Edina e Paulo do Nascimento giravam em torno do cumprimento do seu papel na instituição do matrimônio; por outro, a personagem de Eugênia Brandão gerava críticas justamente por transgredir um ideal feminino marcado pela docilidade, restrito à esfera da domesticidade. As disputas simbólicas que perpassavam estas duas figuras femininas centrais na história da *Tragédia da rua Januzzi* demonstram tanto reiterações quanto questionamentos de um sistema patriarcal que já se mostrava em decadência. Desta forma, a naturalização de um gosto sórdido dos leitores pelos chamados “crimes de sensação” mascara a complexidade deste tipo de fenômeno social. Através destas notícias podemos ver, como atreladas a estratégias narrativas atraentes, estas reportagens se tornavam sedutoras por justamente levantarem debates sensíveis que tanto reafirmavam valores de um sistema patriarcal, quanto iluminavam as transgressões e fissuras que perpassavam as relações de gênero da sociedade carioca do início do século XX.

⁶⁴ TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, jan- jun. 2005, p. 127-15.

Sobre a autora

Marília Rodrigues de Oliveira é bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011), mestre pelo Programa de Pós-Graduação de História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) com a dissertação "'A tragédia da rua Januzzi': narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República" (2014). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica. E-mail: mariliarodrigues@hotmail.com.

*Recebido em 28 de fevereiro de 2015.
Aprovado em 16 de maio de 2015.*

“A DECORAÇÃO NÃO TEM SEXO, TEM PERSONALIDADE”: UMA DISCUSSÃO SOBRE REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO BLOG *HOMENS DA CASA*

LINDSAY JEMIMA CRESTO

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

MARINÊS RIBEIRO DOS SANTOS

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

RESUMO

Este artigo discute as representações de gênero na decoração de interiores domésticos, analisando as publicações do blog *Homens da Casa*, de autoria do publicitário Eduardo Mendes. Trata-se de um blog de decoração voltado para um público masculino, que promove a decoração baseada no conceito *do it yourself*, com uma abordagem bem-humorada e informal. Seu objetivo é o de promover a decoração rápida e fácil, através de dicas e sugestões no formato passo-a-passo, enfatizando o lado prático e a facilidade de reprodução dos projetos publicados. Mediante a problematização das estratégias discursivas apresentadas no blog, busca-se compreender como as representações de masculinidades e feminilidades promovidas por meio das imagens veiculadas e da linguagem utilizada nesse blog, contribuem para a reprodução de assimetrias de poder e preconceitos de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero;
Representações; Feminilidades;
Masculinidades; Decoração; Interiores
Domésticos.

ABSTRACT

This article discusses the gender representation in the decoration, analyzing the publications of the *Men of the House* blog, authored by advertising Eduardo Mendes. The *Men of the House*, which is intended as a back decorating blog for a male audience, promotes design based on the concept of do it yourself, with a humorous approach, informal. Its goal is to promote quick and easy decoration, through hints and tips in step-by-step format, emphasizing the practical side and the ease of reproduction of published projects. Upon questioning the discursive strategies presented in the blog, we aim to understand how representations of masculinity and femininity promoted through transmitted images and through the language used contribute to the reproduction of power asymmetries and gender prejudices.

KEYWORDS: Gender; Representations; Femininity; Masculinity; Home Interior; Decoration.

Introdução

Este artigo, como parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, propõe uma reflexão sobre representações de gênero, analisando as publicações do blog¹ de decoração *Homens da Casa*². Esse blog foi definido como objeto de pesquisa, porque tem como proposta apresentar dicas de decoração "sem frescura". Idealizado pelo publicitário Eduardo Mendes, para atender a um público presumido como masculino, o blog compartilha sugestões e dicas de decoração com ênfase no conceito *do it yourself*³ (faça você mesmo). Com essa estratégia, Mendes tem a intenção de promover a decoração de interiores domésticos como um hobby acessível a um público que não possui necessariamente conhecimentos aprofundados sobre design de interiores, mas que se interessa pelas práticas de personalização dos ambientes publicadas no formato passo-a-passo.

Os blogs consistem em um tipo de mídia contemporânea muito popular. A popularização da internet nos anos 1990 possibilitou a produção e publicação de informações, por parte de usuários, em espaços de participação como os fóruns e redes sociais. No início da internet, ainda na década de 1990, os sites eram criados como páginas estáticas, editadas por um pequeno grupo de pessoas. Mudanças nos anos 2000, como os conteúdos dinâmicos, atualizações constantes e possibilidades de publicação por parte de um grande número de usuários, transformaram a ideia de páginas para visita em plataformas de interação⁴. Inicialmente associados aos diários e relatos pessoais, os blogs ganharam espaço e importância como divulgação de ideias, para promoção profissional, bem como para a divulgação comercial de produtos e serviços.

Os blogs são veículos de publicação digital, comumente associados à ideia de diários virtuais, nos quais um ou mais autores publicam textos, geralmente sobre uma temática específica, em ordem cronológica inversa e de forma freqüente. A simplicidade com que se pode publicar textos em um blog fez

132

1 O termo blog, de acordo com Zago, "é uma versão reduzida da palavra "weblog". "Web" vem de World Wide Web (rede de alcance mundial). O termo é utilizado para se referir à parte gráfica da internet, o espaço por onde circulam as informações hipertextuais distribuídas em rede através do protocolo http2. Já "log" vem da prática de se utilizar um bloco de madeira para marcar a velocidade dos navios. ZAGO, Gabriela da Siva. *Dos blogs ao microblogs: aspectos históricos, formatos e características*. Congresso Nacional de História da Mídia. Niterói, Rio de Janeiro. Maio de 2008, p. 2. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/zago-gabriela-dos-blogs-aos-microblogs.pdf> > Acesso em: 20 mar. 2015.

2 O blog *Homens da Casa* (<http://www.homensdacasa.net/>) foi criado pelo publicitário Eduardo Mendes em 2010. Reúne conteúdo sobre decoração de interiores e objetos, com ênfase no conceito DIY e comercialização dos produtos criados pelo publicitário. O blog é objeto de pesquisa de doutorado, que busca compreender como se desenvolvem associações entre identidades, gênero e a decoração, utilizando conceitos como reuso, desvios de função e "do it yourself" (DIY).

³ MCKAY, George. *DIY culture. Party & protest in nineties Britain*. London: New Left Books, 1998.

⁴ ZAGO, op. cit..

com que a ferramenta alcançasse uma relativa popularidade no mundo todo⁵.

Atualmente existem inúmeros blogs de decoração, com temas e abordagens variadas. Alguns deles se tornaram muito populares e são citados e recomendados por revistas de decoração tradicionais de grande circulação, como *Casa Claudia* da editora Abril, e *Casa e Jardim* da editora Globo, que, por sua vez, também apresentam plataformas *online*. O recurso das ferramentas transmídia associado a títulos reconhecidos contribuiu para dar visibilidade a alguns blogs, como é o caso do *Homens da Casa*, que já compartilhou matérias da revista *Casa e Jardim*. Contudo, vale ressaltar que a maioria dos blogs de decoração são criados e mantidos por mulheres, algumas vezes reforçando uma associação considerada "natural" entre a casa/decoração e o que se entende por "universo feminino", seja pela forma de abordar o conteúdo, pelo tipo de postagem, ou por compreender que as mulheres necessariamente têm mais afinidade, interesse e conhecimento sobre o assunto.

Nesse artigo, as representações de gênero e a afirmação ou rejeição de certos ideais de masculinidades e feminilidades são discutidos mediante a análise de imagens e textos publicados no blog *Homens da Casa*. Damos destaque à seção *Papo Calcinha*, assinada pela blogueira Deisy Cruz, que contribui com o *Homens da Casa*, mas que tem também seu próprio blog chamado *The Lady DIY*. Outro destaque é a coluna do *Leitor*, com publicações e imagens de ambientes criados pelos leitores do blog, com a descrição dos projetos e comentários do criador Eduardo Mendes. Essas seções foram escolhidas pela importância atribuída às representações de masculinidades em seus discursos e imagens. A seção *Papo Calcinha* tem pouca visibilidade e as postagens são escassas, quando comparadas à coluna do *Leitor*. As diferenças no tratamento dado pelo autor do blog a essas duas seções, caracterizadas a partir da diferença sexual associado à roupa íntima, nos suscitou reflexões sobre as representações de gênero na decoração, propiciando uma discussão sobre visões hegemônicas e subalternas, baseadas na percepção e naturalização das desigualdades de gênero.

Afiliada à proposta de Joan Scott⁶, a problematização aqui apresentada entende o gênero como uma categoria de análise, pois a decoração é historicamente associada às mulheres, naturalizando a ideia de esferas separadas e a noção de que o espaço doméstico é uma arena associada ao que se entende por feminino. O gênero como categoria de análise possibilita discutir e compreender como se constroem e perpetuam visões de mundo, ideologias e estratégias políticas baseadas em diferenças percebidas entre os sexos. O gênero é útil como categoria de análise em uma sociedade que perpetua desigualdades e assimetrias, conferindo diferentes *status* e valores às ações,

⁵ Ibid., p. 2.

⁶ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n.2 jul.dez. 1995, p. 5-19.

profissões e lugares de fala tidos como femininos ou masculinos. Joan Scott acredita que

O termo 'gênero', além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo⁷.

A naturalização da decoração como uma atividade feminina está muito presente nos discursos do blog *Homens da Casa*. Esta associação entre feminilidade e decoração foi construída historicamente, fundamentada no mito das esferas separadas durante o século XIX. A historiadora Penny Sparke lembra que

Enquanto os homens continuaram a habitar a arena doméstica, e certos cômodos da casa foram identificados como de natureza "masculina", a crença de que a casa era, no entanto, uma esfera predominantemente feminina tornou-se amplamente aceita. Esta crença na existência de uma relação especial entre as mulheres e o interior doméstico resultou não só na sua forte presença no espaço físico, mas os esforços mais criativos para elaborá-lo e, assim, imbuir-lo com significados. Através do consumo de bens com o qual a construção de uma casa, através de escolhas quanto à sua decoração e através do trabalho produtivo direto resultando em ornamentação e exibição, as mulheres tornaram-se cada vez mais as progenitoras-chave dos significados que vieram a ser incorporados aos interiores domésticos⁸.

⁷ SCOTT, 1995, p. 75.

⁸ No original: "While men continued to inhabit the domestic arena, and certain rooms in the house were identified as 'masculine' in nature, the belief that the home was nonetheless a predominantly feminine sphere became widely accepted. This belief in the existence of a special relationship between women and the domestic interior resulted not only in their strong presence in that physical space but more creative efforts to elaborate it and thereby imbue it with meanings. Through the consumption of goods with which to construct a home, through choices regarding its decoration and through direct productive work resulting in ornamentation and display, women increasingly became the key progenitors of the meanings that came to be embedded within the domestic interior." SPARKE, Penny. *The domestic interior and the construction of self: the new york homes of Elsie de Wolfe*. In: MCKELLAR, Susie; SPARKE, Penny (org). *Interior Design and Identity*. Manchester, UK: Manchester University Press, 2004, p. 72.

A relação das mulheres com a casa e com a decoração tornou-se, mais do que resultado de seus esforços e trabalho, uma habilidade naturalizada. Neste sentido, vale lembrar que a configuração de interiores domésticos envolvia, e ainda envolve, práticas de consumo mediadas pela escolha de objetos decorativos e arranjo de peças de mobiliário, cujo resultado materializa identificações com valores de gênero e de classe social no espaço doméstico. Nas palavras de Penny Sparke,

A capacidade das mulheres para ver suas casas como espelhos não só de grandes temas culturais, mas de seus egos individuais coincidiu com sua profissionalização crescente em uma série de esferas distintas, especialmente em áreas quais foram vistos como extensões "naturais" de seus papéis de gênero aceitos, como a educação, enfermagem e decoração de interiores. A idéia de que a decoração do interior doméstico poderia ser vista como uma forma viável de trabalho remunerado para as mulheres surgiu pela primeira vez na Grã-Bretanha, nas duas últimas décadas do século XIX, como uma extensão natural das mulheres que tomam a responsabilidade para decoração de casa de forma amadora, assim como o aumento do número de mulheres que estavam sendo treinadas como arquitetas, mas acabavam trabalhando nos interiores, em vez dos exteriores dos edifícios⁹.

135

No blog *Homens da Casa* a experiência das mulheres na decoração é tratada de forma diferente da experiência dos homens. A associação entre a casa/decoração e a noção de feminino é tratada como uma característica subalterna, sendo desvalorizada enquanto prática ligada à "frescura", à trivialidade e à falta de "personalidade". Essas estratégias de desqualificação são utilizadas pelo criador do blog, visando à afirmação e valorização de práticas associadas às masculinidades, como a habilidade em trabalhos práticos mediados pelo emprego de ferramentas. A ênfase no conceito DIY e na proposta da "decoração realizável" servem como recurso para o questionamento da viabilidade das sugestões apresentadas pelos blogs de decoração criados por mulheres. Certas habilidades, práticas e conhecimentos são hierarquizados sob a perspectiva das masculinidades, o que potencializa o uso do conceito de gênero como categoria de análise. Assim, propomos uma discussão sobre as implicações de visões hegemônicas que influenciam

9 SPARKE, 2004, p. 72. No original: "Women's ability to see their homes as mirrors not only of broad cultural themes but of their individual selves coincided with their growing professionalisation in a number of distinct spheres, especially in areas which were seen as 'natural' extensions of their accepted gendered roles, such as education, nursing and interior decoration. The idea that decorating the domestic interior could be seen as a viable form of paid work for women emerged first in Britain in the last two decades of the nineteenth century as a natural extension of women taking the responsibility for home decoration on an amateur basis and of increasing numbers of women being trained as architects but ending up working on the interiors rather than the exteriors of buildings."

comportamentos e afirmam posturas e discursos sobre concepções convencionais de masculinidades e feminilidades.

A decoração "sem frescura" e as representações de feminilidades

A frase de chamada do blog em questão, "decoreção sem frescura", fornece algumas pistas da abordagem sobre decoração na visão de seu criador, pois reforça uma ideia muito difundida no senso comum de que a decoração é coisa de mulher. Evidencia a ideia de que a decoração é uma atividade vinculada a um modelo convencional de feminilidade ou voltada para quem se identifica com o que é considerado feminino. Cabe lembrar que a figura do decorador foi, por muito tempo, estigmatizada por sua associação às feminilidades e aos homens considerados femininos ou 'frescos', pois suas escolhas eram tratadas mais como resultado de gosto pessoal e habilidades naturais para a decoração, do que de conhecimentos técnicos especializados. A noção de 'frescura' está relacionada à feminização desses profissionais. O criador do blog, Eduardo Mendes, explica como surgiu a ideia de criar o *Homens da Casa* e apresenta sua visão sobre a decoração como uma atividade feminina:

Em busca de referências pela internet, descobri o monopólio feminino nos blogs e apesar de encontrar várias referências, senti falta de um espaço com uma visão diferente sobre decoração. O blog tem uma visão própria sobre decoração e tento aqui, repassar o que eu tenho aprendido e o que eu gosto através de conteúdo realizável, onde quem ler consiga perceber sua capacidade de realizar também. Enxergo no blog um espaço pra falar diretamente com cada leitor, numa conversa informal e divertida, sem amarras ou linguagens técnicas. Acredito que decoração não tem sexo e sim, personalidade. Por isso, o Homens da Casa é um espaço universal sob um visão particular¹⁰.

O citado "monopólio feminino" na decoração não constitui uma novidade. A associação entre o lar e as feminilidades foi naturalizada ao longo do tempo, estimulando uma visão de que as esferas pública e privada já haviam sido separadas em tempos remotos, assim como as tarefas entendidas como de responsabilidade feminina, entre elas o cuidado com a casa (organização, decoração, higiene, manutenção e limpeza) e com os filhos. Os ideais de feminilidades promovidos no século XIX contribuíram para uma associação da decoração e do espaço doméstico com uma arena feminina, na qual as mulheres eram consideradas mais aptas a gerenciar e cuidar do lar e da família, como propagavam as revistas voltadas ao público feminino daquele período¹¹.

¹⁰ HOMENS DA CASA, 2012.

¹¹ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato*. São Paulo: EDUSP, 2008.

A associação das feminilidades com o lar ganhou força com o desejo de diferenciar o espaço doméstico do espaço de trabalho remunerado durante o século XIX, numa tentativa de separar totalmente as esferas de trabalho e de lazer. Adrian Forty¹² descreve este desejo de separação e diferenciação do lar e do trabalho, a partir de uma perspectiva do homem:

Esse desejo de separar o lar do trabalho foi explicado com o argumento de que muitos empresários e profissionais liberais achavam o mundo em que trabalhavam cada vez mais brutal e ilusório. Embora participassem dele, achavam necessária alguma maneira de experimentar e expressar virtudes morais e as emoções honestas que viam submersas no mundo comercial. Desse modo, o lar passou a ser considerado um repositório das virtudes perdidas ou negadas no mundo exterior¹³.

Essa necessidade de ter a casa como lugar de descanso, totalmente desvinculada do trabalho remunerado e realizado nas fábricas e escritórios, consistia numa visão masculina do lar. Eram os homens que desejavam se desvencilhar das preocupações e das pressões do trabalho, construindo uma visão idealizada do lar, na qual a domesticidade e o cuidado deveriam ser responsabilidades das mulheres. A casa, para as mulheres, era um espaço de trabalho, não de descanso. Algumas mulheres das classes média e alta não trabalhavam fora da casa por uma valorização do ócio da esposa, em uma afirmação do poder e prosperidade do marido. Entretanto, muitas dessas mulheres envolviam-se com a decoração da casa e com a mobília, correspondendo às expectativas em torno de seus comportamentos, e, assim, muitas vezes, “colocando a mão na massa”, executavam tarefas mais práticas. Conforme Adrian Forty,

os manuais domésticos do último quartel do século supunham geralmente que as mulheres seriam responsáveis pela escolha da decoração e do mobiliário. Em muitos casos, a atividade deve ter sido uma bem recebida fuga do ócio forçado; sem dúvida, era a vontade de alguns manuais em encontrar ocupações para as mulheres que os levava a estimulá-las a empreender por si só a decoração, até mesmo a empapelar e pintar as paredes¹⁴.

Neste contexto, a ideia de uma “rainha do lar” vai se configurando como expressão da identidade feminina, marcando uma identidade social atribuída ainda hoje às mulheres e, servindo em muitos casos, como julgamento moral e

¹² FORTY, Adrian. *Objetos do Desejo: Design e sociedade desde 1750*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

¹³ FORTY, 2007, p. 140.

¹⁴ Ibid., p. 145.

como sinônimo de feminilidade. No século XIX, John Ruskin proferiu uma palestra intitulada "Dos jardins das rainhas", na qual justificava uma associação "natural" das mulheres com o lar: "o poder da mulher não é para governar ou guerrear – e seu intelecto não é para a invenção ou criação, mas para doce ordenamento, administração e decisão"¹⁵.

Retornando ao discurso do blog, a exaltação da personalidade e de uma "visão diferente" na decoração são as principais alternativas propostas ao monopólio feminino citado pelo autor, Eduardo Mendes. Interessante observar que a ênfase na personalidade era muito difundida na decoração no século XIX, como uma atribuição feminina. Naquele período, de acordo com Forty.

era o caráter principalmente das mulheres que se revelava pela escolha da mobília. [...] Tão próxima se tornara a identificação entre mulher e casa que aquela que não conseguisse expressar sua personalidade dessa maneira corria o risco de ser vista como pouco feminina¹⁶.

O criador do blog, Eduardo Mendes, busca justamente o termo personalidade para justificar a criação de um novo blog de decoração, conferindo-lhe um *status* particular e original, em meio aos demais, na maioria criados por mulheres. Entre os blogs criados por mulheres, os mais populares são aqueles que recebem indicações nas revistas de grande circulação, como *Casa e Jardim* e *Casa Claudia*, e seus endereços são publicados em seções específicas. O *Dcoração* e o *Orange design*¹⁷, por exemplo, são populares na internet. No *Dcoração*, as propostas seguem um formato semelhante ao *Homens da Casa*, com uma linguagem informal, uso de gírias e ênfase no conceito *do it yourself*. O *The Lady DIY*, de autoria de Deisy Cruz, colaboradora do blog *Homens da Casa* na seção *Faça você mesmo* e *Papo Calcinha*, segue uma orientação semelhante ao da criadora do *Orange Design*: explicação detalhada dos projetos publicados, comentários e referências a autores, feiras, exposições e outras fontes. A linguagem não é tão informal, e há uma preocupação em referenciar as fontes, explicar os projetos com dados técnicos, sugestão de aplicação de materiais, etc.

Já no *Homens da Casa*, existem poucas referências a fontes, autores, movimentos da História da Arte ou do Design. A apresentação é informal, divertida e, principalmente, exalta a ideia de personalidade como quase um sinônimo para criatividade e originalidade, reforçando o caráter prático (e de

¹⁵ RUSKIN apud FORTY, 2007, p. 145.

¹⁶ FORTY, 2007, p. 146.

¹⁷ O *Dcoração* é um blog de decoração, com ênfase no conceito DIY, citado por Eduardo Mendes. O *Orange Design* é um blog muito acessado e popular, inclusive citado por outros blogs de decoração. Trata de assuntos sobre design de produto, ilustração e decoração. BOAVENTURA, Luiza. PONTES, Viviane. FONSECA, Carol. *Dcoração.com*. Disponível em: <<http://www.dcoracao.com/p/editora.html>> Acesso em: 15 out. 2014. *Orange design*. Disponível em: <<http://www.blog-orangedesign.com/>>. Acesso em: 15 out. 2014.

hobby) dos projetos. As sugestões são publicadas no formato passo-a-passo, com fotos e textos explicando a construção e montagem de luminárias, objetos decorativos, peças de mobiliário, com listas de materiais e ferramentas necessários para execução. O objetivo do “conteúdo realizável”, destinado a um público que não tem conhecimento aprofundado do assunto, fica evidente pelo tipo, formato e escolha das postagens.

No *Homens da Casa*, há uma preocupação em distinguir e localizar o blog como masculino. Para realizar essa distinção, o autor busca identificar certas características tidas como femininas, para então rejeitá-las na proposta do blog: decoração com “conteúdo realizável, sem amarras ou linguagem técnica” e a ideia de “visão própria”.

“Decoração não tem sexo, tem personalidade”?

A prática da decoração pode ser discutida a partir de uma perspectiva de gênero. As publicações no *Homens da Casa* estimulam esta discussão, como sugere a afirmação “decoração não tem sexo, tem personalidade”. No registro do blog, o termo sexo é usado para designar um gênero, com a ideia de que a “decoração não tem sexo”, ou seja, de que não está vinculada somente às mulheres. Para Joan Scott, o termo gênero é usado para designar relações sociais entre os sexos. O termo gênero foi empregado como forma de rejeitar as explicações biológicas que subjogavam e perpetuavam formas de dominação das mulheres, sobretudo em relação à reprodução e à maternidade. A autora destaca que esse termo possui importância fundamental como “meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens”¹⁸. A noção de papéis sexuais, embora pareça antiquada ou em desuso, em alguns momentos ressurgiu como explicação para atividades vinculadas aos sexos, numa extensão da explicação de matriz biológica, numa tentativa de naturalizar a relação entre corpo biológico, práticas sexuais e gênero.

O gênero abrange as relações sociais entre os sexos, ampliando a discussão sobre identificação, representação e construção de significados na sociedade, muito além de oposições binárias. Na concepção de Joan Scott, o sexo é naturalizado, em um registro que o associa ao biológico, enquanto o gênero é identificado com a cultura. No blog, o termo sexo está localizado nesta perspectiva de gênero, que ainda associa o sexo com o biológico, sem questionar a suposta naturalidade desta associação.

Judith Butler questiona a distinção sexo/gênero, pois “sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos”¹⁹. A autora critica essa distinção sexo/gênero que naturaliza a

¹⁸ SCOTT, op. cit., p. 75,

¹⁹ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 24.

associação do sexo com o biológico e que 'descola' o gênero como influência cultural fixa. Nas palavras da autora,

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino²⁰.

Os questionamentos de Judith Butler implicam em repensar a visão do sexo como natural, fixo, entendendo-o como uma construção, assim como do gênero que não pode ser considerado apenas uma interpretação cultural do sexo. Desse modo, segundo a autora,

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior á cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura²¹.

140

A proposta de uma decoração "sem frescura" possibilita discutir como a decoração é percebida na sociedade como atividade de menor importância, com certa frescura, mas principalmente como 'coisa de mulher'. Como já citado anteriormente, o cuidado com a casa e com o espaço doméstico foi historicamente construído como atribuição de mulheres. Ainda hoje identificamos na mídia esta suposta naturalidade, quando o assunto envolve higiene, alimentação, cuidado com o corpo e estética, cuidado com as crianças e cuidados com a casa (decoreação, limpeza, organização).

Falar em mulheres sugere uma pauta comum, características partilhadas pelas mulheres; entretanto, existem muitas discussões sobre a viabilidade de adotar o termo ou categoria. A categoria mulheres ainda é usada e é necessária uma estratégia política de reconhecimento de direitos na luta contra a desigualdade e o preconceito. Por outro lado, prevê um código comum, uma identidade presumidamente homogênea para as mulheres, desconsiderando outras dimensões que se articulam com o gênero, como a classe social e a raça/etnia. Como acredita Judith Butler, "a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das

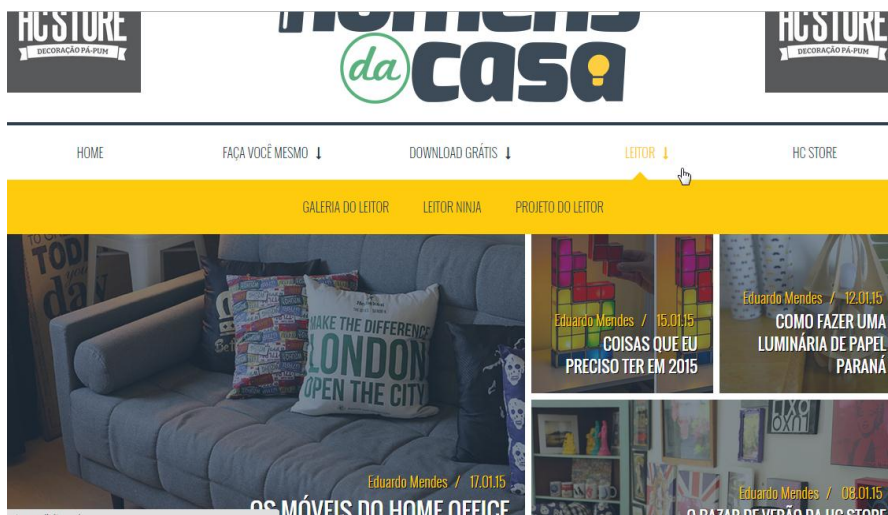
²⁰ BUTLER, 2003, p. 24.

²¹ Ibid., p. 25.

intersecções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das 'mulheres'”²².

Quando a categoria mulheres é adotada pelo senso comum na sociedade, principalmente na publicidade e na mídia, há também uma sugestão de identidade homogênea. As representações de mulheres na mídia geralmente são associadas às identidades sociais consideradas femininas: esposa, mãe, dona-de-casa, cuidadora dedicada e apreciadora da organização e decoração doméstica. Essas identidades reforçam certos ideais convencionais de feminilidades, associados, principalmente, ao sexo biológico, como o cuidado, a maternidade, a arrumação, a decoração, etc. A associação entre gênero e sexo biológico é muito frequente na representação das feminilidades convencionais. Judith Butler discute a questão do gênero compreendido como o resultado de uma coerência entre sexo, gênero e desejo:

Gêneros 'inteligíveis' são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a 'expressão' ou 'efeito' de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual²³.



²² Ibid., p. 34.

²³ Ibid., p. 38.



PAPO CALCINHA



Figuras 1 e 2. A organização das seções no blog *Homens da Casa*. Fonte: <http://homensdacasa.net>

No blog *Homens da Casa*, é evidente a preocupação em afirmar e distinguir identidades de gênero, por meio da própria linguagem, nos termos utilizados nas seções. Vale observar o contraste entre *Papo Calcinha* e as opções *Leitor*, *galeria do leitor*, *leitor ninja* e *projeto do leitor* (figura 1 e 2). Conforme já foi dito, a seção *Papo Calcinha* é assinada por uma mulher, a colaboradora Deisy Cruz, que possui um blog próprio sobre dicas de decoração com ênfase no conceito DIY. As postagens nesta seção, que está dentro da opção *Faça você mesmo*, sem um *link* direto, possuem temas variados, mas em menor quantidade do que a opção *Leitor*. A expressão utilizada pelo autor do blog, *Papo Calcinha*, confirma uma preferência por uma conversa informal, no lugar de dados técnicos e formalidades. E marca também o lugar da feminilidade – aqui entendida como padrão, pela escolha do termo *calcinha* para referenciar o feminino – no *Homens da Casa*.

Já na coluna do *Leitor*, são muitas as publicações, com várias imagens e comentários do criador do blog sobre os projetos executados pelos leitores. Ter o projeto publicado na seção *Leitor ninja* é o prêmio máximo de reconhecimento para os leitores do blog. É um reconhecimento ao público leitor pelo esforço, habilidades individuais e visão de personalização da decoração. Os leitores enviam fotos do ambiente decorado (mostrando o antes e depois), detalhes de execução, materiais e textos que explicam o processo de transformação e personalização do ambiente. Os relatos afirmam a importância de personalizar o espaço, conferindo-lhe uma identidade que exponha gostos pessoais, preferências e afinidades, por meio de quadros, pôsteres, mobiliário, etc.

No blog, Eduardo Mendes busca se diferenciar do que é considerado feminino na decoração, por meio da linguagem, pela abordagem bem humorada e pela forma de publicar o conteúdo, com o formato passo-a-passo, explicando a execução de luminárias, mobiliário, objetos decorativos, pinturas decorativas, etc. A ênfase no *do it yourself* e nas soluções práticas “realizáveis” consiste em uma abordagem diferente sobre a decoração, e também evidencia uma percepção de binarismos, tais como: masculino e feminino; linguagem

técnica e linguagem informal/divertida; o “monopólio” e o particular; a teoria (conhecimento especializado do assunto) e a explicação voltada à prática (ênfase na execução e no formato passo-a-passo). O “monopólio” é caracterizado pela maioria dos blogs criados por mulheres, que na visão de Eduardo Mendes, opõem-se à noção de particularidade, de singularidade. O blog masculino, como acredita seu idealizador, é uma versão mais leve, mais livre, da decoração.

No *Homens da Casa*, a escolha pelo formato passo-a-passo e as explicações deduzem que o público leitor (leia-se masculino) possui todas as ferramentas, conhecimentos e habilidades necessários para a execução dos projetos. O que se observa nas postagens do blog é a afirmação e reprodução de um modelo de masculinidade hegemônica²⁴, no qual os homens possuem interesse e conhecimentos de ferramentas, ferragens, máquinas, elétrica, hidráulica e a preferência por esses temas é entendida como natural.

Robert Connel acredita que o conceito de masculinidade é mais amplo do que a ideia de papel masculino, pois abrange múltiplas formas de masculinidades. Para o autor,

a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de ‘masculinidades’²⁵.

143

Assim, podemos discutir o entendimento acerca do modelo de masculinidade promovido no blog. A ênfase nas ferramentas e no passo-a-passo dialoga com uma visão de masculinidade hegemônica, que naturaliza a relação dos homens com os objetos, ferramentas e determinados conhecimentos técnicos ou preferências. O gosto e interesse por máquinas, velocidade, tecnologia é uma concepção que trata de identidades como um conjunto de enunciados comuns, pertencentes a um tipo de masculinidade convencional.

Robert Connel²⁶ aponta os riscos de adotar certos tipos de masculinidades como padrão de comportamento para os homens: “a narrativa convencional adota uma das formas de masculinidade para definir a masculinidade em geral”. O modelo de masculinidade presente nas publicações do *Homens da Casa* é baseado nesta narrativa convencional, na qual os homens possuem uma afinidade natural por ferramentas, máquinas, consertos em geral. O fazer, desenvolver, “colocar a mão na massa” é considerado um comportamento natural, como parte de uma masculinidade entendida como comum a todos os homens.

²⁴ CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 185-206.

²⁵ CONNEL, 1995, p. 188.

²⁶ Ibid., p. 190.

A representação das masculinidades

Conforme dito anteriormente, as postagens no *Homens da Casa* são voltadas ao público masculino. Ao observar os ambientes, é possível perceber muitos elementos em comum na decoração desses espaços: objetos, quadros decorativos e pôsteres, cores e disposição ou arranjo de móveis (figuras 3 e 4 e figuras 5 e 6). Outro elemento comum é que trata-se de projetos de espaços individuais e privados, geralmente quartos de jovens leitores que buscam diferenciar seu espaço particular do restante da casa.

O autor do blog, Eduardo Mendes, elogiou o projeto do leitor Cassiano, que seguiu várias sugestões publicadas no *Homens da Casa* para decorar seu quarto (figuras 3 e 4). Na seção *leitor ninja*, Mendes revelou satisfação em perceber a participação do público masculino no blog:

Quem acompanha o blog lá no facebook sabe da alegria que eu fiquei semana passada ao saber que atualmente mais da metade dos leitores do blog são cuecas. Claro que esse blog é pra todo mundo (meninas, amo vocês), mas saber que eu tô conseguindo quebrar esse paradigma (palavra difícil) de que decoração é coisa de mulher, é realmente muito foda²⁷.

144

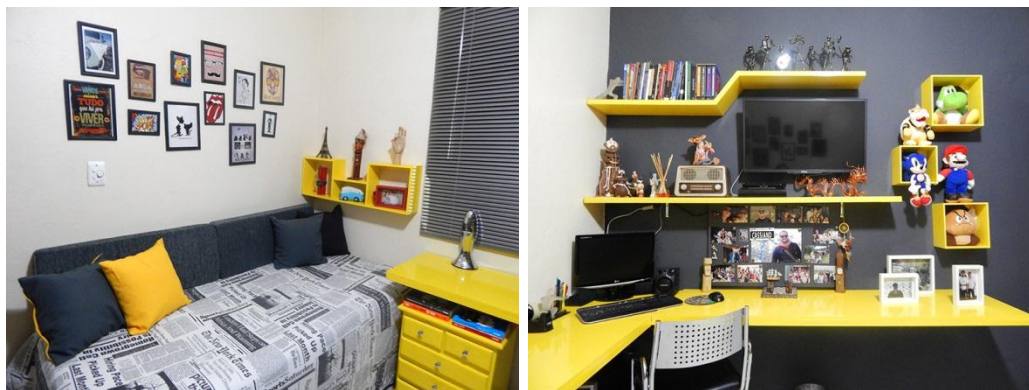


Figura 3 e 4. Duas imagens do quarto do leitor Cassiano, publicadas na seção *leitor ninja*.
Fonte: Homens da Casa, 2014.

Eduardo Mendes celebra a participação dos leitores (homens) e os projetos enviados por eles. A expressão "cuecas" vem reforçar uma visão de masculinidade promovida no blog, assim como o termo "foda", utilizado para mostrar a satisfação do autor. A escolha por um palavrão consiste em uma afirmação de masculinidade hegemônica, na qual os homens utilizam palavrões para afirmar e marcar sua virilidade e sua agressividade, evidenciando um tipo de comportamento associado às masculinidades, esperado até, e considerado como natural. Quando o autor utiliza o palavrão no blog, conversa

²⁷ MENDES, 2014.

informalmente com seus leitores, homens, potencializando a comunicação com eles, bem como a identificação comum, como um grupo.

Daniel Welzer-Lang²⁸ utiliza o termo “casa dos homens”, para se referir a um conjunto de lugares e espaços nos quais os homens se reúnem e aprendem a se diferenciar do mundo das mulheres e das crianças. Desta maneira, o *Homens da Casa* pode ser pensado como uma “casa dos homens”, na qual os participantes (homens) podem ficar à vontade para discutir decoração, um tema tradicionalmente pouco apreciado pelas masculinidades, sob um novo enfoque, que permite um diálogo entre os membros, ou entre os “cuecas”, como afirmou Eduardo Mendes.

O uso de palavrões e termos vulgares constitui uma forma de aproximação nessa casa comum, neste grupo, possibilitando uma identificação rápida com um grupo que compartilha de um mesmo modelo de masculinidade. A agressividade e a violência fazem parte do “universo masculino”, como forma de se distinguir do que é considerado feminino e das feminilidades, e também distanciar-se das situações de homosociabilidade. Conforme Daniel Welzer-Lang,

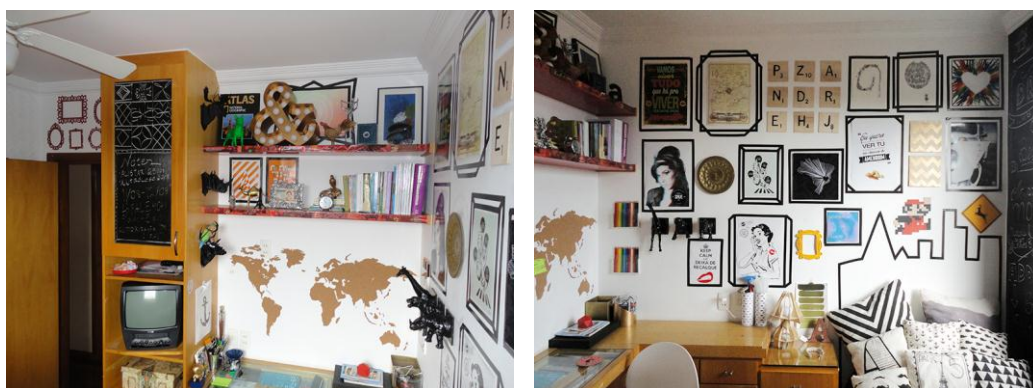
Em nossas sociedades, quando as crianças do sexo masculino deixam, de certo modo, o mundo das mulheres, quando começam a se reagrupar com outros meninos de sua idade, elas atravessam uma fase de homosociabilidade na qual emergem fortes tendências e/ou grandes pressões para viver momentos de homossexualidade. Competições de *pintos*, maratonas de punhetas (masturbação), brincar de quem *mija*(urina) o mais longe, excitações sexuais coletivas a partir de pornografia olhada em grupo [...] Nessa casa dos homens, a cada idade da vida, a cada etapa de construção do masculino, em suma está relacionada uma peça, um quarto, um café ou um estádio. Ou seja, um lugar onde a homosociabilidade pode ser vivida e experimentada em grupos de pares. Nesses grupos, os mais velhos, aqueles que já foram iniciados por outros, mostram, corrigem e modelizam os que buscam o acesso à virilidade. Uma vez que se abandona a primeira peça, cada homem se torna ao mesmo tempo iniciado e iniciador²⁹.

Na comparação entre os dois quartos dos leitores (figuras 3 e 4 e figuras 5 e 6) do *Homens da Casa*, encontramos semelhanças, ou seja, elementos comuns aos projetos, como a escolha dos temas na decoração, seguindo as publicações e sugestões do blog. Os dois projetos representam e materializam as sugestões publicadas no blog, assim como utilizam objetos decorativos, cores e pôsteres disponibilizados gratuitamente no Homens da Casa. A escolha de cores e temas também é semelhante. É interessante encontrar elementos

²⁸ WELZER-LANG, Daniel. A construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: *Revista Estudos Feministas*. N. 2, vol. 9. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 460-482.

²⁹ WELZER-LANG, 2001, p. 462.

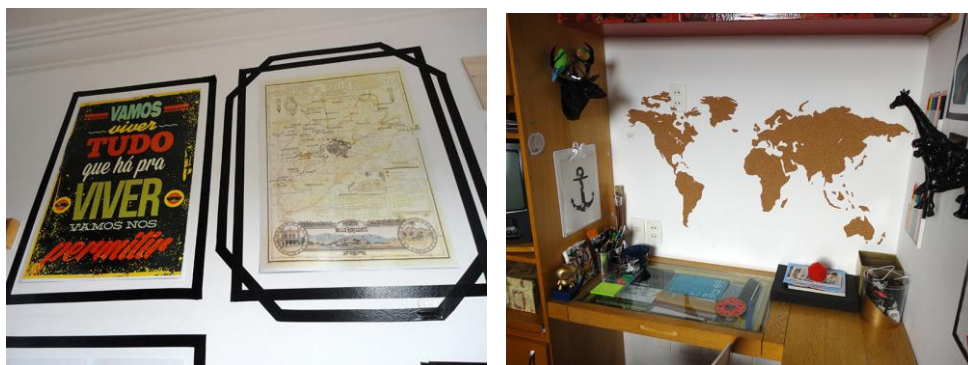
decorativos que afirmam identidades de gênero, como a presença das cores sóbrias e poucas cores fortes (preto, branco, cinza, amarelo) e os pôsteres disponibilizados pelo autor do blog, que fazem referência à música popular, às polêmicas da atualidade na internet ou redes sociais e às séries de televisão mais populares do momento.



Figuras 5 e 6. Imagens do quarto do leitor André, publicado na seção *Leitor ninja*. Fonte: *Homens da Casa*, 2014.

O que se destaca na decoração nos quartos dos leitores é a preferência por temas decorativos tradicionalmente associados às masculinidades, tais como: mapas, cabeças de animais como se fossem troféus de caça, padrões gráficos geométricos, contrastes preto e branco ou de tons sóbrios. Esses elementos consistem em um conjunto de representações de identidades que afirmam e reproduzem tipos de masculinidades.

146



Figuras 7 e 8. Detalhes do quarto do leitor André publicado na seção *Leitor ninja*. Fonte: *Homens da Casa*, 2014.

Na "casa dos homens", a caça (figuras 7 e 8), mesmo que simulada com materiais sintéticos, referencia a agressividade e violência naturalizadas no "universo masculino". A escolha por mapas e roteiros é uma afirmação de identidades sociais e culturais que entendem que os homens estão associados à aventura, às viagens, e são desbravadores 'por natureza'. Neste sentido, vale

lembrar que a representação de identidades ou de masculinidades, como o imaginário aventureiro, por exemplo, implica visões de mundo construídas a partir da perspectiva de gênero. Deste modo, ações, atividades aventureiras e de dominação, são atitudes atribuídas aos homens e às masculinidades, influenciando outros comportamentos além da decoração.

Na análise de imagens e textos é possível perceber como o gênero se constitui como uma prática de representação e, principalmente, uma prática discursiva. Cuecas e calcinhas são os termos adotados no *Homens da Casa* como substitutos de homens e mulheres. Usar a roupa íntima para designar um gênero, ou mais precisamente no registro do blog, para designar um sexo, é uma escolha muito óbvia. É uma solução tão estereotipada quanto utilizar as cores azul e rosa, por exemplo, que servem como distinção de gênero para os bebês. Fica fácil compreender as escolhas do autor do blog porque ele está localizado num registro heterossexual, onde o sexo biológico é utilizado para diferenciação. E, mais ainda, está localizado em um registro heteronormativo, no qual precisa reforçar características da masculinidade hegemônica, como a agressividade, palavrões, termos específicos. Deste modo, só existem classificações ou definições binárias e a escolha da peça de roupa íntima como designação do sexo vem confirmar esta visão sobre masculino e feminino.

A afirmação e reprodução dessa ideia de gênero como sexo colado no biológico é um discurso eficaz no sentido da comunicação e reconhecimento de gênero por parte dos leitores, embora considerado ultrapassado, sobretudo nas pautas e discussões feministas. Sua utilização no blog, que parece “natural”, consiste numa prática discursiva, de acordo com Judith Butler³⁰, pois ao mesmo tempo em que se questionam essas práticas, a formação e construção de gênero acontecem no interior dessas práticas e em relação a elas.

Joan Scott³¹ defende que devemos ter “atenção aos sistemas de significado, quer dizer, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência. Sem significado, não há experiência; sem processo de significação, não há significado.” Enquanto o blog pode parecer antiquado em seu discurso, fornece exemplos, termos e imagens que contribuem na reprodução e legitimação dessas práticas discursivas.

A afirmação do sexo biológico reforça diferenças e as estratégias de dominação e exclusão. Cuecas são bem vindos e devem ‘colocar a mão na massa’, porque decoração não é só coisa de mulher. E a pergunta fundamental é: qual é o problema da decoração ser coisa de mulher? Coisa de mulher torna-se um problema, uma concepção generificada quando é impregnada de termos e classificações que sugerem uma hierarquia de valores, de saberes, de representações, de visões de mundo.

A suposta naturalização da norma é uma prática discursiva muito eficaz, pois a representação de gênero influencia e reafirma valores, comportamentos

³⁰ BUTLER, op. cit..

³¹ SCOTT, op. cit., p. 82.

e posturas que, embora sejam criticados e rejeitados, constituem uma forma de reconhecimento e identificação de gênero. Como bem afirma Judith Butler,

Os domínios da 'representação' política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações de ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida³².

No *Homens da Casa*, a comunicação com o público leitor, presumidamente masculino, adota termos e expressões convencionais, populares e vulgares, como das peças íntimas e palavrões, que reforçam a masculinidade. Há um apelo baseado em um modelo de masculinidade hegemônica, que entende que homens são hábeis em ferramentas, acessórios para reformas e bricolagem, com técnicas de pintura e com bons conhecimentos de elétrica. A construção da masculinidade é um projeto "tanto individual quanto coletivo"³³ que envolve instituições, família, sociedade, no qual cada cultura possui uma definição de conduta e sentimentos apropriados aos homens, em favor de uma conformidade.

A representação da masculinidade convencional no blog reforça a crença em uma representação hegemônica do que é ser homem. A escolha do autor pelo formato passo-a-passo, priorizando a prática e a execução, no lugar de longos textos com referências teóricas, assim como a valorização do DIY no lugar de indicação de profissionais, empresas e lojas, reforça essa representação de masculinidade hegemônica.

O autor do blog, que propõe uma "decoreção realizável", mais prática e "sem frescura", dialoga com princípios da decoração e com temas abordados em outros blogs femininos populares na internet, assim como em revistas de decoração. O autor mostra como a masculinidade é um projeto, pois embora exista uma narrativa convencional sobre como se constroem e como se constituem as masculinidades, elas se desenvolvem em uma relação de "encontros dialéticos com forças culturais e instituições"³⁴, possibilitando a afirmação de outros tipos de masculinidades associadas a um modelo hegemônico.

Nesta perspectiva, o *Homens da Casa* pode ser pensado como uma tecnologia de gênero, pois coloca em evidência certos modelos de masculinidades, baseados em discursos (termos, linguagem irônica e informal, uso de palavrões e gírias) que afirmam e reproduzem esses modelos; baseados em práticas e estratégias de legitimação desses discursos, como a ênfase nas ferramentas, na construção e no apelo à práticas como o DIY. O conceito de

³² BUTLER, op. cit., p. 18.

³³ CONNELL, op. cit., p. 191.

³⁴ Ibid., p. 190.

tecnologia de gênero, proposto por Teresa de Lauretis³⁵, está relacionado às representações que contribuem na construção de representações e auto-representações de gênero. A auto-representação define o investimento que os sujeitos fazem em certos tipos de representação de gênero

Se em um dado momento existem vários discursos sobre a sexualidade competindo entre si e mesmo se contradizendo – e não uma única, abrangente ou monolítica, ideologia –, então o que faz alguém se posicionar num certo discurso e não em outro é um “investimento” (termo traduzido do alemão *besetzung*, palavra empregada por Freud e expressa em inglês por *cathexis*), algo entre um comprometimento emocional e um interesse investido no poder relativo (satisfação, recompensa, vantagem) que tal posição promete (mas não necessariamente garante)³⁶.

A ideologia proposta pelo *Homens da Casa* oferece possibilidades de investimento em representações de masculinidade, que prometem satisfação para seus possíveis seus leitores, por meio de estratégias como o apelo ao aspecto prático dos projetos (“colocar a mão na massa” e o conceito DIY, apoiados nas ferramentas) e discursos que reproduzem a masculinidade hegemônica, assim como a ideia de personalidade e diferenciação na decoração.

O blog configura-se como uma tecnologia de gênero por se tratar de um tipo de mídia que promove e reforça certos ideais de masculinidade, servindo como mediação na construção de significados e, sobretudo, de valores junto ao seu público. É uma tecnologia de gênero enquanto oferece posições de investimento (representações de gênero) nos modelos de masculinidade promovidos e materializados nas publicações do blog.

Considerações finais

No blog *Homens da Casa*, são adotados elementos de representação e identificação com determinado modelo de masculinidade, que serve como afirmação de virilidade e como estratégia de diferenciação de gênero, marcada pela heteronormatividade. Tanto as feminilidades quanto as masculinidades constituem códigos de comportamento, sentimentos, ações, atividades que não podem ser agrupados como características fixas, imutáveis e naturalizadas. Por

³⁵ LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

³⁶ LAURETIS, 1994, p. 225.

outro lado, esses códigos de comportamento são adotados para afirmar determinadas visões de mundo, como no caso do *Homens da Casa*, de que as feminilidades representam características indesejadas ou inferiores. Esta visão fica evidente nos discursos do blog, que procura enfatizar uma nova abordagem para a decoração, afastando-se das características associadas às feminilidades e afirmando uma perspectiva masculina heteronormativa, que sugere misoginia e homofobia, lembrando do subtítulo "decoreção sem frescura". Tal orientação é reforçada pela exaltação da participação dos leitores homens e em contraste com o pouco reconhecimento quanto à participação de mulheres.

A exaltação da masculinidade no *Homens da Casa* tem o efeito de reproduzir estereótipos e reafirmar oposições binárias que tendem a minimizar as tensões de discursos misóginos e concepções que sugerem hierarquias entre saberes e práticas. Feminilidades e masculinidades não podem ser compreendidas como características inerentes aos corpos biológicos nem como modelos únicos. Porém certos tipos de masculinidades permanecem associados ainda hoje ao conhecimento racional, científico e tecnológico, mais valorizado nas sociedades ditas ocidentais. Atributos associados às feminilidades conferem um status menor a uma determinada atividade, como mostram as estratégias de reconfiguração da decoração apresentadas no blog *Homens da Casa*.

Sobre as autoras

Lindsay Jemima Cresto possui graduação em Desenho Industrial pela Universidade Federal do Paraná (2001), especialização em Design de Mobiliário pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2005) e mestrado em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2009). Atualmente é professora nas Faculdades Integradas do Brasil (Unibrasil) e desenvolve pesquisa de doutorado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná na área de Tecnologia e Sociedade. E-mail: lincresto@hotmail.com.

Marinês Ribeiro dos Santos possui graduação em Desenho Industrial pela Universidade Federal do Paraná (1994), mestrado em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2000) e doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). É professora do Departamento Acadêmico de Desenho Industrial e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Sua tese de doutoramento, intitulada "O Design Pop no Brasil dos Anos 1970: Domesticidades e relações de gênero na revista Casa e Jardim" foi contemplada com o primeiro lugar no 24º Premio Design Museu da Casa Brasileira, na categoria destinada aos trabalhos acadêmicos. E-mail: ribeiro@utfpr.edu.br.

*Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2015.
Aprovado em 10 de junho de 2015.*

HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA: UMA ANÁLISE DE MODOS DE SUBALTERNIZAÇÃO NA REVISTA JORNAL DAS MOÇAS

CAETANA DE ANDRADE MARTINS PEREIRA
Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise da feminilidade performada na revista *Jornal das Moças*, em exemplares veiculados no ano de 1960. A feminilidade, aqui, é pensada a partir de uma perspectiva que a desnaturaliza e evidencia a historicidade de sua construção. Aponto como os textos presentes nessa revista atuam como tecnologias produtoras de identidades gendradas, heteronormativas e racializadas. As revistas são pensadas como dispositivos que operam engendrando e hierarquizando os sujeitos. A feminilidade produzida pela revista constitui modos de subalternização em que a orientação sexual heterossexual, o casamento, a maternidade e o trabalho doméstico não remunerado são interpelações recorrentes.

PALAVRAS-CHAVE: Feminilidade performada; Heterossexualidade compulsória; Pedagogias de gênero; Raça.

ABSTRACT

The present article proposes an analysis of femininity performed in the magazine *Jornal das Moças*, in issues published in the year of 1960. Femininity is regarded from a perspective that desnaturalizes it and demonstrates the historicity of its construction. I point to how texts presented in the magazine work as technologies producing gendered, heteronormative and racialized identities. The magazines are thought of as devices that operate engendering and hierarchizing subjects. The femininity produced by the magazine constitutes ways of subalternizing in which heterossexual sexual orientation, marriage, motherhood and unpaid domestic work are recurring interpellations.

KEYWORDS: Performed femininity; Compulsory heterosexuality; Gender Pedagogies; Race.

As revistas “femininas” constituem *locus* de significações a respeito de modelos de feminilidade, são tecnologias de gênero que engendram saberes relativos a específicos modos de feminização¹. Através da análise do *Jornal das Moças*, percebemos características destes modelos, onde os corpos performados ensinam o que é, e como deve ser um corpo feminino. A reiteração de um mesmo estilo corporal é um modo de estabilização e homogeneização da imagem de feminilidade performada. As revistas “femininas” veiculadas no ano de 1960, como é o caso das que analiso neste artigo, performam imagens de feminilidade, naturalizando valores e significações historicamente situadas.

O semanário *Jornal das Moças* era uma publicação carioca da Editora *Jornal das Moças LTDA*, com circulação nacional entre os anos de 1914 e 1965. Era distribuído nas capitais do país e em algumas cidades do interior. À época dos exemplares pesquisados, ano de 1960, saía semanalmente nas bancas. É constituído principalmente por figurinos de moda (com os respectivos moldes no encarte) e riscos de bordados, mas possui também artigos sobre artistas de rádio e cinema, contos, receitas, além de colunas sobre a vida social das elites cariocas.

Inserido na revista está o suplemento “*Jornal da Mulher*” (escolhido como recorte de análise neste artigo), onde são encontradas as fotos de moda e os moldes para costura. Neste suplemento está também um campo de temáticas que interpela as/os leitoras/es em uma ordem gendrada específica: o “ser mulher”, e não mais uma “moça” (trata-se do *Jornal da Mulher* dentro do *Jornal das Moças*), por meio de conselhos e “novidades” a respeito de práticas de embelezamento, moda, e assuntos relativos à maternidade e ao casamento, por exemplo.

A publicação é endereçada às supostas leitoras, pois utiliza sempre a linguagem de interpelação ao público leitor no feminino. Além disso, parece endereçar-se mais especificamente às costureiras e bordadeiras (visto que boa parte de suas páginas apresentam moldes e riscos de bordado).

Com caráter explicitamente pedagógico, a revista evidencia seu propósito de educar suas leitoras. A publicação se apresenta como um espaço para que elas possam

dizer aquilo tudo que você quer dizer mas não sabe, que você quer saber mas não entende. Pois para isso foram criadas revistas, como *JORNAL DAS MOÇAS* que, desde 1914 não têm poupado esforços para ser de grande utilidade para todas as suas leitoras².

¹ O termo revistas “femininas” é problemático, pois indica que tais publicações são sobre mulheres. Entretanto, entendo tal tipo de publicação (como a revista *Jornal das Moças*) como uma interpelação de gênero e raça, e não como algo que diz respeito às mulheres (um sujeito muito mais plural do que publicações deste tipo têm suposto). Os temas tratados na revista não são atributos ou assuntos de mulheres, ou “femininos”, mas justamente performam uma imagem de mulher e de feminilidade que dizem representar. Quando uso o termo revistas “femininas”, esta palavra está sempre entre aspas.

² *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2333, 03 mar. 1960, p. 19.

Vemos que a revista, ao afirmar que irá apresentar às suas leitoras “aquilo tudo que você quer dizer mais não sabe”, se coloca no lugar de quem sabe o que a leitora precisa, indicando que ela é alguém que não sabe dizer sobre suas próprias vontades, necessidades e aspirações. Esta frase desautoriza suas leitoras sobre si mesmas, sobre a capacidade de formularem suas próprias demandas.

Nos enunciados do semanário, a revista constrói e veicula uma imagem sobre si,

(...) uma revista que tem o seu nome aureolado de glórias por essas e por outras atividades que exerce, inclusive aquela de não ter ainda avançado o sinal da moralidade. (...) O JORNAL DAS MOÇAS tem um programa. Traçou-o nos primórdios de sua existência, tem-no seguido à risca, até com prejuízos para sua própria existência. Pois bem, não sairá dele por coisa nenhuma e morrerá com êle. Será sempre uma revista para a família, embora haja quem a critique porque é uma revista nos moldes antigos³.

Aqui, o Jornal das Moças afirma que tem um “programa”, uma pedagogia explícita. Este programa parece estar ligado a um modo de moralização em que a “família” e os “moldes antigos” ancoram suas normas. A publicação, que se define como “sempre pronta para dizer tudo o que você não sabe, o que não entende”, pauta através deste “programa” os modos de existência apresentados.

Percebemos, nas notas veiculadas pela revista, esta orientação moralizante, onde a feminilidade é performada em um modelo de heterossexualidade compulsória⁴:

A mulher moderna começou a ter parte ativa na vida pública e a luta pelo voto lhe ensinou a organizar-se para obter a abolição de algumas inabilitações restantes. Porém, sua evolução política não tem prejudicado, de forma alguma, os assuntos de especial incumbência da mulher: o cuidado do lar, a maternidade, o bem estar da família, a educação dos filhos. É

³ Ibid.

⁴ Conceito desenvolvido por Adrienne Rich (2010) e amplamente utilizado por teóricas feministas (ver CURIEL, 2010, p. 24), que propõe pensar o caráter político da heterossexualidade definindo-a como uma instituição que diminui o poder das mulheres, em sociedades identificadamente masculinas. A heterossexualidade aparece como imposição institucionalizada (e naturalizada) que assegura modos de exploração, constituindo a feminilidade como subalterna. RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades*. Natal: v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17-44. CURIEL, Ochy. *El regimen heterosexual de la nación: Un análisis antropológico lésbico-feminista de la constitucion política de Colombia de 1991*. Bogota: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

que elas são, antes de mais nada, mulheres, situação que nenhuma carreira ou profissão consegue sobrepujar⁵.

Aqui encontramos, segundo a revista, “os assuntos de especial incumbência da mulher”. Estas são as atribuições esperadas e naturalizadas da feminilidade neste espaço; afirmar que “elas são, antes de mais nada, mulheres” significa naturalizar as funções sociais de mães, esposas, assim como o trabalho doméstico. Esta feminilidade é apresentada dentro de um campo hegemônico de heterossexualidade compulsória, o que significa dizer um regime político em que a heterossexualidade aparece como uma norma sociocultural naturalizada; em que a orientação sexual heterossexual, o casamento, a constituição da família nos moldes heterossexuais e o trabalho doméstico não remunerado aparecem como condições “essenciais” das mulheres, e não construtos histórico-culturais.

O *Jornal das Moças* se coloca reiteradamente como uma revista para a “família”. As mulheres são apresentadas em um assujeitamento à seus supostos atributos “naturais”: o cuidado do lar, do marido e das/os filhas/os. A heterossexualidade compulsória se mostra um conceito útil para pensar como, nesta revista, relações hierárquicas de poder são estabelecidas, mantidas e atualizadas. Na publicação, o casamento heterossexual aparece como norma e desejo, e assim prescrito a partir de regras veiculadas e reafirmadas:

MANDAMENTOS DA ESPÔSA ITALIANA

- I – Ama a teu marido sôbre todas as coisas e a teu próximo o melhor que possas, mas recorda-te que o lar pertence a teu marido e não a teu próximo.
- II – Considera a teu marido como a um hóspede de honra, como a um precioso amigo e não como a uma amiga a quem se contam as pequenas mortificações da existência. Se podes passa sem essa amiga.
- III – Que a casa esteja em ordem e teu rosto sorridente na hora do teu marido regressar ao lar, mas, se isso não puder acontecer, desculpa-te da melhor maneira.
- IV – Não peças coisa alguma supérflua para a casa. Se podes fazê-lo, exige somente alegre, um pouco de espaço livre e tranquilidade para os filhos.
- V – Que teus filhos estejam sempre bem arranjados e limpos e que tu, como eles, esteja limpa e arranjada.
- VI – Lembra-te que te casaste com ele para acompanhá-lo na boa ou má sorte. Se todo mundo o abandona, debes conservar suas mãos entre as tuas.
- VII – Se ainda vive a mãe de teu marido, lembra-te que toda a tua bondade e abnegação serão poucos para aquela que o acalentou em seus braços quando criança.
- VIII – Não peças o impossível; se és útil, já és ditosa.

⁵ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2338, 07 abr. 1960, p. 24.

IX – Se sobrevém a desgraça, não desanimes nem te desesperes: a calma voltará. Tem confiança em teu marido, e êle terá coragem pelos dois.

X – Se teu marido se afasta de ti, espera-o. Pois não és apenas sua esposa, és a honra de seu nome. Um dia êle voltará agradecendo-te a indulgência e admirando-te ainda mais⁶.

É importante notar que o título desta nota indica um primeiro campo de sentidos deste discurso: a colonialidade⁷. A esposa italiana aparece como universo de referência para a feminilidade performada. É a mulher branca, europeia que é apresentada como norma do que significa ser uma esposa. Portanto, trata-se de um modo de racialização eurocêntrico colonial, onde a branquitude configura um horizonte. A colonialidade se faz evidente porque a esposa italiana se torna o espelho ou a referência de feminilidade, distanciando-se da realidade multi-étnica do país. O horizonte racial apresentado pela revista é um modo de reiterar as hierarquias eurocêntricas de raça e cor.

A referência à bíblia, aos 10 Mandamentos, remete a outro campo de sentidos: a um conjunto de leis divinas. Situando-se no campo de referências de valores cristãos, a revista faz uma adaptação dos 10 Mandamentos, endereçando um específico conjunto de ordens para as mulheres-esposas. Note-se que não se tratam de recomendações, mas de ordens que se pretendem divinas, de mandamentos, estabelecendo a feminilidade matrimonial em uma moralidade patriarcal e no campo de referência judaico-cristão⁸.

Chamo a atenção para o fato de aparecerem, em alguns momentos, imagens de vestidos de noivas após textos que providencialmente relatam “pesquisas científicas” referentes ao desejo do matrimônio. Em outra nota, intitulada “Elas querem o diploma mas também um marido!”, é narrada uma

⁶ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2329, 04 fev. 1960, p. 23.

⁷ Conceito elaborado por Anibal Quijano (2010) que diz respeito a um regime de poder eurocêntrico-capitalista que habitamos e que nos habita a todas/os (FILHO, 2008). Se funda em uma ideia de desenvolvimento, impondo padrões econômicos, políticos, morais e epistemológicos sobre povos latino-americanos, africanos e asiáticos “não apenas para estabelecer um mecanismo de criação e expansão dos estados-nação desenvolvidos, mas para a própria criação da identidade europeia (e estadunidense)”, que se afirma por intermédio da expropriação (NASCIMENTO, 2010, p. 24-25). O colonizador invisibiliza e subalterniza o imaginário do outro para a afirmação do próprio imaginário. A “raça” é a classificação social fundante da colonialidade do poder. A racialização sustenta e legitima o caráter eurocentrado deste padrão de poder, dividido entre dominantes “europeus” e dominados “não-europeus”. QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130. FILHO, Jorge Pereira. Entrevista com o sociólogo peruano Anibal Quijano. *Brasil de Fato*, 2008. Disponível em: <http://historiaemprojetos.blogspot.com/2008/10/entrevista-com-o-sociologo-peruano-anibal.html>. Acesso em fevereiro de 2014. NASCIMENTO, Wanderson Flor do. *Por uma vida descolonizada: diálogos entre a bioética de intervenção e os estudos sobre a colonialidade*. 2010. 128 f. Tese (Doutorado em Bioética), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

⁸ Apresento esta nota para que a/o leitora/r tenha uma ideia da retórica da revista. Não analiso aqui os campos discursivos presentes neste trecho, entretanto as principais matrizes discursivas serão posteriormente analisadas ao longo deste artigo.

pesquisa na Suécia⁹ que demonstraria a tendência de estudantes ao matrimônio, durante o ensino superior. “Isto acontece de um modo especial com as moças – esclarece o professor sueco – pois, em muitos casos, na Europa, principalmente, assim que elas ingressam nas universidades, procuram não apenas conseguir o diploma, mas também um marido...”¹⁰. Estes discursos indicam e naturalizam o casamento heterossexual como vontade imperativa – as mulheres ingressam nas universidades não apenas para estudar, mas também para “conseguirem um marido”, de acordo com a publicação.

Em outra nota, há também um uso retórico do “científico” para autorizar o programa de sexo/gênero da revista. Desta vez uma “enquete”, onde, com os títulos e subtítulos “Todas as mulheres sonham com um lar” e “CASAMENTO: O MAIOR DESEJO” (texto em caixa alta), a revista ensina que o maior desejo das mulheres é o casamento:

Uma “enquete” recentemente realizada pela YWCA (Associação Cristã de Moças), nos Estados Unidos, revelou aspectos bem impressionantes sobre os desejos e aspirações das mulheres, no que tange ao futuro de cada uma delas. (...) Todos os três grupos de entrevistadas revelaram, numa quase unanimidade, que o maior desejo das mulheres, quanto ao futuro, é o casamento. Casar, ter filhos e não precisar trabalhar fora. Preferem elas, como se verifica, criar um verdadeiro lar, dedicando-se, exclusivamente, a cuidar dos filhos e do marido. (...) ¹¹.

156

O casamento, o “maior desejo de todas as mulheres”, aparece reafirmando prescrições ordenadoras das relações entre as pessoas. As imagens e os textos do *Jornal das Moças* produzem performativamente o desejo do casamento, naturalizando-o. Produzindo o efeito de uma “essência” das mulheres, na qual a união heterossexual e sua institucionalização, o casamento, aparece como o “maior desejo”, a revista performa um mundo em que estes programas de sexo/gênero constituem a própria feminilidade.

Adrienne Rich, nesse sentido, propõe uma reflexão sobre a natureza e a extensão das pressões heterossexuais. Rich pensa a idealização do “amor romântico” e do casamento hetero como algumas das formas de manifestação do poder masculino, expressando o controle da consciência feminina e naturalizando a opressão. A mística do romance heterossexual, do casamento como destino, “irradiada na jovem desde sua mais tenra infância por meio dos contos de fada, da televisão, do cinema, da propaganda, das canções populares”¹², serviria de eficaz instrumento de perpetuação da dominação masculina (referindo-se à produção da feminilidade nesses mundos ocidentais).

⁹ Nas notas do *Jornal das Moças*, é recorrente o uso de “pesquisas” e “dados estatísticos” para justificar o programa de sexo/gênero promovido pela publicação. Estas “pesquisas” são, em sua maioria, provenientes de países da Europa ou dos Estados Unidos. Isto é também é uma marca da colonialidade na revista.

¹⁰ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2346, 02 jun. 1960, p. 28-29.

¹¹ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2358, 25 ago. 1960, p. 28.

¹² RICH, op. cit., p. 31.

Em outras palavras, podemos pensar que muitas mulheres se constituem em um espaço social em que a percepção de si é marcada pelas pedagogias do “amor romântico” e do casamento heterossexual, de modo que uma sensibilidade específica é produzida, onde subalternidade e dependência são centrais. Tais pedagogias atuam na produção de modos de ser e pensar e sentir, e apresentam mundos, performam mundos que se apresentam como universos possíveis ou ideais.

Assim, na “pesquisa” veiculada pelo *Jornal das Moças* (um suposto estudo científico criteriosamente elaborado), aprende-se que “o maior desejo das mulheres (...) é o casamento. Casar, ter filhos e não precisar trabalhar fora. Preferem elas, como se verifica, criar um verdadeiro lar, dedicando-se, exclusivamente, a cuidar dos filhos e do marido”¹³. Este desejo e esta aptidão são afirmados como próprios da “natureza” das mulheres. Pedagogicamente, a revista institui desejos e reifica posicionamentos politicamente interessados¹⁴.

Nesse sentido, é preciso problematizar a naturalização do cuidado materno, e a demanda de que as mulheres sejam as provedoras do cuidado e conforto em outras esferas. Na revista, percebemos as relações naturalizadas de cuidado mãe-filha/o se estenderem às relações mulheres-homens. Podemos pensar aqui esta demanda dentro do campo de sentidos da heterossexualidade compulsória, pensar “o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas”¹⁵. No *Jornal das Moças*, as mulheres são ensinadas e incentivadas reiteradamente a cuidar do marido, das/os filhas/os e do “lar”:

UMA SAGRADA TAREFA

A boa mãe de família é aquela que cuida do bem estar e comodidade de todos os seus, para os quais prepara uma perfeita saúde física e moral e lhes faz a vida mais agradável e prazerosa.

Cumprindo sua tarefa com amor e com gosto e emprestando à sua missão um pouco de sua alma, certamente encontra singularmente aliviado seu trabalho, os pormenores mais fastidiosos se tornarão fáceis. (...)

¹³ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2358, 25 ago. 1960, p. 28.

¹⁴ É importante ressaltar que a feminilidade produzida pela revista é uma feminilidade branca, que performa imagens de mulheres pertencentes às classes médias e às elites do país. Sueli Carneiro aponta que as mulheres negras nunca se reconheceram neste “mito da rainha do lar” performado pela publicação. “Nosotras – las mujeres negras – (...) somos parte de un contingente de mujeres que trabajaron durante siglos como esclavas labrando la tierra o en las calles como vendedoras o prostitutas. Mujeres que no entendian nada cuando las feministas decían que las mujeres debían ganhar las calles e trabajar.” CARNEIRO, Sueli. *Ennegrecer al feminismo. Feminismos Disidentes en América Latina y El Caribe* - Nouvelles Questions Feministas. Paris/México: v. 24, n. 2, 2005, p. 21-26.

¹⁵ RICH, op. cit., p. 34.

A idéia de predomínio deve ser abandonada por completo, exercendo, ao contrário, a difícil tarefa com responsabilidade e cordura¹⁶.

A expressão do título "sagrada tarefa" novamente faz referência a um campo de sentidos religiosos, performando (por associação) a feminilidade matrimonial em um específico universo de valores. O cuidado com a família, a dedicação, o trabalho com prazer, a abnegação são apresentados como características desejadas nas mulheres, e ao mesmo tempo atributos naturalizados de esposas, mães e "donas de casa"¹⁷. O "lar" é mostrado recorrentemente como seu espaço de investimento e ação. O *Jornal das Moças* produz e atualiza significações que relacionam as mulheres ao espaço da domesticidade.

A participação dos homens no trabalho doméstico aparece raramente nos exemplares analisados, e, quando acontece, não é considerada "harmônica com a natureza masculina"; aparece na revista como "injusto" exigir "precisão nos assuntos domésticos"; ou então aparece em textos que encorajam nitidamente a função como de máximo interesse das "donas de casa":

(...) É razoável a cooperação do marido na manutenção da ordem do lar. Seria injusto, no entanto, da parte da espôsa, exigir do marido precisão e minúcia absolutas nos assuntos domésticos, nem sempre harmônicos com a natureza masculina¹⁸.

158

Deve a mulher receber auxílio do marido nos trabalhos domésticos?

Segundo o ponto-de-vista de um psicólogo americano, os trabalhos domésticos não têm efeito negativo. Através de estatísticas, constatou ele que em 100 mulheres que têm auxílio dos maridos (ou de empregadas) no trabalho da casa, somente 33 chegam à idade avançada, enquanto que de cada 100 que se propõem elas mesmas a cuidar de seus trabalhos, 96 chegam à idade de 80 anos (...)¹⁹.

Aqui novamente vemos o uso de um discurso que se ancora em uma autoridade tomada como científica (as estatísticas e um psicólogo) para reafirmar uma imagem que a revista reiteradamente produz sobre o que é ser mulher. O trabalho doméstico ou o "cuidado com o lar", como muitas vezes é

¹⁶ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2363, 29 set. 1960, p. 20.

¹⁷ Uso a expressão "donas de casa" entre aspas pois é de uso corrente na revista, é uma categoria nativa. Esta é uma expressão problemática que relaciona as mulheres de forma imediata e naturalizada ao espaço doméstico. As "donas de casa" não são proprietárias, mas trabalhadoras domésticas, ou administradoras do espaço doméstico. O casamento é o que torna uma mulher "dona de casa". Ou seja, ao estabelecer uma relação matrimonial com um homem, um campo de trabalho não remunerado e invisibilizado é automaticamente atribuído a mulher. O trabalho doméstico camuflado de identidade feminina (a identidade "dona de casa") é um modo de exploração do tempo e da energia das mulheres.

¹⁸ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2356, 11 ago. 1960, p. 29.

¹⁹ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2332, 25 fev. 1960, p. 23.

apresentado, é tratado como uma atribuição natural das mulheres ou como algo que as beneficia (aumentando sua expectativa de vida). Este trabalho doméstico feminizado não é nunca problematizado ou questionado como trabalho não pago.

Em outra nota, as estatísticas desencorajam o trabalho fora de casa, e, ainda quando o mesmo aparece, o vínculo com o cuidado da casa, das/os filhas/os e do marido é reforçado:

ANTES DE TUDO ELAS SÃO ESPOSAS E MÃES

A melhor prova de que a mulher moderna não sacrifica os seus deveres de esposa, de mãe e de dona de casa, a fim de se dedicar a outras atividades, tais como a social, a política, a industrial, etc., pode ser dada através das estatísticas, pois não é errado dizer que, na maioria dos casos, os números falam mais do que as palavras.

Segundo revelaram estatísticos norte-americanos, vinte milhões de mulheres trabalham, atualmente, nos Estados Unidos, sendo que mais de nove milhões delas são casadas e dirigem pessoalmente seus lares.

Com base, ainda, nas estatísticas, podemos informar, levando em conta recentes dados oficiais que existem hoje na China duzentos e cinquenta milhões de mulheres trabalhando na agricultura, na indústria e no comércio. A quase totalidade dessas mulheres são de família e todas elas representam a contento o seu papel de donas-de-casa²⁰.

A nota aparece na seção "Feminismo à varejo", no *Jornal das Mulheres* – este é o feminismo que a revista propõe à suas leitoras. Os "deveres de esposa, de mãe e de dona de casa" parecem ser apresentados paradoxalmente como normas (deveres) e uma escolha ou vocação das mulheres. Usando um raciocínio vago, com palavras de ordem conclusivas, mas sem argumentos, as afirmações pretendem se justificar em estatísticas (em um discurso pretensamente neutro e/ou científico, dito estatístico), para defender um ponto: o trabalho doméstico é uma atribuição feminina.

Afirma-se que "todas elas representam a contento o seu papel de donas-de-casa". O lar, a família, o marido, as/os filhas/os aparecem como prioridades inquestionáveis (nesta nota, conciliados ao trabalho fora de casa, estabelecendo a dupla jornada de trabalho). Tania Navarro-Swain, discutindo sobre revistas "femininas", observa que, de fato, "o que se nota é uma certa condescendência em relação à mulher profissional, cuja atividade seria apenas

²⁰ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2346, 02 jun. 1960, p. 28.

um acréscimo às suas tarefas habituais, nunca uma modificação da divisão 'natural' do trabalho"²¹.

Na nota a seguir percebemos que, para o *Jornal das Moças*, a rua não constitui espaço "natural" de deslocamento das "donas de casa", pois aqui são dadas como "menos aptas" para circular por este espaço²²:

CORREM MAIS RISCO AS DONAS-DE-CASA

As delegacias de trânsito da Alemanha ocidental iniciaram uma série de cursos instrutivos dedicados às donas-de-casa, pois, segundo o estudo das estatísticas, elas são mais propensas aos acidentes de trânsito²³.

Os ditos "estudos" e "estatísticas" publicados pela revista afirmam que as "donas de casa" são mais propensas aos acidentes de trânsito. É preciso se perguntar o que significa ser "mais propensa" a tais acidentes. Do que se trata essa afirmação? Estas "pérolas informativas" apresentadas pela revista carecem de qualquer argumentação mínima, de qualquer evidência sustentada. Em uma completa (des)articulação argumentativa, a revista está repleta de falsos encadeamentos, com enunciados sem qualquer conexão. Recorrentemente, informações parcas e inconclusivas são acompanhadas de afirmações retumbantes sobre as mulheres, que aparecem educadas para a função de "dona de casa", como observamos a seguir:

160

PALAVRAS SENSATAS

Disse R. Dias-Alejo: "Para que a família melhore integralmente, há que instruir à mulher em assistência social técnica e em economia doméstica (...)"²⁴.

Instruídas para melhor desempenharem sua "vocação" – estas são as marcas do modelo de feminilidade instituído pela publicação. Nesta revista, as mulheres aparecem repetidamente definidas a partir das ocupações domésticas, do cuidado com o marido e com as/os filhas/os. Aparecem definidas também pelas características consideradas próprias desta feminilidade, como instinto materno, bondade, abnegação, doçura. Características essencializadas que configurariam o que Navarro-Swain chama de "verdadeira mulher" quando discute sobre as imagens de feminilidade performadas nas revistas "femininas": "aquela que é constituída para o amor, para a maternidade, para a sedução, a complementação do homem, costela de Adão reinventada"²⁵. Na publicação, a

²¹ NAVARRO-SWAIN, Tania. Feminismo e Representações Sociais: A Invenção das Mulheres nas Revistas "Femininas". In: *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora da UFPR, n. 34, p. 11-44, 2001, p. 21.

²² Note-se que a revista performa uma feminilidade racializada, onde as mulheres pobres e não-brancas são invisibilizadas. (ver CARNEIRO, op. cit., p. 22).

²³ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2348, 16 jun. 1960, p. 21.

²⁴ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2349, 23 jun. 1960, p. 25.

²⁵ NAVARRO-SWAIN, op. cit., p. 20.

“verdadeira mulher” aparece em fotografias e desenhos marcados racialmente pela branquitude como ordem estética.

Desta maneira, a família heterossexual e estes atributos essencializados na “verdadeira mulher” (sedução, maternidade, submissão, altruísmo, abnegação) constituiriam, na revista, matrizes de inteligibilidade, historicamente situadas. Monique Wittig sustenta que o conceito de “mulheres” nunca foi um conceito simples e também propõe pensa-lo como uma construção política; e afirma que a acusação dirigida às que resistiam ao conceito, como as lésbicas, era a de que não eram mulheres “verdadeiras”²⁶.

A heterossexualidade compulsória, nesse sentido, naturaliza relações que estão na base da sociedade (heterossexual), mas que são historicamente contingentes. Para Wittig,

Em nossas mentes e em nossos corpos somos levadas a corresponder, característica a característica, à idéia da natureza que foi estabelecida para nós; tão pervertida que nosso corpo deformado é o que eles chamam “natural”, o que supostamente existia antes da opressão; tão distorcido que no final das contas a opressão parece ser uma consequência dessa “natureza”, dentro de nós mesmas (uma natureza que é somente uma idéia) (...) ²⁷.

161

O sujeito lesbiano oferece, para a autora, a única possibilidade social de se viver livremente, pois a lésbica não é uma “mulher” – as mulheres só podem ser pensadas dentro de um campo político e econômico de heterossexualidade compulsória²⁸. Nas palavras de Wittig,

(...) o que faz uma mulher é uma relação social específica com um homem, uma relação que chamamos servidão, uma relação que implica uma obrigação pessoal e física e também econômica (“residência obrigatória”, trabalhos domésticos, deveres conjugais, produção ilimitada de filhos etc.), uma

²⁶ WITTIG, Monique. Ninguém nasce mulher. 1980. Disponível em: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2009/04/ninguem-nasce-mulher.html>. Acesso em dezembro de 2013.

²⁷ Ibid.

²⁸ Sojourner Truth, em seu discurso “Ain’t I a woman?”, de 1851, também coloca em questão a identidade “mulher”, entretanto em outro sentido, pois aponta para a invisibilização das questões raciais: “That man over there says that women need to be helped into carriages and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. Nobody ever helps me into carriages, or over mud-puddles, or gives me any best place! And ain’t I a woman? Look at me! Look at my arm! I could have ploughed and planted, and gathered into barns, and no man could head me! And ain’t I a woman? I could work as much and eat as much as a man - when I could get it –and bear the lash as well! And ain’t I a woman? I have borne thirteen children, and seen them most all sold off to slavery, and when I cried out with my mother’s grief, none but Jesus heard me! And ain’t I a woman?” (Truth, 1851). TRUTH, Sojourner. Ain’t I a woman?. 1851. Disponível em: <http://www.fordham.edu/halsall/mod/sojtruth-woman.asp>. Acesso em fevereiro de 2014.

relação a qual as lésbicas escapam quando rejeitam tornar-se ou seguir sendo heterossexuais (...) ²⁹.

O “pensamento hetero” se mostra evidente nos discursos da revista, onde não há questionamento da heterossexualidade como elemento fundante da opressão/construção da feminilidade. As práticas discursivas da revista performam uma imagem da feminilidade relacionada a uma “ideia de natureza que foi estabelecida para nós”, como diz Wittig. Entretanto, essa feminilidade performada constitui uma “relação social específica com um homem”, em que uma série de obrigações estão envolvidas, assim como posições de subalternidade estão implicadas.

O *Jornal das Moças* institui e reifica práticas normativas de sexo-gênero, contribuindo para a construção de uma feminilidade heteronormativa e subalterna. Constituem discursos que, em seu conjunto de imagens e sentidos, veiculam normas regulatórias que organizam e qualificam corpos e sensibilidades, que delineiam modos de ser e estar no mundo, estabelecendo hierarquias de gênero, raça e classe.

A maternidade, requisito fundante da heterossexualidade compulsória, aparece recorrentemente na publicação. Por meio do “dever sagrado” de ser mãe, a existência das mulheres é afirmada pela sua capacidade reprodutora. A maternidade, ou o “instinto materno”, são tidos como atributos “naturais”, como aparece na seção *Evangelho das Mães*:

Tôdas as mães sabem contar contos ou, falando melhor, todas as mulheres, e até a mais rude, encontra no íntimo de seu espírito a imagem longínqua que lhe serve para elaborar o conto infantil de que necessita, frente ao olhar interrogante e ansioso da criança.

Os melhores contos não são, precisamente, aqueles que formam parte das antologias, são os que as mães sensíveis “compõem” para seus filhos ³⁰.

Todas as mulheres, de acordo com a revista, têm “no íntimo de seu espírito” a vocação para a maternidade. É algo que faz parte da sua constituição, do “ser mulher”. Por meio de notas e imagens, a revista segue construindo e atualizando os contornos da “verdadeira mulher”, e de seu “destino natural”, o casamento e a maternidade. A capacidade de reprodução aparece com o peso “de uma fatalidade que definiria a mulher enquanto verdadeira mulher” ³¹. Para Tania Swain, a maternidade, uma função orgânica,

é promovida em termos simbólicos a um nível identitário, essencial, portadora de um destino social ancorado no corpo. Objetiva-se, desta forma, a imanência que faz das mulheres este corpo fractal: é a apropriação social do corpo construído

²⁹ WITTIG, 1980.

³⁰ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 2345, 26 mai. 1960, p. 25.

³¹ NAVARRO-SWAIN, Tania. “Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade”. In: STEVENS, Cristina (org.). *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007, p. 203.

em mulher que confere a todas as mulheres um destino biológico, quase uma fatalidade³².

A heterossexualidade compulsória aparece, na revista, instituindo uma noção de "família", especificamente o núcleo familiar constituído pela mãe, pai e filhas/os – uma articulação entre casamento, maternidade e heterossexualidade³³. As mulheres são pensadas dentro de um campo político e econômico hierárquico:

Assim, por um lado, o discurso da "natureza" faz da possibilidade de procriação a essência da mulher, tirando-lhe ao mesmo tempo o papel de sujeito e a posse de seu corpo; por outro, a instituição do casamento, em particular, e da heterossexualidade obrigatória, em geral, fazem com que as mulheres possam ser apropriadas individual e coletivamente pelos homens, em sua força de trabalho e em sua sexualidade³⁴.

O Jornal das Moças expõe, desta maneira, suas regras: reafirma a maternidade como "essência" das mulheres, a heterossexualidade como fundamento dos corpos que se fazem femininos e o casamento como desejo e destino de todas, determinando a domesticidade como espaço "natural" e esperado das mulheres, e a branquitude como horizonte estético-racial. Percebemos que a revista atua na construção de uma feminilidade específica (androcêntrica e eurocêntrica) que é apresentada como norma e como ordem da feminilidade.

163

Sobre a autora

Caetana de Andrade Martins Pereira possui graduação (2002) em Comunicação Social (Jornalismo) pelo UniCEUB e mestrado (2013) em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB). E-mail: caetanamartins@gmail.com.

*Artigo recebido em 04 de fevereiro de 2015.
Aprovado em 30 de abril de 2015.*

³² NAVARRO-SWAIN, 2007, p. 205.

³³ Ibid., p. 219.

³⁴ Ibid., p. 211.

DO IHGB A MONTEIRO LOBATO, DO CIENTÍFICO AO LITERÁRIO: (RE) SIGNIFICAÇÕES DO DIÁRIO DE HANS STADEN

DÉBORA MEIRA DOS SANTOS

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

RESUMO

Publicado em 1557 em Marburg, na Alemanha, o *diário de Hans Staden* adquiriu sucesso de publicação e circulação pela Europa, devido ao relato de viagens à América Portuguesa. Este livro seria rememorado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1882, traduzido por Tristão de Alencar Araripe. Em 1900, Albert Löfgren publicaria uma nova tradução na mesma revista do IHGB. Com o intuito de ampliar a circulação e o público alvo, Monteiro Lobato se propõe a realizar uma adaptação do livro, dando a esta uma linguagem mais acessível ou uma "ordenação literária". A partir da localização destas publicações, buscarei compreender o porquê de este livro do século XVI assumir um valor emblemático pelos seus diferentes tradutores. E neste sentido, como cada um atribuiu novas leituras e significações a este material.

PALAVRAS-CHAVE: Hans Staden; IHGB; Monteiro Lobato; literatura.

ABSTRACT

Published in 1557 in Marburg, Germany, the diary of Hans Staden acquired successful publication and circulation in Europe, due to reporting trips to Portuguese America. This book would be recollected by the Brazilian Historical and Geographical Institute in 1882, translated by Tristan de Alencar Araripe. In 1900, Albert Löfgren publish a new translation in the same issue of IHGB. In order to increase the circulation and the target audience, Monteiro Lobato proposes to hold a book adaptation, giving this a more accessible language or a "literary sort". From the location of these publications I will seek to understand why this book of the sixteenth century take on an emblematic value for their different translators. And in that sense, as each new readings and meanings attributed to this material.

KEYWORDS: Hans Staden; IHGB; Monteiro Lobato; literature.

Introdução

Em 1557, foi publicado em Marburgo, na Alemanha, um livro escrito por um viajante de nome Hans Staden¹. Este relato foi produzido após as suas experiências vividas no Novo Mundo e, principalmente, devido ao seu aprisionamento durante nove meses por indígenas Tupinambás, praticantes de rituais antropofágicos. Com o intuito de tornar público o seu relato de sobrevivência, já que Hans Staden ficou sob constante ameaça de ser sacrificado em um ritual², o viajante produziu seu livro logo após o seu retorno à Alemanha, a sua “muito querida pátria”. Relato esse que, segundo Staden, buscava sobretudo louvar e agradecer a Deus pela salvação concedida.

Hans Staden deu ao seu livro o longo título de: *História verídica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria e agora a traz a público com essa impressão*³. A primeira edição príncipes, de 1557, foi impressa em Marburg, na “Folha de Trevo” por André Kolbe. Alcançou rapidamente sucesso de público ao obter, no mesmo ano, mais três edições.

O livro de Hans Staden está dividido em duas partes e em duas formas de escrita. Na primeira parte, Staden narra sua experiência no Novo Mundo, as duas viagens feitas à América Portuguesa, seu aprisionamento, resgate e regresso à Alemanha. Na segunda parte, *Um breve e verídico relato sobre os costumes e os rituais dos Tupinambás*, Staden expõe de forma descritiva a terra, seus habitantes, as expressões de religiosidade e o ritual de antropofagia dos indígenas tupinambás. Nas duas partes, Hans Staden evidencia seu conhecimento de astronomia, importante no momento das grandes navegações. Já que a construção de novos estudos sobre a latitude, longitude, dos ventos e estrelas, garantia a segurança aos viajantes e conferia a estes, segundo Patrícia Seed⁴, um lugar social dentro da Europa. Além do conhecimento de astronomia, a descrição dos aspectos sociais e culturais dos

166

¹ O livro de Hans Staden é um dos primeiros relatos sobre a América Portuguesa e as relações entre colonizadores e colonizados. Em 1557, foram publicados os primeiros livros sobre o Brasil: o livro de Hans Staden; e *Singularidades da França antártica*, de André Thevet.

² Digo sacrificado, pois, a morte dos prisioneiros, feitos em conflitos entre indígenas e não indígenas – também entre indígenas de diferentes etnias –, estava conectado a uma visão cosmogônica. Ou seja, a morte dos inimigos (vingança), fosse indígena ou não, garantia a continuidade de uma temporalidade. Ver mais em: CUNHA, Manuela Carneiro. CASTRO, Eduardo Viveiros. Vingança e temporalidade: os Tupinambás. In: *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 71, 1985, p. 191-208.

³ O livro no seu formato original, de 1557, encontra-se disponível digitalizado no site da Biblioteca Nacional: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813739/or813739.pdf

⁴ SEED, Patrícia. “Novo céu e novas estrelas”. In: *Cerimônias de posse na conquista Européia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999. A historiadora Heloisa Gesteira, nos ajuda a pensar a importância do estudo de cosmografia na sociedade europeia no século XVII. Ver: GESTEIRA, Heloisa. Representações da natureza: mapas e gravuras produzidos durante o domínio neerlandês no Brasil (1624-1654). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 46, 2008, p. 165-178.

indígenas, realizada na segunda parte, fez com que seu livro fosse considerado uma fonte de dados para os estudos etnográficos⁵.

O autor inicia a primeira parte do livro, contando que se propôs conhecer as Índias em 1547, partindo da Holanda para Portugal. E a partir desta primeira exposição o autor vai pontuando os locais pelos quais passaria, afirmando que o colocaram como artilheiro de um navio cujo capitão chamava-se Penteado. Contudo, devido a problemas na navegação, Hans Staden acaba por conhecer a América portuguesa. Com o fim da viagem, Staden retorna a Portugal, de onde regressaria ao Novo Mundo em 1548, mas desta vez com o objetivo de explorar o Peru, terra que era muito rica em ouro e que havia poucos anos fora descoberta. Contudo, haveria novamente problemas na navegação (como o encontro com navios franceses dos quais eram inimigos e a perda de ventos) e Hans Staden acabaria por aportar novamente na América Portuguesa, mais precisamente, em São Vicente. Nesta região, havia muitos conflitos entre indígenas tupinambás, tupiniquins, franceses e portugueses, e em meio a esta situação Hans Staden acabaria por ser capturado e viveria durante nove meses entre os tupinambás. Neste período, Hans Staden compartilharia de seus costumes e conheceria os dos indígenas tupinambás, entre eles, as festas antropofágicas⁶.

Logo após a sua publicação em 1557, o livro teve grande sucesso, o que pode estar vinculado ao caráter de testemunha ocular, a articulação com elementos do imaginário colonial⁷ – como a demonologia e a antropofagia –, ao uso das xilogravuras, da ênfase ao aspecto religioso e na escrita de um prefácio que conferiu credibilidade à obra, pelo professor de matemática e anatomia da universidade de Marburg, Dr. Johann Eichmann e pela sua dedicatória feita ao Príncipe Filipe I, de Hesse. O diário obteve 39 edições entre 1557 e 1715, edições que vão desde a circulação na esfera intelectual europeia, à esfera da literatura infanto-juvenil. Em 1592, por exemplo, o livro de Hans Staden foi traduzido para o latim e em 1567 passou a integrar a segunda coleção de relatos de Sebastian Frank, sendo-lhe concedido o status de “pertinência ao contexto científico da geografia”⁸ ao livro.

As primeiras edições no Brasil só ocorreriam no final do século XIX o que, segundo Zinka Ziebell, gerou “certo orgulho nacional e a busca da preservação de valores do que poderíamos designar como *Deutschtum*, ou sentimento de ‘germanidade’ nos círculos de descendência alemã no Brasil”⁹. Mas, além de sua importância para os alemães que residiam no Brasil, o livro atenderia aos

⁵ Francisco de Assis Carvalho e Franco ressaltam a importância do trabalho de Hans Staden, como uma autorizada fonte da etnografia sul-americana, importante para os estudos geográficos, históricos e etnográficos. In: STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2008.

⁶ Para compreensão da criação do termo canibal e do termo antropofágico ver: LESTRINGANT, Frank. *O canibal. Grandeza e decadência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

⁷ GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário. Sociedades Indígenas e Ocidentalização no México espanhol: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁸ ZIEBELL, Zinka. *Terra de canibais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 244.

⁹ *Ibid.*, p. 247.

interesses de intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de construir uma história do Brasil. Pois, o livro de Hans Staden trazia o relato da experiência de um viajante que contatara diretamente com povos indígenas expondo seus costumes e cultura. E devido a isto, configurava para os intelectuais do IHGB e do IHGSP uma experiência etnográfica de considerável relevância, a partir da suposição de uma unidade cultural ameríndia, o estudo do “passado remoto dos indígenas” ia ao encontro com a construção de uma história nacional neste período¹⁰. “Buscando construir uma memória nacional, tomaram os relatos dos primeiros viajantes europeus, mas os leram segundo as necessidades e possibilidades de seu tempo¹¹”.

Entretanto, as apropriações feitas do livro de Hans Staden iam ser realizadas para além da circulação científica dada pelo IHGB e pelo IHGSP, pois com o intuito de ampliar e diversificar o público alvo, Monteiro Lobato iria adaptá-lo para uma linguagem literária, com edições para adultos e para crianças. Procurei localizar o livro de Hans Staden, a fim de poder compreender a importância concedida a ele na história do Brasil, segundo a exaltação do IHGB, IHGSP e de Monteiro Lobato. Segundo Lobato: “É inestimável o valor das memórias de Hans Staden, o aventureiro alemão que esteve prisioneiro dos tupinambás oito meses durante o ano de 1550”¹². Buscarei chamar atenção ao caráter múltiplo ou plural adquirido pelo livro de Hans Staden, dado através das diferentes leituras e traduções do IHGB e de Monteiro Lobato.

168

Uma história nacional em vias de construção

Debatendo aproximações e afastamentos entre a clássica concepção de história e o conceito de história na modernidade, no século XIX, Fernando Catroga propõe pensá-los em relação ao invés de ressaltar apenas rupturas. Refletindo acerca de uma concepção moderna de história, Fernando Catroga chama atenção para a manutenção de preceitos de uma concepção antiga de história na modernidade, como a tentativa de vê-la como uma disciplina que ensinava sobre o passado. Catroga afirma a manutenção deste preceito, afim de defender sua tese da correlação entre história e memória¹³ na construção de

¹⁰ KODAMA, Kaori. “Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena”. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 5, n. 2, 2010, p. 253-272.

¹¹ ABREU, Marcia. Da fé em Deus à brasilidade: uma história do livro e da leitura em Duas viagens ao Brasil, de Hans Staden. In: MARI, Hugo; WALTY, Ivete; VERSIANI, Zélia (Org.). *Ensaio sobre Leitura*. Belo Horizonte: Pucminas, 2005, p. 223.

¹² LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. Prefácio da 1ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

¹³ Fernando Catroga discute afundo tais questões acerca da ideia memória e história no século XIX no texto: CATROGA, Fernando. “Recordação e reconhecimento”. In: *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

ideais de nação (Estado, esfera política pública) e pátria (territorialidade, pertencimento, afeto), no momento de formação dos Estados-Nação¹⁴.

(...), é lógico que tenha sido na modernidade, e sobretudo no século XIX, que este ritualismo memorial ganhou a sua mais pública expressão podendo mesmo sustentar-se que aquele foi o 'século da memória' (Pierre Nora, 1984). Mas foi também, e não por acaso, o 'século da história', isto é, o século da construção mítico-simbólica da nova ideia de nação¹⁵.

Fernando Catroga chama atenção para a elaboração de um método de crítica e análise da operação historiográfica que buscava uma leitura plural e complexa dos acontecimentos, e somava-se a uma representação do passado, objetivando a construção de uma história e uma identidade nacional. A construção de uma história nacional recorreu, fundamentalmente, à ideia de memória enquanto um lugar de preservação (e esquecimento) no presente. E no Brasil, no século XIX, a valorização no estudo da história esteve associada à tentativa de manutenção de ideais nacionalistas e patrióticos, num momento de afirmação do poder imperial, onde a memória (enquanto lugar de (re) construção e salvamento de algo, mas também de esquecimento) faria parte da criação das narrativas históricas: enredos e personagens¹⁶. Francisco Gouveia de Sousa traz uma ideia interessante para pensarmos o significado desta história nacional no Brasil, este "estava comprometido justamente com a construção e a divulgação de um sentimento nacional, um movimento de dar forma ao passado, (...), por um conjunto de molduras¹⁷", e Sousa conecta-se à ideia de tradição para conformação desta moldura ou, enquadramento.

No Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em fins do século XIX e ao longo do XX, era visto como a instituição por excelência no estudo e elaboração de uma história nacional. Diversos intelectuais tomaram para si essa tarefa do IHGB, no qual se buscava construir uma moderna história do Brasil e se somava à tentativa de elaboração de uma identidade nacional e de uma pátria¹⁸. Para a escrita dessa história havia a preocupação sobre quais

¹⁴ CATROGA, Fernando. "Ainda será a História Mestra da Vida". In: RIOS, Kenia e Furtado, João E. (orgs.) *Em Tempo: história, memória e educação*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 2008, p. 9-38.

¹⁵ CATROGA, Fernando. "Recordação e reconhecimento". In: *Memória, História e historiografia*. 2001, p. 29.

¹⁶ Temístocles César denomina como "Retórica nacional" a criação de enredos e personagens que representam a história nacional, compondo o que ela deveria ensinar. A ideia de personagens, ou heróis da nação, é problematizada de forma mais aprofundada por: ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014. Maria da Glória Oliveira trabalha investiga a produção de biografias como forma de celebração dos grandes heróis da nação, ver: OLIVEIRA, Maria da Glória. "Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850)". In: *História*, v. 26, n. 1, 2007, p. 154-178.

¹⁷ SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*. Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012.

¹⁸ Ver mais em GOMES, Ângela de Castro. "É a história uma ciência?": o IHGB e os historiadores

elementos conformariam a identidade nacional, o sentimento de pátria, a memória nacional, e mesmo o quê e quem conformava a ideia de nação¹⁹. Essa história do IHGB faria o esforço de unificar momentos, memórias, selecionar quais seriam os “heróis da nação”²⁰ e resolver tensões internas no país.

Dentre as obras produzidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em fins do século XIX, chamaram a minha atenção as publicações do livro de Hans Staden, em função da atenção a ele dispensada por um instituto que se arrogara a função de fazer a história do Brasil. Por dizer sobre um passado das experiências coloniais, através do relato de um viajante que vivenciou diretamente as experiências na América Portuguesa, sendo, portanto, testemunha ocular dos usos e costumes dos indígenas – referência de verdade que a cientifização da história passara a exigir –, este livro adquiriu uma importância para aqueles que a (re) significaram em suas publicações. E desta forma, esta rememoração do livro no XIX e no XX não poderia ser vista como algo neutro, já que atendia ao novo olhar e aos novos investimentos feitos pelos institutos históricos, como o IHGB, num momento em que a história do Brasil estava sendo escrita pelos intelectuais, a fim de atender a um projeto nacional²¹.

(...), chegando ao século XX como uma das exigências por excelência das sociedades contemporâneas, sobretudo para aquelas que viveram experiências traumáticas: o dever de memória, a obrigação de permanentemente lembrar-se dos feitos realizados como condição de encontrar um lugar no presente. (...). Esse ato de lembrança, realizado num presente, torna-se a condição de fazer visível o invisível do passado²².

170

Em 1892, *Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás* foi traduzido por Tristão de Alencar Araripe e publicado pela primeira vez no Brasil, na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro*. Tristão Araripe, não publicou o livro de Hans Staden no seu formato original, excluindo partes importantes do livro: a dedicatória ao príncipe Felipe

da Primeira República”. In: *A República, a história e o IHGB*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

¹⁹ Ver tal discussão de forma aprofundada em CATROGA, Fernando. “Pátria, nação e nacionalismo”. In: SOBRAL, José Manoel e VALA, Jorge (orgs.). *Identidades nacionais: inclusão e exclusão*. Lisboa: ICS, 2010. Fernando Catroga discute a fundo questões acerca da ideia ou conceito de memória e história no século XIX no texto Recordação e reconhecimento. In: *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

²⁰ Armelle Enders trabalha com o conceito de herói em ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

²¹ Sobre a auto-legitimação do Instituto histórico e geográfico de uma escrita verdadeira sobre a história do Brasil, e a pluralidades de concepções pelos intelectuais do IHGB de qual seria esta história do Brasil, ver em CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos”. In: *Estudos de historiografia brasileira*. 2011. Ver também GOMES, 2012, p. 21-81.

²² GUIMARÃES, Manoel Salgado. “O presente do passado: as artes de Clio em tempo de memória”, em ABREU, Marta, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 26-27.

I, o prefácio do Dr. Dryander, e as xilogravuras. Digo importantes, pois estes elementos eram fundamentais para a construção do discurso de Hans Staden de que seu livro era um relato verdadeiro, ou seja, a dedicatória, o prefácio e as xilogravuras são instrumentos através dos quais Staden buscou infundir confiança no leitor, sendo criados e alocados estrategicamente pelo autor. Tais partes também eram fundamentais para a afirmação da conduta religiosa de Staden, onde ele ratifica que seu livro era um testemunho dos milagres de Deus ou, da ação divina sobre aqueles que mantinham a fé diante das imprevisibilidades.

“Na Revista Trimensal de 1889 inculquei a conveniencia da tradução e publicação das memorias concernentes á primitiva istoria brazilica encorpadas na coleção dos nossos documentos istoricos. Esta relação de Hans Staden é uma d’essas memorias; por isso a traduzi e agora apresento para imprimir-se”²³.

Devido aos seus objetivos, como por exemplo, o público científico que desejava alcançar, Tristão Araripe retirara partes do livro que fundamentavam o direcionamento religioso dado por Staden. O relato de Staden servia, para Araripe e para os leitores da Revista (que eram os próprios membros do IHGB), como algo que informava sobre os “primórdios” da nação, e que criava uma memória da “história antiga” e sobre os indígenas. E ao dizer, minuciosamente sobre os costumes, o cotidiano da vida dos indígenas, a religiosidade tupinambá e os rituais de antropofagia, o livro de Staden era rico em informações para a pesquisa etnográfica.

Para realizar a publicação do livro de Hans Staden, Tristão Araripe utilizou-se de uma tradução feita por Enrique Ternaux Campans para o francês (traduzida do latim), publicada em Paris em 1837, e desta forma, não realizou uma tradução do livro de Hans Staden a partir da língua alemã. No final da sua publicação, Araripe afirma que realizou uma tradução em “linguagem vernácula”, e indica aos leitores a leitura da “Advertência” na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de 1889, na qual ele explica o significado de “linguagem vernácula”. “Alem dos termos obsoletos e das transposições, o estilo irregular do autor dificulta a inteligência do texto, e exige acurada atenção e a repetição da leitura para combinar os períodos e perceber o sentido das orações”²⁴.

Desta forma, a ideia de tradução que Tristão Araripe estava se referindo, significava o uso de um vocabulário que facilitasse a leitura por ser familiar aos leitores da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. A ideia de vocabulário, aqui empregada, nos remete à ideia de multiplicidade de possibilidades e mobilidade na escolha e uso das palavras. Assim, como o

²³ ARARIPE, Tristão de Alencar. “Relação veridica e sucinta dos uzos e costumes dos Tupinambás.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo LV, Parte I, 1892, p. 264.

²⁴ ARARIPE, Tristão de Alencar. “Istoria de uma viagem feita à terra do Brazil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo LII, Parte II, 1889, p. 112.

vocabulário demanda diferentes formas de interpretação, Araripe estava condicionando a leitura de Hans Staden a partir da sua ótica de leitura e direcionamento do livro (aos leitores do IHGB) e, desta forma, (re) memorando e (re) significando o livro de Staden. “A tradução facilita ao leitor nacional a leitura, e ficarei satisfeito do enfadonho trabalho, a que me dei, si com efeito assim suceder²⁵”.

A publicação do diário de Hans Staden atendia aos objetivos da pesquisa histórica e etnográfica²⁶ do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E seria considerada uma obra importante na instrução e salvação de uma memória nacional; contudo, a tradução feita por Tristão Araripe não agradaria e atenderia a todas as exigências quanto à definição de uma história científica e moderna. Alberto Löfgren realizaria uma outra tradução do livro de Staden, que buscava atender melhor à elaboração de uma história verídica do passado da nação.

Alberto Löfgren foi um dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGBSP) desde a sua fundação em 1894, pelo Dr. Domingos Jaguaribe, Dr. Estevam Leão Bourroul, Dr. Antônio de Toledo Piza e pelo Dr. Cesario Motta Junior. Podemos ver que o IHGBSP, assim como o IHGB, tinha por propósito a realização de pesquisas de cunho científico, com o objetivo de produzir conhecimento sobre a história nacional e construir uma memória da nação brasileira. O IHGBSP também buscava retirar da obscuridade e salvar (na memória nacional) um passado que remetia ao período da colonização, nas palavras de João Monteiro, a leitura da trajetória desde as “origens do povo”, momento do contato entre europeus e os indígenas, até o momento da instauração do governo republicano, levaria à compreensão do progresso da nação americana. Progresso que deveria ser estudado pelos brasileiros, e caminho que deveria ser imitado.

Nesse contexto, Alberto Löfgren, um botânico sueco, naturalizado brasileiro, realiza em 1900 uma nova publicação do livro de Hans Staden, pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Intitulado *Hans Staden: suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil*, o livro foi publicado numa edição comemorativa do 4º centenário da chegada dos portugueses ao Brasil. Desta forma, a meu ver, o livro acabava por adquirir outra significação através, por um lado, da ocasião escolhida para sua publicação, que era significativa para uma história nacional e patriótica. Já que era um momento em que (re) memorava-se o descobrimento do Brasil, o encontro entre indígenas e não indígenas (a descoberta do outro), e o passado nacional. E por outro lado, o livro de Hans Staden dizia sobre o passado de São

²⁵ Ibid.

²⁶ Desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as pesquisas foram direcionadas para a construção de uma identidade nacional, onde a criação de um “passado comum” era parte importante, para os intelectuais do IHGB, na elaboração de um discurso que homogeneizasse a história, uma história nacional. Para auxiliar na coleta e estudo dos elementos que representassem as “origens”, contribuindo para a construção do discurso histórico, a etnografia seria a ferramenta por excelência dos intelectuais do IHGB. Ver: KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

Paulo, mais precisamente, da capitania de São Vicente, tendo um valor emblemático para a história de São Paulo.

Utilizando-se de um exemplar adquirido por Eduardo Prado em Paris da primeira edição de 1557, a tradução de Albert Löfgren, diferente da realizada por Tristão Araripe, segue a estrutura do livro como na publicação original. Contendo a dedicatória ao príncipe Felipe I, o prefácio do Dr. Dryander, a oração de Hans Staden, o discurso final e todas as xilogravuras. Além de manter a mesma estrutura, o ponto mais importante para Löfgren, da sua tradução em relação a de Araripe, dava-se pela utilização da edição de 1557 e, assim, da língua "original" alemã. Diferente da tradução em "linguagem vernácula" de Tristão de Alencar Araripe, Löfgren realizaria uma "tradução literal" e, desta forma, a obra assumia o caráter científico e verídico desejado pelos "homens de letras".

A leitura e (re) significação do livro de Hans Staden, feitas por Albert Löfgren, buscavam atender a uma qualificação ou atribuição dos moldes de uma história científica, orientada pela busca de algo verdadeiro. E o *status* de "cientificidade", seria conferido, para Löfgren, através de uma "tradução literal", que compreendia a conservação do "método e linguagem do autor, mesmo com todas as suas imperfeições", diferente, assim, do proposto pela tradução em "linguagem vernácula" de Tristão Araripe.

173

"A primeira apareceu em 1892 na Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio de Janeiro, volume 55, parte I, e tem por autor o Dr. Alencar Araripe que adoptou a ortografia fonética. O original que lhe serviu para este trabalho foi a edição francesa da collecção Ternaux Compans, que provavelmente, por sua vez, fôra traduzida da versão latina. Comparando as duas, vê-se que a traducção é fidelíssima, mas não sendo o trabalho feito à vista do original allemão, não se póde que se afaste bastante deste, principalmente no estylo que de todo foi omitido, mas que dá um cunho característico, como que lembrando aquella época"²⁷.

A escrita da história, a criação de uma memória nacional, deveria ser fidedigna, verídica, para ser científica e lida pelas "nações cultas". Para Albert Löfgren, o fato de reproduzir o estilo de escrita e linguagem de Hans Staden lembrava "aquella época", como se, com isto, criasse uma imagem ou captura de um passado. Esta imagem, dada através do olhar e escrita de Hans Staden, transportava os leitores para um passado colonial, para uma leitura etnográfica, das "origens" e primórdios da nação.

Tendo o ilustrado Dr. Eduardo Prado adquirido em Pariz um exemplar original da primeira edição de Marburg, de 1557, começámos a comparar este original com a traducção

²⁷ LÖFGREN, Albert. *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil*. São Paulo: Tipográfica da Casa Eclectica, 1900, p. 07.

portuguesa e chegamos á conclusão de que talvez houvesse vantagem em dar uma nova edição deste livro tao interessante para a nossa historia. Deliberamos então cingir-nos estrictamente ao methodo e linguagem do autor, conservando integralmente a orthographia dos nomes próprios dos logares, cousas e pessoas e, quanto possivel, o próprio estylo simples e narrativo, com todas as suas imperfeições, e quer nos parecer que no nosso modesto trabalho não haja a menor omissão²⁸.

Desta forma, vemos novamente a ideia de uso ou emprego de um vocabulário, como forma de ação do indivíduo, onde as palavras aparecem como parte importante na construção de uma forma de escrita (a forma que se quer dar), de pensamentos e de ações que o escritor busca condicionar ao leitor, ou condicioná-lo a sua tese. Márcia Abreu propõe o uso da ideia de *mise em texte*, proposta por Roger Chartier, para compreensão da representação na linguagem escrita. Significa o emprego, no texto, de técnicas linguísticas e estéticas bem como de convenções literárias e sociais, postas em funcionamento que buscam conduzir a leitura. "Ao mesmo tempo que permitem a compreensão quanto tentam garantir determinada interpretação"²⁹.

A tradução do livro na sua escrita original e de forma literal, que conservasse o estilo e linguagem de Hans Staden, era apresentada por Albert Löfgren como mais fidedigna e, desta forma, atenderia melhor aos seus leitores ou público alvo, constituído pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de São Paulo. Assim, podemos perceber, o conceito de história estava em discussão e construção pelos intelectuais de instituições que tinham o status de cientificidade. A história que buscava ser construída e escrita, deveria buscar fontes dos "primórdios" do Brasil e expô-las na sua forma original³⁰. Podemos ver também, como a construção de uma história nacional ocasionou a rememoração de um livro do século XVI (que dizia sobre o período de colonização, a terra e seus habitantes) e a sua (re)significação por diferentes intelectuais, que dariam, a partir das suas perspectivas de construção da história, versões distintas o livro de Hans Staden.

Propondo uma leitura não científica e literal para alcançar um público maior e mais diversificado, Monteiro Lobato faria sua própria leitura do livro de Hans Staden. Ampliando e multiplicando as significações atribuídas ao livro, Lobato realizaria uma "ordenação literária" da tradução feita por Albert Löfgren e, indo além, o literato criaria uma nova forma para o diário, ao criar uma versão infantil, ambientado pelos personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

²⁸ LÖFGREN, 1900, p. 07.

²⁹ CHARTIER, Roger. "Do livro à leitura". In: *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. *Apud* ABREU, Márcia. "Da fé em Deus à brasilidade: uma história do livro e da leitura em *Dois viagens ao Brasil*. P. 209. (Nota de rodapé).

³⁰ Manoel Salgado trabalha com a busca por institutos históricos, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelas "origens" ou primórdios do Brasil para construção de uma história do Brasil. Ver mais em: GUIMARÃES, Manoel Salgado. "Reinventando a tradição: sobre o antiquariado e a escrita da História" em RIOS, Kenia e Furtado, João E. (orgs.) *Em Tempo: história, memória e educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 39- 80.

O diário de Hans Staden para além do IHGB: (re) significação literária

A passagem do século XIX para o XX, momento de Proclamação da República e, como consequência, a instauração de uma nova ordem política e simbólica, trouxe consigo uma nova leitura e uso do conceito de nação pela literatura. Como nos mostra Flora Sussekind no seu artigo "O escritor como genealogista", o conceito de nação fora pensado fortemente ainda em meados do século XIX por literatos românticos, como José de Alencar, com o intuito de "abrir a cortina do passado, tirar um Brasil-nação de lá". Onde a necessidade de formação de um Brasil-nação ou de consciência nacional objetivava contrapor à sucessão de rebeliões provinciais do período regencial e do começo do Segundo Reinado a imagem de um território indiviso e singular³¹. Nas primeiras décadas que seguem à Proclamação, o conceito de nação estaria vinculado a um ideal republicano³² que buscava exaltar uma busca pelo progresso e modernização, onde a literatura funcionaria como um veículo de tais ideais.

O campo literário modificava-se e gradativamente ganhava espaço nas discussões políticas e sociais acerca da conformação da nacionalidade, tornando-se, desde fins do século XX, um espaço fértil para estudo por historiadores que buscavam compreender a construção do conceito de nação no Brasil. Neste contexto é que identifico a importância da análise da atuação do literato Monteiro Lobato na adaptação do livro de Hans Staden. É preciso pontuar que Lobato, como outros literatos, estava envolvido com discussões acerca da construção de um ideal de nação (na participação e incentivo na *Revista do Brasil*, envolvido com as campanhas higienistas, na defesa da Liga de Defesa Nacional³³) e via a literatura como um meio de realizá-la (editando livros com o objetivo de torná-la acessível à todos os públicos e criando uma linguagem pedagógica própria para as crianças, já que, através da literatura, seria capaz de se instruir e formar cidadãos nacionalistas).

³¹ SUSSEKIND, Flora. "O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro". In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: UNICAMP, 1993.

³² Trabalhando com o conceito de nação, Hugo Achugar mostra-nos como na América Latina o conceito deve ser visto a partir das considerações da forma do governo (monarquia, império e república) e que este não se desenvolve com a mesma periodicidade e ritmo idêntico em todos os países. Ver: ACHUGAR, Hugo. "A escritura da história ou a propósito das fundações da nação". In: *Histórias da literatura: teorias, temas, autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

³³ Fundada em 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, a Liga da Defesa Nacional visava estimular o patriotismo, propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica. Foi fundada em São Paulo também um ano depois a Liga Nacional, tendo, como muitos dos seus acionistas integrantes, membros da *Revista do Brasil*. Monteiro Lobato não se filiou oficialmente à Liga de defesa nacional, mas esteve sempre presente nos debates sobre os problemas nacionais, e nunca deixou de opinar sobre os assuntos que afetavam a vida do país; inclusive assina alguns dos manifestos da Liga, como em 1918 a candidatura do médico sanitariano Luís Pereira Barreto, também diretor da *Revista do Brasil*. AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. 2001, p. 150-156.

Monteiro Lobato criticava a edição de obras estrangeiras como “O coração” de Amicis, que ressaltava fortes vínculos com o nacionalismo da unificação italiana, apresentado aos leitores brasileiros como um livro para educação cívica e sendo adotado nas escolas. Para ele, obras nacionalistas, livros como o livro de Hans Staden contavam a história do Brasil e deveriam ser utilizadas para educação cívica. Porque, “O coração” apresentava um nacionalismo italiano, o que nada contribuía na instrução e educação das crianças brasileiras.

Que é que nossas crianças podem ler? [Indaga a Godofredo Rangel] Não vejo nada. (...). Como tenho um certo jeito para impingir gato por lebre, isto é, habilidade por talento, ando com a ideia de iniciar a coisa. É de tal pobreza e tão besta a nossa literatura infantil, que nada acho para a iniciação de meus filhos. Mais tarde só poderei dar-lhes o Coração de Amicis – *um livro tendente a formar italianinhos*³⁴.

Embora o livro de Hans Staden já tivesse sido traduzido e publicado por mais de uma vez pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Monteiro Lobato quis realizar uma “ordenação literária” deste material, ou seja, a partir da tradução de Albert Löfgren, o autor ressaltava que tinha por objetivo remodelá-la e torná-la acessível a um maior número de leitores. Nesse sentido, Lobato reescreveria este material no seu próprio estilo, a partir das perspectivas ou concepções que tinha de literatura, tradução e edição. Reescrever seria estabelecer um recorte do que deveria ser relevante informar aos leitores e também interessá-los, ou seja, uma manipulação de sentidos que ultrapassaria a tradução literal que desejasse apenas informar ou ensinar. Ao realizar uma ordenação literária, Lobato buscou tornar o conhecimento prazeroso e acessível a todos, visto que o estilo de tradução literal de Löfgren:

Ora, as traduções literais podem ser muito interessantes para os estudiosos de uma obra, não para o público, visto como a falta das qualidades modernas de clareza e ordem literária dificultam a leitura para a grande maioria dos leitores, composta de curiosos apenas interessados na história e não no estilo bárbaro em que foi escrita³⁵.

Pela sua editora *Companhia Editora Nacional*, Monteiro Lobato publicou uma edição do livro de Hans Staden em 1925, intitulando-a *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. Nela, foi apresentada apenas a primeira parte do diário, em que Staden relata a sua experiência de viagem e aprisionamento pelos índios tupinambás. Lançado com três mil exemplares, um número que pode considerar-se significativo, visto que grandes romancistas deste período como Olavo Bilac, Luís Murat e Guimarães Passos alcançavam entre mil e três

³⁴ Carta a Rangel, Fazenda, 13/9/1916. LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. Tomo II, p. 104-105. Grifo meu.

³⁵ LOBATO, Monteiro. *Hans Staden, suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*. 4ª ed., São Paulo: Companhia editora nacional, 1945, p. 9.

mil tiragens, e ainda, vale a consideração de que esta obra estava sendo impressa por uma editora no Brasil, o que ainda não era muito comum³⁶. Além do valor concedido por Lobato, devo ainda considerar o sucesso editorial pela acolhida que teve, pois logo em 1926 houve uma segunda edição e em 1927 uma terceira, todas com os mesmos 3 mil exemplares cada.

Em 1927, Lobato adaptou a experiência de Hans Staden para o público infantil e o publicou sob o título *Aventuras de Hans Staden*. Nesta adaptação, a personagem Dona Benta conta para seus netos Pedrinho e Narizinho as "aventuras" vividas por Staden. Assim, o relato de Hans Staden era representado e ambientado por Lobato no espaço, por ele criado, do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Desta forma, além de uma "ordenação literária" o literato utilizava-se de uma linguagem pedagógica. O relato de Hans Staden misturava-se à narrativa agradável de dona Benta, às perguntas perspicazes de Narizinho, às observações espertas de Pedrinho e à atuação da Emília, a boneca de pano que fala.

Hans regressou à sua pátria e lá escreveu o livro onde conta estas histórias, livro precioso para nós porque foi o primeiro que se publicou sobre o nosso país.

Agora, que terminei a narração da sua vida atormentada, quero que vocês me digam que lição tiram dela, concluiu vovó.

- Que não devemos desanimar nunca! Exclamou Pedrinho incontinenti.

- Isso mesmo! Aprovou dona Benta. E tu, Narizinho, que lição tiras?

- Que são horas de ir para dentro porque a Emília está pendendo de sono, respondeu a travessa menina, abrindo a boca num bocejo de urutáu³⁷.

Nas ações de Monteiro Lobato, podemos ver que suas obras infantis buscaram proporcionar o conhecimento sobre o Brasil através de uma concepção pedagógica, suas "invenções narrativas"³⁸ faziam parte da forma como Lobato pensava a transformação de um conhecimento num material ensinável e acabou por criar, como destaca Patrícia Hansen, um novo discurso pedagógico, visto que as obras infantis de Lobato em muito se diferenciariam

³⁶ Marisa Lajolo e Regina Zilberman trabalham sobre o surgimento do leitor e da produção de livros por editoras brasileiras, e como o romance e os livros didáticos eram os gêneros de leitura que mais vendiam. Ver: LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 14-117.

³⁷ LOBATO, 1927, p. 143.

³⁸ Por meio do uso do folclore, do imaginário e da fantasia, as invenções narrativas de Monteiro Lobato ensinavam as crianças a questionar a veracidade das convenções imposta pelos adultos. Através da personagem Emília, Lobato manifestava e extravasava seu inconformismo e fazia críticas às convenções sociais. AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. 2001, p. 164.

de uma literatura cívico-pedagógica de intelectuais como Olavo Bilac³⁹. As “lições” de cunho ético constituem, ao meu ver, a linguagem pedagógica elaborada por Lobato, exploradas pelos seus personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo, como podemos ver na citação abaixo:

- (...). Bem diz a vovó que a história da humanidade é uma pirataria sem fim...
- Infelizmente é verdade, meu filho. Com este ou aquele disfarce de pretexto, o mais forte tem sempre razão e vai [sic] pilhando o mais fraco.
- É a fabula do lobo e do cordeiro...lembrou a menina.
- Qual, cordeiro! Protestou Pedrinho. É a fabula do lobo forte e do lobo fraco.
- Bem pensado! Disse a vovó. Essa fabula não foi escrita por Esopo, nem Lafontaine, mas devia ser a fabula numero um, porque é a que tem mais frequentemente aplicação na vida⁴⁰.

Por fim, em 1945, Lobato ampliaria a sua “ordenação literária” da obra, incluindo a segunda parte do diário – onde Staden buscava informar aos europeus sobre os costumes dos indígenas, sobre o clima e a vegetação do Novo Mundo – e publicando a obra novamente como uma quarta edição, embora esta fosse organizada de forma totalmente diferente da edição de 1925. Esta edição teve o título *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os índios do Brasil* e era parte da coleção da *Biblioteca do espírito moderno*⁴¹, da *Companhia Editora Nacional*.

Além das ações de Monteiro Lobato enquanto literato que buscava proporcionar um maior acesso dos brasileiros à leitura (criando uma “ordenação literária” de uma tradução literal e uma leitura pedagógica própria para as crianças), à informação e a livros como o *diário de Hans Staden*, que diziam sobre a história do Brasil, Lobato foi um dos poucos escritores que desempenhou ações enquanto empresário, especificamente, a função de editor. Antes de dizer sobre a função de editor/empresário realizado por Lobato, creio que seja importante destacar a ideia de “tradutor/tradução” aqui pensada para análise do livro de Hans Staden, visto que Lobato utilizou-se da “tradução literal” que Albert Löfgren fizera do livro de Hans Staden a fim de realizar uma leitura e adaptação do material que tornasse a escrita acessível para o grande público.

Acredito que posso pensar o conceito de tradução, neste caso, como uma (re)tradução, ou seja, como propõe Paul Ricoeur, o ato de tradução pode

³⁹ O modo como Lobato pensava uma literatura pedagógica se diferenciava de outros escritores como Olavo Bilac, ao ressaltar o uso de fábulas, mitos, credices populares, elementos de caráter ficcional que na concepção cívico-pedagógica de Bilac eram criticados.

⁴⁰ LOBATO, op. cit., p. 28-29.

⁴¹ A coleção do “espírito moderno” buscou, através da edição de vários títulos, compor uma biblioteca de civilização e cultura para o leitor médio brasileiro. Essa coleção foi um dos sucessos na edição de livros didáticos e não didáticos da editora de Monteiro Lobato e teve longevidade bastante grande, mesmo após sua saída da *Companhia* em 1943 para a fundação da Editora Brasiliense. Ver mais em: FONSECA, Sílvia Assam. *Bibliotheca do Espírito Moderno*: um projeto para alimentar espíritos da Companhia Editora Nacional (1938-1977). São Paulo: PUC-São Paulo, 2010. Tese de doutorado.

significar uma “insatisfação no que concerne às traduções existentes”. A tradução, como propõe Ricoeur, não significa apenas o ato de traduzir no sentido de transferência de uma mensagem verbal de uma língua em outra, podendo ser também um ato de crítica ou de “propor uma outra que se presume, que se pretende melhor ou diferente”⁴². As intenções de Lobato ao (re) traduzir o *Diário de Hans Staden* davam-se, primeiramente, como ele aponta no prefácio, pela sua insatisfação na forma escrita ou traduzida de Löfgren.

Desta forma, a partir da sua crítica à tradução de Albert Löfgren, Monteiro Lobato propôs a realização da sua (re) tradução do livro de Hans Staden através da utilização de uma linguagem com qualidades modernas de clareza e ordem literária; realizando uma seleção, adaptação e interpretação. Ver a linguagem enquanto um constructo do agente, do autor, expõe mais claramente as intervenções da tradução e possibilita atentar para com quais finalidades Monteiro Lobato estava construindo suas obras, chamando atenção para a relação tradutor/autor. Segundo Francisco Gouvêia de Souza⁴³, as palavras compõem a linguagem escrita, contêm historicidade e articulam-se à construção de uma interpretação dada pelo autor. Nesta perspectiva, a linguagem seria criada por intelectuais, instituições (como o IHGB, por exemplo), pela imprensa, pelo teatro para fins de estratégia comunicativa, ou seja, a fim de atingir seus mais distintos objetivos com seus respectivos públicos.

Optei por destacar a ideia de tradução, pois, nesta ação, o tradutor seleciona, recorta, adapta a fim de atingir seus objetivos (no caso de Lobato, atingir a um grande público e proporcionando a instrução de uma nação) e, assim também o faz o editor; contudo, no caso de Lobato, estas ações voltavam-se, a meu ver, às suas articulações como empresário.

Como apontado por Marisa Lajolo e Regina Zilberman, a partir do surgimento do leitor no século XVII na Europa, o livro deixa de ser uma produção artesanal, exercido por hábeis tipógrafos e gerenciado pelo Estado, e torna-se uma atividade empresarial, com a criação de gráficas que buscavam obter lucro com a larga produção e venda de livros. No Brasil, a criação das gráficas e do mercado livreiro foi surgindo, gradativamente, no início do século XX com o incentivo à alfabetização, à leitura e à instrução de adultos, jovens e crianças, e como mostram as autoras, houve a discussão da função e lugar social do literato/escritor, do leitor e do editor⁴⁴.

Idealizadas como a “musa industrial” por José de Alencar, as gráficas (que nesse momento ainda não eram muitas no Brasil) ocupavam lugar fundamental na relação entre os literatos e o mercado livreiro, pois através destas e da ação

⁴² RICOEUR, Paul. “Paradigma da tradução”. In: *Sobre a tradução*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

⁴³ SOUSA, Francisco Gouveia de. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880/1900)*. Tese de doutorado em História, PUC- Rio, 2012.

⁴⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre o desenvolvimento da função e lugar social do escritor, leitor e editor ver: LAJOLO; ZILBERMAN, op. cit.

do editor, as obras dos escritores eram selecionadas, aprovadas, produzidas e vendidas. Embora ocupassem o mesmo sistema da escrita e estivessem em diálogo, gráficas/mercado livreiro (lucro/capitalismo) e a literatura/escritores (arte/instrução) emanavam lugares sociais distintos, ou seja, “não se confundem, posto sejam intercomunicantes”⁴⁵. Desta forma, a partir da compra da *Revista do Brasil*⁴⁶ e, conseqüentemente, sua busca pela criação da sua própria gráfica, atuando como editor, Lobato passava a desempenhar funções enquanto empresário, selecionando o que ele presumia que seria melhor para vendas, objetivando, dessa forma, o enriquecimento e prosperidade dos seus investimentos através da venda de revistas e livros; “De produtor de textos a produtor de livros muda a condição do sujeito e muda o objeto com que lida, por consequência, alteram-se os pontos de vista”⁴⁷.

Enquanto editor, um dos principais proprietários da *Companhia Editora Nacional*, Monteiro Lobato compreende ser importante o investimento na edição e publicação de obras que alcancem um grande e variado público, utilizando uma linguagem moderna, numa leitura fácil e instigante. Neste contexto, e em vista da necessidade da formação de uma consciência de nação, o livro de Hans Staden foi editada por Lobato.

As edições de Monteiro Lobato do livro de Hans Staden buscaram informar sobre a primeira obra escrita sobre o Brasil para além de um círculo de intelectuais, para “curiosos apenas interessados na história”, sem preocupar-se com um caráter exclusivo de cientificidade, como eram as edições do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E para além da propaganda, a ordenação literária neste caso era uma das formas de chamar atenção do público leitor, pois para Lobato a falta de cultura e amor às coisas nacionais se dava pela “descuidosidade de seus filhos em conhecerem os primórdios da formação racial”⁴⁸.

Lobato sabia que sua recriação da obra clássica de Hans Staden era muito diferente das duas traduções já publicadas no país; ela tinha maior importância para a literatura, para a história⁴⁹ e para a nação, ela inviabilizaria a instrução e a formação de adultos e crianças sobre os primórdios do Brasil: “É obra que devia entrar nas escolas, pois nenhuma dará melhor aos meninos a sensação da terra que foi o Brasil em seus primórdios”.

Em vista disso dona Benta não poderia deixar de contar a história de Hans Staden aos seus queridos netos – como não poderão as outras avós e mães deixar de repeti-las [sic] aos seus netos e filhos. Para facilitar-lhes a tarefa é que damos a

⁴⁵ LAJOLO; ZILBERMAN, op. cit., p. 87.

⁴⁶ Para ver de forma mais aprofundada a criação da Revista do Brasil e a atuação de Lobato: LUCA, Tania Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

⁴⁷ Ibid., p. 109.

⁴⁸ LOBATO, Monteiro. *História de uma viagem à terra do Brasil*. Prefácio da 1ª edição. In: AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. 2001, p. 189-190.

⁴⁹ LOBATO, Monteiro. *Meu captivo entre os selvagens do Brasil*. Prefácio da 1ª edição. Rio de Janeiro: Companhia editora nacional, 1925, p. 4.

público este apanhado em linguagem bem simples e ilustrado por Wiese⁵⁰.

Considerações finais

As distintas publicações de um diário de viagem do século XVI, em fins do século XIX e ao longo do XX me fizeram questionar sobre os por quês e por quem esta obra estaria sendo lembrada e (re)significada. Esta lembrança atribuiu importância ao relato de Hans Staden como uma fonte capaz de dizer sobre os “primórdios” do Brasil no período da colonização, sobre a terra, os povos indígenas e seus costumes (como os rituais de antropofagia).

As (re)significações do livro de Hans Staden nos fazem pensar conceitos como o de tradução, onde, através do ato de traduzir, o material passa a ser lido e interpretado por num novo ou outro código cultural. Como vimos, nesse caso o livro passou também por uma “ordenação literária”, em que Monteiro Lobato buscou transformar a “tradução literal” e científica de Albert Löfgren, através do uso de uma linguagem facilitadora, dada por interpretação literária.

Desta forma, ao pensar as publicações do livro de Hans Staden no Brasil, em fins do século XIX e ao longo do século XX, suas (re)significações e elevação como um livro de grande importância na construção da história nacional, é necessário atentar para o caráter múltiplo que o diário acabou por adquirir.

181

Sobre a autora

Débora Meira dos Santos é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Sua pesquisa conta com uma bolsa de estudos concedida pelo Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: s.deborameira@gmail.com.

Artigo recebido em 30 de abril de 2015.

Aprovado em 16 de junho de 2015.

⁵⁰ LOBATO, op. cit..

O PASSADO NAS OBRAS DE ZÉLIA GATTAI A PARTIR DE SUA ESCRITURA MEMORIALISTA

KASSIANA BRAGA

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
(UNESP/Assis-SP)

RESUMO

Este texto trata do memorialismo nas obras da escritora Zélia Gattai, a partir de sua primeira publicação no final da década de 1970, enfatizando a maneira como a escritora teceu as suas narrativas e como se apropriou do passado, construindo suas histórias pessoais e de pessoas com quem conviveu ao longo de sua vida. O intuito é perceber as particularidades de sua escrita autobiográfica, centrada em si, e biográfica, voltada para a construção de memórias "alheias", levando em conta o legado que objetivava deixar à posterioridade a partir de seu *hibridismo literário*.

PALAVRAS-CHAVE: Passado; Memória; Autobiografia; Biografia; Hibridismo Literário.

ABSTRACT

This text discusses the memorialism in the books of writer Zélia Gattai from her first publication at the 70's, focusing on the way she wrote his narrative and how appropriated the past, building their personal and the other people stories who had contact throughout his life. The proposal is to understand the particularities of his autobiographical writing, when self-centered, and the biographical toward the construction of memories of others, including the legacy we want to leave for posterity with his literary hybridity.

KEYWORDS: Past; Memory; Autobiography; Biography; Literary Hybridity.

Considerações sobre a autora e o *boom* autobiográfico

Falar sobre Zélia Gattai no Brasil é lembrar que, antes de ser reconhecida como escritora, a sua imagem como esposa e companheira inseparável do importante escritor baiano Jorge Amado é ainda o mais valorizado, o que não deve desmerecer o seu histórico profissional, capacidade e talento próprios. No entanto, assim como seu *Amado*, ela também construiu ao longo de anos uma carreira literária que se expressa na publicação de 14 livros¹ e, assim, o reconhecimento por parte de seus pares no campo das letras e a sua entrada na Academia Brasileira de Letras, a ABL, no ano de 2001, tomando posse em 2002. Trata-se de uma “tri acadêmica”, porque também conquistou outras vagas em mais duas academias, como a Academia de Letras da Bahia e a de Ilhéus, no mesmo ano.

Sendo a grande companheira, desde a década de 1940, e “braço direito” de Jorge Amado, Zélia Gattai começou a adentrar o “mundo literário” a partir do momento em que estabeleceu um relacionamento com o escritor, depois que se separou do seu primeiro esposo Aldo Veiga, membro do PCB (Partido Comunista Brasileiro) com quem teve o primeiro filho. A cumplicidade não era apenas no sentido pessoal: havia uma união e ajuda profissionais; era ela quem cuidava dos afazeres domésticos e também quem datilografava e revisava as obras de Amado, desde a publicação de *Seara Vermelha* (1946).

Zélia auxiliava o marido nas escolhas de nomes para alguns personagens, acompanhando-o em seus diversos compromissos, nos congressos, nas atividades do Movimento Comunista Internacional e até mesmo no exílio na Europa, no período de 1948 a 1952, conhecendo inúmeros países como a China, a Itália, a Alemanha, Portugal, Rússia, Mongólia, entre outros, morando posteriormente na França e na Tchecoslováquia. Tal viagem foi de grande riqueza cultural para ambos e, apesar de estarem em exílio, a “viagem de fuga” por conta do medo do escritor ser preso mais uma vez, como membro do PCB e ex-deputado federal pelo mesmo partido que no momento encontrava-se na ilegalidade, seria a única alternativa naquele momento; refugiar-se em país estrangeiro era uma maneira de não perder a liberdade e uma forma de continuar a sua militância política e a publicar suas obras nos países que compactuavam com os seus ideais.

O exílio não se tornou um fardo para o casal, pois o quanto puderam aproveitaram as viagens, os encontros com escritores de outros lugares, intelectuais, poetas e poetisas, pintores e filósofos com os quais acabaram se deparando. Nesses países em que residiram construíram um verdadeiro lar

¹ A memorialista escreveu 14 livros, de modo que a maioria de sua obra é composta por autobiografias; contudo, debruçou-se a escrever também livros infantis e um romance. São suas as obras: *Anarquistas graças a Deus* (1979), *Um chapéu para viagem* (1982), *Pássaros noturnos do Abaeté* (1983), *Senhora dona do baile* (1984), *Jardim de inverno* (1988), *Pipistrela das mil cores* (1989). Literatura infantil: *O segredo da rua 18* (1991), *Chão de meninos* (1992), *Crônica de uma namorada* (1995), *Códigos de família* (2001). Romance: *A casa do Rio Vermelho* (1999), *Città di Roma* (2000), *Joana e a sereia* (2000), *Jorge Amado: um baiano romântico e sensual* (2002), *Memorial do amor* (2004) e a última publicação *Vacina de sapo e outras lembranças* (2006).

aconchegante, sempre cercado de amigos que também estavam na Europa por conta do exílio ou de eventos políticos, como algumas reuniões e congressos. Neste sentido, Jorge e Zélia sempre recebiam ilustres visitas ou mesmo encontravam amigos e conhecidos nos eventos que frequentavam em suas viagens, como o poeta Pablo Neruda, a poetisa Antonieta Dias de Moraes, João Cabral, Nicolás Guillén, a filósofa Anna Seghers, entre muitos outros intelectuais vinculados ao Partido Comunista ou mesmo sem vínculo partidário, mas engajados em causas humanitárias contra guerras e conflitos políticos que ocorriam neste período, como a Guerra Fria e o temor da bomba atômica, o grande pavor de todos os países naquele momento.

Além de aproveitar os atrativos culturais e recreativos que o exílio lhe proporcionava, Zélia matriculou-se em um curso de Língua e Civilização Francesa na Sorbonne que frequentou durante um ano, de 1948 a 1949, demonstrando que soube aproveitar todas as oportunidades que teve durante a sua vida, antes e depois de se tornar uma escritora conhecida.

Tais vivências possibilitadas pelo contato com culturas distintas, com diversos intelectuais e a experiência adquirida a partir das revisões dos livros de seu esposo, é que fizeram com que Zélia Gattai, de forma gradativa, tomasse gosto pela escritura literária. No entanto, escreveu de modo distinto de Jorge, debruçando-se a contar histórias a partir de suas lembranças de infância e fase adulta, algumas próprias de sua memória e outras adquiridas a partir das narrativas de seus antepassados, que as acaba relatando em muitas de suas obras. Diferente de Jorge Amado que foi um romancista por excelência, a escritora debruçou-se a criar autobiografias, que compõem a maioria de suas obras, no entanto, também produziu romances e livros infantis durante muitos anos.

A sua primeira publicação literária, intitulada *Anarquistas, graças a Deus*, publicada no ano de 1979 aos 63 anos de idade, conta com imensa bagagem de experiência de vida, recordações e sentimentos guardados que conseguiu exteriorizar a partir de sua literatura em um contexto de abertura política, mas ainda inserido no regime militar brasileiro. À época, este livro fora bem visto pelos críticos e pelos leitores de uma forma geral, logrando a Zélia vários prêmios durante e depois de sua consagração como escritora. Neste momento, assim como Zélia, muitos outros autores e autoras publicaram livros de gêneros literários distintos, como romances, biografias, autobiografias e contos, construindo suas histórias, relatando seus pensamentos, sentimentos e anseios.

A produção literária de Zélia Gattai, bem como o seu pensamento, inserem-se no contexto do aumento do número de publicações literárias ocorrido na década de 1970, sobretudo em relação aos gêneros autobiográficos, dado em função de vários fatores, dentre eles, o da necessidade de certos militantes de esquerda, de escritores/as, de políticos e de jornalistas relatarem o que vinham vivenciando durante o regime militar.

Além do gênero autobiográfico, a obra de Zélia Gattai associa-se ao gênero dos romances políticos que foram, neste período da vida política brasileira, os mais vendidos. Neste "cenário literário" apareceram, ainda, vários

escritores que se debruçaram sobre este tipo de escrita mais politizada como, por exemplo, Érico Veríssimo e Chico Buarque de Holanda. Outro tipo literário bastante vendido na época foi o dos livros memorialísticos, representados por autores como Pedro Nava, Alfredo Sirkis, Renato Tapajós e muitos outros. Quanto às mulheres escritoras, são contemporâneas a Zélia as autoras Lygia Fagundes Telles, Rachel de Queiroz, Clarice Lispector e outras que atuaram neste “cenário literário”, como Nélide Piñon, Lya Luft, Hilda Hilst e Marina Colasanti.

Evidentemente que Zélia pode ter se inserido no campo literário por certa influência de seu esposo, uma vez que ele era bastante reconhecido por seus pares e fazia parte de uma rede de contatos com editoras consagradas do período, como a José Olympio, a Editora Martins e a Editora Record, esta última bastante relacionada a Zélia e Jorge. Certamente, seria muito mais difícil adentrar o mundo das letras sendo uma mulher anônima, sem nome e sem contatos importantes. No entanto, não se pode atribuir sua estréia tão somente ao fato de ter alguém que apoiou seus projetos, o que configura uma injustiça ao reconhecimento de seu talento e capacidade como escritora.

Deste modo, faz-se necessário considerar outras questões, outros pontos de igual relevância, como o seu talento e experiência, as questões de gênero, as que se referem às mudanças econômicas e, sobretudo, sociais que estavam aparecendo na sociedade de sua época.

Deve-se levar em consideração que a modernização da sociedade brasileira implica uma mudança drástica do cenário cultural. Paralelamente à integração econômica das diversas regiões do país, consolida-se, pela primeira vez, um mercado de bens simbólicos em nível nacional. O advento da indústria cultural coincide com o período da ditadura, esse é o momento em que a televisão transforma-se num veículo de massa, o cinema consolida-se como atividade financiada pelo Estado, desenvolve-se de maneira ampla a indústria fonográfica, editorial e publicitária².

186

Além disso, o fator principal que deve ser levado em conta é que Zélia Gattai começou a ser reconhecida desde o início de sua carreira e seus livros foram lançados e editados em outros países, conquistando inúmeros leitores ao longo dos anos, o que demonstra que fora realmente reconhecida pela particularidade de sua obra que é majoritariamente memorialística, resultado de sua dedicação e compromisso com a escrita.

O sucesso de Zélia se deu, como a todo escritor, devido a vários fatores: a influência editorial, o mercado em alta, inclusive para as escritoras, não se restringindo ao mundo masculino e, sobretudo, pelo fato de ter sido aceita por um público leitor interessado em suas obras e na forma como tecia sua narrativa. Para o panorama social de *Anarquistas, graças a Deus* há também

² ORTIZ, Renato. Revisando o tempo dos militares. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; AARÃO, Reis Daniel; RIDENTE, Marcelo (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 119.

outros fatores que devem ser elencados, tais como o processo de abertura política e a industrialização da produção cultural, fruto do “milagre econômico” ocorrido durante o governo militar. Sobre o período, Reimão pondera que:

[...] a queda nas taxas do analfabetismo, o crescimento do número de universitários e o crescimento do Produto Interno Bruto, informam e esclarecem o crescimento quantitativo do mercado editorial nacional nos anos 70, década em que se ultrapassa a deplorável barreira de um livro por habitante ao ano³.

No mesmo ano em que Zélia publica seu primeiro livro Fernando Gabeira lança *O que é isso companheiro?*⁴ Conforme Reimão, “este livro vendeu cerca de 80 mil exemplares em 1979 e Gabeira reacende com esse texto um filão que se desenvolverá mais na primeira metade dos anos 80”⁵.

Em relação ao aumento de publicações literárias no período, bem como ao aumento de leitores e escritoras que adentram ao cânone literário⁶, além dos fatores elencados, outro fator de grande importância foi o processo de emancipação feminina na década de 1970, o que veio a fortalecer a produção de “autoria feminina” na sociedade brasileira. Como aponta-nos Teixeira, “trata-se de uma luta, uma busca, que tinha como intuito fazer com que as vozes femininas também fossem ouvidas, tendo em vista que as mulheres sofreram ao longo da história um processo de silenciamento e exclusão”⁷.

Este aumento do número de publicações por escritoras demonstra uma mudança no campo literário no Brasil, pois as mulheres sempre estiveram em desvantagem em relação aos homens, como pontua-nos Rossini:

³ REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo: ComArte, FAPESP, 1996.

⁴ O escritor Fernando Gabeira, por conta do sucesso com a publicação de seu livro, acabou recebendo no ano de 1980 o prêmio Jabuti na categoria Biografia e/ou Memórias, o que demonstra que o gênero biográfico já estava sendo valorizado e fazia parte do cenário literário neste período. O prêmio foi criado no ano de 1958 pelo presidente da Câmara Brasileira do Livro Edgar Cavalheiro e o secretário Mário da Silva, sendo destinado aos escritores de todas as áreas envolvidas no processo de criação e produção de um livro. Informações disponíveis no sítio eletrônico: <<http://premiojabuti.com.br/o-jabuti/historia/>> Acesso em: 30 out. 2014.

⁵ *Ibid.*, p. 30.

⁶ “O cânone literário é uma forma institucionalizada que define e determina o que vem a ser a sua literatura representativa, isto é, os textos de referência que recortam a singularidade discursiva e a representacional daquela cultura. Neste sentido, ele é resultado de valorações dentro de um contexto em que muitos fatores entram em jogo, por exemplo, gênero literário prestigiado e estilo predominante numa época, mas cuja base reside no discurso crítico e das instituições que o abrigam.” Disponível em: RAMALHO, Christina. *Literatura e Feminismo. Propostas teóricas e reflexões críticas*. In: SCHMIDT, Rita Therezinha (Org.). *Recortes de uma História: a construção de um fazer/saber*. Rio de Janeiro: Elo, 1999.

⁷ TEIXEIRA, Nincia Cecília Ribas Borges. *Letras transgressoras na escrita de autoria feminina: Greta Benitz e as palavras em rotação*. Vol., 12, 2011, p. 279-297. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/windows%208/Downloads/8399-26837-1-PB.pdf>> Acesso em: 20 out. 2013.

Tradicionalmente, as mulheres foram, nas esferas que abrangem o social, o histórico, o político e o estético, consideradas como inferiores ao sexo masculino. Em decorrência da política do patriarcalismo, a mulher foi silenciada, excluída e vitimada por preconceitos e estereótipos lançados em sua imagem ao longo da história⁸.

Naquele momento, essa desvantagem homem-mulher dava-se devido a uma cultura machista que não fora capaz de conceber que havia, para as mulheres, um espaço além do ambiente doméstico; este espaço não fora negado apenas a elas: os negros e os homossexuais também não tiveram por muito tempo o direito de manifestar seus pensamentos nem um lugar no campo das letras e em outros campos profissionais. Ou seja, antes das décadas de 1970 e 1980 poucas escritoras foram reconhecidas, sendo uma exceção o caso da romancista Rachel de Queiroz “que estreou ainda muito jovem, em 1930, e da poetisa Cecília Meireles, morta em 1964.”⁹

Apesar das dificuldades as escritoras, dentre as quais Zélia Gattai, começaram a aparecer no cenário literário, rompendo de forma gradativa com os preconceitos existentes na sociedade patriarcal e criando mecanismos para poder transitar neste meio, a partir de suas construções narrativas, “desmascarando a naturalização das diferenças hierarquizadas de gênero, conseqüentemente, problematizando o cânone literário estabelecido”¹⁰.

Como coloca-nos Teixeira, dentro deste contexto de problematização do cânone literário é que ocorreu um aumento significativo do número de publicações de mulheres entre as décadas de 1975 e 1985: “[...] essas mulheres buscavam se libertar dos papéis tradicionais, tanto no plano social quanto no literário”¹¹. Ao escreverem seus livros, explicitarem seus pensamentos, expressarem seus sentimentos, medos, criar personagens e histórias, as mulheres iam conquistando o direito a voz, passando a representar uma experiência feminina distanciada da perspectiva hegemônica masculina.

Um dado significativo em relação a essas publicações femininas é que a maioria delas, salvo as exceções¹², foi lançada por mulheres brancas, pertencentes à elite econômica brasileira, sendo que grande parte teve contato

⁸ ROSSINI, Tayza Nogueira. *Brasiliana - Journal for Brazilian studies*. v. 3, n. 1. Jul, 2014, p. 288-312. Disponível em: <http://ojs.statsbiblioteket.dk/index.php/bras/article/view/16761/15491> Acesso em: 23 dez. 2014.

⁹ CUNHA, Helena Parente. O desafio da fala feminina ao falo falocêntrico. Aspectos da literatura de autoria feminina na ficção e na poesia dos anos 70 e 80 no Brasil. In: RAMALHO, Christina. (Org.). *Literatura e feminismo*. Propostas teóricas e reflexões teóricas, [s.l.], [s.n.], 1999, p. 151-171.

¹⁰ *Ibid.*, p. 291.

¹¹ *Ibid.*, p. 286.

¹² A escritora Ana Lins dos Guimarães Peixoto tinha o pseudônimo de Cora Coralina, com o qual lançou o seu primeiro livro *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, pela Editora José Olympio no ano de 1965. Cora é um exemplo de mulher que se tornou escritora mesmo tendo pouca instrução e que não fazia parte de uma elite. Igualmente, é o caso da escritora Carolina Maria de Jesus, que escreveu *Quarto de despejo: diário de uma favela*, lançado em 1960. Trata-se de uma mulher pobre, negra e que morava na favela, muito diferente da realidade das outras escritoras que fizeram parte do cânone literário deste período.

com a literatura estrangeira ou mesmo morou em outros países, adquirindo experiências e visões de mundo plurais, travando contato com ideais feministas e com diferenças culturais significativas, o que fora de grande importância para a ampliação de seus horizontes intelectuais e para a própria produção de seus trabalhos literários, bem como a percepção de sua própria existência como mulher. Muitas delas eram casadas com homens notáveis, como escritores e políticos também pertencentes a uma elite econômica e intelectual; é o caso de Zélia Gattai.

Este aumento das publicações foi muito significativo do ponto de vista da manifestação da voz da mulher, pois algumas mulheres conseguiram efetivamente expressar seus sentimentos, muito diferente dos séculos anteriores quando, ao se fazê-lo, partia-se do anonimato ou pela via do pseudônimo masculino. Desse modo, "as autobiografias de mulheres dão voz a saberes assujeitados porque as perspectivas e experiências femininas até recentemente foram excluídas da história e da literatura"¹³.

Há neste sentido um reentendimento do poder do homem no campo literário, mas também em outros setores profissionais, que teve como consequência a visibilidade da mulher no âmbito social. Teixeira coloca-nos que o resgate do termo "feminino" de um

contexto semântico eivado de preconceitos e estereótipos equivale a reescrevê-lo numa prática libertadora que tem como objetivo tornar visível o que foi silenciado e colocado em plano associado ao rótulo de expressão menor¹⁴.

A escrita de Zélia, tanto a autobiografia quanto a de romance, contemplou também o assunto em questão, discutindo as questões relacionadas ao "mundo feminino", como o casamento, o sexo, o divórcio, a educação dos filhos, a traição, a virgindade, o machismo, os valores tradicionais e outros assuntos que teve interesse em explicitar. Trata-se de questões sobre a sua experiência como mulher no mundo, no seu dia a dia, em suas redes de relações com a sociedade e com os poderes estabelecidos. Isso também foi feito por outras escritoras, não somente na construção de autobiografias, mas de outros gêneros literários, como os romances e os contos.

Há nas obras de Zélia um engajamento como mulher, relatando suas memórias, preferências literárias, militando politicamente, denunciando abusos de certos sistemas de poder que presenciou ou mesmo que ouviu falar. Também narrou a sua trajetória, desde as lembranças de sua infância e fase adulta. Neste sentido, há em sua literatura, como em tantas outras de sua época, a vontade da mulher em exteriorizar todos esses sentimentos, que por muito tempo foram guardados ou mesmo silenciados.

¹³ RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas. São Paulo: Editora Unicamp, 2013, p. 54.

¹⁴ *Ibid.*, p. 284.

Apesar de a autora ter publicado *Anarquistas, graças a Deus* em plena ditadura militar, os temas que narrou tratava sobre outros assuntos, como a imigração italiana no Brasil, principalmente no que se refere à viagem de seus antepassados. Tratou de falar sobre a violência que ocorria durante o Estado Novo na qual o seu pai também fora uma das vítimas, por conta de ter sido ele considerado homem perigoso, pois possuía uma espingarda de caça e um material bastante “subversivo” em sua casa, como os livros de Émile Zola e Pietro Góri e mais alguns artigos com conteúdos políticos, “provas” suficientes para incriminá-lo na perspectiva dos militares do regime.

Outros assuntos também foram abordados neste primeiro lançamento, como a modernização da cidade de São Paulo, relatando as histórias dos habitantes do bairro do Bixiga, narrando também os costumes das italianas, sobre os espaços de lazer que existiam no momento, além de outras temáticas. Tal tema foi novamente narrado em outro livro publicado pela autora intitulado *Città di Roma* (2000) onde relata o que ocasionou a morte de seu pai, pelo qual nutria grande afeto: “Acometido de febre tifoide, o organismo de papai não resistiu. Morreu aos cinquenta e quatro anos, vítima das atrocidades da polícia do Estado Novo”¹⁵.

Com a leitura de suas obras podemos perceber que, desde o primeiro livro, Zélia mostrou-se bastante preocupada com a construção de sua memória individual e também de memórias “alheias” como as de seus familiares, dos seus amigos e de outras pessoas com que conviveu, seja na infância ou mesmo em outros momentos de sua vida. Nos livros seguintes, a construção de memórias tornou-se uma prática recorrente, os temas por vezes variavam, mas a prática memorialista permanecia em cada nova publicação.

Se em *Anarquistas, graças a Deus* e em *Città di Roma* o foco foi debruçar-se a narrar as histórias de sua família, nas publicações seguintes, como *Um chapéu para viagem* (1982), *Senhora dona do baile* (1984) e *Jardim de inverno* (1988), ela se concentra em contar sobre o tempo em que vivenciou o exílio na Europa com seu esposo.

Tal constatação leva-nos a várias indagações: Quais as particularidades da escritura da autora? Por que a autora escreve? Existe algum intuito com a sua escrita memorialista? Se existe, qual o motivo que a levou a produzir suas obras? Como se apropriou do passado para construir as suas memórias? Estas e outras questões serão discutidas no tópico seguinte.

A memória e o passado em Zélia Gattai

Foi no final da década de 1970 que Zélia publicou seus livros, debruçando-se a narrar sobre a sua trajetória de vida, informando sobre a sua própria educação/instrução, a sua relação com a família, a sua rede de amizades e sobre outras questões. Desta forma, criou uma memória de si, olhando para o passado, tentando recuperar as lembranças dos momentos

¹⁵ GATTAI, Zélia. *Città di Roma*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 168.

vivididos. Neste sentido, pôde contar as suas experiências, exteriorizar seus sentimentos, relatar seus medos e visões de mundo.

Destas particularidades, pode-se dizer que grande parte dos textos literários da escritora preocupa-se em enfatizar sua individualidade, pelas histórias de sua própria vida. Neste sentido, entendemos como Philippe Lejeune que as obras de Zélia Gattai são autobiográficas, pois trata-se “de um relato retrospectivo em prosa que faz de sua própria existência, colocando ênfase em sua vida individual e, em particular, na história de sua personalidade”¹⁶. No entanto, apesar de ter um aspecto autobiográfico, há também um caráter biográfico por apresentar em seus textos uma clara construção de memórias de “terceiros” onde contempla as histórias de alguns indivíduos de seu círculo familiar, como a de seu esposo, de alguns amigos, de consagrados escritores, poetas e poetisas, de pessoas comuns, dentre outras, pois como nos mostra Arfuch “toda biografia ou relato da experiência é, um ponto, coletivo, expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade”¹⁷.

Levando em consideração a existência de tais características, podemos afirmar que em seus textos há o intuito pessoal de se posicionar e evocar o seu próprio passado, permitindo-se rememorar-lo e, a partir de seu tempo presente, dotá-lo de novos significados, assim como conceder voz a certas pessoas e acontecimentos que julga importante, sendo motivada por questões de ordem emocional, política ou mesmo social. Deste modo, realiza também a construção biográfica, a narração de histórias alheias, reproduzindo, a partir de sua escritura, como assinala François Dosse, “um vivido real passado segundo as regras da mímeses e o seu pólo imaginativo”¹⁸.

Em sua narrativa, além do recurso das próprias lembranças, Zélia recorre à sua imaginação, rica de detalhes, de certas descrições que julga pertinente e à sua criatividade como escritora, organizando os acontecimentos que pretende contar ao leitor, criando desta maneira a sua história de vida e a de outras pessoas que relata de modo coerente, dando a impressão de que tais eventos foram vivenciados exatamente como foram narrados, sendo uma prática comum nestes tipos de relatos de vida, pois, como bem informa Dosse, “o biógrafo [...] se encontra o mais perto possível do autêntico, a ponto de alimentar às vezes a ilusão de restituir inteiramente uma vida”¹⁹.

Se há a construção autobiográfica e também a biográfica é neste sentido que a sua obra torna-se uma literatura híbrida, porque é composta por gêneros literários distintos. Além disso, a construção de memórias internas torna a sua obra uma literatura essencialmente ficcional, pois não há como garantir, ou

¹⁶ LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008, p. 14.

¹⁷ ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010, p. 100.

¹⁸ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 55.

¹⁹ *Ibid.*, p. 59.

comprovar a autenticidade de sua narrativa. De acordo com Glaucy Amaral, “relembrar o passado não possibilita o recuperar da ação no tempo, pois a cada lembrança é revivida pela memória, o passado remodelado passa a fazer parte do presente atuante”²⁰. É neste sentido que entendemos que seus textos são autobiográficos e também memorialísticos, pois contemplam a memória individual e a memória coletiva. Sua autobiografia situa-se, deste modo, na fronteira entre o relato narrado como verídico, inserido em um campo ficcional, e o da construção literária.

O que nos interessa a partir de tais constatações referentes a escritura de Zélia, é entender o motivo pelo qual escreve seus textos e como utiliza as lembranças do passado para atingir seus fins. Evidentemente que não escreve sem um objetivo concreto; neste sentido, entendemos que há uma intencionalidade, ou melhor, há várias intenções que a levam a publicar suas autobiografias. Para tanto, faz uso de “ferramentas” que lhe permite construir memórias a partir de suas lembranças pessoais e de algumas que toma “emprestado” de seus próprios antepassados.

Em suas narrativas evoca as lembranças do passado, faz uso de sua imaginação, reconstruindo, deste modo, suas experiências e as de outras pessoas, ora querendo registrá-las, documentá-las, ora para “denunciar” certos eventos que vivenciou, ora para se colocar como porta voz de vozes silenciadas. Trata-se, portanto, de práticas comuns em todos os seus livros com caráter memorialístico.

As obras *Anarquistas, graças a Deus* e *Città di Roma*, apesar de serem livros publicados em momentos diferentes, revelam aproximações temáticas e interesses semelhantes, especialmente porque que tratam da imigração italiana para o Brasil no início do século XX. Por isso, seus livros não são divididos em capítulos; há uma divisão temática com o intuito de mostrar ao leitor o assunto que será abordado em seus textos, tal como fez em *Anarquistas, graças a Deus*, nas seções *Começo de viagem*, *Serviço de imigração e saúde* e *Fim da colônia Cecília*²¹, escritos geralmente em textos curtos. Em *Città di Roma* e nos demais livros que escreveu, ela repete a mesma forma de organizar suas ideias a partir de tais divisões, utilizando títulos muito parecidos com os de *Anarquistas, graças a Deus*, *Posto de imigração sanitária*, *A viagem* e *A viagem dos Daco*²², dentre outros.

Deste modo, Zélia Gattai apropria-se das experiências, sentimentos e recordações do passado de seus antepassados, criando uma narrativa a partir de dados históricos sobre o período, informando eventos, como sua viagem até o Brasil, suas expectativas, os seus desafios e a adaptação em terra desconhecida. O excerto que segue, extraído de *Città di Roma*, revela-nos estes aspectos de sua escritura:

²⁰ AMARAL, Glaucy Cristina. *A narração memorialística em A casa do Rio Vermelho, de Zélia Gattai: uma meta memória*. 2010. 85f. Dissertação de mestrado. Programa de estudos pós-graduados em literatura e crítica literária. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2010, p. 16.

²¹ GATTAI, Zélia. Op. cit., p. 132, 134 e 136.

²² Ibid., p. 15, 13 e 25.

A travessia de Gênova para o porto de Santos foi longa e penosa, contava tio Guerrando. Não posso esquecer. Amontoados e tristes como gado a caminho do matadouro, os imigrantes enjoavam nos porões escuros e quentes, ao lado das caldeiras do navio, um verdadeiro inferno. A gente ia aguentando sem reclamar. Todo mundo tinha um medo terrível de ficar doente e acabar morrendo em alto-mar. Vocês sabiam não é? Explicava titio, nos navios daquela época não havia frigorífico para conservar cadáveres, e os corpos de quem morresse durante a travessia eram jogados no mar²³.

Zélia, nos dois livros, *Anarquistas graças a Deus* e *Città di Roma*, relata os depoimentos de seus familiares. Dessa forma, reconstrói algumas histórias que julga mais importantes. A escritora parece reproduzir o que realmente ocorreu no passado, a partir das informações que possui com o apoio de sua imaginação. Como bem disse Dosse, "o biógrafo [...] se encontra o mais perto possível do autêntico, a ponto de alimentar às vezes a ilusão de restituir inteiramente uma vida"²⁴. Ou seja, quem escreve sobre uma vida por meio de relatos pessoais preocupa-se em dizer a verdade sobre os "personagens" biografados. Além disso, o leitor de um texto (auto)biográfico pretende encontrar as verdades sobre essa trajetória(s). Em outras palavras, "publicar uma biografia, anuncia-la como tal e não como romance é prometer fatos verídicos [...]"²⁵. No entanto, as lembranças, sejam elas, individuais ou coletivas não são plenamente confiáveis, sendo transbordada de lacunas, passíveis, neste sentido, de erros e falhas. Deste modo, com ou sem a intencionalidade do biógrafo, é comum nas escritas de si ocorrer desvios e algumas imprecisões em relação aos fatos históricos narrados.

Por tratar-se de um conjunto de textos autobiográficos, devemos considerar que há um intuito por parte da autora em relatar as histórias de vida como sendo verdadeiras e fiéis aos acontecimentos do passado. No entanto, as lembranças individuais ou partilhadas com o seu grupo familiar são insuficientes para dar conta de dizer o que realmente ocorreu em determinado espaço ou tempo.

O título *Città di Roma*, escolhido pela autora, se refere ao navio que os seus antepassados embarcaram em Gênova rumo ao Brasil. Segundo a Zélia Gattai, isso teria ocorrido em 1890:

O grupo de idealistas embarcou no navio "Città di Roma" em fevereiro de 1890; o regime imperial no Brasil havia sido derrubado a 15 de novembro de 1889. D, Pedro II fora deposto e desterrado, a República proclamada. Os fundadores da "Colônia Socialista Experimental" não podiam mais contar com a ajuda e o apoio prometido pelo Imperador. Contariam apenas

²³ Ibid., p. 13-14.

²⁴ Ibid., p. 59.

²⁵ Ibid., p. 59.

com seus próprios esforços, com a vontade de vencer, mas nada os faria recuar. No porão do "Città di Roma", junto às caldeiras, viram-se amontoados os pioneiros que, em breve, estariam integrando uma comunidade de princípios puros: a "Colônia Cecília". Iam cheios de esperanças, suportariam corajosamente as condições infames da viagem²⁶.

Esta afirmação traz-nos duas imprecisões observadas por Isabele Felici em seu artigo intitulado: *A verdadeira História da Colônia Cecília de Giovanni Rossi*²⁷. A primeira, em relação ao navio que os imigrantes viajaram, que ao contrário que Zélia afirmara, não teria sido no *Città di Roma*, mas no navio Vittoria. A segunda falha, diz respeito à data do embarque, que a partir das pesquisas de Felici, teria ocorrido no ano de 1891 como nos mostra no trecho a seguir:

Em fevereiro vários grupos embarcam em Gênova em direção à Palmeira. Seis famílias originárias de Litorno partem no dia 03 de fevereiro de 1891, no navio Vittoria. Entre eles está Eugenio Lemmi. Um segundo grupo, mais numeroso, dezesseis famílias e alguns solteiros, originários de Cecina, Gênova, Turim, Milão e Brescia, embarca no dia 14 de fevereiro de 1891. No dia 10 de março, é a vez de treze famílias e sete homens solteiros de Florença, Poggibonsi, La Spezia e Milão. Francesco Argia Gattai, os avós de Zélia Gattai, e suas crianças, fazem parte desse grupo que viajou no dia 10 de março de 1891, e portanto, não partiram a bordo do Città di Roma, contrariamente ao que ela diz em seu livro de memórias, *Anarquistas graças a Deus* s. Essa observação não diminui em nada o valor do testemunho de Zélia Gattai e a carga emotiva que contém o relato, particularmente comovente, que ela faz da viagem de seus avós: a última criança da família Gattai, um recém-nascido, morre de fome na chegada ao porto de Santos²⁸.

194

Como defendido por Felici, os dados imprecisos relatados por Zélia, não exclui o mérito de seus relatos, mas nos indica lacunas que são muito presentes em suas obras ou em qualquer outro trabalho autobiográfico. O foco nestes dois livros, além da ênfase na viagem de travessia Itália-Brasil, foi na incorporação de novos temas, como o da modernização da cidade de São Paulo, o dos espaços de lazer que haviam naquele momento, avivando questões como religião, gênero, literatura, política, valores morais, entre outros. Assim, a escritora posicionava-se ora como narradora, ora como personagem de sua própria história.

Zélia é uma escritora que não pretende, a partir de sua literatura, apenas informar sobre a trajetória de vida de seus pais e avós, mas registrar tais acontecimentos, arquivando histórias de vidas que ela julga importantes, a

²⁶ GATTAI, Zélia. *Anarquistas graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

²⁷ FELICI, Isabeli. A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. *Revista Cadernos AEL*. Campinas, v. 5, 1998, p. 9-67.

²⁸ *Ibid.*, p. 18.

ponto de não querer que caiam no esquecimento. Podemos perceber que as escolhas que ela fez determinou o sentido que pretendia dar à sua própria vida, como pontua Philippe Artières:

Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas²⁹.

Mas, além disso, há outra intenção com a sua escrita, que é uma preocupação com si própria no sentido de se construir como sujeito em sua literatura. Zélia também faz de sua escritura memorialística uma “ferramenta de resistência”, a partir do momento em que relata suas dores, seus ressentimentos, as vivências traumáticas, bem como as injustiças que presenciou ou mesmo de que ouviu falar. Deste modo, tece a sua narrativa, registra e denuncia certos acontecimentos; é a forma de posicionar-se, de exteriorizar seus sentimentos, emoções, seus valores como mulher, como militante e como sujeito histórico. Foi o que procurou fazer relatando, por exemplo, a prisão de seu pai Ernesto Gattai pelo Estado Novo:

Na portaria da delegacia, deixamos roupas para substituir as que papai usava desde a madrugada de sua prisão, roupas já quase podres, fedendo de quase não se aguentar, ninho de muquiranas... O rapaz que recebeu as roupas e uma sacola com escova de dentes, pasta e sabonete, que levamos, não deu certeza se elas seriam entregues. Não foram entregues³⁰.

Do excerto citado fica claro que a autora permitiu-se narrar, registrar e denunciar um evento triste sobre a prisão de seu pai, acontecimento extremamente marcante em sua vida, pois, segundo ela, foi o fator responsável que deixou a saúde de seu Ernesto debilitada, vindo a falecer posteriormente em decorrência da violência física e psíquica sofrida. Pode-se dizer que a partir de seus livros é que Zélia pôde se posicionar como testemunha de tais eventos em sua vida. Como assinala Artières, “este é um traço comum dessas práticas: arquivar a própria vida é querer testemunhar”³¹.

Para além de *Anarquistas, graças a Deus* e *Città di Roma*, nas obras *Um chapéu para viagem* (1982), *Senhora dona do baile* (1984) e *Jardim de inverno* (1988), também faz de sua narrativa um espaço de construção de memórias, desabafo individual e coletivo, posicionando-se como testemunha dos eventos vividos e outros que não presenciou, mas que tomou para si o dever de

²⁹ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos históricos*. v. 8, n. 21. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 09-34.

³⁰ GATTAI, 2000, p. 167.

³¹ *Ibid.*, p. 20.

divulgá-los e documenta-los. Interessa ressaltar que, apesar de continuar a ter uma postura memorialística nestes livros, as temáticas que escolheu para narrar não contemplam, com a mesma intensidade, a história de sua família e os relatos de seus antepassados; neste caso, concentra-se em narrar o exílio (1948-1952) partilhado com Jorge Amado. Neste sentido, a sua narração ocupou-se de construir a sua memória e a de seu esposo, juntamente com os intelectuais de esquerda, escritores, filósofos e filósofas, dentre outras pessoas de seu círculo de convivência.

Nestas obras, percebe-se que há uma Zélia escritora mais engajada do ponto de vista político, pois se coloca a tratar de assuntos relacionados à guerra fria, ao holocausto, ao *stalinismo*, ao socialismo, ao *macarthismo*, as injustiças políticas, aos conflitos ideológicos, relatando os congressos e reuniões de que seu esposo participou, os problemas sociais que presenciou nos países que visitou, como é o caso da China, e de outros mais a que se debruçou a narrar. Sobre este episódio, são suas as palavras:

Tudo se sabia da China, no Brasil, coisa pública e notória, era que a perseguição política recrudescera, acentuara-se o retrocesso democrático desde que o governo de Mao Tse-Tung recusara-se a aceitar e a apoiar as revelações de Nikita Krushev no XX Congresso do Partido Soviético, após a morte de Stalin. Ao revelar os crimes do stalinismo, Krushev propunha uma nova política baseada na denúncia do culto à personalidade e das violações, tantas e tão monstruosas, da legalidade socialista, da democracia. O governo chinês repudiou, preferiu ficar com a moral stalinista; o culto a Mao não tinha limites³².

196

As três obras citadas anteriormente complementam-se no sentido de que Zélia começa a narrar o seu exílio em *Um chapéu para viagem*, publicado em 1982 e nas obras seguintes continuará a tratar desta temática, finalizando o assunto em *Jardim de inverno*, lançado em 1988. Neste livro, faz um balanço do que vivenciou em país distante, contando a sua experiência, deixando claro ao leitor que depois de tais vivências já não era mais a mesma, ou seja, trata-se de outra mulher, com uma nova identidade criada a partir das novas oportunidades que teve, ampliando seus horizontes como mulher e posteriormente como escritora e memorialista. Amadurecida, com outra concepção de mundo, afirmou:

Nesse porto de Gênova eu desembarcara em 1948, com uma criança nos braços, no peito muito amor e muita coragem. Houve quem me tachasse de irresponsável, ao ver-me sair mundo afora ao encontro de meu companheiro com um filho pequeno. Agora, em 1952, neste mesmo porto de Gênova, ao partir de volta para casa, eu já não era a moça ingênua que lá aportara, cheia de ilusões, sectária, limitada, com uma visão idealista do mundo. Vivera um tempo longo de saudade e de

³² GATTAI, Zélia. *Jardim de inverno*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 193.

nostalgia, um tempo dramático de guerra-fria, macarthismo, stalinismo, injustiças, desconfianças, acusações e delações: o medo desenfreado condicionando a existência das pessoas. Passara a conhecer melhor a vida. Não fora fácil, mas a gente vai aprendendo sem parar, apanhando para aprender: eu apanhei bastante³³.

Não nos é difícil assumir que Zélia pode construir-se como mulher a partir de todas essas vivências no exílio. Por meio de tais acontecimentos pode observar, experimentar novas realidades e presenciar eventos tristes, situações de injustiça entre certos grupos e até mesmo rever certos princípios e valores políticos que nutriu em sua vida por muitos anos. Deste modo, distante de seu país pode reconstruir-se como mulher, como sujeito histórico, deixando de lado alguns referenciais ideológicos, rompendo com certas ilusões políticas como o socialismo, por exemplo, pois havia percebido que o poder muitas vezes era equivocado, injusto, violento e autoritário, assim como o stalinismo e o maoísmo, que se debruçou a relatar em suas histórias nas páginas de seus livros.

Cabe destacar também que Zélia mostrou em suas obras a sua indignação e desilusão com o "sonho socialista", mostrando com sua narrativa as intervenções que faziam antes de publicarem os textos de seu esposo nos países socialistas que sofriam cortes em certas palavras e frases além de excertos que, segundo admite a escritora, "ainda sim, sobrava o que ler, um sopro de vida verdadeiro, mesmo podados, representavam uma abertura"³⁴. Além de tais intervenções, havia outros eventos insertos no socialismo e praticados por alguns dos seus membros que presenciou ou ouviu falar, como eventuais condenações de pessoas inocentes, enforcamentos, entre outras atitudes que restringiam a liberdade de muitas pessoas. Neste sentido, Zélia Gattai começa a questionar o socialismo e, de maneira bastante crítica, afirma:

O socialismo que eu aprendera a respeitar, desde criança, com meu pai, era outro, muito outro, completamente diferente... Meu pai me ensinara que sem liberdade o homem não pode viver. Não há dúvida, os princípios do socialismo significavam um avanço da sociedade. Os homens que aplicavam é que, muitas vezes, não estavam à altura. Coisa tão simples de analisar, tão fácil! Não era preciso possuir conhecimentos teóricos do marxismo, bastava ter cabeça para pensar, olhos para ver e coração para sentir para se chegar a conclusão de que ambição pessoal, a sede do poder, era responsável por tudo de ruim que acontecia. A ambição do poder transforma, corrompe o indivíduo. Há homens que para chegar ao poder fazem qualquer negócio... No poder, passam a ver inimigos em

³³ Ibid., p. 224.

³⁴ Ibid., p. 47.

seu redor, querendo tomar-lhes a frente, querendo fazer-lhes sombra, querendo tirar-lhes as vantagens... Para não perder o mando, recorrem a dogmatismo, valem-se de todo e qualquer processo para liquidar o concorrente: tornam-se inflexíveis, não admitem queixas, muito menos críticas, tolhem as liberdades, utilizam as polícias e os tribunais, forjam crimes para liquidar os que os incomodam³⁵.

O que se compreende a partir desta afirmação é que a escritora conseguiu por meio de sua literatura posicionar-se, mostrando que o poder com ambição leva a regimes violentos e, conseqüentemente, a atitudes desumanas, por parte de seus membros, o que fez com que ela revesse o socialismo, não o vendo mais como um ideal a ser alcançado e construísse as suas memórias com o intuito de arquivar tais vivências.

Palavras finais... Um refletir em Zélia

Em todas as suas obras memorialísticas podemos observar que Zélia as construiu com o intuito de deixar tais experiências para a posteridade, promovendo um legado no sentido de querer mostrar aos seus leitores que qualquer regime político que não tenha como propósito o bem comum não poderá ter um poder justo e humano; ao contrário, a autora admite que são estes geralmente os grandes responsáveis por inúmeras atrocidades contra as pessoas que se posicionam contra os seus propósitos. Além disso, ela tinha muitos motivos para querer exteriorizar seus pensamentos, pois fora uma mulher que presenciou a prisão do próprio pai e o exílio do esposo.

Pode-se dizer que objetivou registrar e documentar as histórias dos seus antepassados a partir de seus referenciais ideológicos, sua luta pela sobrevivência na viagem da Itália ao Brasil e a adaptação ao país desconhecido que, com o passar do tempo, foi se tornando aconchegante e se transformando em um verdadeiro lar.

Em suma, a memorialista Zélia Gattai conseguiu, por meio de sua escrita, o que sempre almejou: dar voz a si própria e a outras pessoas que não puderam se posicionar diante do que haviam sofrido. Neste sentido, a escritora fez de sua literatura um instrumento político; não era adepta de partidos, no entanto nutria grandes sonhos, muitas experiências e uma opinião firme sobre as questões relacionadas ao socialismo e a outras temáticas com as quais pode posicionar-se, registrar, documentar e deixar seu legado a partir da tessitura de sua narrativa, "graças a Deus".

³⁵ Ibid., p. 139.

Sobre a autora

Kassiana Braga é graduada em História pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Assis-SP) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História dessa mesma universidade, onde desenvolve a pesquisa *A senhora dona da memória: autobiografia e memorialismo em obras de Zélia Gattai*, fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). E-mail: kassianahistoriabraga@gmail.com. O texto apresentado é resultado parcial do primeiro capítulo de sua dissertação de mestrado.

Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 15 de outubro de 2015.

PARA ONDE FOI A HISTÓRIA ECONÔMICA DA DITADURA MILITAR? – UMA ANÁLISE SOBRE A RECENTE PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA

RAFAEL LEITE FERREIRA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

RESUMO

Nos últimos anos, apesar do significativo avanço da produção historiográfica acerca do golpe civil-militar de 1964 e do regime autoritário que se seguiu, as interpretações que privilegiam os aspectos econômicos desses episódios vêm perdendo espaço e adeptos em análises acadêmicas. Acreditamos que esse desinteresse é fruto do movimento antiestruturalista dos anos 1960 e pós-modernista da década de 1990. O presente artigo visa entender as possíveis razões para o pouco interesse da imprensa e dos intelectuais brasileiros pela história econômica. Além disso, pretende discutir a situação atual desse fenômeno e as suas principais implicações no campo do conhecimento histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar Brasileira; Historiografia; História Econômica.

ABSTRACT

In recent years, despite significant advancement of historical production about the civil-military coup of 1964 and the authoritarian regime that followed, the interpretations that emphasize the economic aspects of these episodes have been losing space and adherents. We believe that this lack of interest is the result of anti-structuralist movement of the 1960s and post-modernist 1990s. This article aims to understand the possible reasons for the lack of interest from the press and Brazilian intellectuals of the economic history and discuss the current situation this phenomenon and its implications for the major field of historical knowledge.

KEYWORDS: Brazilian Military Dictatorship; Historiography; Economic History.

Introdução

“O golpe de 1964 nada tem a ver com economia, foi só política”.
Mário Henrique Simonsen¹

A citação em epígrafe, proferida pelo economista Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda no governo Geisel e do Planejamento no governo Figueiredo, em uma mesa redonda realizada na Fundação Getúlio Vargas (FGV), por ocasião do trigésimo “aniversário” do golpe de 1964, representa, em boa medida, uma ideia hoje compartilhada por diversos intelectuais e jornalistas de que não apenas o golpe de 64, mas o próprio regime militar nada teve a ver com economia. Este trabalho criticará tal conclusão e investigará quais os possíveis fatores que levaram esses pesquisadores a se distanciarem, no decorrer das últimas décadas, das análises econômicas.

O ano de 2014 marcou a passagem dos cinquenta anos do golpe civil-militar que defenestrou o presidente João Goulart e implantou uma ditadura de 21 anos no Brasil (1964-1985). Ao longo das últimas décadas, ficando-nos presos apenas aos “aniversários” do episódio, em suas datas redondas pós-ditadura (1994, 2004 e 2014), podemos perceber um progressivo interesse de amplas parcelas da sociedade brasileira acerca da temática. Lembramo-nos, por exemplo, que, no ano de 1994, quando programamos alguns eventos acadêmicos sobre o golpe de 64, a quantidade de inscritos era realmente baixíssima.

Durante a década de 1990, no campo da produção bibliográfica, a situação também era de pouco interesse em relação ao golpe e ao regime. O historiador Carlos Fico salientou que afora algumas entrevistas de ex-presos políticos, a publicação de alguns livros-depoimentos de ex-militantes e da existência de algumas obras, então clássicas, publicadas ao longo das décadas de 70 e 80, no geral, os trabalhos e as pesquisas sobre o golpe e a ditadura ainda eram escassas no ano de 1994². Uma produção, por exemplo, que conseguiu, durante a década de 90, dar uma boa alavancada nas discussões sobre o tema foi a trilogia *Visões do golpe, Os anos de chumbo* e *A volta aos quartéis*, publicada pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, em que os próprios militares expuseram diretamente opiniões, pontos de vista, críticas ou elogios à sua performance no exercício do poder³.

¹ Citado por CARVALHO, José Murilo de. 1964 meio século depois. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, jan./abr. 2014, p. 11.

² FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 20-23.

³ SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a. _____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b. _____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

O ano de 2004, ao contrário, já apresentava um momento diferente. Nesse ano, o interesse foi, de fato, muito maior. Além da realização de diversos seminários, conferências, documentários, reportagens especiais, e da publicação de centenas de pesquisas e obras sobre o tema, a criação de duas medidas de reparação do Estado brasileiro dentro da ideia de Justiça de Transição – a “Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”, de 1995, e a “Comissão de Anistia” do Ministério da Justiça, de 2001 – despertou uma nova discussão sobre a ditadura e trouxe a questão das graves violações de Direitos Humanos desse regime para dentro do Estado. Como é sabido, em um Estado Democrático de Direito, a busca pela verdade através de mecanismos tais como Comissão da Verdade, abertura de arquivos e investigações forenses sobre desaparecidos políticos apresentam uma função crucial de reconhecimento histórico, em oposição à negação e o silêncio do anterior Estado de Exceção, e cumprem o imperativo moral do direito das vítimas à verdade sobre o passado e as violações sofridas.

O ano de 2014, por sua vez, dando continuidade ao acúmulo de experiências das décadas anteriores, foi marcado por um notável envolvimento da sociedade brasileira sobre a temática. Em todo o país, desde o começo do ano, tem-se intensificado congressos e seminários, circuitos de entrevistas e palestras, depoimentos em Comissões da Verdade, atos simbólicos de reparação e de homenagens às vítimas da repressão, “esculachos ou escrachos” (protestos públicos que têm o objetivo denunciar os colaboradores da ditadura militar, sejam pessoas ou empresas, como forma de pressionar por sua punição na Justiça), documentários, publicações de especialistas e de perseguidos políticos etc., sobre o golpe de 1964 e o regime autoritário que se seguiu.

Some-se a isso, o acréscimo de pedidos de reparação pecuniária à Comissão de Anistia, a condenação do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (no *Caso Gomes Lund e Outros “Guerrilha do Araguaia” vs. Brasil*, sentença de 24 de novembro de 2010), o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153 pelo Superior Tribunal Federal (STF), em abril de 2010, sobre a “revisão da Lei de Anistia de 1979”, a divulgação da nota pública de uma rede de comunicação afirmando que o seu editorial de 1964 teria sido um erro⁴, a crescente multiplicação de Comissões da Memória e Verdade em todo país, o conhecimento para milhares de pessoas que houve torturas nos porões da ditadura, através do depoimento de um extorturador em cadeia nacional e horário nobre, entre outros. Somados, todos esses elementos têm sido um importante caldo para rediscutir o regime autoritário brasileiro.

Envolvidos pessoalmente sobre a temática, temos procurado acompanhar as atividades correlatas ao assunto. Apesar dos inúmeros relatos lidos e ouvidos e da sensação de um notável avanço das experiências sobre a

⁴ Trata-se do conglomerado “Grupo Globo” (anteriormente conhecido como “Organizações Globo”). Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

temática em relação aos “aniversários” das décadas anteriores, foi perceptível no ano de 2014 a falta de discussões e análises a respeito de um aspecto de extrema relevância para a compreensão do regime militar: a área econômica. Três casos, por exemplo, evidenciam essa questão:

1. Cito a falta de matérias e entrevistas na grande imprensa a respeito da temática. No Estado de Pernambuco, por exemplo, embora os três jornais de maior circulação (*Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco* e *Folha de Pernambuco*) tenham alocado esforços durante o cinquentenário do golpe de 64 no sentido de discutir a ditadura militar, nenhuma reportagem foi produzida em relação à área econômica.

2. Um segundo exemplo foi o rico quadro “1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil” produzido e exibido pela Univesp TV durante o ano de 2014. Para discutir a passagem dos 50 anos do golpe, a Univesp TV produziu uma série de reportagens especiais, entrevistas, vídeos, mesas e seminários. No entanto, em nenhum dos episódios, o programa analisou as transformações econômicas ocorridas durante o regime autoritário.

3. Diz respeito à falta de publicações recentes de obras específicas sobre a temática. A fim de verificar a disponibilidade de livros dirigidos ao público em geral sobre os aspectos econômicos da ditadura, dirigimo-nos à maior livraria do Estado de Pernambuco. A ideia era verificar no banco de dados dessa megastore a quantidade de obras disponibilizadas ao grande público, professores, pesquisadores e estudantes, que tratavam da “história econômica”, particularmente durante o período da ditadura. Foi-nos passado a sucinta lista:

- *História Econômica Geral* (1991), de Cyro de Barros Rezende Filho;
- *Introdução ao estudo da história econômica* (1995), de Carlo M. Cipolla;
- *História econômica da Europa pré-industrial* (2000), de Carlo M. Cipolla;
- *Historia Economica de America Latina* (2002), organizado por Tulio Halperin Donghi, William Glade e Rosemary Thorp;
- *História Econômica do Período Colonial* (2002), organizado por Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa;
- *História Econômica da Independência e do Império* (2002), organizado por Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa;
- *História Econômica da Primeira República* (2002), organizado por Tamás Szmrecsányi e Sergio Silva;
- *História Econômica do Brasil Contemporâneo* (2002), organizado por Tamás Szmrecsányi e Wilson Suzigan;
- *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico* (2002), organizado por Tamás Szmrecsányi e Ricardo Maranhão;
- *História econômica do Brasil república* (2002), organizado por Armando João Dalla Costa, Eduardo Gelinski Júnior e Marco Antonio Ribas Cavalieri;
- *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense* (2006), de Ailton Mota de Carvalho e Maria Eugenia Ferreira Totti;

- *História econômica: agricultura, indústria e populações* (2006), organizado por Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Vera Lúcia Amaral Ferlini;
- *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas* (2012), de Avanete Pereira Sousa;
- *Historia Econômica do Brasil* (2012, 43ª ed.), de Caio Prado Júnior;
- *História Econômica Geral* (2013), de Alexandre Macchione Saes, Flávio Azevedo Marques de Saes;
- *A Doutrina de Segurança Nacional e o "milagre econômico" (1969/1973)* (2013), de Carlos Giannazi⁵;
- *A ditadura militar, 1964-1985: momentos da República brasileira* (2014), de Evaldo Vieira⁶;
- *História econômica do mundo: das origens aos subprimes* (2014), de Jacques Brasseul.

Como se pode perceber, com exceção do livro de Carlos Giannazi, nenhum livro com o objetivo específico de analisar os aspectos econômicos do regime militar foi lançado recentemente. Acreditando que os livros disponibilizados atualmente nas estantes das livrarias são um bom termômetro para se verificar tanto o que está sendo produzido em termos de área de interesse e editoriais, bem como o que está sendo vendido ao público em geral, realizamos uma pesquisa mais ampla no banco de dados da referida megastore a fim de verificar, junto ao grande número de livros produzidos nos últimos anos sobre o golpe de 64 e o regime militar, capítulos ou artigos que abordassem a natureza econômica da ditadura.

Dos livros constantes no banco de dados dessa megastore, raríssimos foram aqueles que dedicaram, com maior ou menor atenção, algum capítulo específico à análise econômica. Através da sucinta lista montada a seguir, fica evidente o nível de dificuldade que um estudante encontra hoje em pesquisar sobre a área⁷. Das obras lançadas nos últimos anos, destaco os capítulos⁸:

⁵ GIANNAZI, Carlos. *A Doutrina de Segurança Nacional e o "milagre econômico" (1969/1973)*. São Paulo: Cortez Editora, 2013. Fruto de sua tese de doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), defendida em 2011, a obra analisou os aspectos autoritários do sistema político brasileiro durante o período conhecido como Milagre Econômico (1969-1973), cujo suporte ideológico foi fundamentado e sustentado, segundo o autor, pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, produzida pela Escola Superior de Guerra.

⁶ O livro de Evaldo Vieira busca apresentar uma síntese da história do Brasil durante a ditadura, pincelando em seus cinco rápidos capítulos, os sucessivos governos militares com as suas respectivas políticas econômicas – Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), II PND e III PND. VIEIRA, Evaldo. *A ditadura militar, 1964-1985: momentos da República brasileira*. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

⁷ Na escassez de novos livros sobre o tema, muitas vezes o caminho encontrado pelos pesquisadores acaba sendo a leitura de artigos acadêmicos (muitos dos quais hoje disponibilizados na internet) ou "revisitar" antigas obras da área da História e da Economia que analisaram com empenho as estruturas e conjunturas econômicas do golpe e da ditadura. Entre as principais, lembro: IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Estado e subdesenvolvimento*

- *O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*, de Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, incluso no livro *O Brasil republicano*, organizado por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado⁹;
- *A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro: 1967-1969*, de José Pedro Macarini, incluso no livro *Tempo negro, temperatura sufocante*, organizado por Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas¹⁰;
- *Os anos de ouro e de chumbo: a retomada do nacional-estatismo (1968-1974)*, do livro *Ditadura e democracia no Brasil*, de Daniel Aarão Reis¹¹;
- *Nunca fomos tão felizes: o milagre econômico e seus limites, do livro 1964: história do regime militar brasileiro*, de Marcos Napolitano¹²;
- *Mudanças sociais no período militar (1964-1985) e Transformações econômicas no período militar (1964-1985)*, de Francisco Vidal Luna e

industrializado. São Paulo: Brasiliense, 1977. OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981. KRISCHKE, Paulo J. *Brasil: do "Milagre" à "Abertura"*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1983. MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1986. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 4. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1989-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente: 1964-1992*. 4. ed., São Paulo: Ática, 1996. TEIXEIRA, Francisco. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). *História geral do Brasil*. 9. ed., Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005. BAER, Werner. *A economia brasileira*. 3. ed., São Paulo: Nobel, 2009.

⁸ Por motivos de tempo e espaço, não farei uma análise sobre o conteúdo desses capítulos. Limitar-me-ei a apenas apresentá-los, buscando demonstrar a baixa produção relativa à temática econômica da ditadura. De toda forma, desejo aqui expressar minha oposição em relação a essas obras (com exceção do livro *1964: história do regime militar brasileiro*, de Marcos Napolitano), que, entendem o governo João Goulart como paradigma da incompetência administrativa, procuram dividir com a esquerda a responsabilidade pelo golpe, e colocam a "sociedade" como cúmplice do "regime civil-militar" (sic). Para uma crítica contundente a este revisionismo historiográfico liberal, ler, por exemplo: MAESTRI, Mário; JAKOBSSKIND, Mário Augusto. A historiografia envergonhada. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 24, mai. 2003. TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n. 19, 2004, p. 27-48. MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

⁹ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed., vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁰ MACARINI, José Pedro. A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro: 1967-1969. In: FILHO, Oswaldo Munteal; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (Orgs.). *Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008.

¹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹² NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

Herbert Klein, incluso no livro *A ditadura que mudou o Brasil*, organizado por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta¹³;

- *O processo econômico*, de Paul Singer, incluso no livro *Modernização, ditadura e democracia*, da coleção *História do Brasil nação*¹⁴.

Como os três casos anteriormente mencionados, inúmeros outros poderiam ser destacados. O que se pode constatar, de uma maneira geral, é que as reflexões sobre as conjunturas e estruturas econômicas da ditadura foram realmente "negligenciadas" pelos veículos de comunicação e, até mesmo, nas discussões dentro da academia.

Essa constatação que fazemos não é nova. Já na década de 90, os autores João Fragoso e Manolo Florentino, em um lúcido capítulo para o livro *Domínios da História*, em que avaliavam a situação, à época, do campo da história econômica, apontavam o enfraquecimento dessa área como campo específico do saber histórico¹⁵. Ou seja, há duas décadas, esses historiadores indicavam que a história econômica estava sendo diluída, perdendo espaço e adeptos. A minha proposta neste artigo consiste, portanto, em trazer não uma "novidade", mas sim uma reflexão sobre o fato de essa questão continuar a ser reproduzida até os dias atuais, acarretando sérias implicações para o campo do conhecimento histórico, em especial sobre as análises da ditadura militar.

Cabe-nos, então, indagar quais os motivos que levaram grande parte dos especialistas na temática da ditadura, particularmente os historiadores, em pouco discutir os aspectos econômicos da ditadura? Não será uma temática relevante? Não será mais relevante refletir sobre as estratégias e os planos estabelecidos, os indicadores do período, a economia no plano internacional, os principais agentes favorecidos e desfavorecidos, em que consistiu o tão badalado "milagre" e os problemas econômicos passados para o governo seguinte, entre outras questões?

À medida que consideramos o estudo dos dados econômicos de extrema relevância para a compreensão do curso da ditadura, aliás, para a compreensão do próprio curso do país durante as décadas de 1960 a 1980, sentimo-nos provocados a produzir o presente artigo, que tem como objetivo fazer algumas discussões de caráter introdutórias sobre o atual desinteresse de uma grande parcela de intelectuais, especificamente, dos historiadores, em estudar a política econômica da ditadura militar brasileira. Afinal de contas, "*Esse relativo*

¹³ REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁴ SINGER, Paul. O processo econômico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.). *História do Brasil nação: 1808-2010. Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Vol. 5, Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

¹⁵ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Rodrigo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

*desinteresse não pode ser interpretado como um sintoma de que o tema não é mais relevante*¹⁶.

Um objetivo mais amplo, não explícito, que nos levou também à confecção deste texto, concluímos: discutir sobre esse período é sempre um bom exercício para que a ditadura militar brasileira não seja esquecida. Pois, como bem dizia o professor Jacob Gorender,

Não se trata, no caso, de levar a efeito tão-somente um progresso acadêmico. Tendo em vista o período ditatorial, o avanço do conhecimento historiográfico nos ajuda a eliminar com mais eficiência suas sequelas, ainda persistentes [...] ¹⁷.

Antes de iniciarmos a discussão proposta neste artigo, convém esclarecer duas questões fundamentais. A primeira é que apesar de tratarmos da complexa relação "história econômica e regime militar", não iremos nos ater aos aspectos econômicos da ditadura militar brasileira. Dessa forma, embora conscientes da extrema necessidade de se analisar detalhadamente os dados econômicos do período militar, que aumentou a concentração de renda e a desigualdade do país, controlou greves e a vida sindical, abriu o mercado brasileiro de maneira singular para o capital estrangeiro, arrochou salários e modernizou o país pela via conservadora e autoritária, por questões de tempo e espaço, limitar-nos-emos a uma discussão mais conceitual, procurando basicamente entender o porquê da diminuição de uma história econômica da ditadura entre a produção bibliográfica dos últimos vinte anos.

A segunda é deixar claro que esse texto não tem o objetivo de descartar a importância dos "estudos culturais" para a disciplina história, tampouco desmerecer a sua capacidade em conceder voz a diferentes atores sociais. É inegável a enorme contribuição da história cultural para o avanço do conhecimento histórico. Longe de buscarmos uma desnecessária e artificial separação entre "estruturalistas" e "culturalistas", o que se pretende aqui é, em linhas gerais, denunciar a crescente rejeição acadêmica pelas análises "estruturalistas" em detrimento à demasiada ênfase nos aspectos culturais do regime autoritário brasileiro. O que buscamos neste artigo é nos aproximarmos daquela perspectiva lançada por Emília Viotti da Costa através da qual enfatizou:

Os estudos mais bem-sucedidos são exatamente aqueles em que o autor conseguiu estabelecer uma ponte entre esses dois tipos de abordagens que outros consideraram irreconciliáveis. Sem essa visão mais ampla [...], em vez de representar um salto para frente, pode facilmente se transformar numa história da vida quotidiana, um gênero muito em moda na década de 50, com conotações profundamente conservadoras¹⁸.

¹⁶ SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso, op. cit. (1994a), p. 8.

¹⁷ Prefácio a FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 13-14.

¹⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Estrutura Versus Experiência*. Novas Tendências da Historiografia do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se

Para onde foi a história econômica?

Para tentarmos compreender esse atual desinteresse pela história econômica, que não se refere apenas à temática da ditadura militar, mas atinge, de maneira geral, a produção historiográfica brasileira, acreditamos ser necessário sublinhar dois momentos históricos do século XX que mudaram substancialmente o modo de "fazer história". O primeiro momento foi o ascenso da "nova história cultural", da microfísica do poder e da "micro-história" entre as décadas de 1960 e 1970. O segundo foi o crescimento das análises pós-modernas no começo dos anos 90.

Quando se examinam as mudanças que ocorreram no campo da produção historiográfica entre os anos de 1960 e 1990, observa-se um deslizamento progressivo de um "momento estruturalista" para um "momento antiestruturalista". De uma ênfase no que se definia como "forças históricas objetivas", para uma ênfase na "subjetividade" dos agentes históricos. De uma preocupação que se conceituava como "infraestrutura" nos anos 60 (as forças e as relações de produção, ou seja, a economia), para uma atual preocupação com a "superestrutura" (o cultural, o político, o ideológico, a linguagem etc.). Assim, "[...] passou-se a privilegiar o acidental, o imprevisível, o inesperado, o irracional, o espontâneo, chegando-se ao ponto de se negar pura e simplesmente a existência de um processo histórico"¹⁹.

Poucos, é importante que se diga, foram aqueles que, após a passagem da "virada epistemológica", souberam conciliar a perspectiva da história cultural com as limitações intrínsecas de seu uso. Robert Darnton, por exemplo, está entre aqueles poucos historiadores cientes das limitações inerentes à utilização de uma abordagem culturalista. Em suas palavras:

Como historiador, estou com aqueles que veem a história como uma construção imaginativa, algo que precisa ser retrabalhado interminavelmente. Mas não acho que ela possa ser convertida em qualquer coisa que impressione a fantasia. Não podemos ignorar os fatos nem nos poupar ao trabalho de desenterrá-los, só porque ouvimos falar que tudo é "discurso". A história pode ser piorada em vez de melhorada [...] ²⁰.

Se, por um lado, a chegada dessas novas tendências historiográficas, questionando os métodos e as abordagens tradicionais, enriqueceu inegavelmente a nossa compreensão da multiplicidade da experiência humana através dos tempos e expandiu as fronteiras da história para assuntos, episódios e atores, até então pouco estudados, por outro, descartou,

ganha. *BIB* – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 29, 1º sem. 1990, p. 8-10.

¹⁹ COSTA, Emília Viotti da. Dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994, p. 14.

²⁰ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e televisão*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990, p. 69.

equivocadamente, temáticas centrais para a compreensão da história, tais como os processos de acumulação do capital, o papel do Estado, as relações entre as classes sociais, entre outros. Esse descarte da metanarrativa gerou muitas vezes uma concepção conservadora da história, como bem escreveu Emília Viotti: “[...] hoje existe uma tendência conservadora bastante forte na historiografia, da qual os próprios historiadores que a praticam nem sempre chegam a ter consciência”²¹.

A expressiva perda de interesse dos historiadores pelo estudo das “grandes temáticas” pode ser visto claramente, por exemplo, no tema “ditadura militar”. Hoje, é perceptível o decréscimo de trabalhos vinculados às conjunturas e estruturas econômicas nesse campo, mensurável através da significativa diminuição de livros, artigos, teses e dissertações sobre o tema.

Dentro dessa onda “revisionista”, muitos especialistas na temática do regime autoritário brasileiro têm se dedicado às questões do cotidiano, particularidades, anedotas, galhofas, subjetividades, intimidades, mal-entendidos, trapalhadas, confusões, buscado grandes revelações ou fofocas históricas e chamado a atenção para o lado grotesco da comunidade de informações, aludindo a avaliações equivocadas, a erros de interpretações e a coisas do gênero.

O novo discurso analista traduziria a predominância espetacular da mídia. [...] São relatos de casos curiosos que aumentam as vendas e entretêm um grande público. [...] produzem “mercadorias históricas” bem embaladas, eróticas, picantes, envolventes, fulgurantes, ilusionistas, como bons filmes, bons romances, bons seriados e boas reportagens de TV²².

210

Carlos Fico vê uma postura perigosa nesse tipo de abordagem. Em suas palavras:

[...] ao longo dos anos, o SNI [Serviço Nacional de Informações] constitui-se em fonte bastante profissional de informações para os generais-presidentes, permanecendo quase sempre nos níveis subalternos as avaliações equivocadas, filtradas que eram, naturalmente, pelos escalões superiores e mais habilitados. Desse modo, a comunidade de informações gerou situações muito sérias, com consequências gravíssimas para a sociedade brasileira. É necessário, portanto, compreendê-la em profundidade, pois o folclore sobre as “atrapalhadas” pode ocultar a verdadeira dimensão do problema²³.

²¹ COSTA, Emília Viotti da. O Historiador e a Sociedade. *Cadernos Cedem*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2008, p. 9.

²² REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 77.

²³ FICO, op. cit., p. 75.

Para dirimir quaisquer dúvidas, salientamos que não estamos aqui criticando as pesquisas culturais sérias e necessárias que deram nos últimos anos um significativo avanço sobre o conhecimento da história recente do Brasil. Centenas de acadêmicos têm realizado relevantes pesquisas sobre o golpe de 64 e o regime que se seguiu, enfatizando aspectos como ideologia, cultura, sociedade, cotidiano, costumes, discursos anticomunistas, cinema, religião, histórias em quadrinhos, futebol etc.

O que se critica aqui é a postura de um nicho de indivíduos que visando atrair muitas vezes o mercado editorial e os holofotes da grande mídia têm enfatizado as trapalhadas, mal-entendidos e confusões ocorridas durante a ditadura brasileira, tanto da esquerda quanto da repressão. Na lista, que é grande, podemos citar, entre outros, Reinaldo Guarany²⁴, Bruno Barreto²⁵, Eduardo Bueno²⁶, Marco Antônio Villa²⁷ e Leandro Narloch²⁸. O pequeno excerto abaixo, por exemplo, evidencia o caráter conservador dessas análises, que acabam por esconder o caráter extremamente autoritário da ditadura militar brasileira:

[A tortura] deu aos grupos de luta armada um escudo anticríticas. Hoje, é politicamente incorreto lembrar que os guerrilheiros comunistas estavam estupidamente errados e eram tão violentos e autoritários quanto os militares²⁹.

211

Antes de refletirmos sobre os dois momentos históricos que influenciaram muitos historiadores a se afastarem ou mesmo abandonarem os “grandes temas” (por exemplo, os estudos sobre o mercado interno, as estruturas agrárias, o comércio exterior e a industrialização, a demografia, a história empresarial etc.) e a se dedicarem mais precisamente às questões culturais, do cotidiano e da subjetividade, é oportuno sublinhar duas questões: em primeiro lugar, que o desinteresse pela história econômica é um movimento que não é apenas local, mas sim mundial. Em segundo lugar, é uma tendência que apesar de ter crescido consideravelmente nos últimos anos, não é recente; é algo já visível desde a metade do século XX.

²⁴ GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁵ Com o filme *O que é isso, companheiro?*, lançado em 1997, a partir das memórias de Fernando Gabeira.

²⁶ BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história*. São Paulo: Editora Leya, 2010.

²⁷ VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira: 1964-1985 – a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Editora Leya, 2014.

²⁸ NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Editora Leya, 2009.

²⁹ *Ibid.*, p. 203.

O antiestruturalismo e a história econômica

De acordo com o antropólogo francês Marc Augé, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por uma “aceleração da história”³⁰. A partir desse episódio, o mundo, além de ter se transformado consideravelmente, teria feito isso a um ritmo alucinante. Fatos que demoravam, por exemplo, décadas a ocorrer ou serem conhecidos, hoje se transformam e/ou são conhecidos em instantes. Sem dúvida, a nossa percepção e a forma de lidar com este mundo mudaram sensivelmente ao longo do “breve século XX”, como costumava chamar Eric Hobsbawm³¹. Como bem definiu Marc Augé, em nossa época, “a história corre atrás de nós, está em nossos calcanhares”.

Uma das consequências visíveis dessa “aceleração da história”, segundo Marc Augé, é a “superabundância de eventos”. Ou seja, com a larga ampliação dos meios de circulação e comunicação em escala global, hoje somos atingidos por um excesso de informações e de acontecimentos que muitas vezes acabam passando despercebidos pelos próprios indivíduos³². Para o antropólogo francês, o tempo atual enfrenta uma séria perda de identidade dos indivíduos em relação aos antigos e importantes centros de ação coletiva, tais como sindicatos, religião, partidos, nação etc. O mundo atual é um mundo que, transformando-se e movendo-se rapidamente demais, não contribui para a sua assimilação ou compreensão, mas sim para a perda de identidade dos indivíduos diante dele. Hoje, resume: vive-se o “mal do presentismo”.

Marc Augé sublinha que as consequências da atual “superabundância de eventos” não se dão apenas no plano concreto do dia-a-dia, mas também no plano epistemológico. O autor afirma que a partir da metade do século XX, particularmente a partir da década de 1970, ocorreu uma “virada” no mundo das ciências, com a entrada de novas pesquisas, abordagens, objetos, métodos, técnicas, agentes, temáticas etc. Essa “virada” pode ser vista, por exemplo, nas Ciências Sociais, particularmente no campo da História.

Na disciplina histórica, essa “virada epistemológica” reflete substancialmente o ascenso da história da cultura popular, da “nova história cultural”, da microfísica do poder e da “micro-história” no limiar dos anos 60 e 70. Essa renovação na pauta historiográfica nos trouxe importantes avanços, tais como a inserção de novas culturas e personagens (a criança, a mulher, o delinquente, o doente, o analfabeto, entre outros, por exemplo), novos problemas e objetos e, principalmente, novas abordagens. Para citar apenas

³⁰ AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

³¹ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

³² O historiador, que, durante séculos, foi o grande ordenador dos acontecimentos, perdeu espaço para os veículos de comunicação. Hoje, na maioria das vezes, quem “decide” o que deve ser esquecido ou eternizado ou entrar (ou não) para os Anais da História é a comunicação de massa. Para uma análise de como os veículos de comunicação tendem hoje a produzir o sensacionalismo, fabricar permanentemente o novo e alimentar o grande público faminto de acontecimentos, ver: NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*, 4. ed., 1995, p. 179-193.

algumas, hoje há história culturais da percepção, das ideias, da leitura, do falo, da loucura, da anorexia, da alimentação, do cheiro, da feitiçaria, das lágrimas, dos mitos, das lendas, da sexualidade, do corpo, da prostituição, do imaginário, do humor, da teatralidade do poder, da criminalidade, da violência, do simbólico, dos rituais de poder, da homossexualidade, da criança, do carnaval, das procissões, da dança, do amor, dos mistérios e dos rituais, das formas individuais e cotidianas de resistência etc. Nesse período, como argumentou José Carlos Reis, passou a ter preferência nas pesquisas acadêmicas, "pequenos dados e aventuras individuais. Nasce um olhar em migalhas, curioso de fatos e biografias de homens apenas 'diferentes', 'interessantes', e não por serem centrais e heróis"³³.

Muito pertinentemente, essas abordagens históricas foram desenvolvidas em meados da década de 1970 como uma reação a certo estilo de história tradicional que empregava métodos quantitativos e descrevia tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou à especificidade das culturas locais. Tais estudos responderam a uma demanda social, a uma crítica à ênfase na alta cultura tradicional. Em seu lado positivo, eles responderam à necessidade de compreender os diferentes atores sociais e culturas existentes.

No entanto, cabe dizer, com o passar do tempo, esses estudos se tornaram demasiadamente estreitos. De maneira bastante irônica, uma abordagem que começou como um protesto contra o reducionismo histórico, as explicações econômico-sociais e de longa duração tornou-se excessivamente exclusivista. Como apontou Emília Viotti:

O resultado desse movimento de uma postura teórica para outra foi que se passou simplesmente de um tipo de reducionismo para outro. Ao reducionismo econômico substituiu-se um novo tipo de reducionismo: cultural ou linguístico, tão insuficiente e equivocado quanto o anterior, apenas se inverteram os termos do discurso historiográfico³⁴.

Resta, então, saber se a preocupação cada vez mais intensa com outros campos do saber historiográfico, notadamente, o privilégio à análise cultural, justificam o crescente abandono da reflexão e da própria pesquisa na área da história econômica. Deixou esta de ser uma temática relevante para a compreensão do tempo atual? A meu ver, certamente não, pois convém lembrar, como parece óbvio, que os homens continuam trabalhando, produzindo e consumindo. Assim como o crescimento industrial, a estrutura agrária arcaica e a desigualdade na distribuição da riqueza ainda continuam em nosso país, por si só justificando as pesquisas na área.

Assim, pode-se afirmar que embora as críticas ao "economicismo" e ao "quantitativismo" da história econômica tenham sido pertinentes, o seu atual desprezo é um grande equívoco e uma perda para a compreensão do

³³ REIS, op. cit., p. 46.

³⁴ COSTA, op. cit., p. 13.

conhecimento histórico. É necessária uma análise histórica que inclua a área econômica não apenas como fim, mas como ponto de partida.

[...] tornou-se de “bom-tom”, em algum momento do final dos anos 1970, arrostar o marxismo, tantos eram os equívocos (políticos e teóricos) cometidos em seu nome. Assim, tendo como alvo principal o chamado “marxismo vulgar”, isto é, o determinismo economicista e a leitura stalinista da teoria dos modos de produção, muitos críticos buscaram descartar o marxismo como um todo – equívoco teórico que ainda demandará anos para ser expiado³⁵.

No nível internacional, se essa “virada epistemológica” no modo de “fazer história” desencadeou-se em meados dos anos 60 e 70, no caso específico do Brasil, os ecos deste movimento se fizeram sentir tardiamente. Grosso modo, pode-se dizer que apenas nos anos 80, e de maneira mais acentuada nos anos 90, foram sentidos aqui os efeitos do *tournant* vivido pela historiografia internacional. Como destacou João Fragoso e Manolo Florentino: “[...] se no início dos anos 80, seis em cada dez trabalhos defendidos no Rio de Janeiro dedicavam-se a história econômica, em 1992 investigações deste tipo ocupavam menos de dois entre cada dez pesquisadores”³⁶.

Nos anos 90, não apenas a influência da abordagem antiestruturalista dos anos 60 e 70 levou muitos historiadores a valorizarem o aspecto subjetivo e estético da história, mas também a chegada das análises pós-modernas no começo dos anos 90, no bojo do processo de globalização.

214

O pós-modernismo e a história econômica

Em meados da década de 1990, uma abordagem pós-modernista, influenciada pelos filósofos Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Roland Barthes, Jean-François Lyotard, chegou fortemente no campo da história. Filosoficamente, os historiadores adeptos a esse tipo de abordagem partem de uma concepção cética da realidade, que pode ser resumida na ideia do filósofo grego Górgias de que “*Nada existe; e se existe, é incognoscível*”. Assim, uma vez que para esses historiadores a realidade não existe, ela não tem como ser contada; apenas como ficção ou literatura. Nessa ótica, a realidade é apenas discurso. A imagem refletida pelo espelho é mais real que o próprio ser.

Nessa mudança de paradigmas, muitos historiadores, influenciados pelos ensinamentos do filósofo Jacques Derrida, decidiram que mais importante que o fato é o discurso ou as suas interpretações. Nas palavras de Derrida: “*precisamos interpretar a interpretação mais do que interpretar as coisas*”.

³⁵ FICO, op. cit., p. 33.

³⁶ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo, op. cit., p. 55.

A entrada das ideias pós-modernas na área das ciências humanas levou à formação de duas visões antagônicas sobre a história da humanidade. Ambas perigosas, de origem liberal e conservadora.

a) A visão negativa da história

A primeira visão revela uma forte descrença num futuro melhor para a humanidade. É uma concepção negativa, pessimista da história. São aversos a qualquer projeto utópico. Em sua grande maioria, são da geração "pós-68". Como é sabido, 1968 foi um ano singular na história da humanidade. As respostas dadas ao longo do tempo para adjetivá-lo são as mais variadas possíveis: ano louco, enigmático, revolucionário, utópico, radical, rebelde, mítico, inesperado, profético, que ainda não terminou, das ilusões perdidas, que abalou o mundo etc.

Não apenas na França, mas no mundo todo, esse ano representou uma dura afronta ao *status quo*, ao *establishment*. Greves, passeatas, manifestações e revoltas desencadearam-se em diversos países do mundo. Esse foi um ano de efervescência e protesto cultural, de esperanças utópicas e sonhos libertários, e de "*romantismo revolucionário*", no dizer de Michel Löwy³⁷. Os jovens desse período não aspiravam apenas a reforma, mas a completa transformação do poder. Como argumentou Franklin Leopoldo e Silva:

O que havia de grandiosamente impossível na base de tudo que se queria fazer não eram reivindicações implausíveis ou irrealistas. Era algo mais radical: a completa transformação do poder. *As revoluções costumam aspirar ao poder para transformar a realidade; em 1968 o que se queria transformar era a realidade do poder* (SILVA, 2008, p. 62, grifo nosso)³⁸.

Em muitos locais – a exemplo da própria França – o resultado prático do ano de 1968 foi menor do que o esperado. Segundo Perry Anderson, o que sobrou de 1968 foi o fracasso, uma vez que o movimento foi duramente vencido; com o passar do tempo, vários de seus participantes e dirigentes tornaram-se conformistas; e o capitalismo tornou-se, a partir daí, não somente triunfante, mas como o único horizonte possível³⁹.

Fruto da geração "pós-68", muitos intelectuais culturalistas buscaram em suas análises enfatizar apenas o "lado negativo" de 1968. Esqueceram ou apagaram o outro lado, que contém os aspectos positivos. Vendo o evento apenas de um lado da moeda, alimentam uma forte descrença em um futuro

³⁷ LÖWY, Michael. O romantismo revolucionário de Maio 68. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 84, maio de 2008.

³⁸ SILVA, Franklin Leopoldo e. Memória e Esperança. *Cult*, São Paulo, v. 11, n. 126, jul. 2008, p. 62.

³⁹ Citado por LÖWY, op. cit.

melhor para a humanidade. Isso acelerou o “mal do presentismo”, em que o importante é o aqui e agora.

Ipsa facto, propõem o fim das metanarrativas, as explicações macro (iluminismo, marxismo, liberalismo, por exemplo), enfatizando a insuficiência analítica de tais perspectivas para dar conta da “realidade social da atualidade”. Em outras palavras, as metanarrativas não são mais suficientes para apreender a enorme complexidade dos “tempos pós-modernos”⁴⁰. Não dão conta da realidade. Como argumentou José Carlos Reis,

Hoje, não há projetos sociais ou grandes causas que mobilizem os grupos sociais. ‘Promessas de sol’ não queimam mais o coração ocidental! Na cultura pós-moderna não há profecias nem utopias ⁴¹.

Ciro Flamarion Cardoso teceu pertinentes críticas a essa historiografia pós-moderna:

Acho que a afirmação de que nunca mais haverá teorias globais com alguma chance de promover mobilizações importantes seja pura asneira. As próprias questões caras aos ‘pós-modernos’ – devastação da natureza, armamentismo, perigos do emprego da energia nuclear, aperfeiçoamento das técnicas de opressão do indivíduo ou de alguma modalidade específica de indivíduos (mulheres, negros, minorias diversas) – não podem, sem frustração permanente, enfrentar-se sem visões e estratégias globais do social⁴².

216

b) A visão positiva da história

A segunda visão tem um caráter positivo, pois defende que o momento atual representa o coroamento da história da humanidade. Essa ideia ficou conhecida como “fim da história”, chegada com força no campo da história no início dos anos 90, época em que o mundo atravessava uma séria crise ideológica.

O “fim da História” corresponde a uma tese lançada no início do século XIX pelo filósofo alemão Hegel e retomada pelo cientista político americano Francis Fukuyama (um dos principais ideólogos do presidente norte-americano Ronald Reagan durante a década de 1980), através da publicação do polêmico best-seller “*O Fim da História e o Último Homem*” no ano de 1992⁴³.

Em sua concepção original, para Hegel, o “fim da história” aconteceria no momento em que a humanidade atingisse o seu “equilíbrio total”, através da

⁴⁰ Para uma maior compreensão sobre esse ponto de vista, ler: LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998; WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

⁴¹ REIS, op. cit., p. 53.

⁴² CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 102-103.

⁴³ FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ascensão do liberalismo e da igualdade jurídica, o que, por certo, acabariam com a "luta de classes". É uma visão que além de idealista e romanceada, é também utópica, ao acreditar no direcionamento da história da humanidade para a evolução e o progresso.

Hegel associaria o "fim da história" com a Revolução Francesa. Não se pode perder de vista que Hegel é um homem de seu tempo. Acompanhou a Revolução Francesa e os seus ideais. Isso o levou a uma concepção idealista e romanceada da sociedade. Para ele, depois da Revolução Francesa, não seria mais possível nenhuma outra mudança histórica progressiva.

Naquele momento de plena efervescência revolucionária, o capitalismo, e mais especificamente a burguesia, se apresentavam como forças revolucionárias, liderando, pelo menos no campo das ideias, as transformações sociais. Para muitos – assim como para Hegel – era difícil conceber uma igualdade e liberdade melhor do que a propiciada pela sociedade burguesa. Como não é difícil de imaginar, Hegel e as pessoas de sua época que compartilhavam dessa tese morreram sem ter visto o tal "fim da história".

Dois séculos depois, Francis Fukuyama retomou essa ideia. Para ele, a humanidade tinha alcançado o tão propalado "equilíbrio total" não no curso da Revolução Francesa como imaginava Hegel, mas sim a partir da queda do Muro de Berlim, em 1989, e do fim da União Soviética, em 1991. Fukuyama defende que a sociedade chegou ao "fim da história", seu último estágio evolutivo, no final do século XX. Para basear seu argumento, utiliza-se inapropriadamente dos filósofos Hegel e Marx. Em suas palavras:

Tanto para Hegel quanto para Marx a evolução das sociedades humanas não era ilimitada. Mas terminaria quando a humanidade alcançasse uma forma de sociedade que pudesse satisfazer suas aspirações mais profundas e fundamentais. Desse modo, os dois autores previam o 'fim da História'. Para Hegel seria o estado liberal, enquanto para Marx seria a sociedade comunista⁴⁴.

Segundo ele, a partir da queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética, o *capitalismo* e a *democracia* teriam, definitivamente, se consolidado. Para Fukuyama, o modelo democrático-capitalista seria o tipo de organização social que permitiria a humanidade produzir e consumir a maior quantidade possível de produtos e de o fazer numa base mais igualitária. A seu ver, o modelo capitalista viria acompanhado da democracia e da igualdade de oportunidades. Todos seriam livres e capazes de conquistar os seus objetivos. "A vida na democracia liberal é, potencialmente o caminho para a grande abundância material [...]. O Estado liberal democrático nos valoriza em nosso senso de dignidade"⁴⁵.

⁴⁴ FUKUYAMA, op. cit., p. 12.

⁴⁵ Ibid., p. 197.

O tão propalado “equilíbrio total” adviria do fato, então, de haver apenas uma única potência, os Estados Unidos, que acabaria com os antagonismos e disputas internacionais e representaria uma solução de paz à ordem mundial. Fukuyama se refere a esse período de hegemonia norte-americana como “pós-histórico”. De acordo com Fukuyama, ainda que haja atualmente alguns eventos no plano internacional que contestem a hegemonia norte-americana, a democracia e o capitalismo – e com isso algumas pessoas se levantem para dizer que a “história não acabou!” –, tais eventos não têm força; não incomodam a atual conjuntura. Em relação a essa questão, Fukuyama afirma:

Os eventos atuais são diferentes do desafio que o comunismo representava. Um dia, os maiores intelectuais do mundo ocidental imaginavam que todas as sociedades se converteriam em comunistas, ou em socialistas. Hoje ninguém pensa que isso possa acontecer⁴⁶.

Não haveria hoje, portanto, nenhuma ideologia apta a desafiar a democracia liberal. Não vou aqui aprofundar-me em rebater as ideias equivocadas de Fukuyama em defesa de um sistema econômico-político que exclui mais de dois terços da população mundial. A meu ver, esse modelo desigual, segregacionista, fundado na exploração, nunca poderá ser tomado como coroamento da história da humanidade.

Por fim, a esse respeito, cabe lembrar que, no caso específico do Brasil, o “fim da história” “coincidiu” com a eleição de Collor, em 1989. Com este presidente, o Brasil, entre outras questões, abriu as portas para a liberalização e desregulamentação de sua economia e a privatização de indústrias e serviços públicos.

218

Considerações Finais

Com o percurso feito até aqui, espero ter demonstrado que o atual pouco interesse dos intelectuais e da imprensa especializada em refletir sobre os dados econômicos da ditadura militar brasileira não é algo recente, superficial, local e passageiro. Na verdade, esse desinteresse segue o próprio fluxo de enfraquecimento de âmbito internacional pelo qual passa a história econômica. Dentro dos programas de pós-graduações em História, essa área encontra-se quase sempre à margem. Seria exagero falar de um desmantelamento da área, mas os recuos são evidentes.

Em uma perspectiva bem otimista pode-se dizer que está ocorrendo atualmente uma retomada dos estudos em História Econômica. Essa percepção pode ser verificada, por exemplo, com o expressivo aumento do número de trabalhos acadêmicos apresentados, ao longo dos últimos anos, no Congresso Brasileiro de História Econômica, organizado pela Associação Brasileira de

⁴⁶ Ibid, p. 12.

Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Em 2002, quando foi realizado o primeiro Congresso (na UNESP), foram apresentados 42 trabalhos. Já nos dois últimos congressos, o IX em 2011 (na UFPR) e o X em 2013 (na UFJF) foram apresentados, respectivamente, 147 e 168 trabalhos. Resta saber, contudo, se esse crescimento no número de trabalhos apresentados tende, de fato, a permanecer.

Qual foi, precisamente, o recuo dos estudos econômicos na produção historiográfica brasileira das últimas décadas, apenas uma pesquisa específica de fôlego poderia detectar. Nos limites deste sucinto artigo, vale ressaltar que, como no caso de outros países, o Brasil vem diminuindo substancialmente os estudos que têm o aspecto econômico como objeto central de pesquisa. Hoje, é reduzido o número de cursos de Pós-Graduação em História Econômica no Brasil e grande parte da história econômica é feita por economistas. E não é preciso dizer a perda substancial para a disciplina da história que decorre desse fato.

Os historiadores brasileiros demonstram um certo desinteresse pela história econômica, que acaba sendo relegada para os economistas ou sociólogos, principalmente aqueles que se dedicam à sociologia política, assim como para outros profissionais como juristas e até mesmo engenheiros, quando não para historiadores estrangeiros⁴⁷.

219

Como já foi anteriormente destacado, o enfraquecimento da história econômica é resultado, em grande parte, de mudanças mais profundas ocorridas na área das ciências sociais, no decorrer das últimas décadas, notadamente no curso da década de 90, em que não apenas a economia, mas todas as explicações macro ficaram na sombra da produção científica. A abordagem que está hoje na crista da onda é aquela que enfatiza, principalmente, o cultural e a subjetividade dos indivíduos. A essa concepção, que muitas vezes “fica no ar”, faltando-lhe contato com qualquer base econômica ou social, Emília Viotti pertinentemente argumentou:

[...] um grande número de historiadores passou a negar que a história obedecesse a qualquer lógica. Ao mesmo tempo, abandonaram qualquer esforço de totalização. Isso levou ao descrédito e abandono de todos os modelos teóricos [...]. Consequentemente, as questões teóricas que no passado frequentemente se sentiam da falta de embasamento empírico e se perdiam em debates escolásticos, estéreis e infrutíferos, passaram a um segundo plano, quando não foram totalmente esquecidas. O empirismo virou moda novamente. Não mais como um momento necessário da teoria, mas como um fim em

⁴⁷ NASCIMENTO, Benedito Heloiz do. Cientificismo em História: um exame reflexivo. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; AMARAL, Vera Lúcia (Orgs.). *História econômica: reflexões e construções do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 15.

si mesmo. Como se a história inocentemente se revelasse a quem quer que se debruce sobre os documentos apenas⁴⁸.

Os historiadores, embora por força do ofício se utilizem de técnicas, procedimentos e conceitos da área econômica e recursos de estudos quantitativos e de natureza estatístico-matemática, com complicados gráficos, cálculos e progressões geométricas e aritméticas, não analisam os “dados econômicos puros” como fazem os economistas. Diferentemente destes, os historiadores econômicos buscam entender as conjunturas e estruturas econômicas ou as razões da desigualdade, do enriquecimento e das crises econômicas de uma sociedade em determinada época através de uma abordagem econômica, que leva em conta os campos vizinhos – político, social, cultural, antropológico, intelectual etc. – dando uma contribuição indispensável à nossa visão da história como um todo, “história total”, como diziam os franceses, notadamente o historiador Fernand Braudel.

Sobre o autor

Rafael Leite Ferreira é doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Grupo de Pesquisa “Poder e relações sociais no Norte e Nordeste” (CNPq). Assessor da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC/PE). E-mail: rafaleferr@hotmail.com.

220

*Artigo recebido em 16 de novembro de 2014.
Aprovado em 10 de junho de 2015.*

⁴⁸ COSTA, op. cit., p. 13.

RESENHA

ARNKE, Volker; SCHEPERS, Heinrich (orgs.). "Zu wissen und kundt sey hiemit...". Neue Erkenntnisse zur Osnabrücker Landes- und Stadtgeschichte aus studentischen Forschungen. Osnabrück: Selbstverlag des Vereins, 2014. 328p.

ANDRÉ GUSTAVO DE MELO ARAÚJO
Universidade de Brasília (UnB)

"Zu wissen und kundt sey hiemit...". A expressão escolhida pelos historiadores alemães Volker Arnke e Heinrich Schepers, para dar título a uma obra coletiva, foi extraída da *Capitulatio perpetua Osnabrugensis*, texto datado de 1650 e por meio do qual o princípio da biconfessionalidade foi regulamentado no principado episcopal de Osnabrück. Tal solução confessional encontra-se mencionada no *Instrumentum Pacis Osnabrugensis*, sendo este um dos acordos de paz que integram o Tratado de Paz de Vestfália e que marca, portanto, o fim da Guerra dos Trinta Anos. Enquanto que no texto da *Capitulatio* a expressão "zu wissen und kundt sey hiemit..." torna público o teor de uma norma, na introdução da obra coletiva seus organizadores a mobilizam retoricamente para apresentar novos resultados de pesquisa relacionados à história de Osnabrück. A novidade anunciada por Arnke e Schepers é de ordem dupla. Por um lado, trata-se da divulgação do resultado de pesquisas realizadas durante os cursos de graduação e mestrado das autoras e dos autores envolvidos no projeto, pesquisas estas cuja circulação normalmente fica restrita apenas aos usuários das bibliotecas de suas instituições de origem. Por outro lado, nos capítulos de que se compõe a obra exploram-se fontes inéditas de pesquisa.

Os nove capítulos distribuídos entre as três primeiras partes da coletânea – por sua vez dedicadas à história política e constitucional, à história social e à história da arte e da arquitetura medieval e moderna de Osnabrück – têm, para além dos recortes espacial e cronológico bem definidos, mais um ponto em comum: neles, menos se discute a revisão da literatura secundária sobre um determinado tema e mais se investe na força da pesquisa arquivística. Um dos pilares do projeto acadêmico apresentado nas primeiras páginas da obra é aquele segundo o qual o ensino universitário deve ser fortemente baseado em atividades de pesquisa. Eis que em julho de 2011, alunas e alunos dos cursos de história, história da arte e teologia da Universidade de Osnabrück reuniram-se com o objetivo de apresentar o resultado de suas pesquisas sobre a história medieval e moderna local. Pressupunha-se que o processo de formação em disciplinas históricas sairia fortalecido a partir do momento em que as alunas e

os alunos entrassem em contato com fontes não editadas. Assim, o trabalho de pesquisa passaria pelas etapas de leitura e transcrição paleográficas dos documentos. E esse é o motivo pelo qual boa parte do conjunto documental estudado nos nove primeiros capítulos desta coletânea, e apresentados no evento de 2011, encontra-se reunido em um arquivo, o Niedersächsisches Landesarchiv, Standort Osnabrück.

Para os leitores atentos à história particular do principado episcopal de Osnabrück, as contribuições do volume são relevantes, sobretudo por trabalhar com os documentos do arquivo local. Para aqueles mais interessados no processo de formação de historiadores, a coletânea agrega mais uma iniciativa que merece destaque: para além do exercício de leitura, transcrição parcial e interpretação de fontes arquivísticas – algo pressuposto e expresso nas três primeiras partes do volume –, na quarta e última parte da obra reflete-se tanto sobre as práticas de transcrição, quanto sobre o trabalho de edição crítica de documentos históricos. Dois capítulos introdutórios antecedem a edição crítica de 27 documentos manuscritos, de extensão variada, e que por sua vez resulta do exercício feito no âmbito de uma disciplina acadêmica ao longo de dois semestres letivos. Trata-se, aqui, da transcrição e edição de documentos datados entre os anos de 1564 e 1669. É o caso, por exemplo, do cálculo de despesas de um enviado da cidade de Osnabrück para os encontros nos quais se estabeleciam negociações entre cidades mercantis. Em maio de 1572, Johann Wildt (também mencionado em documentos por meio das variantes Hans Wildt, Johann Wiltt ou Johann Wilit) relaciona suas despesas com vestuário e refeições, com o papel usado para as correspondências, ou ainda com a aquisição de presentes para convidados. As atividades elencadas, bem como os valores expressos em taler, schillinge e denare, são um importante meio de registro da vida cotidiana no século XVI. Desse modo, não apenas os nove artigos iniciais, mas também os documentos editados na quarta parte desta exemplar iniciativa discente abrem novos caminhos de pesquisa.

RESENHA

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 284 p.

LUIS CESAR CASTRILLON MENDES
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Um leitor mais afoito que, por acaso, deixe de ler o belíssimo prefácio e a apresentação deste livro de autoria de Manoel Luiz Salgado, e que avance pela obra adentro em busca de algum recorte temático específico, talvez nem venha a perceber a distância temporal que a separa da tese defendida pelo autor na Universidade de Berlim, nos longínquos finais dos anos oitenta do século passado. Precursora nas investigações historiográficas e suas relações com a questão nacional no Brasil oitocentista, essa obra chama atenção pelas inquietantes questões levantadas e pela análise rigorosa, materializada em uma narrativa agradável, porém fundamentada em uma densa pesquisa em diversas instituições, no Brasil e no exterior.

Manoel Salgado Guimarães, de forma generosa, nos legou uma riqueza temática e inúmeras possibilidades de se pesquisar um amplo campo de questões e temas referentes à historiografia no Brasil, evidenciando a fundação do Estado nacional e suas articulações com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em uma obra que surge pouco tempo depois sobre a história geral do país. O desejo do autor foi o de despertar o interesse por novos horizontes de pesquisa, pois à época, nos seus termos, essa evidência não havia ainda encontrado repercussão correspondente no plano da investigação por parte dos historiadores.

O livro de Manoel Salgado Guimarães encontra-se dividido em cinco partes, de acordo com os historiadores Paulo Knauss (tradutor da obra em conjunto com Ina de Mendonça) e Temístocles Cezar, ambos responsáveis pelo prefácio, intitulado "O historiador e o viajante: itinerário do Rio de Janeiro a Jerusalém":

A introdução, na qual o autor discute o problema da nação no âmbito da historiografia brasileira, apresenta as fontes e estabelece o marco temporal do trabalho; o primeiro capítulo, dedicado à relação entre o projeto nacional e o IHGB, sua fundação e seu modelo, o Institut Historique de Paris (a mimesis captada pelo olhar estrangeiro do autor); o segundo, no qual analisa especificamente o projeto histórico do IHGB através de uma leitura detalhada dos principais temas de sua

Revista (na qual o discurso da viagem se faz presente); o terceiro, que é inteiramente consagrado à obra do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (a visão do historiador-viajante apreendida em seus movimentos e obra); por fim, em um longo epílogo, cujo título, por si só, é um estímulo à continuidade da pesquisa – “uma nação sem rosto” –, o autor retoma as questões da historiografia e da identidade nacional¹.

Nesta resenha analisar-se-ão os capítulos dois e três, ambos dedicados ao IHGB, fundado em 1838 no Rio de Janeiro. Os capítulos iniciais, bem como os dois que encerram a obra, serão deixados para “degustação” na íntegra pelos seus leitores.

Em “Nação e história: a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, Guimarães aponta a falta de interesse por parte da historiografia brasileira na reflexão acerca dessa instituição. Segundo o autor, se privilegiaram os temas da história do Brasil, mas não a reflexão acerca da história da historiografia. Os trabalhos publicados até então, ou eram dos membros da agremiação (de caráter descritivo e a representação panegírica do instituto e de sua atividade), ou de outro grupo, formado pelos não associados, que apresentam um tipo de abordagem mais analítica, porém, sem aprofundar na análise do Instituto, em termos de sua produção discursiva, ou da teia social que lhe deu origem.

A partir de sua orientação metodológica, o autor debruça-se sobre os motivos, os agentes, o contexto e a forma pela qual foi criado o IHGB, na Corte oitocentista brasileira. Fundamentado nos textos produzidos pelo Instituto, publicados na Revista trimestral ou reservados aos arquivos, o historiador investiga o contexto social e político pós-independência, detectando grupos e ideias divergentes, apesar da aparente posição de neutralidade do Instituto; perfis dos sócios fundadores; apoios financeiros concedidos pelo governo regencial; temas tratados imediatamente após a fundação, tais como fronteiras e composição étnica do povo brasileiro; além de temas e períodos para a história do Brasil.

Guimarães analisa ainda as estreitas relações estabelecidas entre o Institut Historique de Paris (IHP), fundado em 1834, e o Instituto brasileiro. A dependência cultural em relação à França data de muito antes da fundação do Estado Nacional. Em 1816, D. João VI já havia recebido a chegada de artistas da Missão Francesa. Segundo o autor, a fundação do IHP deve ser vista a partir de suas conexões com o movimento do Romantismo e o interesse que essa corrente de pensamento tinha pela história. Entre os fundadores encontravam-se, tanto adeptos de perspectivas historiográficas baseadas em modelos e princípios das ciências naturais, como aqueles que pretendiam apresentar os eventos, como de fato ocorreram. De imediato, trataram de localizar no passado, acontecimentos e personagens que mostrassem o caráter civilizador francês desde os tempos remotos.

¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 15.

Os primeiros sócios, tais como, Cassimir Broussais, o jornalista Eugene Garay de Monglave (secretário), o historiador Joseph Michaud (presidente), Victor Cousin (orador) e o padre Francisco de Monte Alverne, dentre outros, tornaram-se nomes recorrentes nas sessões do IHGB. As duas agremiações iriam compartilhar, em linhas gerais, das mesmas concepções de história, a qual deveria ser vista como a necessidade dos tempos, ou como a condição de todo o progresso, além da possibilidade para o aprendizado do presente e do futuro. A história teria uma função pragmática enquanto mestra da vida e obediente aos princípios iluministas.

Para se ter uma ideia, no primeiro ano de existência, onze brasileiros participaram do IHP e destes, apenas um não participou do quadro social do IHGB. O instituto, na França, serviria, dessa forma, como modelo para o seu congêneres brasileiro e, acima de tudo, constituiria em seu agente legitimador.

O IHGB e a Historiografia constituem temas do terceiro capítulo, onde apresenta uma análise do projeto de uma história do Brasil e da Revista do IHGB. Aliás, o escritor foi um dos primeiros a reconhecer e divulgar a existência deste periódico, em circulação desde 1839, enquanto lócus privilegiado para se rastrear o ambicioso projeto do IHGB, pois, nos seus termos, além de registrar as suas atividades por meio de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, suas páginas se abriram à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contidas; parte representativa de seu conteúdo nos primeiros tempos: de artigos, biografias e resenhas de obras. Em uma análise do conteúdo do periódico, o autor identificou a incidência de três temas fundamentais que chegaram a absorver 73% do volume de publicações e trabalhos: 1) a questão indígena; 2) relatórios de pesquisa e viagens de explorações do território brasileiro; 3) a história das diversas regiões. É neste capítulo que Guimarães desenvolve a sua tese na investigação dos primórdios da historiografia brasileira, relacionada com a questão nacional no Brasil do século XIX. Sua abordagem visa promover a reflexão acerca da produção científica sobre a história no Brasil, cujo lugar de produção foi o IHGB, no Rio de Janeiro. Tal escrita só se tornaria possível, a partir desse momento, devido à fundação do Estado Nacional, em 1822. Assim, um Instituto Histórico, criado alguns anos depois, poderia criar e direcionar as premissas capazes de abarcar uma história geral do Brasil.

Ao analisar o projeto de nação por parte do Instituto, o autor evidencia a operação historiográfica empreendida pela agremiação. As atividades envolviam desde escolhas cuidadosas para a composição de seu quadro social; perpassando pela necessidade de se coligir e metodizar documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil, coletados nas províncias e no exterior; até a concepção de história presente nesse circuito de pessoas e a forma de abordá-la por meio de um método; enfim, todos os procedimentos inerentes a uma política cultural estatal, que objetivava fazer do IHGB, na Corte, o local em que se concentraria a totalidade do conhecimento acerca do Brasil.

Os primeiros passos em direção à confecção de uma história do Brasil datam de 1840 quando o então primeiro secretário, Januário da Cunha Barbosa, instituiu um prêmio para o melhor trabalho que apresentasse um

plano para se escrevê-la. Sagrou-se vencedora a proposta do naturalista e etnógrafo Carl Friedrich Philipp von Martius, cuja memória foi traduzida com o sugestivo título de "Como se deve escrever a História do Brasil". Nela, o autor germânico lançaria a tese da construção nacional, a partir da fusão das três raças constituintes da jovem Monarquia tropical. Porém, na visão do autor, o sangue português, tido como o mais poderoso, acabaria por absorver os demais, representados pelas raças Índia e Etiópica. Dessa forma, Martius colaborou também na afirmação, adotada por parte da historiografia nacional, de que o Brasil vivia uma democracia racial.

Sobre os três temas predominantes na Revista do IHGB, a composição do povo, o conhecimento do território e a história das regiões, cabe destacar a análise do autor acerca do modo como o indígena foi tratado pela agremiação. Esta temática ocupou a maior parte da Revista e foi fonte de constantes preocupações, desde os tempos coloniais. Após a emancipação política, se fazia necessário construir a nação e um dos entraves para isso era justamente a diversidade étnica do Brasil. Para o IHGB a ação de civilizar os indígenas era encarada como uma missão e o estudo de suas línguas e a educação de seus filhos se tornavam imprescindíveis para a cristianização e integração ao projeto nacional.

Para Guimarães, o "problema indígena" deve ser entendido articuladamente a interesses históricos, geopolíticos e também econômicos para explicar a razão de tamanha ressonância. Não se tratava de apenas conhecê-los ou incluí-los na história nacional, mas sim de incluí-los socialmente enquanto força de trabalho futura, viabilizando a realização de determinado "processo civilizador", supervisionado diretamente pela política de Estado. Dessa maneira, as reflexões acerca do "negro da terra" contribuíram para o desenvolvimento de eventuais alternativas à escravidão do negro da África.

Ao término desta singela homenagem a um dos mais importantes intelectuais brasileiros, pode-se verificar que as suas sementes, lançadas em 1987, têm gerado bons frutos, haja vista a quantidade de trabalhos produzidos nos Programas de Pós-Graduação em História acerca da temática proposta pelo saudoso historiador há um quarto de século. Suas questões e análises, bem como suas indicações para pesquisas futuras, são contribuições inestimáveis para o entendimento desse período da História do Brasil e, principalmente, da história da historiografia no e do Brasil.